

## PARTE IV - ATUAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO

### 4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPA 2012-2015

#### 4.1.1. PPA 2012-2015

O ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Essas políticas têm um elemento comum: a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, garantir os direitos dos que mais precisam.

É sob esse contexto que nasceu o PPA 2012-2015, o Plano Mais Brasil, estruturado a partir da dimensão estratégica que deu origem a Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para este período de quatro anos.

O PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, possui uma estrutura que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas de políticas públicas executadas no período recente, como o PAC, o Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na nova estrutura apresentada pelo Plano Mais Brasil, os 65 Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas. Os 470 Objetivos dos Programas Temáticos, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

Associadas aos Objetivos há Iniciativas, que representam entregas de bens e serviços à sociedade, e Metas, que indicam compromissos técnico-políticos do Governo para as realizações buscadas ao longo dos anos de vigência do Plano.

No caso das iniciativas, existem as que são financiadas por recursos orçamentários e as que não dependem desses recursos para serem executadas. No caso das financiadas por recursos orçamentários, as leis orçamentárias anuais trazem a vinculação entre elas e as ações do orçamento.

Dessa maneira, não foram perdidas as informações derivadas do orçamento e ao mesmo abriu-se espaço no PPA para um rico conjunto de informações sobre a implementação das políticas públicas, o que resultou no aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade, decorrentes dos gastos previstos no orçamento e outras medidas do Governo.

Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem.

#### 4.1.2. O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 contempla uma forte agenda de participação social de caráter consultivo, que iniciou-se durante a sua elaboração com a realização do Fórum Interconselhos, onde participaram representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade.

Durante o evento foram discutidos a dimensão estratégica do Plano, o novo modelo e sua estrutura programática.

Além disso, foi iniciado o debate sobre a possibilidade de o Fórum Interconselhos ser um instrumento de monitoramento contínuo do Plano, oferecendo espaço para pactuações, com a participação de conselheiros e outros representantes de entidades da sociedade civil.

Atualmente já foram realizadas seis edições do Fórum Interconselhos, onde foram pactuadas agendas transversais que são monitoradas diretamente por essa instância:

- políticas para as mulheres;
- igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- crianças e adolescentes;
- juventude;
- idosos;
- pessoa com deficiência;
- população LGBT;
- povos indígenas; e
- população de rua.

O monitoramento consiste na apresentação ao Fórum Interconselhos de relatórios anuais sobre a execução dos compromissos do PPA relacionados a essas temáticas.

Além disso, os órgãos setoriais são orientados a organizar processos de prestação de contas da execução do Plano aos conselhos de políticas públicas.

#### 4.1.3. Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015

Uma vez que o PPA passa a explicitar com maior clareza os compromissos de governo, o seu monitoramento também passa a ser referenciado na concretização desses compromissos, e não mais estritamente na execução financeira ou em metas físicas das ações orçamentárias.

Para respaldar e operacionalizar esse monitoramento, foram instituídos o Decreto nº 7.866, de 19/12/2012 e a Portaria nº 16, de 31/01/2013, que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e em particular à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), a competência para:

- coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015;
- disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e
- definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano.

Aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano cabe prestar informações sobre o seu andamento e alcance. Com isso, o monitoramento passa a produzir informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento dos principais compromissos de Governo.

Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, foi desenvolvido e colocado em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e elaborados instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual, como as publicações “Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública”, e o “Guia de Monitoramento Temático”.

De fato, com as mudanças metodológicas do PPA 2012-2015 na construção dos programas – com maior flexibilidade para revelação das especificidades das políticas públicas, destaque para os públicos-alvo das políticas e ampliação das possibilidades de territorialização – possibilitaram a estruturação do monitoramento e avaliação anual do Plano com maior efetividade.

O exercício constante de monitoramento se reflete em um relatório anual de avaliação, enviado ao Congresso Nacional e divulgado amplamente para a sociedade, baseado em análises situacionais aprofundadas sobre cada objetivo e meta dos Programas Temáticos do Plano.

Isso representou um avanço com relação ao modelo anterior, que se baseava apenas nas informações quantitativas, que muitas vezes não eram captáveis para o período da análise e não conseguiam transmitir os principais desafios e avanços de cada política.

Informações qualitativas agora se somam aos dados quantitativos, o que foi possível também por conta da substituição do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Além do monitoramento do plano, também é realizada anualmente a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para o período, a partir de uma leitura da estratégia de desenvolvimento em curso atualmente no Brasil, que destaca a busca pela universalização dos direitos sociais por um sistema de proteção social e a condução, no sentido de incrementar inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, de três frentes de expansão em operação na economia brasileira: investimentos em infraestrutura, recursos naturais e em atividades para atender o mercado de consumo

de massas. Essa estratégia, para dar conta dos macrodesafios do PPA, se desdobra em seis eixos estruturantes:

- inserção internacional soberana;
- macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população;
- infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística);
- produção e consumo, com sustentabilidade e inovação;
- proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades;
- fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

## 4.2. POLÍTICAS SOCIAIS

### 4.2.1. Programa 2030 – Educação Básica

A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior – que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho –, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para redução das desigualdades sociais existentes.

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de deficiência.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos.

Para viabilizar um ensino de qualidade no País, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos no PNE:

- elevar o nível global de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino básico em todas as suas etapas e modalidades;
- reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes;
- promover a valorização dos profissionais da educação; e
- democratizar a gestão do ensino nos estabelecimentos públicos, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe registrar o reconhecimento social da relevância da educação infantil, expresso na Constituição Federal de 1988, afirmando o direito das crianças à educação em creches e pré-escolas. A educação infantil, se oferecida com padrão de qualidade adequado, propicia a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança em uma fase identificada pelas ciências como de fundamental importância para toda a vida. Além disso, o acesso a essa etapa educacional contribui para o bem estar das famílias, especialmente daquelas das classes mais pobres, possibilitando às mães maior inserção no mercado de trabalho e, às crianças, acesso ao desenvolvimento em todas as dimensões.

Para a etapa da educação infantil, são fundamentais, portanto, iniciativas como a implantação de creches e pré-escolas nas localidades de maior déficit de atendimento, formação de profissionais do magistério, repasses suplementares para a alimentação escolar e definição de materiais pedagógicos específicos, considerando as especificidades locais e as necessidades de cada público, promovendo a igualdade de oportunidades.

A etapa seguinte da educação básica, o ensino fundamental de 9 anos, está praticamente universalizada, exigindo esforços mais específicos para a inclusão de 1,5% da população de 6 a 14 anos que ainda não frequenta a escola, de acordo com dados da Pnad 2014. Não basta, contudo, garantir o acesso: é necessário expandir a educação integral e enfrentar questões como a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão.

O desafio maior é no ensino médio. A Meta 3 do PNE prevê a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, com pelo menos 85% desses jovens cursando o ensino médio. Porém, segundo os dados da Pnad de 2014, apenas 84,3% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentava a escola e, entre os que frequentavam, 56,5% cursava o ensino médio.

O baixo percentual de frequência de jovens nessa etapa de ensino pode estar relacionado a dois fatores principais: primeiro, ao grande número desses jovens que ainda está cursando o ensino fundamental, o que significa um problema de fluxo; e, segundo, ao elevado grau de evasão, ocasionado, sobretudo, pela falta de atratividade do ensino ofertado.

Objetivando a elevação da escolaridade da população, faz-se necessário promover iniciativas que atraiam os jovens, como o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos, com possibilidade de acesso ao ensino superior. Além disso, é preciso avançar nos esforços considerando também as especificidades de grupos historicamente excluídos.

A elevação da escolaridade também envolve o desafio da alfabetização e educação de jovens e adultos. Segundo os dados da Pnad de 2014, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais está na casa dos 91,7%, e a taxa de analfabetismo funcional em 17,6%. Assim, faz-se necessária a implementação de medidas que resultem no retorno de jovens e adultos à escola.

Além de promover a alfabetização desse público, é importante possibilitar que ele prossiga nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, a União deve atuar em parceria com os outros entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Por fim, é importante ressaltar que o alcance das metas e indicadores da educação básica previstos no PNE depende não apenas dos esforços do Governo Federal. A efetividade do regime de colaboração entre os entes federados é fundamental para implementação bem sucedida das políticas educacionais dispostas no Plano Nacional.

**OBJETIVO 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua**

### **integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

O Ministério da Educação (MEC) possui um conjunto de programas que buscam o desenvolvimento da educação básica por meio do apoio a educandos, escolas, profissionais da educação e entes federados.

Dentre as principais ações, a Base Nacional Comum Curricular pode ser considerada a de maior destaque em 2015, quando foi constituído um grupo de especialistas responsáveis pela elaboração do documento preliminar, que foi submetido a uma consulta pública por meio da qual pretende-se construir uma Base Nacional Comum de forma democrática para a implementação de política curricular nacional.

O Programa Mais Educação é uma estratégia que visa ampliar a jornada escolar, os tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da educação integral em tempo integral. Tem como finalidade melhorar a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação integral, considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribui para a garantia do direito dos estudantes e professores das escolas públicas a materiais didáticos de qualidade, incluindo o atendimento a estudantes com deficiência. Nesse sentido, no período de 2012-2015, no âmbito do PNLD, foram destinados aproximadamente R\$ 5,9 bilhões para a aquisição e distribuição de mais de 616 milhões de livros, incluídos os títulos da educação de jovens e adultos (EJA) e destinados à população do campo, além de dicionários e obras pedagógicas complementares, atendendo a mais de 30 milhões de estudantes ao ano, em cerca de 135 mil escolas e entidades parceiras.

Destaca-se que, apenas em 2015, foi destinado R\$ 1,4 bilhão para aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes dos ensinos fundamental e médio. No programa, os estudantes de EJA e de escolas do campo receberam livros adequados ao seu contexto sociocultural e de acordo com sua realidade. Dessa forma, foram atendidos mais de 32,6 milhões de alunos de 121,5 mil escolas, totalizando cerca de 128 milhões de livros distribuídos.

Além dos livros didáticos, foram distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Nele são avaliados, selecionados e distribuídos acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas de educação básica.

Para a execução do PNBE, foram alocados R\$ 562 milhões para a aquisição e distribuição de 72 milhões de títulos. Em 2015, para beneficiar aproximadamente 60 mil escolas, foram destinados R\$ 24,7 milhões para a aquisição de obras do PNBE-Temático, que abordam temáticas de valorização da diversidade humana.

Considerando a importância ao acesso à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos; formação continuada de professores e distribuição de conteúdos digitais educacionais.

Assim, no período de 2012-2015, foram destinados R\$ 394,32 milhões para entregar mais de 9 mil laboratórios de informática para as escolas públicas; distribuir 92.209 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas municipais e estaduais; e adquirir 526.268 tablets para esses professores.

Além disso, foram adquiridos 107.169 computadores interativos (projetores interativos/lousas eletrônicas) com recursos de R\$ 220,9 milhões. No mesmo período, foram alocados R\$ 54,7 milhões para atender a 324.360 profissionais matriculados no âmbito da formação continuada.

Em 2015, foram entregues 1.606 laboratórios de informática para escolas públicas e distribuídos 17.646 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Além disso, Estados e Municípios adquiriram 44.645 computadores interativos com recursos federais, promovendo a diversidade nas estratégias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Ainda nesse ano foram adquiridos 36.869 tablets para os professores do ensino básico de escolas públicas. Ao longo de 2015 também foram formados 7.466 professores no uso das tecnologias educacionais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos educandos.

O PNAE atende alunos da educação básica nas etapas educação infantil (creche e pré-escola), ensinos fundamental e médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado (AEE) e EJA, matriculados em escolas públicas, filantrópicas, comunitárias (conveniadas com o poder público) e confessionais, bem como aqueles matriculados nas escolas federais, em conformidade com o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.

Por meio de transferência de recursos em caráter suplementar aos entes federados, no período de 2012-2015, foram destinados R\$ 14,3 bilhões para atender, em média, 42,7 milhões de alunos da educação básica a cada ano. Em 2015, foram transferidos R\$ 3,7 bilhões para atender a 41,8 milhões de estudantes, dos quais 5 milhões participaram do Programa Mais Educação.

Destaca-se que, em 2015, foram formados 4.381 atores sociais, entre nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, gestores e agricultores familiares, por meio de parcerias estabelecidas com 16 instituições federais de ensino superior (Ifes) para atuação dos centros colaboradores em alimentação e nutrição escolar, que executam ações de apoio ao PNAE, além de fomentar a participação da comunidade no controle social do Programa.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança, a acessibilidade e a qualidade do transporte dos estudantes e, assim, contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados, Distrito Federal e Municípios participarem do Programa:

- recursos próprios, bastando aderir ao pregão;
- assistência financeira no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); ou
- financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus e de embarcações novas.

No exercício de 2015, a execução do Programa Caminho da Escola ocorreu apenas por meio de emendas, sendo destinados R\$ 11,3 milhões para a aquisição de 74 veículos escolares.

No período de 2012-2015, foram adquiridos 43.746 veículos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo: 18.279 ônibus, divididos em 15.797 rurais e 2.482 urbanos acessíveis; 480 embarcações; e 24.987 bicicletas com recurso total de, aproximadamente, R\$ 3,2 bilhões de reais.

Além disso, os entes federados adquiriram, com recursos oriundos de financiamento do BNDES, 785 ônibus, sendo 776 rurais e nove urbanos acessíveis. Ainda, nesse período, foram adquiridos com recursos próprios dos entes 56.663 veículos, sendo 5.505 ônibus, divididos em 4.204 rurais e 1.301 urbanos acessíveis, 13 embarcações e 51.145 bicicletas.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de alunos da educação básica residentes em área rural que utilizam transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados.

O Pnate consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congêneres, para custear despesas com manutenção dos veículos. No período de 2012-2015, foram destinados R\$ 2,3 bilhões para apoiar, em média, 5.218 entes federados a cada ano. Em 2015, um total de 5.256 Municípios foram atendidos, com um valor empenhado de R\$ 573,9 milhões.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) visa à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica e de instituições especializadas em educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

O PDDE transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar (PDDE Básico), para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação, bem como para o desenvolvimento de diversas atividades educacionais.

No período de 2012-2015, foram destinados, no âmbito do PDDE Básico,

mais de R\$ 3 bilhões para atender a uma média de 131 mil escolas da educação básica e uma média de 5.078 entes federados por ano. Apenas em 2015, o PDDE Básico atendeu a 123 mil escolas referentes ao exercício de 2015, com o valor de R\$ 823,7 milhões.

Quanto a ações vinculadas, que podem ser realizadas de forma cumulativa pela mesma escola, foram realizados uma média de 65 mil atendimentos a escolas de aproximadamente 2.500 entes federados, com o valor de R\$ 6 bilhões entre 2012-2015.

Em 2015, houve investimento de mais de R\$ 1,17 bilhão no âmbito das ações Educação Integral/Mais Educação, Ensino Médio Inovador, PDE Escola, PDDE Água, Escola Sustentável, Mais Cultura e PDDE Campo.

O total de recursos destinados ao PDDE Básico e ações vinculadas no ano de 2015 foi de R\$ 2 bilhões, beneficiando cerca de 30 milhões de alunos em todo País.

Quanto ao apoio financeiro aos entes federados, para manutenção e desenvolvimento do ensino, destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência estabelecida para o período de 2007-2020.

O Fundeb foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos, visando garantir o acesso à educação, promovendo, assim, a inclusão socioeducacional em toda a educação básica pública (da creche ao ensino médio). Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como parcela financeira de recursos federais, a título de complementação, de forma a assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 2.545,31 em 2015) a unidade da Federação em que esse limite mínimo não for alcançado com recursos próprios.

Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2015, foram consideradas 40,5 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2014.

A estimativa de recursos do Fundo foi na ordem de R\$ 130,5 bilhões, sendo R\$ 119,7 bilhões originários da contribuição dos entes federados subnacionais e R\$ 10,8 bilhões de recursos federais. Considerando o período de 2009 (ano em que o Fundo passou a considerar todos os alunos da educação básica) a 2015, o crescimento real verificado no total de recursos que compõem o Fundo foi de 33%.

Em 2012, o Governo Federal criou o Programa Brasil Carinhoso com o objetivo central de beneficiar famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham crianças de até 6 anos em sua formação.

O desenvolvimento do Programa é integrado em várias vertentes, sendo uma delas a expansão de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas.

O Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com base em informações Censo Escolar do ano anterior, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuindo com as ações de cuidado integral e segurança alimentar e nutricional, a fim de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.

Essa estratégia de apoio financeiro, no âmbito do Programa Brasil Carinhoso, teve início em 2014, tendo sido destinados aos Municípios beneficiados e ao Distrito Federal, entre 2012-2015, R\$ 1,2 bilhão para atender a mais de 580 mil crianças, segundo o FNDE.

Para ampliar o atendimento de crianças de 0 a 5 anos por parte dos Municípios e do Distrito Federal, o Governo Federal transfere recursos para custear a manutenção de novos estabelecimentos de educação infantil, construídos com recursos federais, e de novas turmas dessa etapa de ensino cujas matrículas ainda não tenham sido computadas na distribuição dos recursos do Fundeb.

De 2012 a 2015, foram destinados R\$ 125,4 milhões para financiar 783 novos estabelecimentos de educação infantil além de R\$ 54,1 milhões para atender a 3.429 novas turmas de educação infantil.

Em 2015, no âmbito do Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil, 57 Municípios receberam R\$ 13,5 milhões para garantir que os novos estabelecimentos passassem a atender às crianças assim que ficassem prontos.

Para a manutenção de turmas novas, em 2015, foram transferidos cerca de R\$ 25,9 milhões para 136 prefeituras municipais.

Em relação ao Programa Bolsa Família, o MEC é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens de famílias beneficiadas pelo Programa. Esse acompanhamento, realizado em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, busca combater o abandono e a evasão escolar e estimulando a permanência na escola. Esse trabalho mobiliza uma rede que envolve, aproximadamente, 150 mil escolas em 5.569 Municípios e no Distrito Federal.

De 2012 a 2015, foram acompanhados, anualmente, cerca de 17 milhões de estudantes de 6 a 17 anos da educação básica.

Em 2015, dados do Sistema Presença, contemplando as cinco coletas realizadas no ano, indicam que mais de 14,7 milhões de alunos (87,52%) tiveram a frequência registrada.

Os programas Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) e Ensino Médio Inovador estão diretamente relacionados à Meta 3 do PNE, que busca elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio e elevar a taxa de frequência à escola para a população de 15 a 17 anos.

O PNEM consiste na oferta de curso de formação continuada a professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio na rede pública de educação básica, visando proporcionar a esses profissionais maior compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, bem como subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas que promovam a aprendizagem dos alunos. Tem duração de 10 meses e foi executado no período de 2014 a 2015.

Participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos, totalizando o investimento de R\$ 271 milhões destinados ao pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

O Programa também contou com uma equipe de formação, nas 46 IES participantes, composta por 46 coordenadores-gerais, 78 coordenadores adjuntos, 226 supervisores, 342 formadores, além de 818 formadores regionais e 15.064 orientadores de estudos. Foram atendidos 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

Já o Programa Ensino Médio Inovador é uma ação que apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, contribuindo para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino, enfatizando projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Em 2015, o Programa beneficiou 5.575 escolas com recursos do programa, totalizando um investimento de R\$ 109 milhões.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O PBA é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R\$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios.

Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, o Distrito Federal e 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R\$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R\$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

Impactam também, para o alcance do disposto no Objetivo, as ações de certames educacionais desenvolvida pelo MEC: a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).

A Olimpíada de Língua Portuguesa tem caráter bienal e é realizada em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Em anos pares, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o País.

As ações da Olimpíada têm continuidade nos anos ímpares, quando são desenvolvidas ações de formação presencial e a distância aos professores, além da realização de estudos e pesquisas, elaboração e produção de recursos e materiais educativos.

Já a OBMEP é realizada anualmente e tem como objetivo estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área, além de outras ações referentes à disseminação da matemática. É dirigida a alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e a alunos do ensino médio de escolas públicas de todo o País.

A OBMEP, além de sua relevância social e educacional, pretende:

- oferecer aos jovens talentos das classes mais pobres oportunidades concretas de carreiras científicas;
- identificar talentos oriundos da rede pública, direcionando-os ao seu melhor desenvolvimento escolar;
- a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a melhoria do ensino da matemática nas escolas públicas.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0598 DO PROGRAMA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2030

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS <sup>4</sup>	
		2014	2015
0598	No Exercício <sup>1</sup>	16.996.669.089	17.852.462.840
	RPNP <sup>2</sup>	3.173.362.511	3.798.602.112
	Gastos Tributários <sup>3</sup>	124.098.701	68.273.298
TOTAL DO OBJETIVO		20.294.130.301	21.719.338.250

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.

3 Renúncias tributárias para o transporte escolar, conforme previsão da SRF

4 Consulta ao Siafi em 31/12/2015 (Objetivo 0598: Autorizado para o Exercício: R\$ 23,0 bi/Empenhado: R\$ 21,2 bi)

#### Análise do Alcance das Metas Quantitativas

**Meta 01VT: Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

**Meta 01VS: Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

**Meta 01VR: Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10. Com ele, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, e expressa em valores facilmente

compreensíveis os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Em 2015, participaram da Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) mais de 2,3 milhões de estudantes do 5º ano do ensino fundamental, mais de 2,2 milhões de estudantes do 9º ano do ensino fundamental e aproximadamente 107 mil estudantes do 3º ano do ensino médio, matriculados em 57.744 escolas distribuídas nas 27 unidades da Federação.

Esses estudantes responderam a testes de Língua Portuguesa e de Matemática, bem como a questionários contextuais. A partir dos resultados dessas avaliações, o Ideb de 2015 será apurado, com previsão para divulgação em 2016. Como o cálculo do Ideb é feito bianualmente, não existem valores para 2012 e 2014.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental em 2013 foi 5,2, superior à meta de 4,9 para aquele ano. A principal estratégia para elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012, que tem como eixos estruturantes:

- formação continuada de professores alfabetizadores;
- orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep;
- material didático; e
- gestão, controle social e mobilização.

A formação do Pacto, em 2013, foi voltada à Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 26 Estados, do Distrito Federal e 5.420 Municípios, alcançando 317.575 professores alfabetizadores. Já em 2014, 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudo participaram do Pacto como cursistas, em 39 IES participantes.

Em 2015, apesar da oferta de vagas para a formação do Pacto permanecer universalizada, participaram como cursistas 301.388 professores alfabetizadores e 14.686 orientadores de estudo, em 39 IES participantes, atendendo aproximadamente 6,3 milhões de alunos. Foram investidos no programa mais de R\$ 350 milhões para custeio das IES e pagamento de bolsas.

Em relação ao Ideb dos anos finais do ensino fundamental, em 2013 o índice foi 4,2, superando o de 2011, que foi 4,1, porém abaixo da meta para 2013, estabelecida em 4,4.

Entre os esforços para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que tem sido o principal programa desenvolvido para atingir a meta. Nessa perspectiva, estão em revisão as diretrizes do Programa, buscando um maior envolvimento dos professores da escola, bem como estratégias de aproximação com as políticas de formação continuada. Em 2012, o programa contou com a adesão de 32.074 escolas.

Em 2013, o número de adesões saltou para 49 mil escolas, incluindo o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Na abertura a adesão do ciclo 2014/2015 foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Em 2015, as escolas que aderiram ao programa em 2014 receberam a segunda parcela do plano aprovado em função da sua execução. Foram investidos no programa R\$ 1,2 bilhão.

Em 2013, o Ideb do ensino médio foi 3,7, mesmo valor de 2011, porém foi inferior à meta para aquele ano, estabelecida em 3,9. Para alcançar essa meta, o MEC tem desenvolvido programas específicos para o ensino médio, tais como: o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, o Programa Ensino Médio Inovador e, ainda, a Base Nacional Comum que apresentará uma proposta curricular para o Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas estratégias do PNE em vigência é outra iniciativa que pretende elevar o atendimento escolar, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica.

A Base está sendo construída de forma colaborativa, em articulação com os entes federados e universidades, associações acadêmicas e científicas e sociedade civil organizada.

Em 2015, foi constituído um grupo de 116 especialistas das quatro áreas

do conhecimento (Exatas, Humanas, Biológicas e Línguas), formado por professores/pesquisadores das universidades, técnicos das secretarias de educação e professores da educação básica, esses dois últimos indicados pelas secretarias de educação de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal, responsáveis pela elaboração do documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular. O documento preliminar foi submetido a uma consulta pública por meio da qual se pretende construir uma Base Nacional Comum de forma democrática, permitindo, nesse processo, gerar um ambiente propício à necessária colaboração entre os entes federados para a implementação de uma política curricular nacional.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) é uma ação que visa promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio. Nesse sentido, o MEC, atuando de forma articulada com Estados e Distrito Federal e, também, com instituições de ensino superior, desenvolveu ações de capacitação que contemplaram 14 mil escolas como espaços privilegiados de discussão das práticas pedagógicas do Ensino Médio.

As atividades de formação continuada desenvolvidas na escola visam propiciar aos profissionais a compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que subsidiam a formação do professor, bem como fornecer subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas que promovam a aprendizagem dos alunos.

Assim, espera-se, como efeitos indiretos dessa ação, a redução da reprovação e do abandono escolar nessa etapa da educação básica, haja vista que, entre os determinantes do abandono escolar se incluem, também, fatores relacionados à própria relação aluno-escola.

Além disto buscou-se proporcionar uma estrutura de formação que observasse as características da rede de ensino em cada UF.

O PNEM tem duração de 10 meses e foi executado no período de 2014 a 2015. Participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos, totalizando o investimento de R\$ 271 milhões destinados ao pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

O Programa também contou com uma equipe de formação, nas 46 IES participantes, composta por 46 coordenadores-gerais, 78 coordenadores adjuntos, 226 supervisores, 342 formadores, além de 818 formadores regionais e 15.064 orientadores de estudos. Foram atendidos 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

O Programa Ensino Médio Inovador, também relacionado às metas previstas no PNE 2011-2020, é uma ação que apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, contribuindo com as secretarias estaduais de educação dos Estados e do Distrito Federal para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino, enfatizando projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Em 2012, houve adesão de 25 Estados e foram atendidas 2.002 escolas. Em 2013, 5.517 escolas receberam recursos do programa em 25 Estados. Em 2014, foram 7.291 escolas, nos 27 Estados da federação. Em 2015, 5.575 escolas receberam recursos do programa, totalizando um investimento superior a R\$ 109 milhões.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2	índice	5,2	-	5,2	-	n/d*	n/d
Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7	índice	4,7	-	4,2	-	n/d*	n/d
Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3	índice	4,3	-	3,7	-	n/d*	n/d

Fonte: Inep/MEC / \* O resultado do Ideb 2015 está sendo apurado e será divulgado em 2016.

#### Análise do Alcance das Metas Qualitativas

**Meta 01VH: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020<sup>1</sup>.**

O investimento público total em educação evoluiu de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 para 6,2% em 2013, enquanto o investimento público direto em educação em percentual do PIB per capita ampliou de 14,1%, em 2000, para 25,8%, em 2013, um crescimento de 83,1% no período, conforme revisão metodológica do cálculo do PIB ocorrida em 2015.

Nesse íterim, os investimentos públicos diretos na educação básica e na educação superior cresceram em termos reais, respectivamente, 164,5% e 112,4%, o que significa uma média anual de 12,6% e 8,64%, acima da média anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mesmo período.

Com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, os recursos para a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino da União estiveram acima do mínimo constitucional de 18% da arrecadação de impostos, sendo que, de 2012 até 2014, os valores aplicados foram superiores a 20% ao ano.

O aumento no investimento total em educação, em relação ao PIB, para 10% ao final do período de vigência do PNE (Meta 20), irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas

<sup>1</sup> Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Programa 2030.

fontes de recursos, tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que reserva para a educação (75%) e saúde (25%) todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas de plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012; bem como as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado.

A Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve, ainda, que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, prescritos constitucionalmente, decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados.

As aplicações mínimas da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais, além da contribuição social do Salário Educação, restrito à educação básica, e da Complementação da União ao Fundeb, que deve ter um valor mínimo correspondente a 10% da soma dos recursos depositados nas contas estaduais do Fundeb pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para Estados e Municípios, os mínimos constitucionais para aplicação em educação devem corresponder a 25% das receitas totais de impostos, inclusive transferências recebidas de outras esferas.

Para cada ente federado, deverão ser consideradas, em acréscimo a esses valores mínimos obrigatórios pela Constituição, as aplicações em educação oriundas da exploração do petróleo e gás natural. Cumpre à União o papel constitucional de atender a sua rede de ensino e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A esses, com 25% de seus impostos, mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a rede pública da educação básica, além de suas universidades e escolas técnicas.

Estados e Municípios são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%. Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federativos, com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino.

Nos últimos anos, houve um grande crescimento dos investimentos diretos na educação básica e também da educação superior, ensejando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica.

O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante se reduzisse de 8,1, em 2002, para 3,4, em 2013.

Os gastos diretos por estudante no ensino superior cresceram de R\$ 18.355 para R\$ 21.383, entre 2002 e 2013 e, na educação básica, de R\$ 2.253 para R\$ 6.203, no mesmo período. Essa última relação de 3,4 está mais próxima dos padrões internacionais.

#### **Meta 01VJ: Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros.**

Segundo os dados levantados pela Pnad, durante a vigência do PPA 2012-2015, houve significativo avanço em direção ao alcance da meta.

Enquanto a escolaridade média da população de 18 a 24 anos passou de 9,4 anos em 2009 para 9,8 em 2014, representando um aumento de 4,2%, a da população negra na mesma faixa etária cresceu de 8,7 anos em 2009 para 9,3 em 2014, representando um aumento de 6,9%. A diferença de escolaridade entre negros e a população em geral caiu de 0,7 anos de estudo para 0,5 anos no mesmo período.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação, com elevada qualificação, de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 24 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015-2016, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

No que se refere à implementação do disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e em outros marcos legais, a política de Educação para as Relações Étnico-Raciais prevê confecção de material didático, a formação continuada de professores, além de ações como o Prêmio Curta Histórias.

De 2012 a 2014, foram abertas 9.900 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização, por meio de 36 universidades federais. Em 2015, foram pactuadas 4.150 vagas, por meio de 28 Ifes.

O curso de formação “Educação Escolar Quilombola” é oferecido para lideranças quilombolas e professores que atuam em escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombo ou que recebem alunos oriundos dessas comunidades. Tem como característica a abordagem da Educação Escolar Quilombola, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, considerando também as especificidades de cada região, comunidade e IES.

Entre 2012 e 2014, foram oferecidas 5.420 vagas em curso de aperfeiçoamento, por meio de 23 IFES. Em 2015, foram pactuadas 460 vagas, por meio de cinco Ifes.

#### **Meta 01VK: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do País ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

A escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, em 2009, era 7,5 anos de estudo, passando para 8,0 em 2012 e 8,3 em 2013, mantendo-se esse mesmo índice em 2014. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo na região Nordeste. Em 2012 a região brasileira de menor escolaridade foi a Norte, atingindo 8,9 anos de estudo. Em 2013 e 2014, a região de menor escolaridade foi novamente a Nordeste, que registrou 9,1 anos de estudos nesses dois anos.

Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009 era de 7,4 anos, passando em 2012 para 8,0, e para 8,1 anos em 2013. Em 2014 esse índice chegou a 8,2 anos de estudos para essa população.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos contribuem para a elevação da escolaridade nesses diversos segmentos citados. É um importante alicerce para a universalização do ensino fundamental, promovendo apoio às ações de alfabetização de jovens e adultos realizadas pelos entes federados e o enfrentamento da desigualdade, discriminação e exclusão social existentes no País.

O programa é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R\$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo, 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R\$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R\$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) é estruturado em cinco eixos:

- gestão e práticas pedagógicas;
- formação inicial e continuada de professores;
- educação de jovens e adultos; educação profissional; e
- infraestrutura física e tecnológica, para acesso e qualificação da oferta da educação básica e superior; produção e distribuição de material específico, em todas as etapas e modalidades.

Entre 2012 e 2014, foram aprovadas 3.819 construções de escolas, sendo 2.240 no campo, 169 indígenas, 131 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 1.279 em áreas urbanas, com investimentos de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões. No ano de 2015, foram aprovados 2.560 projetos para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Em relação à ampliação e reforma de unidades escolares, no período de 2012 a 2014, foram aprovadas a ampliação e a reforma de 55 escolas em área rural, sendo 51 do campo, três indígenas e uma quilombola. Em 2015, o PAR não abriu para a ampliação e reforma de escolas.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança, a acessibilidade e a qualidade do transporte dos estudantes e, assim, contribuir para a redução da evasão escolar. No período de 2012-2015, foram adquiridos, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 15.797 ônibus rurais; com recursos oriundos de financiamento do BNDES, 776 ônibus rurais e, com recursos próprios dos entes, 4.204 ônibus rurais.

Em 2015, no âmbito do Mais Educação foram atendidas 22.542 escolas do campo, incluindo escolas indígenas e quilombolas. Além disso, foram repassados recursos superiores a R\$ 60,8 milhões para 13.900 escolas do campo, por meio do PDDE Campo e, por meio do PDDE Água foram beneficiadas 4.447 escolas com um investimento de, aproximadamente, R\$ 51,2 milhões. Foram aprovados 2.560 projetos para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2013 adquiriu 4,5 milhões de livros, beneficiando 2,1 milhões de estudantes, em 63.791 escolas. Em 2014, o PNLD Campo adquiriu aproximadamente 4,4 milhões de livros, beneficiando 2,7 milhões de estudantes, em 61.675 escolas. Em 2015, para atender a 2,6 milhões de estudantes, em 56.673 escolas, foram adquiridos 9,9 milhões de livros, quantidade suficiente para atender a demanda de 2016, 2017 e 2018.

O programa Escola da Terra tem como objetivo promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural. Por meio do programa, o MEC oferta os seguintes recursos:

- livros do PNLD Campo e Kit pedagógico que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas; e
- apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica às populações do campo e quilombolas em seus respectivos sistemas de ensino.

O Programa teve seu início em 2014 e já formou 7,6 mil professores e em 2015, estavam em formação 5,6 mil professores, com investimento superior a R\$ 6,8 milhões.

#### **Meta 01VM: Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.**

O Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, objetiva ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas e apoiar a execução dos Planos de Ação dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), contemplando os seguintes eixos:

- territórios;
- práticas pedagógicas diferenciadas;
- infraestrutura física e tecnológica;
- educação profissional e tecnológica; e
- educação superior e pós-graduação.

De 2012 a 2015 foram pactuados 25 TEEs, definidos por meio de consulta aos povos indígenas.

Já o Saberes Indígenas na Escola realiza formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em cursos de aperfeiçoamento de 200 horas nas áreas de letramento e numeramento indígena, Língua Portuguesa e Língua Indígena como primeiras ou segundas línguas e concede bolsas para professores indígenas cursistas e para professores formadores.

Até 2014, a ação contemplou 2.656 professores indígenas (entre orientadores de estudos e professores alfabetizadores), envolvendo 309 escolas indígenas, 89 povos, em 293 aldeias, falantes de 81 línguas, em 13 TEEs. Em 2015, foram constituídas sete Redes de Instituições de Ensino Superior que congregam 23 Núcleos Adjuntos das IES. Estão em implantação mais duas Redes com sete Núcleos Adjuntos.

Ainda no âmbito da formação de professores, o programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind) é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica.

Em 2012 apoiou a oferta de 2.248 vagas em cursos oferecidos em 19 IES, com recursos superiores a R\$ 13 milhões. Já em 2013, foram ofertadas 2.796 vagas, também em 19 IES, no valor R\$ 7,1 milhões. Em 2014, o programa apoiou a oferta de 2.657 vagas, em 19 IES, no valor de, aproximadamente, R\$ 12,8 milhões e, em 2015, 2.580 vagas, em 20 IES, no valor de R\$ 13,4 milhões.

#### **Meta 01VO: Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

A Meta 4 do Plano Nacional de Educação prioriza o atendimento na educação básica à população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino e/ou EJA, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Assim, a implementação de políticas públicas de inclusão escolar tem resultado em importante ampliação do acesso das pessoas com deficiência tanto na educação básica quanto na educação superior.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2011 foram identificadas 752.305 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo 74% em classes comuns do ensino regular. Considerando somente as matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em idade escolar obrigatória, observa-se que em 2011, havia 576.309 matrículas, sendo 82% em inclusão escolar.

Em 2014, este número subiu para 691.665, com 87% de inclusão. Na Educação Superior, em 2011, foram registradas 23.250 matrículas de estudantes com deficiência, sendo 6.531 em instituições públicas e 16.719 em instituições privadas, conforme os dados do Censo da Educação Superior. Em 2014, foram registradas 33.475 matrículas, sendo 13.234 em instituições públicas e 20.241 em instituições privadas, significando um crescimento de 44%.

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –Viver Sem Limite, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) disponibiliza equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos acessíveis, para apoiar o atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns do ensino regular.

De 2012 a 2014, foram implantadas 17.500 salas de recursos multifuncionais em 4.785 Municípios e atualizadas 30 mil SRMs existentes, o que correspondeu ao investimento de R\$ 354,8 milhões. Em 2015, foram atendidas 20 mil escolas, com a disponibilização do programa Virtual Vision aos estudantes com deficiência. Além disso, 42 mil escolas com SRMs receberam o software Prancha Fácil.

Por meio do PDDE Escola Acessível, no período de 2012 a 2014, foram beneficiadas 28.954 escolas públicas, com recursos financeiros de R\$ 312 milhões para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Em 2015, acompanhou-se a elaboração dos Planos de Trabalho de 9.960 escolas contempladas em 2014.

O pareamento entre os dados do Censo Escolar MEC/INEP e do Cadastro Administrativo do Ministério da Previdência Social identificou, em 2014, 319.146 matrículas de estudantes com deficiência, entre zero e dezoito anos de idade, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), correspondendo a 64,11% do total de beneficiários.

Com o objetivo de eliminar barreiras à inclusão escolar, no período de 2012-2015, no âmbito do Programa Caminho da Escola, foram adquiridos 2.482 ônibus urbanos acessíveis com recursos do MEC. Além disso, os entes federados adquiriram, com recursos oriundos de financiamento do BNDES, nove ônibus urbanos acessíveis. Ainda, nesse período, foram adquiridos, com recursos próprios dos entes federados, mais 1.301 ônibus urbanos acessíveis.

Tendo em vista a organização e a oferta da Educação Bilíngue na perspectiva da educação inclusiva, conforme o disposto pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a ação de formação inicial de professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa objetivou apoiar a instituição de 27 cursos de graduação em Letras/Libras/Língua Portuguesa, e da criação de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, além de contratar 606 intérpretes de Libras com o investimento de R\$ 78 milhões no período de 2012 a 2014.

#### **Meta 01VU: Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

Para alcançar essa meta, o MEC desenvolveu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.



Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a: alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realizar avaliações anuais universalizadas pelo INEP junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; e, no caso dos Estados, apoiar os Municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

As Ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

A formação do Pacto em 2013 foi voltada à Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 Estados e 5.420 Municípios, alcançando 317.572 professores alfabetizadores.

Em 2014, o Pacto contou com a participação, como cursistas, de 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudo, em 39 IES participantes. Já em 2015, apesar da oferta de vagas para a formação do pacto permanecer universalizada, participaram como cursistas 301.388 professores alfabetizadores e 14.686 orientadores de estudo, em 39 IES participantes, atendendo aproximadamente 6,3 milhões de alunos.

Foram investidos no programa mais de R\$ 350 milhões para custeio das IES e pagamento de bolsas.

A implementação do Pacto é uma importante estratégia que contribui para a alfabetização das crianças até os oito anos de idade.

Além do Pacto, contribui para alcançar esta meta a Base Nacional Comum Curricular que, após discussão com diversos atores da educação brasileira, apresentará uma proposta curricular para os anos iniciais do ensino fundamental.

Para contribuir com as políticas de alfabetização de crianças até os oito anos de idade, bem como com a gestão dos sistemas de ensino do País, o Inep realizou em 2014 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujos resultados foram divulgados em 2015, os quais possibilitaram o acesso e a análise pedagógica por meio de boletins eletrônicos, que apresentam os percentuais de estudantes posicionados em cada nível das escalas de proficiência de Leitura, de Escrita e de Matemática.

A aferição dos níveis de alfabetização dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, realizada pela ANA em 2014, indica que, atualmente, 22,2% de estudantes possuem proficiência insuficiente em leitura, 34,4% proficiência insuficiente em escrita e 57,1% proficiência insuficiente em matemática.

A divulgação dos dados da ANA, que apresentou informações agregadas sobre o cenário educacional, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação e possibilitar, de forma objetiva, que governantes, gestores e sociedade civil acompanhem e monitorem o desenvolvimento da alfabetização de crianças até oito anos de idade a partir da análise dessas dimensões, fortalecendo o controle social e a cooperação federativa.

Para a Educação Infantil, destaca-se ainda a política de construção de creches e pré-escolas além da aquisição de equipamentos e mobiliário, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com recursos oriundos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado a crianças de zero a cinco anos.

**Meta 01VW: Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

O principal programa desenvolvido pelo Ministério da Educação com o objetivo de alcançar esta meta é o Mais Educação. O Programa constitui-se em uma estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar, dos tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da educação em tempo integral. Tem como princípios:

- a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais;
- a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral;
- a integração entre as políticas educacionais e sociais; e
- a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral.

O Programa visa fomentar projetos e ações de articulação de políticas sociais e a implementação de ações sócio-educativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens.

O Mais Educação pode ser considerado um indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil, contribuindo para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais.

O Mais Educação é operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As escolas recebem recursos para o ressarcimento de despesas de alimentação e transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de atividades; para a aquisição de materiais de consumo e/ou permanentes; para a contratação de serviços de custeio e capital e para a aquisição de kits de materiais para as atividades escolhidas pela escola.

Em 2012, o programa contou com a adesão de 32.074 escolas. Em 2013, o número de adesões saltou para 49 mil escolas, incluindo o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Na abertura a adesão do ciclo 2014/2015 foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Em 2015, as escolas que aderiram ao programa em 2014 receberam a segunda parcela do plano aprovado, de acordo com a sua execução, tendo sido investidos R\$ 1,26 bilhão.

**Meta 01VZ: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.**

A alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita, tornando possível o uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos.

O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido gradualmente, passando, segundo os índices da Pnad, de 9,7% em 2009 para 8,7% em 2012, 8,5% em 2013 e 8,3% em 2014. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, passando para 8,4% em 2012 e em 2013 o valor apurado foi de 8,2%.

Ainda conforme os dados da Pnad, a taxa de analfabetismo da população rural apresenta os maiores percentuais, mas vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,6%, passando para 21,1% em 2012 e 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2012 e 11,5% em 2013, segundo os dados da Pnad.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O PBA é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R\$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

**Meta 01W0: Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

O conceito de analfabetismo funcional considera as pessoas que, apesar de possuir capacidade de leitura e escrita para realizar as atividades do contexto social, não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental. Mantendo a série histórica já descrita nos monitoramentos anteriores, a taxa de analfabetismo funcional levanta o percentual da população com menos de 4 anos de estudos, correspondendo às séries iniciais do Ensino Fundamental de 8 anos.

Assim, a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, que era de 20,3% em 2009, passou para 18,3% em 2012, alcançando 18,1% em 2013 e 17,6% em 2014, conforme dados da Pnad.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R\$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R\$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

#### **Meta 03S3: Fomentar programas de combate à violência e ao “bullying” na escola e promover educação em direitos humanos.**

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de deficiência.

O MEC ofertou diversas formações abordando temas caros à Educação em Direitos Humanos. Entre 2012 a 2015, foram realizados nove cursos totalizando 54.866 vagas ofertadas, com o envolvimento de 43 Instituições Públicas de Educação Superior, e investimento de R\$ 119 milhões. Dos cursos ofertados nesse período, foram oferecidos em 2015:

- Educação, Pobreza e Desigualdade Social;
- Educação em Direitos Humanos;
- Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça;
- Gênero e Diversidade na Escola;
- Escola que Protege;
- Docência na Socioeducação;
- Escolas Sustentáveis;
- Educação Ambiental; e
- Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis.

Esses cursos foram ofertados nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Em 2015, o valor executado para realização dos cursos foi de R\$ 39.698.993,08, sendo R\$ 28.504.665,00 para pagamento de bolsas e R\$ 11.194.328,08 para o custeio dos Cursos.

#### **Meta 03XH: Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.**

O Projovem Urbano, uma das ações do Plano Juventude Viva, contribui para a promoção de ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos por meio de apoio técnico e financeiro aos entes federados e pagamento de auxílio a estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

A edição 2013, executada até o primeiro semestre de 2015, contou com adesão de 94 Municípios e nove Estados, para atendimento a 100.823 jovens. Já a edição 2014, com curso iniciado em 2015 contou com adesão de 115 Municípios, 12 Estados e do Distrito Federal, para atendimento a 102.610 jovens.

Para a execução das atividades da modalidade Projovem Urbano foram transferidos cerca de R\$ 75 milhões. De 2012 a 2014, já foram beneficiados 332.158 jovens.

Destacam-se, ainda, a execução de ações necessárias ao desenvolvimento

do programa em mais de 300 Municípios, 16 Estados e o no DF destinadas à formação de professores, formadores e gestores, pagamento de profissionais, aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de lanche ou refeição para os alunos e para as crianças de 0 a 8 anos, nas Salas de Acolhimento, custeio da qualificação profissional.

Também está em execução a edição 2014 do Projovem Campo, normatizada pela Resolução CD/FNDE 11/2014, em 14 Estados, 302 Municípios e no Distrito Federal, com meta de atendimento de 42.845 jovens da agricultura familiar. Para o desenvolvimento das atividades, foram alocados, em 2015, mais de R\$ 55,3 milhões para os entes federados que aderiram a essa modalidade.

No período do PPA 2012-2015 foram destinados R\$ 115 milhões para que entes federados executassem o programa. No âmbito das duas modalidades é desenvolvida formação continuada para gestores, formadores e educadores, sendo que, em 2015, foram beneficiados 826 gestores e 922 formadores.

As salas de acolhimento são uma estratégia implementada no Projovem Urbano, a partir da Edição 2012, e no Projovem Campo - Saberes da Terra a partir da Edição 2014, para apoiar os estudantes destes dois Programas, mães e pais, com filhos entre zero e oito anos em sua permanência no Curso até a sua conclusão e certificação. Respondem, assim, a uma demanda desses jovens que há muito gostariam de retomar seus estudos, mas não tinham com quem deixar seus filhos.

Com apoio técnico e financeiro do MEC as Salas de Acolhimento são implementadas pelos entes federados que fazem adesão às duas modalidades do Programa. Entre 2012 e 2014, estas Salas acolheram, aproximadamente, 100 mil crianças, envolvendo cerca de 2.400 educadores.

#### **Demais Resultados**

Para elevar o atendimento escolar, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão na educação básica, o Ministério da Educação (MEC) desenvolve uma série de ações. Merecem destaque as ações de infraestrutura escolar, que têm como objetivo ampliar e qualificar a estrutura física de oferta em escolas da rede pública de educação básica. Nesse sentido, o Governo Federal criou, em 2007, o Plano de Ações Articuladas (PAR), que tem a finalidade de auxiliar Estados e Municípios no planejamento de suas políticas de educação, além de proporcionar um canal de comunicação permanente desses entes com o MEC.

Sendo um instrumento de planejamento plurianual, o primeiro ciclo do PAR abrangeu o período de 2007 a 2010, e o segundo ciclo abrangeu 2011 a 2014. Em 2015, foi estruturado o novo ciclo do PAR em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), o principal ponto de convergência das políticas públicas de educação do País para os próximos dez anos.

Suas diretrizes, metas e estratégias representam a direção para onde devem caminhar os esforços de Estados e Municípios para a consolidação de um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua totalidade.

Para isso, o alinhamento do PAR com o PNE acontece em todas as metas e estratégias relacionadas à educação básica. Também foram implementadas diversas melhorias, tanto de interface, na utilização do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) – Módulo PAR, visando aperfeiçoar a interatividade com os usuários e o conteúdo, com a disponibilização de dados a partir da integração com outros sistemas do MEC, oferecendo aos gestores elementos úteis ao diagnóstico das redes.

Em 2015, os recursos consignados às ações do PAR voltaram-se ao empenho e pagamento de parcelas complementares dos pactos assumidos em exercícios anteriores. Portanto, não foram firmados novos termos de compromisso.

Também como apoio à infraestrutura, no período 2012-2015, foi apoiada a construção de 131 escolas em comunidades quilombolas, em 73 Municípios, com investimento de aproximadamente R\$ 88,7 milhões, totalizando 438 salas de aula. Desse total, em 2012, houve apoio à construção de 29 escolas atendendo a 12 Municípios, com investimento superior a R\$ 21,2 milhões. Em 2013, foram 46 escolas que receberam apoio para construção com valor aproximado de R\$ 26,5 milhões, beneficiando 27 Municípios. No exercício de 2014, com investimento de cerca de R\$ 41 milhões, foram 56 projetos apoiados, em 41 Municípios. Em 2015 não houve assistência financeira para novas construções de escolas quilombolas.

A quantidade total de 131 ações representa 65,50% da meta prevista para o PPA, que era apoiar a construção de salas de aula em, no mínimo,

200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.

Para a Educação Infantil, destaca-se a política de construção de creches e pré-escolas além da aquisição de equipamentos e mobiliário, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com recursos oriundos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado a crianças de zero a cinco anos.

Também com recursos do PAC 2, foi apoiada a construção de novas quadras cobertas e de cobertura de quadras esportivas já existentes vinculadas à rede pública da educação básica.

Devido à finalização do ciclo do PAR no exercício de 2014 e ao contingenciamento orçamentário ocorrido em 2015, os recursos disponibilizados para as ações de infraestrutura educacional nesse exercício foram investidos nos projetos que se encontram em curso, que foram computados em metas de exercícios anteriores. Tal complementação foi realizada de acordo com a situação e o avanço físico de cada obra.

Atualmente, das ações pactuadas para a construção de quadras e coberturas escolares, 2.440 encontram-se concluídas, 4.112 estão em execução, 490 paralisadas e 2.987 ainda não iniciaram.

Do total de creches e pré-escolas, 1.274 estão concluídas, 1.269 encontra-se em execução, 363 paralisadas e 3.149 não iniciaram.

No que se refere às escolas quilombolas, 14 obras foram concluídas, 102 estão em execução, três encontram-se paralisadas e 12 não iniciaram.

Com recursos oriundos do PAC 2, de 2012 a 2015, foi apoiada a construção de 6.187 unidades de educação infantil, beneficiando 2.736 Municípios nos 26 Estados, além do Distrito Federal, e cujas obras superam o valor de R\$ 8,5 bilhões. Essa quantidade de ações apoiadas equivale a aproximadamente 88,3% da meta prevista para o período, que era de apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas. Desse total foram aprovadas as construções de 3.135 até 2012, atendendo a mais de 1.600 Municípios.

Em 2013, foram apoiadas as construções de 2.092 estabelecimentos de educação infantil, em 1.004 Municípios além do Distrito Federal, com valor de aproximadamente R\$ 3 bilhões. No exercício de 2014, com mais de R\$ 1,2 bilhão de investimento, foram apoiados 715 Municípios com a aprovação de 958 unidades de educação infantil. Em 2015, dois projetos foram apoiados, de dois municípios que já possuíam ação cadastrada no exercício anterior.

Por se tratarem de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação infantil, além de ser parte substancial do programa Proinfância, em 2015, foram atendidas com mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento 232 unidades escolares, concluídas e em andamento, em mais de 113 Municípios, com investimento superior a R\$ 20,6 milhões.

No período do PPA 2012-2015, foram apoiadas as construções de 6.842 quadras esportivas escolares em todos os Estados Brasileiros, em 3.326 Municípios e no Distrito Federal, com valor total de investimento de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. Foi aprovada a construção de 3.009 quadras até 2012. Em 2013, foram mais 3.027 quadras, beneficiando mais de 2.117 Municípios. No exercício de 2014, para implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, foram apoiadas as construções de 806 quadras escolares e 337 coberturas de quadras. Em 2015, não houve assistência financeira para novas ações.

Quanto à Cobertura de quadras esportivas escolares, no período de 2012 a 2015, a meta era apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares. Nesse período, foram apoiadas as construções de 3.346 unidades em 1.914 Municípios, que resultaram no investimento de mais de R\$ 684 milhões em 25 Estados e no Distrito Federal, o que equivale a 66,92% da meta estabelecida.

Até 2012 foram aprovadas as construções de 1.667 coberturas de quadra. Em 2013 foram 1.342, em 1.174 Municípios, com valor total de investimento aproximado de R\$ 1,8 bilhão. No exercício de 2014, foram apoiados construções de 337 coberturas de quadras. Em 2015, não houve assistência financeira para novas ações de cobertura de quadra.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos

para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que procura oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Além dessas avaliações, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que permite aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores se candidatem a vagas em instituições públicas de ensino superior e a programas do Governo como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Observa-se o aumento de cerca de 33% no número de inscritos no Enem no período 2012-2015. Ao mesmo tempo, houve processo de fortalecimento da qualidade do exame, com melhorias no processo de gestão, da qualidade pedagógica e do processo de correção de redação.

A edição 2015 do Enem, contou com 7,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Mais de 5 milhões de redações foram corrigidas por 10 mil avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 120 horas. Atualmente, 131 instituições públicas de educação superior brasileiras utilizam o Exame em seus processos seletivos.

Destaca-se, ainda, que o edital 2015 do Enem assegurou atendimento especializado, específico e pelo nome social aos participantes que deles comprovadamente necessitaram. A demanda por inscrição pelo nome social triplicou (278 solicitações), o que significa avanços no reconhecimento da identidade das pessoas, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades.

Nessa edição, também foram adotadas medidas para redução dos custos com a aplicação do Exame, como por exemplo, a divulgação, exclusivamente pela internet, do cartão de confirmação da inscrição e o aumento do número de participantes por sala para a realização das provas. As medidas representaram uma economia de R\$ 46 milhões.

Outra ação importante, em 2015, foi a estruturação do Serviço de Atendimento ao Pesquisador (SAP), a fim de atender às solicitações de acesso controlado à base de dados para pesquisa das informações levantadas por meio de censos, exames e avaliações realizadas pelo Inep. No SAP, consultores, professores e pesquisadores podem solicitar acesso a essas informações em um ambiente seguro para a consulta.

No desenvolvimento de suas atribuições legais, o MEC também investiu em programas e projetos de formação e valorização de profissionais da educação básica na modalidade presencial, com destaque para o Programa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

O Pibid é uma ação de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes que em 2013 concedeu 49.321 bolsas passando para 90.247 bolsas em 2014, mantidas em 2015, sendo beneficiados 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Programa 283 IES, distribuídas em 854 campus e organizadas em 2.997 subprojetos em 6.055 escolas de educação básica. No ano de 2015 foram investidos R\$ 506 milhões em bolsas, no âmbito do Pibid.

O Parfor é destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior exigida pela LDB. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 Municípios, localizados em 24 unidades da Federação. Nesse período, o Parfor atendeu professores oriundos de 2.611 Municípios. Em 2015, frequentaram os cursos do Parfor 44.124 professores da educação básica e 18.673 professores os concluíram. Nesse mesmo ano, foram investidos mais de R\$ 114,8 milhões em bolsas no Programa.

O SisFor é um sistema informatizado desenvolvido em 2014 com o objetivo de dar suporte à execução dos diversos programas de formação de profissionais da educação básica. O SisFor promove a organização e gestão das ações de formação ofertadas pelo MEC reunindo informações sobre os cursos e cursistas.

Com o objetivo de subsidiar e promover a capacitação dos profissionais do magistério da educação básica na modalidade a distância, o Sistema

Universidade Aberta do Brasil (UAB) contou, no ano de 2015, com 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 173 mil alunos matriculados. Atualmente, o Sistema UAB conta com 785 cursos ativos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo e pós-graduação lato e stricto sensu.

Desde seu início, em 2006, o Sistema UAB ofertou mais de 730 mil vagas, contando atualmente com mais de 130 mil formados, sendo 71% em cursos de formação inicial e continuada de professores e 16% em cursos de graduação e especialização destinados a servidores públicos, incluindo dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica.

Com vistas a formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, o MEC fomenta a oferta de Mestrados Profissionais. Foram recomendados no período de 2012-2015, programas de mestrado profissional em rede nacional para formação de professores nas áreas Português (ProfLetras), Artes (ProfArtes), Educação Física (Prof Educação Física), Física (ProfFísica), Química (ProfQuímica), História (ProfHistória) e Ciências Ambientais (ProfCiamb). O programa para formação de professores de matemática (ProfMat), foi recomendado em 2011 e ampliou suas atividades neste período, contando, no ano de 2014, com cerca de 2,6 mil alunos matriculados.

Os programas Prof Educação Física, ProfCiamb e ProfQuímica tiveram sua autorização para funcionamento em 2015, com início das atividades previsto para março de 2016. Nos Mestrados Profissionais, já foram formados mais de 1.000 alunos. Em 2015, foram investidos R\$ 73,5 milhões em bolsas, registrando 5.853 bolsistas nos Mestrados Profissionais.

Em 2015, o MEC deu continuidade à prestação de assistência técnica aos Municípios para a elaboração e adequação de planos de carreira dos profissionais de educação. Essa assistência deu-se por meio de participação em fóruns regionais e nacional promovidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); em oficinas regionais; e em atendimento direto a secretarias municipais de educação.

Destaca-se a conclusão do Sistema de Apoio à Gestão dos Planos de Carreira (SisPCR), que auxiliará Estados, o Distrito Federal e Municípios no processo de elaboração, reelaboração e simulação dos planos de carreira dos profissionais da educação. Esse sistema, acompanhado de um manual de apoio operacional, constitui-se em um instrumento fundamental para os gestores municipais de educação na simulação e monitoramento dos planos de carreira.

Com o objetivo de ampliar a assistência técnica aos entes federativos, o MEC, em parceria com Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Undime, constituiu uma Rede de Assistência Técnica, que apoiará os entes federativos na elaboração, reelaboração ou adequação dos planos de carreira a partir de 2016, em busca do cumprimento da meta 18 do PNE. Com tais iniciativas pretende-se estimular gestores e trabalhadores a procurarem acordos sobre planos que valorizem os profissionais, permitam o cumprimento do piso salarial profissional nacional e sejam sustentáveis do ponto de vista orçamentário.

No decurso dos meses de novembro e dezembro de 2015, foram realizados processos formativos com todos os técnicos e coordenadores indicados pela Undime e Consed, nas cinco regiões brasileiras.

Com o trabalho iniciado por meio da Rede de Assistência Técnica constituída pela Sase junto aos entes federativos, os planos de carreira serão qualificados de modo a atender às exigências legais e ao cumprimento das metas do PNE.

Com a finalidade de dar cumprimento à determinação do Plano Nacional de Educação (PNE) de instituir o Sistema Nacional de Educação (SNE), até 2016, o MEC, em continuidade aos estudos desenvolvidos em 2014, elaborou o documento "Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o País". O SNE é o responsável pela articulação entre os sistemas de ensino para a efetivação, em regime de colaboração, das diretrizes, metas e estratégias do PNE (art. 13 da Lei nº 13.005/2014).

Para que o direito à educação seja atendido, as condições objetivas e concretas das instituições educacionais precisam ser garantidas, pois elas afetarão as demais condições da oferta. Não há como discutir o Sistema Nacional de Educação ou trabalhar na sua gestão sem falar em Custo Aluno Qualidade (CAQ), com a ação supletiva desenhada para a sua garantia. Assim, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de buscar consenso em torno desse tema.

O GT apresentou, e está em fase de discussão, um ensaio de mecanismo possível de implementação gradual do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), para subsidiar e qualificar o debate com o Conselho Nacional e conselhos estaduais e municipais de educação, com dirigentes estaduais e municipais,

com o Fórum Nacional de Educação, com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com a sociedade em geral.

Outro aspecto a ser considerado é o desafio de estimular e ampliar a cooperação entre os entes federativos como parte estratégica da agenda instituinte do SNE. Desse modo, o MEC envida esforços para aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de cooperação federativa, estimulando as formas de colaboração, desempenhando um papel mediador, indutor e facilitador da pactuação.

Desde de 2013, o MEC trabalhou para aperfeiçoar a relação federativa no campo da política educacional. Uma importante ação nesse sentido foi o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, o MEC atuou em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para uma estratégia integrada que se constituiu na implantação de uma rede de apoio técnico nas 27 unidades da Federação.

O apoio técnico se constituiu na indicação de técnicos que passaram a integrar o quadro de avaliadores educacionais com a finalidade de prestarem assistência técnica para o processo de adequação ou elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação.

O diálogo construído pelo MEC com as secretarias, conselhos e fóruns de educação, aliado à capilaridade do trabalho da rede de assistência técnica, à dinâmica de atualização diária das informações no site e à mobilização de setores estratégicos (como o Ministério Público e os tribunais de contas), permitiu que um expressivo resultado fosse observado: 19 Estados e o Distrito Federal e 5.441 Municípios elaboraram ou adequaram seus planos de educação em leis sancionadas até dezembro de 2015, num movimento inédito e histórico para a educação nacional.

Os esforços, a partir de agora, serão dirigidos ao acompanhamento sistemático dos planos em vigor, com material técnico adequado e formação das equipes locais para o monitoramento contínuo e avaliações periódicas, com ampla mobilização e participação social.

#### 4.2.2. Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica (EPT) ocupa lugar de destaque na agenda da Pátria Educadora. Como ocorre em diversos países, ela contribui de forma estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O Governo Federal trabalha para que seu fortalecimento se dê de maneira associada aos objetivos de desenvolvimento e às necessidades do País.

Para isso, são necessários esforços conjuntos, envolvendo governos, setor produtivo e sociedade em geral, priorizando o desenvolvimento territorial e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. As instituições de ensino profissional e tecnológico devem fortalecer a sua articulação com o setor produtivo e estabelecer itinerários formativos que possibilitem ao jovem ou trabalhador iniciar a sua formação profissional em cursos de qualificação profissional e avançar até a graduação tecnológica ou mestrado profissional.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras.

O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos. Dentre as metas do PNE, destaca-se um conjunto de metas que se refere mais especificamente à educação profissional e tecnológica. São elas:

- Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;
- Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Tais metas requerem mudanças no valor social da formação técnica e profissional, pois ainda há questões culturais que impactam na atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica.

Em consonância com o PNE 2014-2024, o PPA 2012-2015 teve como eixos norteadores:

- a expansão da oferta de vagas na educação superior;
- a garantia de qualidade na educação;
- a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Deve-se ressaltar, ainda, que as metas e estratégias propostas no PNE dependem do esforço conjunto da União, Estados e Municípios.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), desenvolvido pelo Governo Federal desde 2011, tem um papel importante no atingimento das metas do PNE.

Este programa tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Busca, também, ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio e FIC, no âmbito da iniciativa Bolsa-Formação.

Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) também trabalhou fortemente para aprimorar a oferta e os controles relativos ao Pronatec. Nesse ponto, destaca-se a publicação de nova regulamentação para a iniciativa Bolsa-Formação, que trouxe a exigência de utilização do Cadastro Pessoas Físicas (CPF) de cada estudante para confirmação de frequência para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%.

Outro elemento estratégico nesse processo de aperfeiçoamento da educação profissional e tecnológica é o estabelecimento de ações de cooperação internacional junto aos institutos federais.

A internacionalização estabelecida visa vincular o local ao global, promovendo a melhoria das instituições, o aperfeiçoamento de alunos, professores e técnicos, a otimização das ações de gestão, além do compartilhamento de experiências e da busca de boas-práticas.

Nesse contexto, são realizadas, em conjunto com outras instituições do Governo Federal, ações de promoção da mobilidade estudantil e docente, pesquisas integradas com outros países, estágios internacionais, ações de cooperação técnica, dentre outras ações que geram oportunidades de aperfeiçoamento da rede federal.

O contexto econômico vivenciado atualmente pelo País, aliado às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige um forte investimento na formação dos trabalhadores, de forma a garantir a ampliação qualitativa e quantitativa dessa oferta.

O momento traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que incorpore elementos inseridos no âmbito das relações sociais, na perspectiva da promoção da equidade, da igualdade entre os sexos, do combate à violência contra os jovens e as mulheres, do acesso à educação e ao trabalho e da preservação da vida humana e do meio ambiente.

Nesse contexto, aponta-se para uma perspectiva de formação de um trabalhador qualificado, capaz de se tornar um agente político, de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um País menos desigual e mais justo.

**OBJETIVO 0582: Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.**

O Objetivo contempla iniciativas que visam, principalmente, à reestruturação

e à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; à expansão e à qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta de cursos a distância; e à ampliação do acesso gratuito a cursos de educação profissional em instituições públicas e privadas.

A atuação do Ministério da Educação (MEC), nesse sentido, se dá principalmente por meio do Pronatec, que criou novas iniciativas e incorporou iniciativas bem-sucedidas anteriores à sua criação, em 2011, e integrou diferentes ações, atores e redes de educação profissional.

Para aprimoramento do Programa, em 2015, foram publicadas novas regulamentações para a iniciativa Bolsa-Formação, com destaque para a exigência de confirmação de frequência pelo estudante para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%.

Além disso, foi regulamentado o financiamento de cursos a distância por meio das iniciativas Bolsa-Formação e Rede e-Tec Brasil.

A ampliação da oferta de cursos a distância por meio do Pronatec contribuiu para a democratização e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Ainda foram conduzidas ações para desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, expansão de polos de apoio presencial, formação de professores e utilização de plataformas abertas. Além das ações de aprimoramento do programa citadas, foi estimulada, ainda, a estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz.

Em relação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que conta com um total de 562 unidades em 512 Municípios, foram realizados investimentos de, aproximadamente, R\$ 825 milhões em 2015. Somente com o orçamento próprio, destinado às instituições na Lei Orçamentária Anual, a Rede Federal acumulou 771 mil matrículas regulares, sendo 229 mil de estudantes ingressantes.

Além disso, as instituições da Rede Federal atuaram fortemente como ofertantes da Rede e-Tec Brasil e da Bolsa-Formação do Pronatec, com cerca de 130 mil matrículas realizadas na rede federal. A Rede Federal passou a ofertar em 2015 mais 243 cursos, alcançando 4.489 ofertas de todos os tipos e níveis de curso, sendo 334 cursos de bacharelado, 370 licenciaturas, 413 tecnólogos, 104 especializações, 25 mestrados, 27 mestrados profissionais, quatro doutorados, 1.170 formações iniciais e continuadas e 2.032 técnicos.

Das 208 novas unidades da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento. Em 2015 foram publicadas as últimas 45 portarias de autorização de funcionamento das unidades da Expansão 2011-2014.

Complementarmente, foram realizadas diversas ações para renovação dos processos e instrumentos de gestão e controle da Rede Federal, com foco na missão consignada aos institutos federais pela legislação (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), tais como a elevação da relação aluno professor e oferta de pelo menos 50% de matrículas em cursos técnicos de nível médio. De 2011 a 2015, esse percentual de matrículas ficou em torno de 60% na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Com a finalidade de orientar as instituições da Rede Federal na elaboração e aperfeiçoamento dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal, monitorar sua execução e propor mecanismos de divulgação de ações institucionais e dos seus resultados, o MEC publicou, em julho de 2015, portaria criando a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito da Rede Federal. Atualmente, cada instituição está elaborando seu planejamento de ações estratégicas para a área.

No âmbito das políticas de inovação, começaram a funcionar os primeiros cinco Polos de Inovação dos Institutos Federais, selecionados a partir de chamada pública da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao MEC. Os polos integram as estruturas organizacionais dos institutos federais e são unidades compostas por laboratórios de pesquisa aplicada, atuando em uma área de competência específica.

Alunos e professores do próprio instituto, profissionais das indústrias e pesquisadores do Brasil e até do exterior são responsáveis pela execução dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Os Polos Embrapii

de Inovação criados em 2015 foram:

- IF Ceará – Fortaleza (sistemas embarcados e mobilidade digital);
- IF Espírito Santo – Vitória (metalmecânica);
- IF Bahia – Salvador (equipamentos médicos e hospitalares);
- IF Fluminense – Campos dos Goytacazes (monitoramento e instrumentação para o ambiente); e
- IF Minas Gerais – Formiga (sistemas automotivos inteligentes).

No âmbito da qualificação de servidores da Rede Federal, têm destaque os programas para qualificação de docentes em países com destacada atuação na educação profissional.

O programa Professores para o Futuro, por exemplo, enviou docentes dos institutos federais para capacitação, por cinco meses, em universidades de ciências aplicadas da Finlândia. Nesse modelo de formação, 105 professores já foram capacitados no Canadá e na Finlândia.

Outros 457 professores foram encaminhados para capacitação por meio de quatro chamadas lançadas até o final de 2015. Além disso, 317 servidores foram capacitados em Tecnologia da Informação e 200 gestores participaram de cursos de capacitação em gestão, realizados em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Foram ofertadas ainda, para o biênio 2015/2016, mil vagas para o curso Pós-Graduação lato sensu em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, 268 vagas para mestrado e 100 vagas no Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e, aproximadamente, 6 mil vagas em cursos financiados pela Bolsa-Formação, na modalidade de demanda Pronatec Serviços Públicos, para os servidores da Rede.

O empenho em torno do Pronatec e o fortalecimento da educação profissional brasileira pode ser observado na evolução do Brasil na *WorldSkills*.

O Brasil foi o campeão da 43ª edição da *WorldSkills Competition*, a maior prova prática para estudantes da educação profissional e tecnológica do mundo, realizada em São Paulo em 2015. Após quatro dias de competição, a equipe brasileira foi premiada com 11 medalhas de ouro, dez de prata e seis de bronze.

O País ainda contou com 18 certificados de excelência. Os números deram 99 pontos ao Brasil, o melhor resultado da história do País. Na edição de 2011, realizada em Londres, o País ficou em oitavo lugar na classificação geral. Em 2013, em Leipzig, Alemanha, subiu para a quinta colocação.

O número de competidores subiu de 28 em 2011 para 56 em 2015, com destaque para os estudantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial (Senai e Senac).

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

- 1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício
- 2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.
- 3 Consulta ao Siafi em 31/12/2015 (Autorizado para o Exercício: R\$ 8,0 bi / Empenhado: R\$ 6,4 bi)

## Análise do Alcance das Metas Quantitativas

### Meta 01SA: Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para 562.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma das iniciativas do Pronatec, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade em 2015.

Para dar continuidade à consolidação das unidades criadas até o final de 2014, bem como à modernização das demais unidades da Rede Federal, em 2015, foram investidos R\$ 825 milhões no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal.

### Meta 01SI: Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.

De 2011 a 2015, foram realizadas mais de 9,2 milhões de matrículas pelo Pronatec, entre cursos técnicos e cursos de qualificação profissional. Somente até novembro de 2015, por meio das cinco iniciativas do Programa, foram realizadas 1,14 milhão de matrículas, perfazendo um orçamento de R\$ 4,7 bilhões e atendendo cerca de 3 mil Municípios.

O número total de matrículas ainda está em apuração e a previsão é de que se atinja 1,3 milhão de matriculados em 2015. Participaram desse esforço, como parceiros demandantes, 15 ministérios e as 27 secretarias estaduais e distrital de educação e, como parceiros ofertantes, todas as redes de educação profissional do País. **Meta 03VD: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.**

Desde sua implantação, em 2011, o Programa Mulheres Mil realizou 82.358 matrículas em todo o País, sendo 7.294 matrículas em 2015. A partir de 2014, o Programa Mulheres Mil passou a ser atendido pela iniciativa Bolsa-Formação do Pronatec.

Assim, as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social são amplamente atendidas por outras modalidades de demanda da Bolsa-Formação do Pronatec, com destaque para o Pronatec Brasil sem Miséria.

Cabe destacar que, por meio do Pronatec Brasil sem Miséria, registra-se o valor acumulado de mais de 1,7 milhão de matrículas, ressaltando que cerca de dois terços das matrículas são ocupadas por mulheres.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 2013

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS <sup>3</sup>	
		2014	2015
0582	No Exercício <sup>1</sup>	5.497.651.543	4.391.957.603
	RPNP <sup>2</sup>	1.429.464.722	1.120.550.946
	Gastos Tributários		
TOTAL DO OBJETIVO		6.927.116.265	5.512.508.549

### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2011-2012	2013	2014	2015	
Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica para 562.	Escolas	562	430	470	562	562	100%
Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.	Vagas	8.000.000	2.559.314	5.571.312	8.123.689	9.200.000*	117,5%
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.	Mulheres	100.000	18.787	37.183	75.064	82.358	82,3%

Fonte: Setec/MEC / \*expectativa. O número exato de matrículas será divulgado na última semana de fevereiro /2016.

### **Meta 01S9: Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.**

As metas 11 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecem, por meio de estratégias, o atingimento da relação de 20 alunos por professor para a educação profissional técnica de nível médio e 18 alunos por professor para a educação superior.

O acompanhamento de tal relação tem contribuído para o desenvolvimento das ações de consolidação das unidades, de forma a garantir o adequado desenvolvimento das atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A Portaria Ministerial MEC nº 818, de 13 de agosto de 2015, regulamentou o conceito de Aluno-Equivalente e a Relação Aluno por Professor (RAP). Nessa mesma data, foi publicada a Portaria Setec nº 25, que definiu conceitos e estabeleceu fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das instituições da Rede Federal.

A partir da publicação dessas portarias, foram definidos os indicadores de gestão a serem implementados na Rede Federal, suas metas, valores de referência e método de cálculo.

Assim, em 2015, a RAP da Rede Federal passou por atualização na forma de cálculo, considerando a já citada regulamentação do conceito de Aluno-Equivalente.

O conceito é aplicado a todos os cursos, desde a qualificação profissional até a pós-graduação. São considerados a carga horária, o número de docentes e o grau de complexidade dos cursos, especialmente a exigência de aulas práticas com divisão de turmas.

A medida contribuiu para o aprimoramento dos instrumentos de gestão, indicadores e desenvolvimento das instituições, além de promover maior transparência dos resultados apresentados pelas instituições para a sociedade. Com a nova metodologia, que considera Aluno-Equivalente, em 2015, a RAP da Rede Federal atingiu o valor preliminar de 18,5 estudantes por professor.

### **Meta 01SC: elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.**

O Pronatec constitui o esforço mais representativo do Governo Federal para elevar o número de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica. Foram realizadas, entre 2011 e 2015, mais de 9,2 milhões de matrículas em cursos técnicos e cursos FIC, por meio do Pronatec, com previsão de alcance de 1,3 milhão de matrículas em 2015.

Importante ressaltar que cerca de 30% da oferta do Pronatec se deu em cursos técnicos e essa expansão, viabilizada pelo esforço de todas as redes de educação profissional e tecnológica, refletiu-se nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2014, que registrou um aumento de matrículas em cursos técnicos de nível médio, de 1.250.900 matrículas em 2011 para 1.741.528 em 2014, considerando apenas cursos técnicos concomitantes, subsequentes e integrados ao ensino médio.

Além disso, em 2014 foram registradas, conforme dados do Censo Escolar, 42.875 matrículas em cursos de técnicos na modalidade educação de jovens e adultos e 101.201 matrículas em cursos normais/magistério.

Considerando todas essas formas de oferta, entre 2011 e 2014 houve um crescimento de 29,36% na oferta, passando de 1.457.623 matrículas em 2011 para 1.885.604 em 2014.

Esse aumento significativo também é registrado nos cursos superiores de tecnologia, que passaram de 870.534 matrículas em 2011 para 1.029.767 matrículas em 2014, conforme os dados do Censo de Educação Superior.

### **Meta 01SE: Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.**

Por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, de 2011 a 2014, foram realizadas 2,7 milhões de matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo de Gratuidade e Rede Federal.

Em 2015, foram realizadas cerca de 440 mil matrículas em cursos técnicos pelo Pronatec. Uma das formas de acesso aos cursos técnicos subsequentes é o Sisutec, que utiliza notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para seleção dos estudantes.

Em 2015 participaram da seleção 196.855 estudantes inscritos e foram realizadas 62.163 matrículas.

Entre os desafios para expansão da oferta, está a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que, cada vez mais, reflitam a demanda por formação profissional e o incentivo à progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos e reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências.

Ambas as frentes têm sido priorizadas pelo Pronatec, seja pela articulação entre os parceiros ofertantes e demandantes, seja pela priorização de vagas de cursos que componham itinerários, bem como pela garantia de continuidade de matrícula para o estudante que se matriculou em cursos dessa natureza.

A Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio. A Linha de Base do PNE, elaborada pelo Inep/MEC e divulgada em 2015, considera, para acompanhamento da Meta 11, as seguintes etapas: cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes, ensino médio integrado à educação profissional e EJA articulada à educação profissional, já acompanhadas nos Monitoramentos do PPA anteriores e, ainda, ensino médio normal/magistério.

Assim, segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2014, estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio 1.885.604 estudantes. Considerando as mesmas etapas e modalidades, em 2011, eram 1.457.623 matrículas, o que reflete os esforços envidados nessa frente.

## **Demais Resultados**

A meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que 25% dos cursos de educação de jovens e adultos (EJA) sejam integrados à educação profissional e tecnológica. Dessa forma, os indicadores de acesso e permanência evidenciam que é preciso integrar a formação geral oferecida na EJA com a formação profissional, nas etapas do ensino fundamental e médio.

Além disso, é preciso implantar a prática do reconhecimento de saberes e competências nas instituições de ensino, tornando mais atrativo o acesso e a permanência dos jovens e adultos que não terão que estudar novamente conhecimentos que já possuem, evitando que o curso tenha duração mais longa que o necessário.

A EJA articulada à educação profissional e tecnológica abre novas oportunidades de continuidade dos estudos para os jovens e adultos que, por meio dos itinerários formativos, poderão concluir a EJA e seguir a sua formação em cursos técnicos e posteriormente cursos tecnológicos.

É preciso, ainda, que essa modalidade de educação aprimore a sua qualidade e amplie a sua atratividade e valorização junto aos jovens. Dessa forma, será possível aumentar mais rapidamente a produtividade do trabalho e a cultura da inovação, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do País.

As matrículas em cursos técnicos na modalidade EJA registradas pelo Censo Escolar da Educação Básica partiu de 35.993, em 2012, para 42.875, em 2014.

Dadas as dificuldades de implementação das políticas de ampliação da quantidade de vagas ofertadas em cursos de EJA na forma articulada à educação profissional pelas redes de educação profissional, deve haver processo de indução para esta ação, por meio de priorização de oferta no âmbito das iniciativas do Pronatec.

Para isso, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu uma agenda de ações estratégicas, visando à articulação das redes de educação profissional e tecnológica com as redes de EJA, bem como outros agentes sociais e, especialmente, os ministérios que tratam de políticas de cunho social e aquelas voltadas ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o MEC está construindo, junto aos ministérios do Trabalho (MT), da Pesca e Aquicultura (MPA), da Cultura (MinC), do Turismo (MTur)

e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estratégias para identificação de demandas e mobilização dos trabalhadores para os processos de certificação.

A partir do trabalho realizado junto aos ministérios citados, as ações serão estendidas para outros ministérios e agentes sociais, tendo em vista a consolidação da Rede Certific em 2016.

Considerando a atuação dos institutos federais e a incorporação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como instituições certificadoras, foram definidas estratégias para a participação dessas instituições, sobretudo, visando à garantia de gratuidade na oferta e à utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e formação inicial e continuada (FIC), inclusive com elevação de escolaridade para o público da EJA.

Com a participação desses diversos interlocutores, busca-se a ampliação da oferta em consonância com as demandas sociais e econômicas, para que o acesso a cursos técnicos e de qualificação profissional repercuta na elevação de escolaridade e na inserção no mundo do trabalho.

Ainda com o objetivo de realizar o alinhamento de ações, está em construção um documento referência para a educação profissional articulada à EJA, que define diretrizes operacionais para a atuação das redes públicas e mecanismos para fortalecimento e ampliação da oferta e mobilização do público para acesso às vagas.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio que tem como oportunidades a expansão das redes públicas de educação profissional e tecnológica, viabilizada, entre outros, pela Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelo Programa Brasil Profissionalizado.

A expansão das redes estaduais de EPT é uma ação importante no âmbito do Pronatec, pois amplia a estrutura permanente para a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, com escolas técnicas estaduais construídas, ampliadas, reformadas e equipadas para oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em 2015, no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado, 49 obras foram concluídas, sendo 15 ampliações, 22 construções e 12 reformas. Com isso, desde 2011, foram concluídas 341 obras no âmbito do Programa.

Outro destaque na expansão da oferta é a alteração da lógica da oferta de educação profissional, que foi sempre definida pelas instituições de ensino e não pela demanda do mundo do trabalho, o que foi modificado pela relação entre ofertantes e demandantes do Pronatec.

Entre os desafios, destacam-se as limitações relativas ao financiamento, seja de vagas por meio da Bolsa-Formação e da Rede e-Tec Brasil ou da expansão das redes públicas de educação profissional e tecnológica.

Nessa seara, o MEC tem envidado esforços para a ampliação da oferta de cursos a distância, para o desenvolvimento e o compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, expansão de polos de apoio presencial, formação de professores e utilização de plataformas abertas, estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz, além de ações voltadas para o fortalecimento das iniciativas de reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências profissionais desenvolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem, em articulação com os demais sistemas de ensino.

#### 4.2.3. Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

É inquestionável a relevância da educação superior para a caminhada rumo ao desenvolvimento e à geração de inovações tecnológicas e dinamismo econômico.

Considerando que a educação deve observar os ideais de solidariedade humana e liberdade e ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e ainda, igualdade de condições para o acesso e permanência, o Ministério da Educação (MEC) vem investindo significativamente na educação superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões, em 2003, para 7,8 milhões em 2014. Além disso, observa-se o crescimento na oferta de vagas em graduação

presencial nas universidades federais de 109 mil, em 2003, para 251 mil, em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1%, em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definido conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras.

O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos. Dentre as metas do PNE, destaca-se um conjunto de metas que se refere mais especificamente ao ensino superior. São elas:

- Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público;
- Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores;
- Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Em consonância com o PNE 2014-2024, o PPA 2012-2015 teve como eixos norteadores: a expansão da oferta de vagas na educação superior; a garantia de qualidade na educação; a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Deve-se ressaltar, ainda, que as metas e estratégias propostas no PNE dependem do esforço conjunto da União, Estados e Municípios.

No âmbito da pós-graduação, o sistema de ciência e tecnologia conta com uma infraestrutura e um modelo de capacitação de recursos humanos de alto nível que tem propiciado inúmeros benefícios concretos, possibilitando ao Brasil expandir sua autonomia científica e tecnológica em curto prazo.

Nesse contexto, é necessário garantir que o maior número possível de alunos possa concluir seus estudos, bem como atrair um contingente de alunos novos, estimulando-os a ingressar na carreira acadêmico-científica.

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Governo Federal. Os desafios para alcançar esse objetivo estão sendo enfrentados, e muitas políticas públicas estão sendo aprimoradas para buscar, com a colaboração dos entes federados, uma educação de qualidade para todos, com redução das desigualdades.

**OBJETIVO 0841 – Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.**

São notórias as transformações vivenciadas na educação superior nos últimos anos, refletindo o esforço do Governo Federal no empreendimento de programas e ações que busquem ampliar o direito de acesso a esse nível de ensino, que historicamente se configurou reservado a uma pequena parcela da sociedade.

Na última década, além da ampliação do número de instituições federais de ensino superior (Ifes), ocorreu um grande investimento no processo de interiorização da oferta de vagas em universidades federais, por meio da criação de novos câmpus e, ainda, foco na integração regional e internacional.



Tais ações vêm contribuindo para a permanência e a diplomação dos estudantes e a democratização do acesso às universidades, públicas e privadas.

As ações implementadas pelo MEC vêm possibilitando uma expansão significativa da Educação Superior pública federal, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso.

Em 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso e registradas 958.796 matrículas.

Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas Ifes, que, em 2014, atingiu a marca de 87,8 mil, totalizando mais de 1 milhão de matrículas em graduação nas universidades federais.

O MEC é responsável pela regulação, supervisão e avaliação do sistema federal de educação, do qual fazem parte as instituições de ensino superior públicas federais e as instituições privadas. O sistema federal representa 91% das instituições de ensino superior, 84% dos cursos superiores ofertados e 89% das matrículas da educação superior do País.

Ressalta-se que a supervisão e regulação tem como objetivo acompanhar constantemente a situação da oferta da educação nos cursos e IES no Sistema Federal de Ensino a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável; resguardar os interesses dos alunos, comunidade acadêmica e sociedade e induzir a elevação da qualidade da educação superior ofertada pelas IES.

Diante desse universo de instituições e cursos de educação superior, o Governo Federal tem buscado novas estratégias de regulação e supervisão, com a edição de atos normativos e a publicação de manuais, resultando em maior capacidade logística e agilidade no tratamento dos processos regulatórios e demandas por expansão da educação superior, conforme as metas do PNE.

Em 2015, foram editados 9.260 atos regulatórios, destacando-se 1.796 autorizações de cursos, 5.906 reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos e 1.372 aditamentos. Além disso, foram editados 590 atos de supervisão, que visam ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade. Exemplo deste esforço encontra-se na instituição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O Sisu é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação superior pública, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de um sistema informatizado.

O Sisu contou, em 2015, com a participação de 128 instituições públicas e gratuitas de educação superior que ofertaram 205.514 vagas em 5.628 cursos na edição do primeiro semestre. Foram 2.791.334 candidatos inscritos e 5.431.904 inscrições (considerando que cada candidato pode escolher até dois cursos).

Na edição do segundo semestre, foram ofertadas 55.571 vagas em 1.564 cursos de 72 instituições. No total, 131 instituições públicas e gratuitas distintas ofertaram 261.085 vagas pelo Sisu no ano de 2015.

O ProUni, instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos.

Também em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fies possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC.

Entre 2010 e 2015, o Fies registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos (sendo 1,95 milhão no período do PPA 2012-2015). Em 2015, o Fies passou por reformulações para garantir melhor distribuição dos

recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior.

O Programa de Extensão Universitária (Proext) é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

O programa apoiou, em todo o território nacional, 656 propostas de extensão universitária em 2015, com um orçamento total de R\$ 85 milhões.

Já o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 2007, visa combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal.

Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Pnaes oferece assistência para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, e apoio pedagógico.

De 2012 a 2015 foram investidos mais de R\$ 2,7 bilhões, sendo que em 2015, esse valor foi de R\$ 895 milhões.

Destaca-se, ainda, o Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo os estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em instituições federais, com a finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação.

No período de 2013 a 2015 foram concedidas 336.583 bolsas com recursos de aproximadamente R\$ 177 milhões.

Em 2013 o Programa beneficiou 6.581 estudantes e em 2014, foram 15.422 estudantes beneficiados.

Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20 mil estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas, totalizando um investimento de R\$ 106,6 milhões.

O Programa Incluir, que tem como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, em 2015, disponibilizou recursos na ordem de R\$ 11,3 milhões para universidades federais executarem ações no âmbito do programa, de acordo com a quantidade de alunos matriculados na graduação presencial.

No período de 2011 a 2015 foram investidos mais de R\$ 41 milhões em Universidades federais distribuídas em todas as unidades federativas do País, a fim de apoiar o desenvolvimento inclusivo das Ifes.

As ações de promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas de educação superior, tem resultado no crescimento das matrículas dos estudantes com deficiência, que em 2003 eram 5.078, chegando a 33.475 em 2014, o que representa um crescimento de 559%.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) destina-se a ofertar acesso a cursos de graduação em instituições de educação superior brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico.

Em 2015, 59 estudantes de 14 países concluíram seus estudos de graduação, de um total de 1.921 alunos regulares de 49 instituições de educação superior (IES).

É importante observar que, em função das greves nas universidades, muitas IES públicas que concentram 93% dos estudantes do programa ainda não concluíram o período letivo de 2015. Espera-se, portanto, que, até março de 2016, outros 238 alunos concluíam seus cursos.

Já o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) é uma iniciativa para concessão de auxílio financeiro fixado em R\$ 622,00, que beneficia estudantes-convênio que estudam no Brasil por meio do PEC-G regularmente matriculados em cursos de graduação em Ifes, consolidando uma política de intercâmbio que promove maior integração entre o Brasil e outros países em desenvolvimento. Em 2015, o projeto teve como meta o atendimento a 783 estudantes-convênio matriculados, com um orçamento superior a R\$ 5,8 milhões.

O Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido por grupos de estudantes bolsistas sob a orientação de um professor tutor, é uma importante ação para a formação acadêmica ampla do estudante de graduação.

No período de 2012 a 2015, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R\$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano. Para custear as atividades desenvolvidas pelos grupos (compra de materiais de consumo, passagens para congressos e simpósios etc.), foram transferidos cerca de R\$ 3,2 milhões.

Com base nas metas estabelecidas para 2015, em relação aos Programas de Residências em Saúde, observa-se uma ampliação quanto ao número de programas de residência e ao quantitativo de vagas autorizadas.

Em 2015, foi aprovada a abertura de 1.908 novas vagas, considerando de R1 a R6 (1º ao 6º ano de residência médica), em Programas de Residência Médica para diversas especialidades e áreas de atuação profissional nas Ifes, totalizando 10.960 vagas de residência médica nessas instituições.

No tocante aos Programas de Residências em Área Profissional da Saúde, destinados aos demais profissionais da saúde, em 2015 foram aprovadas 494 novas vagas nos programas ofertados pelas Ifes, totalizando 3.715 vagas. Ainda em relação a Residência para outros profissionais da Saúde, foram aprovados 208 novos programas, totalizando 1.250 programas com 7.420 vagas preenchidas.

No período de 2012 a 2015, com recurso do MEC, o investimento em bolsas para residências em área profissional da saúde totalizou R\$ 1,5 bilhão. Somente em 2015, o MEC financiou 11.680 bolsas por mês, sendo 8.053 para residência médica e 3.627 para residência em área profissional da saúde com investimentos de R\$ 483,8 milhões.

No âmbito da Expansão das Escolas Médicas das Ifes, em 2015 foram autorizados sete novos cursos de graduação em Medicina, totalizando 456 vagas. Três desses novos cursos já tiveram suas atividades iniciadas em 2015, e os demais iniciarão suas atividades no primeiro semestre de 2016.

Adicionalmente, em 2015, foram autorizadas 275 novas vagas em 13 cursos já existentes. Com relação à contratação de docentes para esses cursos, foram autorizadas, em 2015, nas 63 Ifes, 880 vagas.

O Programa Mais Médicos prevê a criação de 11.500 novas vagas de graduação em Medicina até 2017 em instituições públicas e privadas, sendo que 5.849 (51%) já foram autorizadas em 88 Municípios (2.100 vagas públicas e 3.749 vagas privadas), das quais 65% em cursos novos. Atualmente estão em andamento editais de chamada pública para autorizar mais 4.347 novas vagas em instituições de ensino superior privadas em 63 Municípios que não possuem graduação em Medicina.

Assim, no âmbito das Ifes, foram criadas 2.100 novas vagas por meio do Programa Mais Médicos, totalizando a oferta de 6.603 vagas de graduação em Medicina em 2015 em universidades federais.

Também no escopo do Programa Mais Médicos para o Brasil, foram executadas quatro edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação, aprovando 979 médicos intercambistas. Vale ressaltar que em 2015 atuaram 14.977 médicos no Programa, que tiveram o apoio de 208 tutores e 1.960 supervisores acadêmicos ativos financiados pelo MEC.

O Governo Federal, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), atua na gestão de hospitais universitários federais em conjunto com as universidades federais. Seu foco de atuação são os serviços de atenção à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa, à inovação tecnológica e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

As atividades desenvolvidas pela Ebsers, vinculada ao MEC, têm uma estreita relação com a capacidade das universidades federais para ampliação de vagas nos cursos da área da Saúde, com especial ênfase aos cursos de Medicina de que trata o Programa Mais Médicos. Atualmente, a Empresa administra 37 hospitais universitários de 29 instituições federais de ensino superior.

Em 2015, a atuação da Ebsers deu-se tanto na expansão e qualificação da rede de hospitais universitários federais já existentes, como nas ações de apoio à expansão dessa rede, por meio da incorporação ou da construção de novos hospitais para as universidades que abriram cursos sem dispor de hospitais próprios. Foram alocados cerca de R\$ 9,8 bilhões na rede de hospitais universitários federais.

Desse montante, foram alocados pelo MEC cerca de R\$ 7,7 bilhões na rede de hospitais universitários federais, dos quais R\$ 6,2 bilhões destinaram-se ao cumprimento de despesas com pessoal e benefícios, R\$ 1,3 bilhão à finalidade de custeio e R\$ 200 milhões aos investimentos em capital.

A Ebsers também atua como órgão responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria com o Ministério da Saúde, contemplando ações em 50 hospitais.

No período de 2012 a 2015, no âmbito do Rehuf, foram investidos R\$ 3 bilhões no apoio ao custeio das atividades assistenciais e na realização de obras de manutenção para reestruturação física e aquisição de equipamentos hospitalares, sendo que só em 2015, o investimento foi de R\$ 656,3 milhões.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMA EDUCAÇÃO SUPERIOR- 2032

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS <sup>4</sup>	
		2014	2015
0841	No Exercício <sup>1</sup>	6.263.311.798	6.319.991.277
	RPNP <sup>2</sup>	2.411.800.607	1.699.744.800
	Gastos Tributários <sup>3</sup>	601.118.818	970.434.955
TOTAL DO OBJETIVO		9.276.231.222	8.990.171.032

Fonte: Sifii/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.

3 Renúncias tributárias para o ProUni, conforme previsão da SRF

4 Consulta ao Sifii em 31/12/2015 (Autorizado para o Exercício: R\$ 11,1 bi / Empenhado: R\$ 7,9 bi)

#### Análise do Alcance das Metas Quantitativas

##### Meta 03R2: Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324.

A expansão da Rede Federal, no período de 2011-2015, foi marcada pela criação de novos câmpus e de quatro novas universidades federais localizadas nas regiões Norte e Nordeste. A meta de implantação de 56 novos câmpus, prevista para o período 2011-2015, foi atingida, sendo que todos já iniciaram suas atividades, totalizando 331 câmpus. Além desses, nove câmpus foram pactuados, com previsão de início de suas atividades em 2016.

##### Meta 03R3: Elevar o número de universidades federais para 63.

A educação superior passou por um processo de expansão atingindo o número de 63 universidades federais. Na região Norte, foi criada a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e, na região Nordeste, a Universidade Federal do Sul da Bahia, a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Cariri, buscando dar continuidade a esse processo, com ênfase no desenvolvimento regional.

Ressalta-se, ainda, a consolidação do processo de implantação de quatro instituições voltadas à integração regional e internacional: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324	Campi da Rede federal de educação superior	324	287	291	321	331	102%
Elevar o número de universidades federais para 63.	Universidades federais	63	59	63	63	63	100%

Fonte: Sesu/MEC

### Análise do Alcance das Metas Qualitativas

#### Meta 02W8: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.

Segundo os dados da Pnad, o indicador de taxa bruta de matrícula da educação superior demonstra a aproximação dos índices de grupos historicamente excluídos frente à população em geral. Em 2009, a taxa bruta da educação superior para a população em geral era 26,7% e alcançou 30,3% em 2014, representando um aumento de 13,5% no período.

Entre a população negra, a taxa bruta de matrícula saltou de 17,7% em 2009 para 23,9% em 2014, um aumento de 35%.

Também é significativo o avanço para o alcance da meta quando analisamos o crescimento da taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do País.

Em 2009, a região de menor escolaridade era a Nordeste e registrou uma taxa de 18,4%; já em 2014, a mesma região registrou a taxa de 25,7%.

O avanço é mais evidente quando se analisa a população composta pelos 25% mais pobres, cuja taxa bruta de matrícula da educação superior saltou de 3,7% em 2009 para 8,5% em 2014, um crescimento de 130%.

O Ministério da Educação realiza diversas ações para reduzir a desigualdade ainda existente no acesso à educação superior, entre as diferentes regiões brasileiras, entre os grupos populacionais e entre os diferentes estratos socioeconômicos. Para isso, são necessárias não só ações que ampliem o acesso de grupos historicamente excluídos à educação superior, mas também ações que promovam a sua permanência e conclusão dos estudos.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, tem por finalidade promover maior equidade no acesso à educação superior, por meio da reserva de vagas a grupos minoritários.

A Lei estabelece uma reserva de 50% das vagas das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e 50% dessas vagas devem ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

A reserva de vagas deve ainda observar a proporção de pretos, pardos e indígenas da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do IBGE.

Desse modo, faz um corte social e étnico-racial, criando quatro categorias de beneficiários da política federal de acesso ao ensino superior:

- pretos, pardos e indígenas com até um salário mínimo e meio de renda familiar;
- pretos, pardos e indígenas, independentemente da renda;
- estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, independentemente de pertencimento étnico-racial, com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio; e
- estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, independentemente de pertencimento étnico-racial e da renda.

A Lei prevê, ainda, que as instituições federais de educação superior deverão implementar, no mínimo, 12,5% da reserva de vagas prevista a cada ano, e terão o prazo máximo de quatro anos, a partir da sua publicação, ou seja, até 2016 todas as Ifes deverão garantir o percentual mínimo de 50% para a reserva de vagas prevista na lei.

Até 2012, as universidades federais podiam delinear as políticas afirmativas

mais adequadas ao contexto social em que estavam inseridas. Todavia, a Lei de Cotas uniformizou o tratamento da matéria, estabelecendo uma política afirmativa aplicável a todas as universidades e institutos federais, resguardando, porém, a possibilidade de manutenção ou criação de programas adicionais.

A experiência da implantação de cotas apresenta resultados positivos em diversos aspectos, uma vez que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente inferior à dos demais e o desempenho acadêmico dos beneficiados mostra-se igual ou superior à média.

Também com vistas à ampliação da participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior nas instituições privadas de ensino superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni) destina uma parcela de sua oferta de bolsas a estudantes pretos, pardos e indígenas.

Desde sua instituição em 2005, mais de 51% das bolsas concedidas pelo ProUni foram ocupadas por esse público, totalizando 904.018 bolsas das 1.749.893 ocupadas no programa.

Ainda no âmbito do ProUni, há concessão do benefício da bolsa permanência aos estudantes dos cursos que atendem seus critérios legais. Em 2015, do orçamento da União destinado ao Programa Bolsa Permanência, R\$ 30,2 milhões foram destinados ao pagamento de bolsas permanência no ProUni, beneficiando uma média mensal de 6.302 bolsistas do programa.

O Programa Bolsa Permanência, ação que visa contribuir com o desempenho acadêmico dos estudantes de graduação matriculados em Ifes, concede auxílio financeiro buscando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor de R\$ 400,00 é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Um valor diferenciado é garantido aos estudantes indígenas e quilombolas, que recebem R\$ 900,00, devido às suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, à situação geográfica, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições.

Os estudantes indígenas e quilombolas, quando matriculados em cursos de licenciaturas interculturais, continuam fazendo jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes até o limite máximo de seis meses.

No período de 2013-2015, foram concedidas 336.583 bolsas com recursos de aproximadamente R\$ 177 milhões. Em 2013 o Programa beneficiou 6.581 estudantes e em 2014, foram 15.422 estudantes beneficiados. Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20 mil estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas, totalizando um investimento de R\$ 106,6 milhões.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Em 2014, foi lançado o primeiro edital do programa e selecionadas 24 propostas de cursos de formação preparatória, que ofertadas em 2015 e a serem ofertadas em 2016, para pós-graduação de diferentes IES federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

**Meta 02WA: Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020.**

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, como uma das estratégias da Meta 12 (ampliação das taxas bruta e líquida na educação superior), a oferta de, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos em instituições federais de educação superior (Ifes).

Com as ações do Governo Federal voltadas para a expansão da Rede Federal de Educação Superior, o número de vagas ofertadas em cursos noturnos vem aumentando. Conforme Censo da Educação Superior 2014, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso, sendo que a oferta de vagas em cursos noturnos foi da ordem de 75.563, o que corresponde a 30% do total de vagas ofertadas.

**Meta 02WF: Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020.**

O PNE prevê, como uma das estratégias da Meta 12 (ampliação das taxas bruta e líquida na educação superior), elevar gradualmente a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito). Conforme os dados Censo da Educação Superior, em 2012 o índice era 16,8, passando para 15,94 em 2013 e atingindo a marca de 14,96 alunos por professor em 2014.

Associado à expansão de vagas e cursos na Educação Superior, tem-se investido na ampliação do quadro de recursos humanos para atender ao processo de expansão. No período de 2011-2015, o quadro de pessoal teve um acréscimo de 13.236 docentes, totalizando, em dezembro de 2015, 79.280 professores. Esforços também são investidos para a ampliação do corpo de técnico-administrativos das Ifes, que contava, em 2015, com um quadro autorizado de 105.936 cargos.

Destaca-se ainda o investimento na qualificação do pessoal docente das universidades federais. Em 2015, o percentual de mestres e doutores nessas instituições chegou a 73%, com 58.758 doutores e 17.168 mestres.

**Meta 02WG: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 7,8 milhões em 2014.

Além disso, observa-se também crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais, que aumentou de 109 mil em 2003 para 251 mil em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1% em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definido conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta para o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade.

Assim, o Programa Universidade para Todos (ProUni) colaborou com evolução da taxa bruta de matrícula na educação superior em consonância com a meta estabelecida no PNE, pois promoveu, desde 2011, uma crescente disponibilização de bolsas de estudo na educação superior privada tendo, em 2015, ofertado 329.117 bolsas e alcançado a marca de 1,7 milhão de estudantes atendidos nos dez anos de instituição do Programa.

Também contribuindo para a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, entre eles, a criação do Fundo Garantidor (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão de contratos, dos quais mais de 283 mil foram firmados apenas em 2015, com valores que totalizam R\$ 45,5 bilhões.

Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,74 milhões de estudantes. Em 2015, o Fies passou por algumas reformulações para garantir melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior, entre as quais se destacam:

- a priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de áreas prioritárias (Engenharias, Licenciaturas e Área da Saúde);
- realinhamento das condições de financiamento (nova taxa de juros, redução do prazo de amortização do contrato e modificação na taxa de juros trimestrais devida durante os prazos de utilização e de carência do financiamento);
- novo modelo de coparticipação, com a limitação do público-alvo do programa para estudantes com renda familiar per capita de até 2,5 salários mínimos; e
- definição plurianual de vagas, com realização de processo seletivo de estudantes para acessarem o financiamento pelo Fies, utilizando como critério de seleção a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

**Meta 02WH: Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 7,8 milhões em 2014. Além disso, observa-se também crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais, que aumentou de 109 mil em 2003 para 251 mil em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1% em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definida conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta para o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade. As ações implementadas vêm possibilitando uma expansão significativa do Sistema Público Federal de Educação Superior, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso.

Em 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas em graduação presencial e registradas 958.796 mil matrículas.

Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas instituições federais de educação superior (Ifes), que, em 2014, atingiu a marca de 87,8 mil, totalizando mais de 1 milhão de matrículas em graduação nas universidades federais.

No mesmo viés, para a consecução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), encontram-se tanto o Programa Universidade para Todos (ProUni) quanto o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que, ao ofertarem bolsas de estudo e financiamento estudantil, respectivamente, à população de baixa renda, possibilitam a redução da ociosidade de vagas na educação superior

privada, uma vez que ampliam seu público-alvo e, consequentemente, o acesso, cumprindo o escopo de uma política de inclusão.

Assim, o ProUni colaborou com evolução da taxa bruta de matrícula na educação superior em consonância com a meta estabelecida no PNE, pois promoveu, desde 2011, uma crescente disponibilização de bolsas de estudo na educação superior privada tendo, em 2015, ofertado 329.117 bolsas e alcançado a marca de 1,7 milhão de estudantes atendidos nos dez anos de instituição do Programa.

Já o Fies registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão de contratos, dos quais mais de 283 mil foram firmados apenas em 2015, com valores que totalizam R\$ 45,5 bilhões. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,74 milhões de estudantes.

#### **Meta 03RZ: Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal.**

O Ministério da Educação (MEC) possui programas de apoio a entidades de ensino não federais, cuja execução ocorre por meio de convênios, a exemplo do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais.

Em relação ao Proext, em 2015, foram apoiadas 656 propostas de extensão universitária com um orçamento que totalizou R\$ 85 milhões. Desse total, foram empenhados R\$15,8 milhões relativos a convênios celebrados com 18 instituições estaduais (86 propostas de extensão), 3 municipais (8 propostas de extensão) e 5 comunitárias (11 propostas de extensão).

No período de 2012 a 2015 foram investidos mais de R\$ 320 milhões em 2.973 propostas apoiadas no Programa. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o PET consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor.

No período de 2012 a 2015, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R\$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano. Foram apoiados 169 grupos PET em instituições não federais. Destes, 132 estão no âmbito de instituições estaduais, 1 em instituição municipal e 36 em instituições comunitárias.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais proporciona apoio financeiro para que as instituições estaduais públicas de ensino superior participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) possam desenvolver ações de assistência estudantil que atendam aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial.

Em 2015, o programa apoiou nove instituições, totalizando um repasse para investimento em ações de assistência estudantil no valor de R\$ 16,5 milhões.

O programa atende prioritariamente estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições estaduais de ensino superior gratuitas, atendendo prioritariamente àqueles alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, ou ainda selecionados considerando requisitos adicionais fixados pelas instituições estaduais de ensino superior gratuito em ato próprio.

#### **4.2.4. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

A partir de 2005 as ações socioassistenciais foram estruturadas em um novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

O SUAS que se caracteriza como um dos instrumentos que marcaram o esforço do País nos anos recentes para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população, fundamenta-se na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento e responsabilidade compartilhada pelas três esferas de governo, estando organizado em dois níveis de proteção social (básica e especial), conforme a complexidade das situações envolvidas.

Compõem o SUAS todos os Estados, o Distrito Federal e a totalidade dos Municípios brasileiros, formando uma rede de 8.088 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dos quais 7.436 são cofinanciados (outros

30 CRAS cofinanciados encontram-se em processo de implantação ou de regularização, totalizando 7.466 unidades cofinanciadas).

Também compõem a rede cofinanciada, os 2.518 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas, sendo 2.247 implantados (2.202 municipais e 45 regionais) e 271 em processo de implantação (34 municipais e 237 regionais). Além dessa rede cofinanciada, existem 200 unidades em funcionamento que não recebem cofinanciamento federal.

A rede implantada de CRAS e Creas permite a cobertura de aproximadamente 27,5 milhões de famílias na proteção social básica e o atendimento mensal a 142 mil famílias e indivíduos na proteção social especial.

O SUAS também cofinancia 233 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop (dos quais 13 se encontram em processo de implantação), com capacidade de atendimento mensal de 100 a 200 casos/cada e 17 unidades Centro Dia, destinadas a pessoas com deficiência e idosas, com capacidade de 30 atendimentos/dia por unidade.

Na esfera federal, o SUAS também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2015, com um salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,2 milhões de pessoas com deficiência e idosas, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Com o SUAS, o cofinanciamento federal das ações socioassistenciais passou a ser realizado de forma regular e automática, com base em critérios universais, pactuados com representações das demais esferas federadas (Comissão Intergestores Tripartite – CIT) e aprovados pelo controle social (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), resultando na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede e de seus serviços.

Além disso, observa-se uma crescente integração da gestão do SUAS com outras políticas de proteção social: os órgãos gestores da assistência social também são responsáveis pela gestão local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e da política de segurança alimentar, assim como vem sendo aprofundado o diálogo intersetorial com as demais políticas sociais.

Dentro do esforço para aprimorar os serviços e a gestão do SUAS, foi criado o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS), que apoia os Estados e o DF na execução de seus planos de capacitação, alinhado às agendas prioritárias de âmbito nacional.

Entre 2012 e 2015 foram capacitados 20,4 mil trabalhadores, gestores e conselheiros. Para a execução do CapacitaSUAS, foi instituída uma Rede Nacional formada por 146 Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais de Educação e Escolas de Governo, presentes nas cinco regiões do País, habilitadas e credenciadas pelo MDS por meio de chamamento público.

Também são unidades de prestação de serviços socioassistenciais, integradas ao SUAS, as entidades de assistência social de natureza privada, inscritas nos conselhos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), ferramenta onde os órgãos gestores locais de assistência social passarão a informar as ofertas socioassistenciais dessa rede, seus trabalhadores e colaboradores e seu público alvo.

Como mecanismo de financiamento indireto dessas entidades, é gerida pelo MDS a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Cebas. Um avanço verificado em 2015 foi a significativa redução do volume de processos de Cebas pendentes de decisão no MDS, reduzido de 7,3 mil para 2,2 mil processos.

Em dezembro de 2015, um conjunto de 5,8 mil entidades usufruiu da certificação concedida pelo MDS.

As isenções tributárias funcionam como incentivo para as Entidades Socioassistenciais obterem a certificação Cebas, de acordo com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Entre os tributos isentos, previstos na Lei 11.457, de 16 de março de 2007, podem-se destacar:

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- PIS/Pasep; e
- Parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

A partir disso pode-se elaborar uma aproximação dos dados sobre gasto tributário referentes à Assistência Social, no âmbito do SUAS e compreendidas pelas Entidades Socioassistenciais, entendendo tal gasto como uma exceção ao tributo de referência, que alcança determinado grupo de contribuintes, com objetivo social distinto.

#### ESTIMATIVA DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS ASSOCIADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO	2014	2015
Valor da renúncia de receita no âmbito da Assistência Social	13.770.124.824	15.420.967.504
Total renúncia de receita	190.185.121.422	251.007.721.546
% da Assistência Social sobre total de renúncia	7,24%	6,14%

Fontes: Projetos de Lei que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração e execução das Leis Orçamentárias (LDO) de 2014 e 2015, conforme a seguir: PLDO 2014, Anexos IV.10 e IV.11 e PLDO 2015 anexo IV.10.1.

Observação: As renúncias tributárias no âmbito da Assistência Social correspondem aos valores classificados na Função 08 – Assistência Social que beneficiam entidades sem fins lucrativos – associação civil e filantrópica e doadores, pessoa jurídica, para entidades civis sem fins lucrativos. As renúncias previdenciárias referem-se aos valores que beneficiam as entidades filantrópicas, conforme definido na Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, entre outras providências.

O objetivo 0282 visa ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social aos serviços da Proteção Social Básica (PSB), qualificar esses serviços e promover sua articulação aos benefícios e transferência de renda, expandir e assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e induzir a estruturação das unidades públicas de prestação desses serviços.

Nesse sentido, articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de proteção social básica (Ação 2A60), ao Acesso Trabalho (Ação 20V5) e à estruturação da rede de proteção social básica (Ação 2B30).

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do CRAS.

Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o principal serviço da proteção básica.

O Paif é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material, as condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da gestão dessas unidades.

O objetivo 0370 visa ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados, assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial, qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidades.

Para tanto, articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidades (ações 2A65 e 2A69, respectivamente) e a estruturação da rede de proteção social especial (ação 2B31).

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0282	No Exercício <sup>1</sup>	1.261.756.497,45	949.441.224,07
	RPNP <sup>2</sup>	60.315.625,25	365.409.687,12
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		1.322.072.122,70	1.314.850.911,19
0370	No Exercício <sup>1</sup>	518.194.964,88	433.916.842,74
	RPNP <sup>2</sup>	71.652.616,72	137.125.104,74
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		589.847.581,60	571.041.947,48

Fonte: Siop / Data: 26/01/2016

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de RAP de ações que existiam em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

Em 2014, as ações do objetivo 0282 apresentaram uma execução da ordem de R\$ 1.322 milhões, sendo R\$ 1.261,7 milhões de recursos do próprio exercício e R\$ 60,3 milhões resultantes da liquidação de Restos a Pagar Não Processados.

Em 2015 ocorreu apenas uma leve oscilação do montante executado (R\$ 1.314,8 milhões), sendo R\$ 949,4 milhões de recursos da LOA e R\$ 365 milhões de RAP. Por sua vez, as ações do objetivo 0370 apresentaram em 2014 uma execução de R\$ 589,8 milhões, dos quais R\$ 518,2 milhões em recursos do próprio exercício e R\$ 71,7 milhões da liquidação de RAP.

Em 2015 ocorreu uma leve redução do montante de recursos executados, que passaram a R\$ 571 milhões, sendo R\$ 433,9 milhões autorizados na LOA e R\$ 137 milhões oriundos de RAP. Em síntese, somados os recursos das proteções sociais básica e especial do SUAS, os recursos executados (liquidados) apresentaram uma leve oscilação no período considerado, passando de R\$ 1.912 milhões para R\$ 1.886 milhões.

## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DOS OBJETIVOS 0282 E 0370

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Objetivo 0282 – Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento	percentagem	--	59,00	66,75	68,07	75,74	--	MDS/SNAS/DPSB
Objetivo 0370 – Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias	unidade	--	2.303	2.325	2.440	2.518	--	MDS/SNAS/DPSE
Objetivo 0370 – Ampliar o número de Creas Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria	unidade	--	2.216	2.325	2.440	2.518	--	MDS/SNAS/DPSE
Objetivo 0370 – Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos Municípios com mais de 100 mil habitantes	unidade	--	10.736	13.197	34.302	42.989	--	MDS (DPSE/ SNAS e SENARC)
Objetivo 0370 – Elevar o número de Creas ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	unidade	--	1.431	1.650	1.650	1.847	--	MDS/SNAS/DPSE
Objetivo 0370 – Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras	unidade	--	--	528	503	503	--	MDS/SNAS/DPSE

Fonte: Siop

### Comentários sobre os resultados alcançados

Em relação à meta de elevação do percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento, observa-se uma efetiva melhoria na proporção das unidades, considerando que a mensuração contempla apenas aquelas que responderam a todos os Censos SUAS desde 2010.

O Censo SUAS/CRAS 2014 indica que, dentre as 6.505 unidades que atenderam essa condição, 4.927 (75,7%) possuíam IDCRAS igual ou superior a 6.

Com relação à ampliação da cobertura dos serviços de proteção social especial de média complexidade, cuja referência tem sido a expansão do cofinanciamento federal para a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), o resultado alcançado aproximou-se da meta prevista no Plano Brasil Sem Miséria (92,4% de 2.725 unidades).

Esse conjunto de unidades cofinanciadas representa a cobertura de 2,3 mil Municípios, um avanço de 16,5% em relação à situação de 2011.

Quanto à criação de capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua, observa-se entre 2012 e 2015 um crescimento de 300% no registro de pessoas nessa situação, no CadÚnico.

Esse crescimento resulta de um conjunto de ações, como a divulgação de orientações técnicas e a expansão do cofinanciamento federal para diversos serviços para população em situação de rua (acolhimento, abordagem social, Centro Pop).

Quanto à ampliação da oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto pelos Creas, entre 2012 e 2014 houve um crescimento de 29,1%, considerando-se que em 2014 um conjunto de 1.847 Creas informaram no Censo SUAS realizarem esse Serviço.

Em relação à meta de ampliar a oferta do serviço especializado de abordagem social, que passou a receber cofinanciamento federal a partir de 2012, observa-se que a quantidade de equipes cofinanciadas superou em 63% a meta prevista no Programa “Crack, é Possível Vencer!”.

Superada a meta de expansão da oferta, permanece o desafio de apoiar os entes federados na implementação do serviço de forma integrada às demais políticas, principalmente as de saúde e segurança pública.

### Análise das Metas Qualitativas

### Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0282

**Meta: Ampliar a cobertura do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV a todas as faixas etárias, contemplando, dentro o público prioritário, as crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil.**

Foi implementado, em 2013, o reordenamento do serviço, visando equalizar a oferta do serviço para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos (públicos prioritários no âmbito do SUAS), bem como unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção no serviço do público identificado nas situações prioritárias, com a inclusão de 5.038 Municípios.

Destaca-se, ainda, a regulamentação do cofinanciamento federal do SCFV, que condiciona o cofinanciamento federal aos Municípios e DF à existência de CRAS e à efetiva oferta do serviço. No último trimestre de 2015, os Municípios informaram o atendimento de aproximadamente 1,41 milhão de usuários entre crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos) e idosos (a partir de 60 anos de idade), dos quais aproximadamente 740 mil em alguma das situações prioritárias (por exemplo, situação de extrema pobreza, situação em trabalho infantil).

Em 2013, a capacidade de atendimento estimada era de 1,65 milhões de usuários, ou seja, em 2015, chega-se próximo à sua plena capacidade operacional.

**Meta: Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território.**

Para aprimorar a gestão territorial dos CRAS, o que compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, o MDS tem publicado normativos e orientações sobre: a inclusão nos serviços socioassistenciais, de famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades; a articulação do SCFV ao Paif e ao Programa Mais Educação; e a articulação da rede socioassistencial com agências da Previdência Social (APS), para o acompanhamento dos beneficiários do BPC; dentre outras questões relevantes para a gestão territorial da proteção básica.

**Meta: Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento.**

Esta meta busca aprimorar os CRAS que apresentam situações mais graves quanto ao funcionamento das unidades, induzindo-os a se adequarem gradativamente aos padrões normativos do SUAS. Em 2014 e 2015 a SNAS realizou encontros de Apoio Técnico aos Estados, onde são discutidos os principais resultados do Censo SUAS e os desafios para a qualificação dos CRAS.

A partir da análise dos dados e considerando os subsídios do encontro de 2014, a SNAS editou a Instrução Operacional nº 02/2014, que regulamentou os procedimentos para aplicação da Resolução CIT nº 21/2013, que estabeleceu as situações passíveis de entrarem em processo de aperfeiçoamento gradativo.

Em dezembro de 2014, após comunicar aos gestores e instâncias de controle, bem como de disponibilizar no Módulo de Acompanhamento dos Estados a funcionalidade de acompanhar esses CRAS, os que não conseguiram alterar sua situação sofreram o bloqueio do pagamento por parte do MDS, chegando ao número de 208 unidades que se encontravam na situação de bloqueio imediato e não tiveram registro de superação da situação efetuado pelo respectivo.

Mesmo com a ocorrência desses fatos, o MDS continuou a publicar normativas e orientações técnicas, amplamente divulgadas e disponibilizadas em seu portal da internet, além da realização de eventos e ações de monitoramento.

**Meta: Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria.**

A Busca Ativa, estratégia assimilada pelo BSM, refere-se à procura intencional das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas.

No caso em questão, refere-se à localização, inclusão no CadÚnico e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como a inserção nos serviços socioassistenciais e encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Para atingir a meta, o MDS está cofinanciando a oferta de serviços para 1.254 equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS que atuam em áreas isoladas ou de difícil acesso. Para regiões onde as equipes necessitam de transporte hidroviário para cobertura de populações ribeirinhas, o MDS doou 123 lanchas, cuja manutenção também recebe cofinanciamento federal.

**Meta: Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria.**

Para fortalecer e incrementar a rede de proteção social básica, desde 2012 o MDS ofertou o cofinanciamento para implantação de 559 CRAS, resultando na ampliação da rede cofinanciada para 7.466 unidades, em 5.532 Municípios (dezembro de 2015), contando, quando necessário, com o suporte de equipes volantes. Além disso, 5.038 Municípios implantaram o reordenamento do SCFV, propiciando o acesso ao serviço a 1,41 milhão de usuários.

**Meta: Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO).**

Criado em 2012, o programa foi implantado inicialmente em 292 Municípios e, em 2013, o cofinanciamento federal foi ofertado para 830 Municípios, dos quais 739 (89%) realizaram o aceite junto ao SUAS, responsabilizando-se pela meta de mobilizar aproximadamente 1,4 milhão de usuários.

Visando integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, o Acessuas Trabalho mobiliza os usuários da assistência social, encaminhando-os a oportunidades de qualificação profissional nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria e à intermediação de mão de obra.

De acordo com o Sistec/MEC, entre 2012 e 2014, foram efetivadas aproximadamente 1 milhão de matrículas nos cursos ofertados.

Destaca-se ainda a publicação das “Orientações Técnicas: Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho”, distribuída aos

Municípios participantes e disponibilizada no portal do MDS e a articulação do programa com outras iniciativas do MDS, como o BPC Trabalho, que visa à inclusão de beneficiários do BPC (pessoas com deficiência) no mundo do trabalho, por meio do incentivo de R\$ 70,00 adicionais (aos Municípios), por beneficiário matriculado nos cursos de capacitação, além de outras articulações intersetoriais, como, a Política Nacional de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional, do Plano Juventude Viva.

Como alterações recentes, destaca-se a pactuação (Resolução CNAS nº 27, de 14 de outubro de 2014) da prorrogação do programa para o período 2015-2018 e a sua prorrogação automática por igual período, ao término desse prazo, salvo deliberação em contrário do CNAS.

Além disso, essa Resolução alterou a faixa etária do público prioritário do Programa Acessuas, com o objetivo de contemplar os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social (passando de 16 anos para a partir dos 14 anos) no Programa Aprendizagem (de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego).

**Meta: Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas.**

Para qualificar os serviços de proteção social básica, têm sido elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), além da realização de teleconferências.

Foram divulgadas orientações sobre o atendimento de mulheres egressas do sistema prisional, educação alimentar e nutricional e para a capacitação de equipes que atuam no programa “Crack: é possível vencer!”. Além disso, estão sendo elaboradas orientações sobre a adaptação dos serviços às diferentes realidades territoriais, equipes volantes e a oferta de serviços para indígenas e quilombolas.

**Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0370**

**Meta: Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias.**

Para ampliar a cobertura dos serviços da proteção social especial de média complexidade, ao final de 2015 o cofinanciamento federal para a oferta do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paif/Creas) atingiu 2.518 Creas, sob gestão de 2.047 Municípios e 14 Estados (Creas Regionais).

Além disso, o cofinanciamento para o serviço de abordagem social atingiu 503 equipes, em 265 Municípios e para o serviço destinado a pessoas com deficiência, 17 unidades Centros-Dia.

Com base nos dados do RMA (Registro Mensal de Atendimento) de 2014 (os dados de 2015 ainda não estão disponíveis), os Creas atenderam:

- 54,5 mil crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar;
- 30 mil crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual;
- 4,5 mil crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual;
- 51,9 mil crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono;
- 13,9 mil famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento;
- 28,1 mil mulheres vítimas de violência intrafamiliar;
- 22,7 mil pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar;
- 37,1 mil pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono;
- 8,6 mil pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar; e
- 12,3 mil pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono.



**Meta:** Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas.

Para qualificar os serviços de Proteção Social Especial, o MDS tem realizado debates com gestores municipais e estaduais do SUAS e publicado orientações técnicas sobre o Paefi/Creas, abordagem social (incluindo orientações específicas para usuários de substâncias psicoativas, em atendimento integrado às redes de saúde no território), medidas socioeducativas em meio aberto (MSE), serviços para pessoas em situação de rua e para pessoas com deficiência e idosas em situação de dependência.

**Meta:** Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua.

Em janeiro de 2012 existiam 101 unidades Centro Pop cofinanciadas. Por meio do BSM, ao final de 2014 o cofinanciamento federal para implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua alcançou 301 Centros Pop, em 254 Municípios.

No final de 2015, em decorrência da não implantação de algumas unidades inicialmente aceitas por alguns Municípios, ocorreu o cancelamento do cofinanciamento federal, resultando em um conjunto de 233 Centros POP cofinanciados, em 207 Municípios.

Neste sentido, para elevar a cobertura dos serviços de proteção social especial para a população em situação de rua, a quantidade de unidades Centro Pop cofinanciadas passou de 152 (2012) para 233 (2015).

No Censo SUAS 2014, 595 unidades de acolhimento informaram acolher adultos e famílias em situação de rua ou migrantes, representando uma capacidade de atendimento de 29.068 vagas e, no momento da coleta das informações, acolhiam 22.709 pessoas.

No final de 2015 o MDS cofinanciava 22.225 vagas, ofertadas sob gestão de 196 Municípios e 10 Estados.

Portanto, ao final de 2015 o cofinanciamento federal atingia 21.650 vagas em 196 Municípios, além de 575 vagas ofertadas por 10 gestões estaduais.

**Meta:** Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos).

Em relação à proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, no âmbito da Assistência Social foi realizada a regulação desse serviço (Resoluções CIT nº 7/2013 e CNAS nº 12/2013), com a definição de parâmetros e critérios para transferência de recursos federais (Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013).

Até o final de 2015, um conjunto de 245 entes federados realizaram pré-habilitação e 28 efetivamente receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

**Meta:** Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento.

A inclusão dos serviços de acolhimento no censo SUAS resultou em expressivo ganho de informações sobre a proteção social de alta complexidade. Em 2014 o censo registrou a existência de 5.184 unidades distribuídas por todas as unidades da federação, com capacidade de atender 153.720 usuários. Destas, 2.748 unidades ofertam serviços para crianças e adolescentes, possuindo capacidade para atender 52,3 mil pessoas.

**Meta:** Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras

Para induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, o MDS expandiu o cofinanciamento federal, que atingiu, ao final de 2015, um conjunto de 503 equipes, em 265 Municípios.

**Meta:** Induzir os Municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento.

Em 2012 teve início o reordenamento dos serviços de acolhimento (abrigo, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas), incluindo ofertas de cofinanciamento federal a Municípios com mais de 50 mil habitantes e serviços regionalizados para aqueles de menor porte.

Ao final de 2015, o MDS cofinanciava a oferta de: 31,3 mil vagas para crianças, adolescentes e jovens; mil vagas para pessoas com deficiência, em residências inclusivas; e 22,2 mil vagas para adultos e famílias (população em situação de rua ou migrantes).

#### 4.2.5. Programa 2019 – Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e apresenta os seguintes objetivos básicos:

- combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- reduzir a pobreza e a extrema pobreza;
- promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e de assistência social;
- promover a intersectorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público; e
- estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.

O sucesso do Bolsa Família está assentado em três pilares:

- transferência de recursos diretamente aos beneficiários (sem intermédio de outros agentes, públicos ou privados);
- pagamento via sistema financeiro, que se organizou para atender milhões de famílias antes excluídas do sistema bancário;
- cumprimento das condicionalidades pelas famílias, para garantir sua continuidade no programa e o acesso a direitos sociais básicos.

Ao receber mensalmente um complemento de renda diretamente do Governo Federal, as famílias automaticamente também passam a ter acesso às redes de proteção social, saúde e educação, por meio do acompanhamento das condicionalidades do programa: as gestantes devem realizar o pré-natal, as crianças devem receber o acompanhamento nutricional, de saúde, e cumprir a frequência escolar de no mínimo 85% para estudantes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos em estabelecimentos de ensino regular.

Quanto à mensuração de resultados no Plano Plurianual (PPA), o programa compreende os seguintes indicadores:

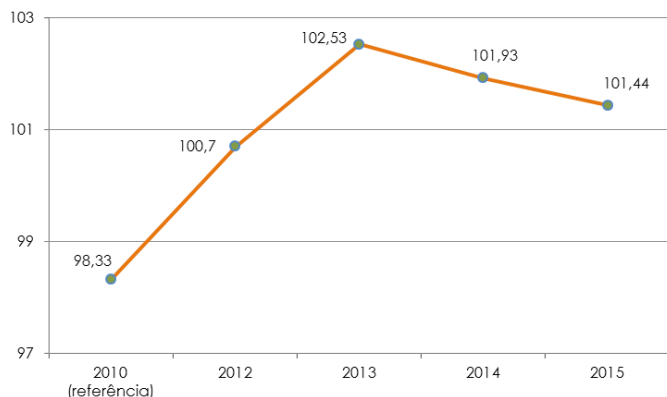
- Grau de focalização do Cadastro;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes; e Taxa de atendimento às famílias pobres.

Todos indicadores, conforme dados apurados em 2014, apresentam valores acima dos índices de referência mencionados, abaixo são apresentados dados pormenorizados de alguns destes indicadores.

Quanto à focalização, o indicador tem por objetivo evidenciar a distribuição dos recursos públicos o mais eficiente possível, garantindo que de fato seja destinado ao público-alvo pretendido.

Destaca-se que para o ano de 2015 este valor foi de 84% de focalização. Nesta mesma tônica, o gráfico abaixo apresenta a taxa de atendimento às famílias pobres no qual esteve superior a 100% para todo o País durante todo Plano Plurianual. Infere-se que, em larga medida, a estratégia da “Busca Ativa” e a instituição do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) contribuíram para a política de erradicação da extrema pobreza.

### TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES



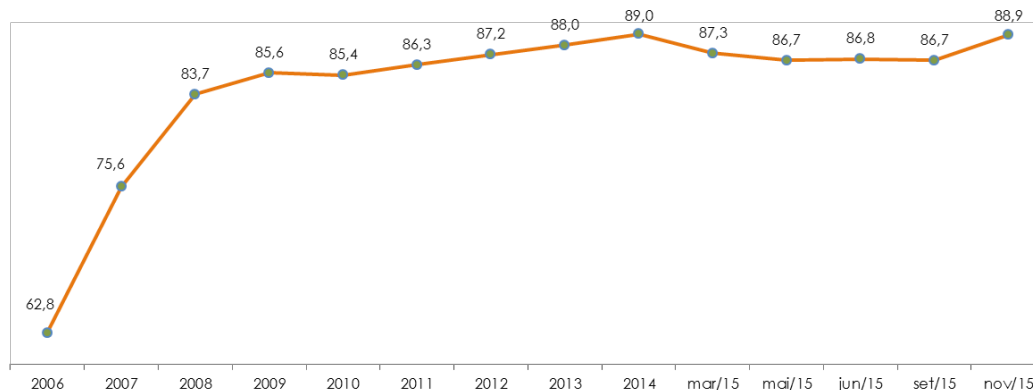
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Mpog

O investimento no Bolsa Família para enfrentar a pobreza gera impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes das condicionalidades, que visam ao reforço dos direitos sociais básicos e à ampliação do acesso aos serviços públicos, contribuindo para o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações.

As condicionalidades constituem-se em compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias de manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia.

Na área de educação, para os alunos de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, é necessária a frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Em 2015, foi acompanhada a frequência escolar de cerca de 17 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, entre os quais mais de 95% cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família.

### HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE BENEFICIÁRIOS ENTRE 6 E 17 ANOS DE IDADE BRASIL – 2006 A 2015



Fonte: Sistema de Condicionalidades – Sicon/Decon/Senarc/MDS

Nota: os percentuais referentes aos anos anteriores a 2015 representam as médias das taxas de acompanhamento atingidas durante o ano.

Em 2015, os percentuais de acompanhamento foram menores em relação ao ano anterior em decorrência do maior número de crianças e adolescentes sem identificação da escola em que estudam, denominados de “não localizados”. Entretanto, vale ressaltar, que esse número teve tendência de queda ao longo do ano.

O MDS realiza ação anual em parceria com o Ministério da Educação (MEC) voltada ao público que reiteradamente encontra-se nessa situação durante todo o ano anterior. Essa ação inicia-se em maio e encerra-se no mês de fevereiro do ano seguinte.

Na ação de 2014, o público inicial foi de 60.434 beneficiários, chegando ao final da ação, em fevereiro de 2015, com 75,7% deles com a situação regularizada. Na ação de 2015, o público inicial foi de 91.250 beneficiários, estando, no resultado parcial até novembro de 2015, 61,9% com a situação regularizada.

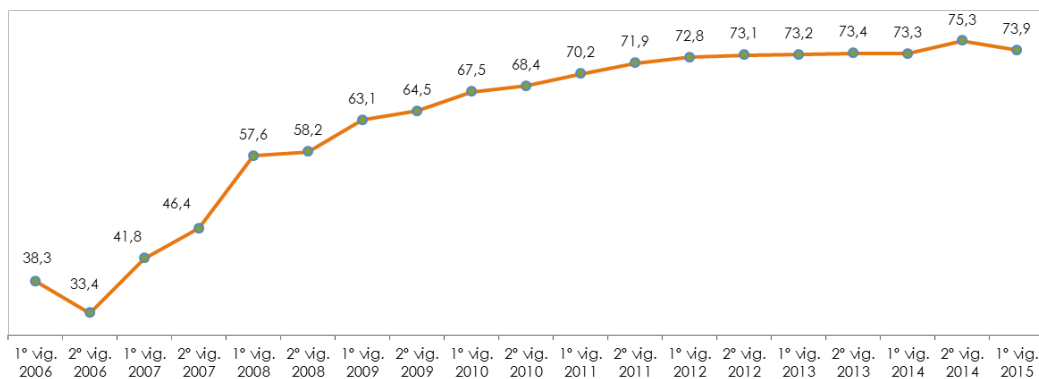
Em relação à articulação do PBF com programas da área de educação, a parceria entre o Bolsa Família e o Programa Mais Educação (PME) prosperou para que 37 mil escolas com maioria de alunos beneficiários ofertassem atividades em tempo integral em 2015. Esse número representa mais de 60% das escolas que aderiram ao PME em 2014.

Na área de saúde, é realizado o monitoramento semestral do cumprimento das condicionalidades de cerca de nove milhões de famílias beneficiárias.

Dados do primeiro semestre de 2015<sup>2</sup> mostram que nessas famílias, 5,5 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e dessas, 99,1% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. Das mais de 234 mil gestantes beneficiárias identificadas no período, 99,2% estavam com o pré-natal em dia.

<sup>2</sup> Até o fechamento deste relatório, o período de registro das informações do acompanhamento do segundo semestre de 2015 ainda estava aberto.

HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO  
DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DE  
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF  
BRASIL – 2006 A 2015



Fonte: Sistema de Condicionalidades – Sicon/Decon/Senarc/MDS

Ainda em relação à primeira vigência de 2015 do acompanhamento das condicionalidades de saúde, nesse período foi alcançado o melhor resultado da série histórica para o primeiro semestre do ano – 73,9% das famílias com perfil saúde<sup>3</sup> foram acompanhadas. Esse resultado só foi menor do que o alcançado no segundo semestre de 2014 – 75,3%, quando normalmente há mais famílias acompanhadas.

Em relação às parcerias com programas estruturantes da área de saúde, as escolas com maioria de estudantes beneficiários do PBF são priorizadas na adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE), que leva ações de proteção e prevenção à saúde ao ambiente escolar. Dados mais recentes indicam que 42 mil escolas com maioria de estudantes Bolsa Família aderiram ao PSE em 2014, o que representa 53,5% das escolas inscritas no PSE.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa.

Estudos demonstram que o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola: as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do que os demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio – e as taxas de aprovação são equiparadas aos demais alunos<sup>4</sup>. Esses impactos positivos, segundo o estudo, são ainda maiores no Nordeste, região com maior número de beneficiários do PBF.

Na saúde, estudo publicado em 2014<sup>5</sup> mostrou que o PBF contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil, geral e por causas relacionadas a pobreza, como desnutrição e diarreia. Em 2015, uma nova pesquisa demonstrou que o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase nas comunidades com alta cobertura do PBF<sup>6</sup>.

Além de reforçar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, o acompanhamento das condicionalidades e identificação das famílias em descumprimento pode indicar vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo.

Nesse sentido, é previsto no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão com os benefícios suspensos, são um dos públicos prioritizados no acompanhamento familiar.

O Programa é sinônimo de política pública de Estado. Isso porque vem melhorando as condições de vida dos brasileiros antes vulneráveis à pior forma de exclusão: a extrema pobreza.

Em mais de uma década, o País conquistou uma rede de proteção mínima a 13,8 milhões de famílias, o que corresponde a 20% da população brasileira, levando a uma significativa redução da pobreza e da desigualdade na distribuição da renda.

**Objetivo 0619: Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.**

Para fins de cumprimento do objetivo, foi instituído em 2011 o Plano Brasil sem Miséria (BSM), e foi estruturado em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

O eixo associado a esse objetivo foi o de garantia de renda cujo foco era o alívio imediato da situação de extrema pobreza. Como consequência, além dos reajustes nos valores dos benefícios em 2011 e 2014, foram ampliados o Benefício Variável Nutriz – BVN e o Benefício Variável à Gestante – BVG com a finalidade de aumentar a proteção à mãe e ao recém-nascido durante a gestação e os primeiros meses de vida da criança.

Segundo dados de dezembro de 2015, 276 mil famílias recebem o BVG e 280 mil recebem o BVN. Esses números mostram um aumento de beneficiários em relação a dezembro de 2014.

Cabe ressaltar que, no ano de 2011 foi ampliado de três para cinco o limite máximo de concessão de benefícios variáveis por família.

Em 2012, foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza – BSP destinado a assegurar que a renda per capita familiar ultrapasse a linha de extrema pobreza do Programa.

Recebem esse benefício as famílias que, mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família, permanecem com renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza do PBF, que atualmente é de R\$ 77,00 por pessoa.

Em dezembro de 2015, foram mais de 13,9 milhões famílias atendidas pelo Programa, o que equivale a mais de 47 milhões de pessoas.

Dessas, cinco milhões de famílias fizeram jus ao Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), que em conjunto possuem 18.406.340 pessoas.

O volume financeiro transferido exclusivamente a título de BSP para essas famílias foi de R\$ 435.979.076, o que corresponde a um valor médio de R\$ 86,77.

Outras ações do Governo Federal buscaram atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra, Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos –GPTE. No caso do PBF, por exemplo, 92,2% das famílias são chefiadas por mulheres,

3 Famílias com mulheres em idade fértil e/ou crianças de 0 a 7 anos.  
4 CIRENO, F.; VIANA, I. A. V.; ALVES, C. B. A. Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do Programa Bolsa Família. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 18, p. 50-60, 2014.  
5 RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. The Lancet, v. 382, n. 9.886, p. 57-64, 2013.  
6 NERY, J. S. et al. Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. PLoS Neglected Tropical Disease, November 20, 2014.

74,2% dos beneficiários são negros ou pardos e 1,3 milhão de famílias beneficiárias são do GPTE.

Além da transferência de renda, o MDS autoriza medidas especiais de atendimento a Municípios em todo País que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, com medidas especiais para pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).

Em 2015, foram atendidas com essas medidas especiais mais de 297.000 famílias em 152 Municípios.

O MDS também inovou no ano de 2015 quando lançou os processos de averiguação cadastral e revisão cadastral em conjunto, visando ajudar os Municípios a planejar melhor os trabalhos locais.

O objetivo destes processos é garantir a qualidade e a atualidade dos dados declarados no Cadastro Único. Com a medida, foram convocadas para atualização cadastral mais de quatro milhões de famílias beneficiárias.

O conjunto das medidas adotadas no período 2012-2015 por meio desse objetivo contribuiu, portanto, para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro ao sinalizar um piso de proteção social, em nível nacional, alcançando grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, em especial, crianças e jovens, resultando em políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0619 DO PROGRAMA 2019 - BOLSA FAMÍLIA

OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0619	No Exercício <sup>1</sup>	26.125.678.118,00	26.385.345.680,04
	RPNP <sup>2</sup>	0,00	30.089.882,40
	Gastos Tributários	--	--
TOTAL DO OBJETIVO		26.125.678.118,00	26.415.435.562,44

Fonte: Siop / Data: 11/01/2016

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Em 2014, as ações do objetivo 0619 apresentaram uma execução da ordem de R\$ 26,1 bilhões, não havendo a inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Já em 2015 ocorreu apenas uma leve oscilação do montante de Restos a Pagar Não Processados (RPNP), R\$ 30,1 milhões, totalizando R\$ 26,4 bilhões. Em síntese, somado a totalidade dos recursos do Objetivo, percebe-se uma leve oscilação na ordem de 1,1% à maior entre os anos de 2014 e 2015.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de extrema pobreza ou pobreza.	Famílias (dezembro de cada ano)	13,8 milhões mensais de famílias beneficiárias (a meta é assegurar mensalmente que esse número seja alcançado)	13.912.155	14.086.199	14.003.441	13.936.791	101%	Folha de Pagamento de Benefícios do Programa Bolsa Família
Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família	Famílias (acumulado de 2012 a dezembro de cada ano)	Concessão de benefícios a famílias em extrema pobreza, selecionadas e habilitadas	750.023	999.029	1.377.429	1.813.569	227%	Cadastro Único

Obs.: As metas realizadas até 2012, 2013, 2014 e 2015 são correspondentes ao mês de dezembro de cada ano.

O PBF beneficiou, no mês de dezembro de 2015, 13.936.791 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 162,55. Percebe-se, portanto, que a meta estabelecida foi ultrapassada ainda em 2012 e foi mantida ao longo de 2013, 2014 e 2015 chegando a 101,44% de execução.

Além disso, o PBF acumulou de janeiro a dezembro de 2015, a concessão de benefícios a 1.813.569 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso.

O número indica que, em face da segurança quanto à disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e aos mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios, foi possível assegurar o fluxo de concessão de benefícios às famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa no âmbito do BSM, que busca articulação com outros órgãos e entidades para identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social. Tal fato contribuiu, decisivamente, para o alcance dos objetivos do programa, de proporcionar melhores condições socioeconômicas ao segmento mais vulnerável da população.

#### Análise das Metas Qualitativas

**Meta: Ampliar a articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas públicas promotoras de emancipação.**

O BSM potencializou diversos programas do Governo Federal e criou iniciativas inéditas direcionadas aos beneficiários do PBF. No campo da inclusão produtiva, vale destacar:

- o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM);
- as ações de Inclusão no Campo – Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Programa de Fomento;
- o Programa Água para Todos; e
- o Programa Bolsa Verde.

Ainda no que se refere à articulação com outras políticas promotoras de emancipação merece destaque a integração do PBF a seis programas estaduais (Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a dois programas municipais (Manaus – AM e Nova Lima – MG) de transferência de renda.

#### **Meta: Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza.**

Em face de avaliação interna quanto à metodologia de aferição do impacto do PBF, optou-se por considerar, para efeito dessa meta, o indicador da taxa de atendimento às famílias pobres, obtido a partir das informações constantes do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao total de famílias pobres estimadas, e dos Relatórios Sintéticos da Folha de Pagamento elaborados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, para obter o número de famílias beneficiárias do Programa.

Os dados da folha de pagamento referentes ao mês de dezembro de 2015 indicam 13.936.791 famílias beneficiárias do Programa, quantitativo este que supera a estimativa de famílias pobres para o período em questão, estimado em 13.738.415, o que em termos nacionais representa 101,4% de cobertura de atendimento a famílias pobres e extremamente pobres.

#### **Meta: Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família ultrapassem a renda mínima de R\$ 77,00.**

Para assegurar o cumprimento dessa meta foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), o qual foi implementado em três fases:

- a primeira, que começou no mês de junho de 2012, para famílias com crianças até 6 anos;
- a segunda, em novembro de 2012, quando o BSP passou a atender famílias com crianças e adolescentes até 15 anos; e
- uma terceira, em março de 2013, com a ampliação de sua cobertura para todas as famílias que permaneciam em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF.

Em dezembro de 2015 o BSP foi pago a um mais de 5,0 milhões de famílias, que em conjunto possuem mais de 18,4 milhões de pessoas. O volume financeiro transferido exclusivamente a título de BSP para essas famílias foi de R\$ 435.979.076, o que corresponde a um valor médio de R\$ 86,77 neste tipo de benefício.

#### **Outras Considerações**

O PBF acumulou, desde junho de 2011 até novembro de 2014, a concessão de benefícios a novas 1.376.904 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso, superando a meta inicialmente prevista de 800 mil famílias a serem incluídas pela busca ativa do Plano Brasil Sem Miséria.

Além da transferência de renda, o MDS autorizou medidas especiais de atendimento a mais de 297 mil famílias em 152 Municípios em todo País que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, contando com medidas especiais para pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).

São medidas especiais que visam facilitar o acesso ao pagamento, tais como:

- a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês, não sendo preciso esperar o dia do pagamento de acordo com o final do Número de Identificação Social (NIS) do cartão;
- adoção da Declaração Especial de Pagamento, fornecida pelo Município, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e
- mobilização do agente financeiro para operações especiais de pagamento em caso de prejuízo dos canais de pagamento na localidade.

No tocante ao Seguro Defeso, seguindo determinação legal, o MDS suspendeu temporariamente o benefício do PBF das famílias de pescadores artesanais que estão recebendo o Seguro Defeso.

Entre junho e setembro de 2015, houve uma média mensal de 25 mil suspensões de benefícios do PBF, distribuídos da seguinte forma: junho – 9.983; julho – 19.982; agosto – 36.770; setembro – 39.873 suspensões de benefícios.

#### **4.2.6. Programa 2061 - Previdência Social**

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema majoritariamente estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de previdência social possui três importantes papéis na sociedade:

- social: promove a proteção e a dignidade, com redução da pobreza;
- econômico: configurado pela importância da massa de benefícios pagos aos beneficiários em todos os Municípios brasileiros, sendo que em mais de 67% deles os recursos pagos pela previdência são maiores do que os recebidos do Fundo de Participação dos Municípios; e
- político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza-se em três regimes distintos, independentes entre si, mas que podem se complementar: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios. O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos:

- operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e
- operado pelas Entidades Fechadas de Previdência (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A previdência complementar é ainda um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e avança seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MTPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende, basicamente, ao setor privado, embora sua administração seja pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo o território nacional e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE 2014), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,6%, registrando, pela primeira vez, igualdade de cobertura previdenciária entre mulheres e homens ocupados no País.

Ainda, de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da PNAD, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,7%, em 2014.

Ainda, vale destacar a participação de dois grupos de segurados, sendo eles o Microempreendedor Individual (MEI) e o grupo de donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, que atingiram, respectivamente, o número de 5,4 milhões de trabalhadores inscritos e 370.683 mil contribuintes.

Conforme dados da PNAD/IBGE 2014, ainda existem cerca de 24,7 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Esses dados não consideram aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

### Objetivos Estratégicos de Resultados para a sociedade

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada.

O Plano Plurianual (PPA 2012 - 2015) do Governo Federal, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2012 - 2015, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica.

Os três objetivos estratégicos que compõem o Programa Previdência Social têm como propostas de valor a participação, a busca pela efetividade e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como: a ampliação da cobertura previdenciária; ampliação da rede de atendimento; e ampliação da cobertura da Previdência Complementar.

A seguir serão apresentados os resultados de dois desses objetivos acompanhados de algumas iniciativas que contribuíram para alcance dos principais resultados do Programa.

#### Objetivo 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

O Objetivo consiste em fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2015.

#### Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social.

A clientela da Previdência Social busca a resolução de suas demandas, de forma célere, em Agências da Previdência Social (APS) estruturadas para o atendimento de excelência, que possuem servidores qualificados na prestação dos serviços.

Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, no ano de 2009 o INSS iniciou a execução do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), objetivando a construção de 720 novas APS em Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Foram inauguradas 14 novas APS, totalizando 373 unidades implantadas. A abertura dessas agências beneficiou cerca de 12 milhões de cidadãos, que passaram a contar com uma APS em seu Município de residência, reduzindo a necessidade de deslocamento e ampliando o acesso aos direitos previdenciários.

#### Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios.

No quadriênio 2012 - 2015 houve efetiva atuação na busca de instrumentos de minimização e redução do número de conflitos judiciais em matéria previdenciária.

Nessa esfera foram desenvolvidos os projetos:

- Consultoria Ativa - realizou visitas e promoveu cursos de Processo Administrativo Previdenciário junto às Agências de Previdência Social;
- Justificação Administrativa Eletrônica (JAE)- objetivou evitar o indeferimento precário dos pedidos de benefício e reduzir a litigiosidade;
- Conciliação Administrativa (Conciliad)- buscou, em parceria com a Defensoria Pública da União, solucionar conflitos na esfera administrativa, utilizando do sistema e - recursos. Este projeto não surtiu os efeitos desejados por insuficiência de procuradores federais atuantes no contencioso administrativo.

No intuito de aproximar-se dos julgadores e levar o entendimento sobre temas previdenciários polêmicos, realizou-se a Semana de Integração com

o Poder Judiciário, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda nesse contexto, importantes avanços foram galgados com a publicação da Portaria-Conjunta PGF/INSS no 04/2014, que desburocratizou a revisão administrativa dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente, e a edição da Recomendação Conjunta, celebrada pelo Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral Federal e Ministério da Previdência Social, em dezembro/2015, estabelecendo medidas de uniformização das perícias judiciais e inclusão da data de cessação dos benefícios previdenciários nas sentenças e acordos, evitando com isso sua manutenção por tempo indefinido.

Visando conferir maior segurança às decisões administrativas, foi concluída a implantação da Instrução Normativa INSS/PRES no 77, de 21 de janeiro de 2015, que atualizou as normas administrativas às alterações legislativas e matérias pacificadas no âmbito dos Tribunais Superiores.

Ainda, no contexto de aperfeiçoamento das decisões, atuou-se na implantação administrativa das alterações legislativas trazidas pela Medida Provisória no 664, de 30 de dezembro de 2014, posteriormente convertida na Lei no 13.135/2015, que tratou da pensão por morte e do auxílio doença, e da Medida Provisória no 665, da mesma data, convertida na Lei no 13.134/2016, tratando do seguro-desemprego para pescador artesanal.

No que tange à Previdência do Servidor Público, em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), foram elaboradas cerca de 322 informações em processos judiciais e 154 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos e subsidiar a defesa da União em processos judiciais.

Com vistas a subsidiar a defesa da União em processos judiciais, no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), em ações relacionadas ao CRP, que verifica o cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento desses regimes previstas na Lei nº 9.717/1998, deu-se continuidade às ações de elaboração de informações em processos judiciais e pareceres em resposta a consultas recebidas, e foram adotadas medidas de esclarecimento junto ao Poder Judiciário e a outras instituições dos impactos das decisões judiciais para a sustentabilidade da previdência do servidor público.

O CRP é o principal instrumento de atuação para promover o alinhamento da gestão dos RPPS às normas gerais, tendo sido apresentados estudos e propostas visando fortalecer o seu embasamento jurídico.

No que se refere aos Órgãos Colegiados, a Previdência Social logrou êxito no julgamento de todos os recursos administrativos de 1ª instância que se encontravam em estoque, alcançando marco inédito na história do órgão.

O quantitativo de recursos pendentes na 2ª instância reduziu significativamente devido à gestão de acompanhamento e à colaboração de todos os integrantes do órgão. Destes, no ano de 2014, entre processos físicos e eletrônicos, foi quantificado um total de 17.829 recursos pendentes, dos quais, 10.840, foram julgados no ano de 2015.

Em 2015, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) realizou 9 Reuniões Ordinárias e teve 53 processos julgados (31 recursos e 22 Embargos de Declaração).

No período recebeu 50 processos, dos quais 19 ainda estão em fase de tramitação na CRPC. Resultados que de algum modo impediram ou minimizaram a ocorrência de litígios.

#### Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo.

Dados da PNAD/IBGE apontam para uma tendência de expansão da proteção previdenciária entre os idosos, com relativa estabilidade nos anos mais recentes. A parcela da população idosa protegida socialmente passou de 74,1%, em 1992, para 81,7%, em 2014.

Apesar da proteção dos idosos ser considerada bastante elevada, ainda há muito para aperfeiçoar. Assim, o Ministério do Trabalho e Previdência Social participou do Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para construção da minuta de portaria sobre Educação para Aposentadoria dos servidores públicos federais.

Ainda no âmbito interministerial, o Ministério do Trabalho e Previdência Social participa ativamente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos do Idoso, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos.

Houve produção de documentos técnicos, cursos à distância e visitas técnicas para conhecimento de experiências inovadoras entre os países, com temas referentes à Previdência Social, Envelhecimento Ativo e Rede de Serviços de Defesa de Direitos e Proteção às Pessoas Idosas.

Além disso, para promover a conscientização sobre a necessidade de políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, servidoras foram designadas para participar, como expositoras, nos seguintes seminários:

- Seminário Envelhecimento Populacional: o que foi promovido pelo Estado do Acre;
- IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Alagoas e de Santa Catarina;
- Café com a Previdência - cenário do Envelhecimento Populacional;
- Programas de Educação para Aposentadoria no Ministério da Previdência Social e no Ministério das Relações Exteriores; e
- I Seminário Internacional sobre Políticas de Cuidados de Longa Duração para a Pessoa Idosa, promovido pelo Ministério da Saúde.

### Garantir o pagamento de benefícios com qualidade.

De forma a garantir a efetivação do pagamento de 32,5 milhões de benefícios, que compreendem 28,2 milhões de benefícios do RGPS, 4,2 milhões de benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e 193 mil benefícios do Programa Encargos Previdenciários da União, o contrato com 18 instituições financeiras, que dispõem de 46 mil órgãos pagadores distribuídos por todo o País, foi mantido em 2015.

Em agosto de 2014, foi realizado novo pregão para estabelecer a ordem de preferência das instituições bancárias para efetuar o pagamento dos benefícios concedidos no período de 01/01/2015 a 31/12/2019. O valor máximo por lote foi de R\$ 14,21 por benefício pago. Dessa forma, em 2015, foram arrecadados R\$ 444,4 milhões.

De forma a completar o processo de reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários, está em desenvolvimento o Sistema Integrado de Benefícios II (SIBE II) que, integrado aos produtos do Sistema Integrado de Benefícios (SIBE I) e ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), atenderá às novas necessidades da gestão da folha de pagamentos, desde o requerimento até o pagamento do benefício.

Na mesma esteira de propósito, desenvolveu-se o Sistema de Pagamento de Benefícios (SISPAGBEN), que compreende todo o processo de pagamento, batimento físico-financeiro e de controle da receita da folha de pagamento de benefícios.

Os novos sistemas englobarão conceitos de melhor gestão da folha de pagamento, reduzindo prazos, ampliando controles e incorporando as definições dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à segregação da gestão da folha de acordo com a origem orçamentária dos benefícios do RGPS e da assistência social, dos Encargos Previdenciários da União e dos Pagamentos de Encargos Previdenciários do Exterior decorrentes do Acordo Multilateral do Mercosul.

Ainda, encontra-se em reestruturação o Protocolo de Pagamento de Benefícios firmado com a rede bancária pagadora, que possibilitará a incorporação de novos conceitos, aprimorando a gestão dos benefícios e ampliando as ações integradas.

Sob a ótica da Previdência Complementar e no contexto da Supervisão Baseada em Risco (SBR), houve o aprimoramento do monitoramento do mercado de previdência complementar fechada, por meio da análise dos planos de benefícios sujeitos a maior risco atuarial, envolvendo a utilização de indicadores construídos com o objetivo de melhorar o acompanhamento da saúde atuarial desses planos.

### Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva.

O projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC), presente no Plano de Ação Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP), está em curso desde 2012 e prevê:

- implementação da política de gestão da informação e documentação;
- promoção da adequação da infraestrutura tecnológica;
- desenvolvimento de serviços modulares de gestão da informação e documentação; e
- disseminação da cultura de gestão da informação corporativa.

Foi publicada a Portaria MPS nº 368, de 18 de agosto de 2015, que versa sobre as políticas de gestão da informação e documentação.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC - PS) iniciou-se na Previdência Social em maio de 2012, parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC). Desde então, a previdência é o maior órgão demandado, totalizando mais de 25 mil solicitações de informação desde 2012.

No ano de 2015, foram 5.630, correspondendo à média mensal de 469 solicitações. O Tempo Médio de Resposta de Solicitação do SIC (TMRS - SIC) é de 9,68 dias e apresenta um baixo número de interposições de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos.

No ano de 2015, até o mês de outubro, foram cadastradas, na Ouvidoria da Previdência Social, 221.727 manifestações, refletindo uma média de 22.172 manifestações mensais. Aproximadamente 52% dos registros foram respondidos em primeira instância, em um tempo médio de 5,3 dias.

Com o objetivo de melhorar a gestão do atendimento, proporcionando maior celeridade ao reconhecimento de direito e simplificação de acesso ao cidadão, encontra-se em andamento a modernização e atualização tecnológica dos Sistemas de Agendamento e de Requerimento Eletrônico. A Central de Teleatendimento 135 e a Agência Eletrônica no sítio da Previdência Social foram atualizadas com novos roteiros e mapas de navegação.

Os serviços e informações disponibilizados no portal da Previdência Social relativos aos RPPS foram reestruturados, de forma a facilitar o acesso por parte dos entes federativos, gestores, segurados, beneficiários e cidadãos em geral às informações sobre a situação desses regimes, quanto ao cumprimento dos critérios de organização previstos na Lei no 9.717/98, além do conteúdo e esclarecimentos das normas gerais relativas a esses regimes.

Objetivando também aprimorar a transparência e tempestividade no acesso às informações relativas à previdência do servidor, foi instituído um novo sistema de atendimento, centralizando o recebimento de consultas e agendamento de reuniões e treinamentos.

Deu-se continuidade também à participação em congressos, seminários e fóruns organizados por organismos ou entidades associativas, nos quais se fizeram presentes os gestores, conselheiros e segurados dos RPPS, medida esta que contribui para a formação da cultura previdenciária.

Com objetivo de ampliar a transparência e o conhecimento acerca das normas aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar (RPC), em outubro de 2015 foi publicada a Coletânea de Normas atualizada, o que implica em melhorar o acesso à legislação e dar maior divulgação a todos que, de forma direta ou indireta, interessam-se e contribuem com o crescimento e fortalecimento do regime.

Em 2015, foram publicadas no sítio da Previdência Social as ementas, as decisões, os relatórios e os votos de cada um dos recursos julgados pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), conferindo maior transparência às decisões da instância recursal.

### Promover o reconhecimento automático do direito.

Quanto ao reconhecimento do direito, encontra-se em fase de transição dos sistemas corporativos, mantidos os esforços de gestão para evitar contratempos, lentidão e instabilidades nos sistemas que impactam no desempenho das Unidades e podem afetar os resultados de alguns indicadores.

Esses esforços vão desde a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento (Sisage), no final de 2013, à conscientização dos gestores acerca das melhorias possibilitadas pelo novo sistema, que vem sendo intensificada, principalmente no que tange à melhoria do tempo de espera e distribuição dos atendimentos.

Nesse contexto, oportuno registrar que os principais desafios enfrentados foram:

- protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar no 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social;
- exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP) apresentados;
- alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e

- ocorrência de instabilidade nos sistemas de concessão de benefícios, fato que impactou significativamente o atendimento na recepção dos requerimentos de benefícios.

Até outubro/2015 foi desembolsado R\$ 1,3 bilhão em Compensação Previdenciária, correspondendo a aproximadamente 306 mil requerimentos de compensação previdenciária pagos. Já os entes federativos pagaram à Previdência Social, referente ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como regime instituidor, R\$ 143 milhões, equivalendo a aproximadamente 21 mil requerimentos. Em valores de estoque pagos aos Municípios, foram desembolsados R\$ 54 milhões, ficando o saldo devedor de R\$ 375 milhões, correspondente a aproximadamente 46 mil requerimentos.

Em contrapartida, a Previdência Social recebeu dos entes federativos cerca de R\$ 1 milhão de reais.

As Leis nºs 13.135/2015 e 13.183/2015 trouxeram inovações nas regras de pensão por morte, auxílio-doença e fator previdenciário, implicando em significativas alterações nos sistemas de benefícios do INSS, tornando imprescindível a adequação destes.

#### **Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários.**

Com objetivo de propor políticas e diretrizes específicas, destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos e à promoção do aperfeiçoamento da gestão pública, com foco na governança para resultados por meio da inovação institucional e da gestão da estratégia, bem como de articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade brasileira, foi instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social e de suas entidades vinculadas, por meio da Portaria no 195, de 28 de maio de 2015, o Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional.

A Previdência Social tem dentre outras competências aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento de direito, cabendo-lhe, inclusive, normatizar, orientar e uniformizar procedimentos que assegurem o acesso célere, eficaz e seguro aos benefícios previdenciários.

Para tanto se mostrou necessário promover a organização dos atos normativos relacionados à benefícios e revisão da Instrução Normativa nº 45/PRES/INSS/2010.

Assim, foi executado o Projeto Inovar, que atualizou referida IN, bem como proporcionou como resultado a simplificação, desburocratização e consolidação da normatização em matéria de benefícios. Esse projeto foi finalizado no começo de 2015, com a edição da IN nº 77/PRES/INSS/2015.

Ainda nessa esteira, foi implantado um novo sistema de suporte às consultas de sistemas e procedimentos normativos, o Consultar, que substituiu o Siscon, que contemplava apenas consultas sobre normas e legislação.

Merece destaque também o início do processo de reformulação dos fluxos de recursos administrativos, com a finalidade de dar mais celeridade no trâmite processual.

Ainda em 2015, a Previdência Social avançou quanto à disciplina de gerenciamento de custos. Mediante o desenvolvimento de projeto de aprimoramento dos processos de gerenciamento de custos, buscou-se, como principal objetivo, alavancar o modelo de inovação institucional, o monitoramento e a avaliação do desempenho institucional, de forma a subsidiar continuamente a tomada de decisão da alta gestão.

A base de mensuração de custos parte dos macroprocessos e segue uma estrutura única, aderente ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Com relação à supervisão dos RPPS, após a publicação da Portaria MPS no 530/2014, conferiu-se, durante o exercício de 2015, maior celeridade aos Processos Administrativos Previdenciários (PAP) instaurados em decorrência de irregularidades apontadas em auditorias diretas realizadas nos entes federativos, com a adoção do procedimento de registro imediato em caso de não impugnação da notificação.

Procurou-se também, por meio da publicação de parâmetros gerais, tais como a Portaria MPS no 300/2015, uniformizar os processos de gestão dos investimentos de recursos pelos RPPS, instituindo requisitos e termos de análise a serem observados no credenciamento das instituições financeiras, além de promover a manifestação e colaboração em normas e

procedimentos desenvolvidos por outros órgãos relacionados à gestão da previdência do servidor.

#### **Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.**

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro-atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar).

Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

O Objetivo é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2015.

#### **Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.**

No âmbito do Regime Geral, a Reabilitação Profissional abrange as dimensões social e econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo promover e proteger a saúde do trabalhador, contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, possibilitando o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a reinserção no mercado de trabalho.

Já no que tange à esfera econômica, esta contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social.

Além disso, também colabora para a promoção da cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.

Nesse sentido, 51,14% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados em 2015, como resultado de ações das equipes multidisciplinares, com o objetivo de tornar o indivíduo apto para retornar às atividades profissionais por meio de adaptação a função compatível com as limitações apresentadas.

Na perspectiva da integralidade foram desenvolvidas ações intersetoriais com as demais instituições integrantes da Seguridade Social ampliada (Previdência, Trabalho, Saúde e Educação), evidenciando que a garantia da (re)inserção do trabalhador com dignidade no mercado de trabalho está condicionada à execução eficiente das políticas públicas de maneira articulada.

Ainda no sentido de aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral, em 2015, foram atualizadas as orientações técnicas referentes ao reconhecimento do acidente do trabalho. Esta iniciativa impacta na melhor qualificação da concessão do benefício por incapacidade, ensejando, além da proteção para o trabalhador, a identificação de ambientes adoeecedores, contribuindo para o desenvolvimento de ações de prevenção em consonância com a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

No que tange à Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, instituída pela LC nº 142, de 2013, no primeiro semestre de 2016 o estudo realizado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) decorrente de cooperação técnica firmada com o Ministério da Previdência Social por Termo de Descentralização de Crédito deverá ser concluído.

Tal cooperação tem por objetivo a validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF - BrA), instrumento pericial para avaliação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência instituída pela Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. O produto desta cooperação será utilizado para analisar a necessidade de revisão deste instrumento, o que será discutido em grupo de trabalho técnico a ser constituído também em 2016.

O IF - BrA é uma das primeiras experiências brasileiras em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, utilizando-se de critérios baseados na Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Assim, para o seu aprimoramento, foi proposta, no âmbito do programa "Apoio aos Diálogos Setoriais U.E - Brasil", a



ação DESO015, intitulada “Avaliação da Deficiência após a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência: estudo comparativo entre o instrumento utilizado para efetivação de direitos previdenciários no Brasil e na Alemanha”.

Ainda no âmbito do Programa “Apoio aos Diálogos Setoriais U.E - Brasil”, foi proposta a ação DESO0014, intitulada “Gestão do Afastamento por Incapacidade - Ações integradas entre Previdência Social e Saúde Pública”, a qual visa aperfeiçoar, por meio do intercâmbio de experiências entre a Previdência Social Brasileira e a Italiana, a gestão dos afastamentos por incapacidade no Brasil.

Por fim, no âmbito do projeto do Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas (eSocial), foram discutidos e aperfeiçoados os leiautes e manuais das informações relacionados à Saúde e Segurança do Trabalhador.

Tal sistema unificará uma série de informações que atualmente estão em formulários diversos, substituindo a atual forma de enviar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além de permitir uma melhor gestão dos riscos decorrentes do trabalho e dos afastamentos laborais.

### **Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.**

Em 2015 a Previdência Social publicou a metodologia de gerenciamento de riscos, caracterizada por tratar-se da aplicação sistemática de políticas, metodologias, melhores práticas de infraestrutura e do gerenciamento de riscos por meio das atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto, na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica dos riscos que afetam uma gestão de qualidade.

Aplicada a toda a organização, tem o condão de promover o desempenho institucional, por ser considerada essencial para o alcance dos resultados institucionais. A metodologia de gerenciamento de riscos demonstrou sua eficácia sendo aplicada para todos os processos das novas contratações, nos processos de trabalho modelados e nos projetos em curso.

Ao longo de 2015, em atendimento à deliberação emanada pelo Comitê de Controle Interno Administrativo (CCIA/MPS), mobilizaram-se esforços para efetuar o monitoramento como forma de prevenir desvios por meio do aperfeiçoamento constante da gestão de risco, de modo a resguardar o patrimônio, os sistemas de informação e os de comunicação institucional.

No tocante às ações de auditoria interna, foram desenvolvidas atividades aprovadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), resultando na conclusão de 644 ações de auditoria programadas e 16 de caráter especial, contribuindo para a efetividade e eficiência da governança, gestão de riscos e fortalecimento do processo de controle.

Nesse intuito, também foram formuladas 96 recomendações em âmbito estratégico, objetivando o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos processos com foco em resultados.

Para gerenciar de maneira mais efetiva e eficiente as demandas dos órgãos de controle interno e externo, foram realizadas melhorias no Sistema de Controle de Demandas Externas e Internas (Condex).

Foi instituído, por meio da Portaria nº 861/PRES/INSS, de 16 de setembro de 2015, o Comitê Permanente de Controle Interno do INSS, com a finalidade de gerenciar o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, propor políticas de controle interno, promover a gestão de riscos e acompanhar o desenvolvimento ou a implantação de assuntos estratégicos definidos pela Presidência do INSS ou pela maioria absoluta do Comitê Permanente de Controle.

### **Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios.**

Para intensificar a fiscalização dos RPPS em cumprimento à competência atribuída pela Lei nº 9.717/1998, foi instituída metodologia para construção de matriz de risco, visando aprimorar os procedimentos de planejamento das auditorias diretas, além da revisão dos procedimentos de realização dessas auditorias por meio da publicação de novos manuais. Tais medidas visam à implantação de uma supervisão baseada em riscos, contribuindo também para o aprimoramento dos procedimentos de supervisão interna.

Em 2015, refletindo a evolução dos mecanismos de supervisão, foram

obtidos resultados satisfatórios relativos às auditorias diretas encerradas no ano e à emissão de representações administrativas para apuração de eventual situação de irregularidade sob a competência de outros órgãos de fiscalização e controle.

Além das auditorias diretas, a carga dos Auditores-Fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil cedidos ao MTPS, intensificaram-se as ações de supervisão indireta dos RPPS, no que se refere aos critérios relacionados à legislação previdenciária dos entes federativos, aos investimentos dos recursos ou à verificação do cumprimento dos parâmetros veiculados pelas normas de atuação e contabilidade.

Deu-se continuidade ao projeto de modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (Cadprev), que além de administrar a emissão do CRP é responsável pela recepção e disponibilização pública das informações relativas à gestão dos ativos e passivos previdenciários.

Foi desenvolvido um novo módulo do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), com o objetivo de melhorar a captação das informações sobre a situação atuarial desses regimes e possibilitar o aperfeiçoamento da análise da razoabilidade dos cálculos atuariais apresentados.

Iniciou-se a implantação de um sistema de tratamento de dados gerenciais, direcionado, em seu primeiro módulo, para a gestão do cadastro dos RPPS e do controle dos CRP emitidos.

A intensificação da supervisão e fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva, sendo que os acordos celebrados em 2015 alcançaram cerca de 40% dos tribunais existentes.

Participou-se também, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), no desenvolvimento de curso de auditoria de RPPS voltado a técnicos e auditores dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, além de contribuir para a formatação da ação coordenada entre os TCE/TCM e o TCU, que terá por foco a regularidade da gestão dos RPPS.

Com o propósito de melhor se adequar aos princípios de Supervisão Baseada em Risco (SBR), a Previdência Social está revendo seu atual modelo de supervisão e fiscalização, identificando, tratando e monitorando as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) por meio da análise crítica dos riscos que afetam o sistema. Essa ação visa garantir a segurança, solidez e confiabilidade do regime de previdência complementar fechado.

O novo Programa de Supervisão irá incorporar, de forma proativa, mecanismos de inteligência ao processo de supervisão baseada em riscos, de modo que possa se antecipar aos fatos. Para que isso ocorra o modelo de supervisão das EFPC está passando por um processo de atualização para melhor se adequar aos princípios de SBR, com o aperfeiçoamento dos processos internos da Autarquia, a partir dos atributos e características do modelo de supervisão atual com a incorporação de pilar preditivo.

A supervisão indireta terá foco no monitoramento de parâmetros técnicos das entidades supervisionadas que permitirá o aprimoramento do enfoque prudencial e preditivo por meio de investimentos em capacitação, tecnologia da informação e ganho de eficiência nos procedimentos de compliance.

Isto se tornará possível porque apenas a análise de inteligência dos riscos ficará a cargo do corpo técnico especializado, restando aos sistemas informatizados o trabalho de análise de dados brutos.

Com isso, os esforços de supervisão poderão ser melhor direcionados para permitir ações prudenciais baseadas em análises preditivas que tratem e evitem os riscos, antes que eles se materializem.

A partir desses preceitos de SBR, uma maior efetividade em Supervisão será impressa, com um uso mais eficiente dos recursos humanos e tecnológicos, contribuindo para o crescimento e solidez do segmento de previdência complementar fechado.

Ainda, agirá de forma prudencial baseada em análises preditivas, restando à fiscalização direta a missão subsidiária de agir naqueles casos específicos com maior risco e potencial de impacto.

A abordagem prudencial aliar-se-á à supervisão de condutas que será expandida e aperfeiçoada com a finalidade de incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança e gestão de riscos dos supervisionados.

No exercício de 2015 iniciou-se o aprimoramento do monitoramento do mercado supervisionado, por meio da análise dos planos de benefícios sujeitos a maior risco atuarial com a utilização de indicadores construídos com o objetivo de acompanhar a saúde atuarial dos planos.

#### **Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.**

De forma a atender o seu equilíbrio financeiro, assim como fomentar as ações de melhoria à saúde dos trabalhadores, no ano de 2015, foram elaboradas propostas de reestruturação do Seguro Contra Acidentes de Trabalho (SAT), a partir da extração, tratamento e avaliação dos dados disponíveis nos sistemas corporativos.

Para contribuir com as discussões desta proposta, no âmbito no programa Eurosocial, desenvolvido pela União Europeia e o Brasil, o qual tem por objetivo fortalecer a coesão social nos países da América Latina, está em curso intercâmbio de experiências entre o Brasil e a Itália na área do Seguro contra Acidentes de Trabalho destes países.

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) também tem sido alvo de discussão, mais especificamente no que tange ao cálculo, para o qual foram apresentadas novas propostas, que seguirão em discussões no ano de 2016, sendo que em 2015 uma importante alteração foi promovida, passando-se a calcular o referido fator por estabelecimento empresarial e não mais para a empresa, alinhando-se ao entendimento adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para o recolhimento do tributo relacionado ao Grau de Incidência Decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, bem como alinhando-se com a jurisprudência do STJ.

Ressalta-se que foram publicadas 1.025 decisões administrativas referentes ao julgamento eletrônico do FAP de diversas vigências.

Ademais, foram elaboradas 20 manifestações acerca de proposições legislativas relacionadas às normas previdenciárias de promoção e proteção da saúde e segurança do trabalhador, apresentando notas técnicas e estudos para subsidiar uma evolução equilibrada e sustentável da proteção social.

No âmbito da previdência social do servidor público, 2.079 entes federados contavam com RPPS, responsáveis pela cobertura a cerca de 10 milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O processo de evolução legislativa, que resulta em expressivos avanços na gestão previdenciária, teve por marco a publicação da Lei no 13.135, de 17/06/2015, resultante da conversão da Medida Provisória no 664, de 30/12/2014, que alterou regras relativas à concessão da pensão por morte no âmbito do RPPS da União e do RGPS, cujas normas devem convergir com os RPPS de todos os entes federativos, promovendo a correção de antigas distorções na concessão desse benefício, com seus reflexos no equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes.

Nesse sentido, incentivou-se a adoção pelos demais entes da adequação das atuais regras de acesso ao benefício de pensão por morte, de forma a se alcançar maior justiça social e melhoria dos resultados fiscais, também pelo imperativo da convergência entre os regimes previdenciários prevista no texto constitucional.

Considerando a necessidade de estabelecimento de novos marcos regulatórios para a previdência do servidor, visando assegurar a sustentabilidade dos RPPS, intensificou-se a edição de notas técnicas, estudos e pareceres para subsidiar as propostas de alteração legislativa que possuem impacto tanto no financiamento quanto nas obrigações desses regimes, além de terem sido adotadas medidas de colaboração com outras instituições, relacionadas à interpretação e aplicação uniforme das normas e de evolução do arcabouço legal, além de atuação conjunta com outros órgãos de fiscalização e controle.

Dentre as iniciativas para promoção da sustentabilidade desses regimes, com objetivo específico de implementar mecanismos alinhados com a modernização da sua gestão, merece destaque o desenvolvimento do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS), que visa incentivar a adoção, por esses regimes, das melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O marco inaugural do referido programa foi a Portaria MPS nº 185/2015 e a elaboração e disponibilização em consulta pública do Manual do Pró-Gestão RPPS, os parâmetros a serem observados para avaliação e habilitação das entidades certificadoras, os procedimentos a serem observados para adesão,

renovação, suspensão ou cancelamento da certificação institucional, além do conteúdo de cada uma das ações a serem observadas para obtenção da certificação institucional.

Merecem também destaque as medidas adotadas para garantir que as informações relativas aos segurados e beneficiários dos RPPS sejam contempladas no projeto de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (eSocial), estando previstas nas normas que regulam o programa (Decreto nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê Gestor e Comitê Diretivo) e no *layout* de dados que está sendo desenvolvido.

Dessa forma, será possível a sua conexão ao projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, CNIS/RPPS, contribuindo para o aperfeiçoamento da concessão de benefícios pelos regimes e para mitigação dos riscos com pagamentos indevidos, projeto que possui também importante ferramenta de manutenção do cadastro e realização de censo previdenciário (Siprev), que possibilita a melhoria da gestão do passivo dos RPPS.

No que tange ao Regime Complementar, destaca-se a regulamentação e a implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Em 2012, foi aprovada a instituição da Funpresp - Exe. Em 2013, ocorreu a sua plena constituição voltada para os servidores do poder executivo, onde foram aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos e a busca por adesões.

Em 2014, no sentido de promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário complementar, o MTPS seguiu apoiando tecnicamente os entes da federação com vistas à instituição de regime de previdência complementar, a exemplo da criação da Funpresp - Exe.

Assim, atuou prestando esclarecimentos técnicos acerca das peculiaridades do RPC e do funcionamento das EFPC e dos planos de benefícios. Em 2015, analisou projetos de lei referentes à instituição do regime de previdência complementar nos Estados e apoiou tecnicamente os estudos dos projetos para sua implantação.

Em 2015, no âmbito da Previdência Complementar foi elaborado estudo sobre o nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas relativas aos programas de educação financeira e previdenciária.

Deu-se prosseguimento à instituição de medidas com o intuito de simplificar procedimentos realizados pelas EFPC, possibilitando a desoneração, sem prejuízo da segurança e do devido acompanhamento necessário dos diversos atores do Sistema de Previdência Complementar Fechada.

Algumas medidas foram tomadas em linha com as demandas do setor supervisionado por meio de atuação, com o intuito de simplificar procedimentos realizados pelas EFPC, possibilitando a desoneração, sem prejuízo da segurança e do devido acompanhamento necessário dos diversos interessados do Sistema de Previdência Complementar Fechada.

O ano de 2015 foi marcado pela intensificação do diálogo do órgão de supervisão com os diversos atores do sistema fechado de previdência complementar, no intuito de aprofundar debates sobre as necessidades mais prementes de medidas de desoneração e simplificação de procedimentos.

No âmbito de sua atuação normativa, a Previc editou instruções, dentre as quais destacam-se:

- Instrução nº 23, que estabeleceu orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário;
- Instrução nº 21, que alterou os prazos para envio das demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à Previc; e a no 20, que classificou as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) em perfis, para fins de supervisão no âmbito da Previc; e
- Instrução nº 19, que dispôs sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução no 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução no 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar.

A atuação com base no preceito de desoneração contribui para aumentar a sustentabilidade do sistema fechado de previdência complementar, na medida em que reduz os custos administrativos incorridos pelas entidades, tornando assim a criação e manutenção dos planos de benefícios mais atrativos para participantes e patrocinadores.

Foram desenvolvidas ações junto ao Poder Legislativo para a aprovação da MP no 676, de 2015, transformada na Lei no 13.183/2015, no que se refere à Emenda que institui a adesão automática para os servidores públicos federais no caso do Funpresp - Exe e Funpresp - Jud, possibilitando a garantia de oferecimento do plano aos servidores e a elevação do número de adesões com o consequente aumento do nível de segurança e cobertura previdenciária.

Risco jurídico que ameaça a sustentabilidade do sistema refere-se às inúmeras ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores e que podem afetar

a gestão dos RPPS ou as regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios.

Nesse sentido, além do acompanhamento da tramitação dessas ações e da elaboração de manifestações para subsidiar a atuação da Advocacia-Geral da União, foi constituído pelo Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), um Grupo de Trabalho intitulado Temas Judiciais Relevantes para os RPPS, visando à interlocução com o Poder Judiciário para mitigar o risco de decisões prejudiciais ao sistema.

Importante ressaltar as ações de acompanhamento e a elaboração de pareceres sobre propostas de alterações normativas em discussão no Congresso Nacional, com o apoio dos demais órgãos responsáveis pela condução dessas articulações.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0251 E 0252 DO PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0251	No Exercício1	393.398.621.003,42	398.279.945.276,07
	RPNP2	1.180.424.083,74	111.437.246,56
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		394.579.045.087,16	398.391.382.522,63
0252	No Exercício1	25.795.254,73	15.941.697,89
	RPNP2	4.674.581,63	10.514.259,10
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		30.469.836,36	26.455.956,99

Fonte: SiafiGerencial / Data da geração: dez/2015.

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0251 EM R\$ MILHÕES

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Adequar 80% da rede de atendimento.	%	80,00	86,00	64,00	73,00	77,70	97,12
Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão.	Unidade	604	118,00	193,00	244,00	258	42,71
Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias. (*)	Dias	15	30,00	27,00	33,00	60	25
Reduzir o tempo médio de atendimento agendado da perícia médica para 15 dias.	Dias	15	35,00	29,00	38,00	60	25
Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias.	Dias	15	20,00	20,00	31,00	64	23,43
Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.	%	65,00	57,87	56,44	61,94	58,40	89,84

Fonte: INSS / \*TMC - o valor do indicador refere - se à atualização do SUIBE de 28/12/2015.

#### Meta: Adequar 80% da rede de atendimento.

O Acórdão nº 2.170, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais.

Nesse contexto, no exercício de 2015 foram concluídas adequações em 77 unidades, sendo 41 unidades anteriormente existentes que foram adequadas e 36 unidades do PEX que já contemplam as condições de acessibilidade.

Com esse quantitativo, obteve-se o percentual acumulado aproximado de 77,7% de Unidades adequadas.

O percentual alcançado em 2015 foi inferior à meta de 80% de unidades adequadas quanto à acessibilidade inicialmente programada para o PPA.

#### Meta: Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão.

O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) tem empenhado esforços no sentido de expandir e consolidar a presença do INSS por meio da implantação de Agências da Previdência Social em Municípios com mais de 20 mil habitantes.

No quadriênio 2012 - 2015, foram inauguradas 258 agências: 118 em 2012; 75 em 2013; 51 em 2014; e 14 em 2015.

Quanto à distribuição das unidades instaladas em 2015:

- cinco estão na Superintendência Nordeste (para onde está prevista a construção de quase metade das Agências do projeto);
- uma na Superintendência Norte/Centro-Oeste;

- três na Superintendência Sudeste I (que abrange o Estado de São Paulo);
- três na Superintendência Sudeste II (que abrange Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); e
- duas na Superintendência Sul.

Na esteira do que vinha acontecendo nos exercícios anteriores, em 2015 houve redução do orçamento do INSS, inclusive o destinado para investimento, como para a instalação de unidades de funcionamento do Instituto, impossibilitando a contratação de novas obras.

Como consequência, o PEX foi temporariamente suspenso e o orçamento disponível foi aplicado, prioritariamente, na continuidade das obras iniciadas, bem como das que haviam sido paralisadas.

Ademais, por causa da insuficiência de servidores para lotação nas novas agências, o alcance da meta também foi prejudicado. No intuito de viabilizar a lotação de pessoal para as agências concluídas e com as obras em andamento, encontra-se em trâmite um Concurso de Remoção Interna, para manifestação de servidores interessados.

Diante disso, foram inauguradas em 2015 apenas 14 agências, totalizando 258 novas unidades no período de 2012-2015, que corresponde a 42% do total previsto no plano inicial do PEX.

#### **Meta: Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias.**

O indicador do Tempo Médio de Concessão - TMC iniciou o exercício de 2014 com resultado igual a 31 dias e finalizou o ano com 33 dias. Ressaltamos que esse indicador vem sendo tratado como informação gerencial no painel de Desempenho da Instituição, ou seja, não foram pactuadas metas de atingimento, uma vez que se optou em tratar um novo indicador: o Tempo Médio de Decisão - TMD (concessões + indeferimentos).

O motivo da oscilação do TMC, além da transição dos sistemas corporativos que afetaram o desempenho das unidades, está relacionado às espécies de benefícios que dependem de avaliação de exposição a agentes nocivos (atividade especial) e nos casos de avaliação social e médica, quando da avaliação da deficiência para fins de benefícios de que trata a Lei Complementar no 142, de 2013.

Esses requerimentos dependem de duas agendas distintas: primeiro ocorre a avaliação social e depois a avaliação do perito médico. Somente após essas duas análises é que o benefício poderá ser concluído pelo servidor administrativo.

Houve elevação do Tempo Médio de Concessão - TMC em 2015. Iniciou o ano em 38 dias e finalizou em 60. A ascensão se deu por conta do movimento paredista dos servidores, que perdurou de 06/07 a 28/09/2015. Antes se mantinha no patamar aproximado de 35 dias, disparando a partir de outubro/2015.

Convém salientar que, apesar das mudanças ocasionadas pelas Medidas Provisórias no 664 e 676, bem como pela Lei no 13.135/2015, o indicador manteve-se em nível aceitável, subindo no período pós greve.

Em 2015 o TMC passou a ser considerado informação gerencial, auxiliando no controle do desempenho institucional, entretanto sem pactuação de metas de atingimento com as unidades de execução.

#### **Meta: Reduzir o tempo médio de espera do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias.**

O Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM) passou de 25 dias, em janeiro/2014, para 38, em dezembro/2014. A melhor média alcançada em 2014 foi em setembro, quando o índice alcançou 22 dias. No sentido de melhorar o TMEA-PM foram realizadas as seguintes ações:

- monitoramento semanal do indicador, propondo ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias, deslocando peritos médicos para atendimento em outras localidades e remoções de ofício de servidores para as Gerências Executivas com os piores resultados no indicador; cumprimento de Ações Cíveis Públicas por meio da publicação de normativas para recepção administrativa e credenciamento em Londrina/PR, Imperatriz/MA e Estados de Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e
- publicação de norma que estabelece as diretrizes para avaliação dos

benefícios por incapacidade de longa duração, realizada por equipe multiprofissional.

Em 2014 houve uma redução do número de peritos médicos em decorrência de aposentadorias e exonerações. No início do ano de 2014 havia 4.810 peritos médicos e no final do ano eram 4.577 peritos médicos.

Acrescente-se a nova demanda da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela Lei Complementar nº 142, de 2013. Atualmente, há 456 Agências da Previdência Social sem perito médico, nas quais o atendimento é feito mediante deslocamento.

A maior concentração de unidades com essa carência está nas Regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste. O Tempo Médio do Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM) que, em janeiro/2015, era de 33 dias, fechou o ano em 68 dias.

Esse cenário tem origem multifatorial, destacando-se a redução do número de peritos médicos previdenciários, em decorrência de exonerações e aposentadorias, associada ao atual modelo de acesso e de manutenção do benefício por incapacidade.

De 4.577 peritos médicos que começaram 2015, apenas 4.351 continuavam nos quadros do INSS ao final. Desde 2007, esse quantitativo não era tão reduzido. A esse respeito, foram encaminhadas notas técnicas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), demonstrando a necessidade de realização de concurso para a recomposição do quadro de peritos médicos.

A isso se somaram os movimentos de paralisação dos servidores da carreira do seguro social, que durou de 06/07 a 28/09/2015, e a dos peritos médicos previdenciários, que iniciou em 04/09/2015 e se arrasta por mais de 4 meses.

Com objetivo de melhorar o TMEA-PM foram realizadas as seguintes ações em 2015:

- monitoramento semanal dos resultados, com proposição de ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias;
- cumprimento de Ações Cíveis Públicas por meio da publicação de normativos para recepção administrativa com vistas a acelerar o atendimento onde houver determinação judicial;
- videoconferências e reuniões com compartilhamento de experiências exitosas e consolidação de conceitos das atividades realizadas por equipe multiprofissional, nos benefícios por incapacidade de longa duração; e
- reuniões técnicas presenciais com os gestores da área para educação continuada dos conceitos de gestão em saúde do trabalhador.

Tem-se envidado esforços para melhorar o processo de reconhecimento do direito ao benefício por incapacidade e a qualidade da avaliação pericial, considerando que o modelo de concessão tem-se mostrado instável e sensível a variações conjunturais bruscas de melhora e piora, por períodos curtos, causando insatisfação do segurado, da sociedade em geral, bem como do corpo dirigente, técnico e administrativo da Previdência Social.

A Lei nº 13.135, de 13 de junho de 2015, vem ao encontro deste propósito, uma vez que introduz mudanças no processo de concessão dos benefícios por incapacidade e possibilita ainda que a Previdência Social estabeleça convênios com o Sistema Único de Saúde para a realização de perícias médicas em locais remotos, nos quais o Instituto não consegue atender seus segurados.

#### **Meta: Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias.**

Desde o final do ano de 2013, quando foi iniciada a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento (Sisage), tem-se trabalhado massiva e incansavelmente na conscientização dos gestores acerca dos progressos disponíveis com o novo sistema, focando na melhoria do tempo de espera e da distribuição dos atendimentos.

Entretanto, ocorreram diversas situações que influenciaram negativamente o resultado, entre as quais a indisponibilidade de sistemas, o que impossibilita o atendimento, e a quantidade de eventualidades, dias não úteis durante a Copa do Mundo ainda em 2014, que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total. Assim sendo, o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA) foi de 19 dias, em janeiro/2014, para 31 dias, em dezembro/2014.

A realidade econômica do País reflete diretamente nas ações empregadas para o alcance das metas propostas. A restrição orçamentária impactou na realização do atendimento itinerante e provocou a descontinuidade das unidades de atendimento móvel flutuante.

A incorporação de novos serviços, como o seguro-desemprego ao pescador profissional (Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015), bem como o movimento paredista dos servidores no período de 07/07 a 30/09/2015, contribuíram para a elevação deste indicador.

Refletindo as ocorrências, inclusive de indisponibilidade de sistemas e do circuito da rede de dados nas agências, o TMEA que, em janeiro/2015, era de 28 dias, fechou o ano em 64 dias. Por esta, dentre outras razões, na última década tem-se investido em inovações sistêmicas para o atendimento programado e remoto, cujo objetivo é otimizar e melhorar a gestão do tempo de atendimento ao público.

**Meta: Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.**

O ano de 2014 foi permeado por desafios que, apesar da difícil transposição, fortaleceram as medidas de gestão adotadas e não impediram o êxito das

metas estipuladas. Os principais pontos enfrentados foram:

- protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social;
- exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP) apresentados;
- alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e
- ocorrência de instabilidade nos sistemas de benefícios.

Relativamente ao Plano de Ação, o Índice de Resolutividade (IRES) atingiu plenamente a meta estabelecida para o exercício de 2014, sendo que em janeiro/2014 o IRES foi de 56,59%, enquanto a meta prevista era de 54,11% e, no fechamento do ano, o IRES foi de 61,94% para uma meta de 57,46%.

O IRES não apresentou oscilações significativas em 2015. Mesmo com as alterações legislativas ocorridas no exercício, como a Lei nº 11.135/2015 e 11.183/2015 e o período de greve enfrentado, manteve-se estável. Foi de 58,65% em janeiro/2015 e fechou o ano em 58,40%.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0252

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB	% do PIB	5,0	3,17	3,59	3,37	3,10	62	SPPS
Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios	Unidade	-	1.990,00	2.020,00	2.061,00	2.079	0,87	SPPS
Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	%	70,00	55,37	47,60	52,21	51,14	73,05	INSS
Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.	% do PIB	13,50	30,78	58,01	59,64	64,02	474,2	SPPS
Regulamentar a previdência complementar para o servidor público.	%	100	100	100	100	100	100	SPPC
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30% do PIB.	% do PIB	30,00	25,15	26,25	20,21	20,85	69,5	SPPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF para no máximo 50% do PIB.	% do PIB	50,00	45,85	48,82	49,77	52,38	104,76	SPPS
Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB.	% do PIB	0,80	0,82	0,84	0,75	0,67	83,75	SPPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10% do PIB.	% do PIB	10,00	7,98	9,19	9,87	11,64	116,4	SPPS
Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB.	% do PIB	1,00	0,85	1,01	0,92	1,05	105	SPPS
Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB.	% do PIB	0,40	0,31	0,15	0,20	0,12	30	SPPS

**Meta: Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB.**

Os RPPS possuem um patrimônio de cerca de R\$ 180 bilhões, dos quais, R\$ 109 bilhões aplicados no mercado financeiro, R\$ 60 bilhões em outros bens e ativos e R\$ 10 bilhões em créditos a receber do ente federativo. Considerando o PIB estimado (grade de parâmetros de 09/09/2015), o índice apurado foi de 3,10%, ao passo que em 2012 era de 3,17%, em 2013, 3,59% e, em 2014, 3,37%.

A meta é fortemente influenciada pela volatilidade do mercado financeiro, pelos preços de ativos atrelados ao petróleo, além da sensível situação econômica que impacta a capacidade financeira e orçamentária dos entes e conduz ao aumento da inadimplência das contribuições a seu cargo.

Citam-se também as revisões nos planos de segregação da massa que, a despeito de infringirem as normas gerais que regulam a estruturação atuarial dos RPPS, restaram consumindo parte dos recursos acumulados, demonstrando a necessidade do fortalecimento do escopo legal da exigência do CRP.

**Meta: Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios.**

A atuação da previdência tem por objetivo orientar os entes quanto aos critérios de organização e funcionamento dos RPPS estabelecidos em normas gerais, às responsabilidades e obrigações dos gestores e aos principais impactos advindos da alteração do regime previdenciário dos servidores.

Há risco de que parcela dos entes que optam pela instituição de RPPS não reúnam as condições de governança, controles e capacitação necessárias para assegurar a sustentabilidade desses regimes.

Em 2012, havia 1.990 RPPS; em 2013, o número de RPPS era de 2.020; em 2014, era de 2.061 RPPS; e, em 2015, de 2.079 RPPS, conforme a legislação encaminhada ao MTPS, o que corresponde a um incremento médio da ordem de 1,5% no ano.

**Meta: Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional.**

No período de janeiro a dezembro de 2014, as equipes de reabilitação profissional elegeram para o programa profissional 32.961 segurados, dentre os quais 17.209 foram reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21% do total da demanda considerada apta para reabilitação profissional do ano. Nota-se que as equipes de reabilitação das unidades da Previdência Social que contam com esse tipo de serviço atendem pouco mais da metade das demandas que recebem com indicação para a reabilitação.

Um aspecto que dificulta o atendimento de segurados reabilitados é o reduzido número de unidades que contam com serviços de reabilitação profissional.

Atualmente, 456 Agências da Previdência Social (APS) possuem equipe local, enquanto que 247 realizam esse atendimento por meio de equipes volantes. Portanto, a abrangência dos serviços de reabilitação profissional está em aproximadamente 44,04% da totalidade das agências, que é de 1.596, incluindo as Agências de Atendimento de Demandas Judiciais (AADJ).

Para enfrentar essas questões, a Previdência Social tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral.

Esse projeto com vigência para quatro anos (Janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se:

- revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional - organização do grupo de trabalho;
- iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral - nesse sentido, a Previdência Social tem orientado movimento no âmbito dos entes federados (União, Estados e Municípios) que potencialize programas, ações e políticas públicas já existentes, viabilizando e qualificando também o processo de reabilitação profissional, por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral;
- formalização de acordos de cooperação técnica e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas - seguro social alemão de acidentes de trabalho (Deutsche Gesetzliche Unfallversicherung (DGUV), Ministério da Educação/Pronatec, Ministério do Trabalho e Emprego/ Rede Sine/IMO, e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-Centro de Tecnologia da Informação - Renato Archer - Tecnologia Assistiva);
- capacitação e qualificação das equipes de RP do INSS - elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador;
- estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS - estudo de lotação ideal; e
- sistematização das informações referentes à reabilitação profissional - módulo gerencial que sistematizará as informações da RP do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios (SIBE).

Em 2015 foram eleitos para o programa de reabilitação profissional 26.033 segurados, dentre os quais 13.138 foram efetivamente reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21%. Isso significa que pouco mais da metade das demandas que receberam indicação para a reabilitação profissional puderam ser atendidas no ano.

Dentre os fatores que contribuíram para os resultados aquém do esperado, citam-se:

- insuficiência de servidores nas equipes de reabilitação profissional para atender as demandas da área;
- inexistência de serviço de reabilitação profissional em grande parte das agências da previdência;
- constantes restrições e contingenciamentos orçamentários; e
- movimentos de paralisação enfrentados em 2015.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a concentração de esforços continua na execução do projeto “Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral”, com previsão de duração até janeiro/2018. Este atingiu o percentual esperado de 33% de implementação em 2015. Referido projeto coaduna com as ações em andamento que objetivam promover a gestão do afastamento dos trabalhadores com foco na saúde, segurança e capacidade de (re)ingresso no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, em 2015 houve avanço nas seguintes ações estratégicas: a)

conclusão da homologação do módulo gerencial da reabilitação profissional no Sistema Integrado de Benefícios (SIBE) e início de piloto para posterior expansão nacional; e b) publicação da Resolução nº 512/PRES/INSS, de 26 de novembro de 2015, que trata do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional - Volume II - Diretrizes para concessão no âmbito da Reabilitação Profissional de órteses, próteses ortopédicas não implantáveis, meios auxiliares de locomoção e acessórios.

**Meta: Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.**

Considerando os valores dos Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais (DRAA), houve uma sensível piora do indicador da situação do equilíbrio atuarial dos RPPS, principalmente dos Estados. Em 2013, alcançou 58,01% do PIB (9,19% dos Municípios e 48,82% para os Estados e o Distrito Federal), em 2014, 59,64% (9,87% para os Municípios e 49,77% para os Estados e DF). Em 2015, estima-se 64,02% (11,64% dos Municípios e 52,38% para os Estados e DF).

Os valores crescentes dos déficits atuariais refletem os desajustes estruturais da previdência do servidor público, que carregam riscos, que, mesmo com as Emendas Constitucionais no 20, de 1998, e no 41, de 2003, não foram totalmente mitigados.

Dentre esses, destacam-se o impacto do aumento da longevidade da população brasileira, as regras de elegibilidade previstas no texto constitucional ainda não aderentes ao padrão da previdência mundial, a gestão de cargos e remunerações dos servidores ainda não atrelada às projeções atuariais dos planos, e o fato dos RPPS contarem, desde o início de sua estruturação, com uma grande massa de servidores e de aposentados sem que tivessem sido constituídas as reservas necessárias.

Além disso, os limites de capacidade financeira, orçamentária e fiscal dos entes impactam na capitalização dos benefícios programáveis dos planos e, tem-se também como limitador para o alcance da meta, as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime.

**Meta: Regularizar a previdência complementar para o servidor público.**

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012 - 2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp - Exe, Funpresp - Leg e Funpresp - Jud, respectivamente).

Houve também a edição do Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, que criou a Funpresp - Exe, bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp - Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida já em 2012, e em 2013 registrou-se a plena constituição da Funpresp - Exe.

No âmbito do judiciário, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp - Jud) foi criada pela Resolução STF nº 496, de 25/10/2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB.**

O índice que mede a evolução dos déficits atuariais do RPPS da União em relação ao PIB havia alcançado em 2012, 25,15% (déficit de R\$ 1,107 trilhão apurado na Avaliação Atuarial realizada conforme parâmetros estabelecidos pela Portaria MPS no 403/2008).

Em 2013, foi apurado um déficit atuarial de R\$ 1,251 trilhão, correspondente a um índice de 26,25% e, em 2014, R\$ 1,116 trilhão, 20,21%. A Avaliação Atuarial de 2015, elaborada em 31/03/2015, apurou um déficit de R\$

1,208 trilhão, corresponde a 20,85% do PIB estimado conforme grade de parâmetros de 09/09/2015.

Dentre os fatores que influenciaram negativamente no dimensionamento dos compromissos e custos do plano citam-se a inconsistência ou ausência de dados de vários órgãos, a intempetividade no envio dessas informações e a não estruturação de uma unidade gestora única para todo o sistema.

**Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0% do PIB.**

Considerando os valores informados nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) e ajustes em casos de Estados que não divulgaram esse resultado ou que o informaram sem ter sido apurado atuarialmente, o índice referente a 2012 alcançou o percentual de 45,85% do PIB, em 2013, 48,82%, em 2014, 49,77%. Em valores nominais, o somatório do déficit atuarial dos RPPS desses entes saltou de R\$ 2,02 trilhões em 2012, para R\$ 2,33 trilhões em 2013, e R\$ 2,75 trilhões em 2014.

Em 2015, com o desenvolvimento da nova plataforma de envio das informações atuariais, apenas 16 Estados haviam postado o DRAA. Nesse caso, repetiu-se para os restantes os valores considerados em 2014, estimando-se um déficit total de R\$ 3,1 trilhão (52,38% do PIB).

Para a apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Previdenciários quanto dos Financeiros, em caso de segregação da massa.

**Meta: Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB.**

O déficit financeiro do RPPS dos servidores civis da União é apurado a partir do resultado previdenciário (receitas de contribuições menos despesas com benefícios) divulgado nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Em 2012, observou-se um déficit correspondente a 0,82% do PIB, em 2013, a 0,84%, e, em 2014, a 0,75%.

Em 2015, estão disponíveis os dados relativos até o 4º bimestre, que, projetados até o final do exercício, seguindo o mesmo comportamento das despesas incorridas em 2014, apontam um déficit de 0,67% do PIB (grade de parâmetros de 09/09/2015).

**Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0% do PIB.**

Em 2012 o indicador, que mede a relação entre os valores totais dos déficits atuariais dos Municípios em relação ao PIB, considerando o déficit atuarial como o resultado da diferença entre os valores dos recursos garantidores e das provisões matemáticas informadas pelos entes federativos nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), apontou uma relação de 7,98%, em 2013, foi para 9,19%, e, em 2014, 9,87%.

Em 2015, com o desenvolvimento de nova ferramenta de coleta de informações atuariais e a necessidade de conferir um maior prazo para adaptação à nova plataforma, tem-se que o resultado informado por cerca de 750 Municípios foi extrapolado para o universo de 2.050 Municípios que possuem RPPS, apurando-se índice correspondente a 11,64% do PIB projetado (grade de parâmetros de 09/09/2015).

**Meta: Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB.**

Em 2012, o déficit (receitas totais anuais menos despesas) dos RPPS dos Estados e Distrito Federal correspondeu a 0,85% do PIB e para 2013 a um déficit de 1,01% do PIB. Para o exercício de 2014, foi apurado um déficit financeiro de 0,92%, contudo, para 2015, considerando os dados dos RREO e dos demonstrativos enviados ao MTPS, estima-se um déficit de cerca de R\$ 61 bilhões, correspondentes a 1,05% do PIB projetado (grade de parâmetros de 09/09/2015).

Os RPPS dos Estados apresentam crescentes despesas com benefícios em virtude de um grande contingente de aposentados e pensionistas mantidos antes da estruturação desses regimes e de servidores em atividade com perfil etário avançado, sem a correspondente constituição das reservas necessárias, além do aumento da longevidade. Nesse caso, o foco da supervisão na estruturação atuarial desses regimes precisa contar com uma maior regulamentação na lei geral.

**Meta: Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB.**

O superávit financeiro dos RPPS dos Municípios, apurado pela diferença entre o total das receitas previdenciárias, provenientes das contribuições, dos rendimentos das aplicações financeiras e de outras receitas e das despesas com os benefícios do plano e com a sua administração, apesar de, em 2012, ter correspondido a 0,31% do PIB, em 2013, a 0,15%, e, em 2014, a 0,20% (superávit da ordem de R\$ 10,9 bilhões), para 2015, projeta-se, conforme demonstrativos enviados ao MTPS, um superávit da ordem de R\$ 6,7 bilhões, que corresponderia a um índice de 0,12% do PIB (grade de parâmetros de 09/09/2015), portanto, inferior ao dos anos anteriores e da meta prevista no PPA.

Entre as principais causas para essa redução cita-se o aumento das despesas com benefícios, além da difícil situação financeira e orçamentária dos entes que tem agravado a inadimplência do repasse das contribuições devidas aos RPPS.

Contribui, no entanto, para o controle desse risco, a supervisão do cumprimento do caráter contributivo pelos RPPS, por meio de auditorias diretas, com a consequente instauração de processos administrativos previdenciários, ou por monitoramento indireto, que envolve as análises de termos de parcelamento de débitos e o acompanhamento sistemático do repasse das contribuições e pagamento dos débitos.

#### 4.2.7. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

O Programa Trabalho, Emprego e Renda contempla as políticas públicas que visam promover o emprego e o trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

A geração de emprego de qualidade é imperativa para o crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza. Além disso, o encaminhamento de trabalhadores desempregados ou empregados sob risco de perder o emprego para cursos de qualificação ganha ainda mais importância frente às demandas dos diversos setores econômicos. O objetivo é reduzir o descompasso observado entre o perfil da oferta e da demanda por mão de obra qualificada, atuando para conter a elevada rotatividade no emprego observada atualmente.

Um dos principais focos de ação do Programa consiste na integração entre qualificação social e profissional e o Programa Seguro-Desemprego. Garantido constitucionalmente, o seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social cujo objetivo é prover assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa, além de auxiliá-lo na busca de um novo emprego.

Por meio de ações integradas de orientação, encaminhamento para a qualificação profissional e recolocação do trabalhador, o Programa Seguro-Desemprego racionaliza o uso dos recursos e atua aumentando o nível de emprego, produzindo efeito multiplicador na economia.

Os recursos financeiros utilizados para essas ações são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que é a principal fonte de financiamento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e que também é utilizado para custear outras ações de apoio ao trabalhador, tais como o pagamento do benefício do Abono Salarial, a identificação do trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e de sua ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, o registro profissional, as linhas de crédito oferecidas pelo Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e pelo Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

Ademais, o Programa 2071 contempla a atuação do Estado para avançar no tratamento das seguintes questões estruturais da sociedade e do mercado de trabalho brasileiros:

- pobreza e desigualdade social;
- desemprego e informalidade; não universalidade da cobertura da proteção social;
- sujeição de trabalhadores a baixos níveis de rendimentos e produtividade;
- elevados índices de rotatividade no emprego;
- desigualdades de gênero e raça/etnia.

Além disso, no âmbito desse programa, busca-se a consonância das relações

de trabalho com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

Outra frente de atuação consiste na democratização das relações de trabalho. É por meio do diálogo democrático que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho.

**Objetivo 0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, integra um conjunto de políticas públicas que buscam uma maior efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva, visando à inclusão social. Sua consolidação no território nacional passa pelo fortalecimento de uma gama variada de ações, abrangendo o Programa do Seguro-Desemprego, a concessão do abono salarial e da CTPS, a intermediação de mão de obra - IMO e a qualificação profissional, dentre outras.

Envolvem, ainda, os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, que servem tanto de ferramenta para controle da atividade trabalhista no País quanto para produzir dados estatísticos para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre o mercado de trabalho formal.

O MTPS atua no mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Emprego - Sine, intermediando a inserção dos trabalhadores nas vagas ofertadas pelos empregadores.

Com o pagamento do abono salarial complementa a renda dos trabalhadores com menor rendimento e incentiva a manutenção deles no mercado de trabalho formal, enquanto o benefício do seguro-desemprego provê assistência financeira temporária aos trabalhadores em situação de desemprego involuntário.

A emissão da CTPS é imprescindível para o trabalhador, uma vez que retrata a vida profissional do seu portador e garante o acesso aos benefícios assegurados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tais como o seguro-desemprego, os benefícios da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A execução orçamentária do objetivo no exercício de 2015 apresenta uma variação negativa de 11,3% em relação a 2014. Essa variação decorre da variação negativa de 41% nos valores liquidados na ação orçamentária de pagamento do abono salarial (0581 – Abono Salarial), os quais passaram de

15,5 bilhões em 2014 para 9,1 bilhões em 2015.

A diminuição nos valores liquidados da ação orçamentária de pagamento do abono salarial em 2015 reflete a alteração no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho.

Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0287 DO PROGRAMA 2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA (EM R\$ MILHÕES)**

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0287	No exercício (1)	50.792.967.915	46.563.802.242
	RPNP (2)	1.324.241.856	230.112.895
	Gastos tributários		
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>52.117.209.771</b>	<b>46.793.915.137</b>

Fonte: Siafi, atualizado em 18.01.2016

Tesouro Gerencial – dados 18.01.2016 e Siafi Gerencial – Base 05.01.2015

Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Ressalta-se que a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, faz um acréscimo na norma, estabelecendo que o valor do benefício será calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

Contudo, essas mudanças afetarão somente o exercício de 2016/2017, não impactando na execução orçamentária dos exercícios acima considerados.

Por fim, vale mencionar que juntos, os benefícios do abono salarial e seguro-desemprego, corresponderam a 99,6% dos valores liquidados do objetivo em 2015.

O 0,4% do valor restante do orçamento do objetivo 0287 foi despendido com a manutenção da rede de atendimento ao trabalhador; a emissão de CTPS, a CBO, os cadastros e sistemas públicos na área de trabalho e emprego.



## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0287

DESCRIÇÃO DA META 2012 – 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa**	%	80	74,90	72,38	72,55	67,56*	89,73	Sistema Mais Emprego
Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial**	%	97	95,08	95,44	95,03	95,34*	98,16	DES / SPPE
Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho**	%	5	3,32	3,74	3,17	2,87*	66,00	Sistema Mais Emprego
Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego	Trabalhador (matriculado)	100.000	46.436	111.580	193.692***	197.933	198	Sistema Mais Emprego/Sistec
Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho**	%	30	24	27	16	0	74,4	Sistema Mais Emprego/ Caged
Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.	%	97.746 (vagas ofertadas)	38,9	53,8	78,9	86,9	86,9	Sistema Mais Emprego
Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador **	%	100	Não se aplica ****	Não se aplica ****	78,6	6,2	20,7	Sistec / MEC

\* Dados parciais até dezembro de 2015, sujeito a alterações posteriores.

\*\* Meta apurada de forma não acumulada.

\*\*\* Retificação da apuração de 2014, considerando o cancelamento de algumas matrículas.

\*\*\*\* Meta inserida na revisão do PPA em 2013.

A cobertura do seguro-desemprego é definida como a razão entre o número de segurados e o número de demitidos sem justa causa, o que também pode ser denominado taxa de cobertura efetiva.

Embora, a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa tenha alcançado um percentual de 67,56% em 2015 (resultados parciais), os dados consolidados desde 2012 mostram que o número de segurados em relação aos dispensados sem justa causa atingiu 71,79%, representando um alcance de 89,73% da meta pactuada para o período do PPA 2012-2015.

Em relação às informações dessa meta, verificou-se a necessidade de revisar a sua apuração ao final do PPA. Essas alterações são necessárias dadas as características das bases de dados utilizadas no cálculo da meta.

Apesar dos registros administrativos serem excelentes fontes de dados, há uma atualização constante das informações, em virtude da natureza dos processos a eles relacionados, além de desenvolvimento de melhorias que tem como consequência uma estrutura de informação dinâmica. Essas características das bases de dados leva a modificações (ainda que residuais) nas informações.

A ampliação da taxa de cobertura do seguro-desemprego se fundamenta nos objetivos de distribuição de renda e combate à pobreza da primeira década dos anos 2000.

O benefício do seguro-desemprego tem uma importância decisiva para a manutenção da renda familiar e para a proteção social do trabalhador.

Nos últimos anos, o governo tem procurado reduzir as despesas do FAT com políticas passivas e investir no fortalecimento das políticas ativas, visto que estas têm impacto direto no aumento da produtividade do trabalhador e da economia, o que gera maiores ganhos de bem-estar para toda a população no longo prazo.

Por políticas passivas entende-se a concessão dos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial; já as políticas ativas integram, dentre outras, um conjunto de ações voltadas para a IMO e a qualificação social e profissional do trabalhador.

Como medida de aprimoramento do programa Seguro-Desemprego, os critérios para habilitação ao benefício, que já haviam sido revistos em 2014, foram novamente modificados em 2015. Com a conversão da Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014, na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, os critérios passaram a ser os seguintes:

- para a primeira solicitação, o trabalhador tem que ter recebido salários por pelo menos 12 meses nos 18 meses anteriores à data da dispensa;
- para a segunda solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários em pelo menos 9 meses nos 12 meses anteriores à data da dispensa; e
- a partir da terceira solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários relativos a cada um dos 6 meses imediatamente anteriores à data de dispensa.

A meta de ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial se refere ao percentual de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício frente aos que fazem jus ao benefício, identificados no ano-calendário. Entende-se como ano calendário o período de julho do ano anterior a junho do ano relativo ao exercício em apuração.

Dessa forma, considerando-se que essa meta se refere ao ano-calendário 2014/2015, a taxa de cobertura foi de 95,3%.

Isso significa que, do total de trabalhadores identificados na Rais, como tendo direito ao benefício, 95,3% efetuaram, de fato, o saque junto aos agentes pagadores (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil).

Importante destacar que esta taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que ao longo do ano são feitas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como é feito o envio de correspondência aos trabalhadores, informando-os quanto ao direito de receber o benefício.

No entanto, o alcance dessas medidas é limitado. Dessa maneira, a taxa de cobertura do Abono Salarial se manteve estável nos últimos cinco anos, apesar dos esforços realizados pelo MTPS. Para o período do PPA, a meta em questão obteve um alcance de 98,16%.

Também houve atualização e revisão da apuração dessa meta. Nesse sentido, é preciso lembrar que a informação quanto à taxa de cobertura do Abono Salarial, dada pelo cálculo do número de trabalhadores beneficiários dividido pelo número de trabalhadores identificados com direito ao benefício, poderá sofrer atualizações posteriores, dependendo das informações enviadas pela Caixa Econômica Federal.

A meta de aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no período não foi alcançada. Isso se explica pela alta complexidade das ações de intermediação, as quais envolvem vários atores, e pelas limitações de pessoal e orçamento no período.

A IMO atua como instrumento de combate ao desemprego. Sendo assim,

assume a natureza de serviço público gratuito prestado pelo Sine, que se destina a inserir ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego.

Ou seja, a IMO se constitui num mecanismo que visa à alocação eficiente do trabalhador em um posto de trabalho, de maneira a reduzir o tempo de desemprego, compatibilizando, assim, a força de trabalho ofertada com o perfil da vaga disponível no mercado de trabalho.

Não obstante os desafios afetos à implementação das ações do Sistema Nacional de Emprego – Sine, em contrapartida à capacidade operacional da rede, o MTPS, ao longo do ano de 2015, envidou esforços para a melhoria da gestão, a exemplo da discussão de novo modelo de operacionalização do sistema, junto aos executores estaduais e municipais.

Tal discussão resultou na proposta de projeto de lei que tem como principal finalidade a reestruturação da rede de atendimento e a melhoria da gestão por meio da melhor definição da responsabilidade dos atores e, em especial, na adoção de forma mais eficiente de execução financeira do recurso disponível para a manutenção da rede.

Nessa linha, o MTPS editou a Portaria nº 194, de 3 de setembro de 2014, que dispôs sobre as formas de acompanhamento dos convênios pelos fiscais. Além disso, propôs nova metodologia para proposição e aferição das metas dos convênios plurianuais do Sine.

Tais ações, sem dúvida, auxiliam na execução dos convênios, que por sua vez, conseguem obter melhores resultados, refletindo em uma melhora integral das políticas públicas de emprego. Além disso, em conjunto com as áreas técnicas, houve o estabelecimento de indicadores de desempenho e a definição de critérios para a instalação das unidades de atendimento do Sine.

No âmbito da meta de capacitar via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego, em 2015, foram 8,3 mil pré-matriculados e 4,2 mil matriculados do universo de trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego.

Para se chegar a esses resultados, o Portal Mais Emprego (MTPS) e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec (Ministério da Educação - MEC) foram integrados e a condicionalidade para o encaminhamento dos trabalhadores requerentes do seguro-desemprego para curso do Pronatec foi alterada.

Dessa forma, o trabalhador dispensado sem justa causa em condições de receber o benefício e que for reincidente no Seguro-Desemprego nos últimos 10 anos deverá ser encaminhado aos cursos de qualificação oferecidos pelo MEC.

Ainda que 2015 tenha registrado um pequeno número de matriculados, a meta para o período do PPA foi superada em 98%.

No que se refere à meta de inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho, as ações pactuadas no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, de que trata a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador nº 679, de 29 de setembro de 2011, estabeleciam que os convenientes deviam, como parte da meta pactuada no instrumento de convênio, empreender esforços e inserir no mundo do trabalho, no mínimo, 30% dos trabalhadores qualificados, cuja comprovação se daria por meio de indicadores apurados com base nos registros do Sistema MTE Mais Emprego e do Caged.

Os resultados obtidos em 2012, 2013 e 2014, 24%, 27% e 16%, respectivamente, refletem a realidade do alcance dessas metas pelo conjunto de convenientes, muito embora o MTPS tenha colocado sua rede à disposição para facilitar, mediante suporte técnico ou outros meios, no limite de sua competência institucional, a inserção no mercado de trabalho de trabalhadores qualificados em seus programas.

Isso não exige os convenientes das disposições normativas tocantes ao não cumprimento de metas pactuadas nos instrumentos de repasse de recursos, quais sejam, por exemplo, glosa de valores e devolução de recursos dos convênios; a aplicação dessas sanções deverá ser feita no âmbito da prestação de contas dos convênios.

Esses resultados alcançados equivalem à apuração de uma taxa de inserção média de 22,3% dos beneficiários das ações do PNQ no mundo do trabalho, o que corresponde, portanto, a 74,4% de cumprimento da meta total.

Como não houve a celebração de convênios no âmbito do PNQ para execução de metas de qualificação no ano de 2015, em função da baixa disponibilidade orçamentária e da sistemática adotada pelo MTPS de

concentração no Pronatec das demandas recebidas, não há, por isso mesmo, resultados referentes a esse período no programa.

Já no que diz respeito à meta de ampliar em 50% a oferta de vagas em cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, os números apurados em 2012 e 2013, quais sejam 38,1 mil e 14,6 mil educandos, respectivamente, dizem respeito ao número de alunos concluintes nos cursos de qualificação no âmbito do PNQ e refletem a capacidade orçamentária do programa.

Consonante com esses resultados, o MTPS passou, com o advento da celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o MEC, no final de 2013, a demandar cursos por meio do Pronatec, o que efetivamente ampliou a capacidade de atendimento de demandas por qualificação profissional identificadas no âmbito da pasta do Trabalho.

Essas quantidades, em percentuais relativos à meta total de 97,7 mil vagas, equivalem a 38,9% e 14,9%, respectivamente; o acumulado em 2013 equivale, portanto, a 53,8% da meta total.

Em 2014, na modalidade denominada Pronatec Trabalhador (que não inclui a oferta de cursos para trabalhadores requerentes do seguro-desemprego reincidentes), foram pré-matriculados 44,8 mil trabalhadores provenientes do Sine, como, eventualmente, por outros canais de atendimento aos quais as vagas compartilhadas do Pronatec são acessíveis, dos quais foram matriculados 20,1 mil.

Em 2015, foram feitas 14 mil pré-matrículas, das quais 7,8 mil efetivaram-se em matrículas.

Além disso, houve, em 2014, matrículas efetivadas em 4,4 mil vagas de qualificação profissional oriundas de convênios celebrados em anos anteriores, então em execução, no âmbito do PNQ. Não houve celebração de novos convênios na esfera do PNQ para execução em 2015 e, por isso mesmo, não há resultados nessa modalidade.

Assim, para o cálculo do número apurado em 2014, somam-se as 4,4 mil matrículas efetivadas no PNQ e as 20,1 mil efetivadas no Pronatec Trabalhador, o que equivale a 24,5 mil. Essa quantidade equivale a 25,1% da meta total e o resultado acumulado em 2014 corresponde a 78,9% da meta.

Pelos mesmos critérios, o dado referente a 2015 considera somente as 7,8 mil matrículas efetivamente contabilizadas pelo MEC no período, o qual corresponde a 8% do total da meta e, somado ao resultado acumulado anterior, totaliza 86,9% da meta cumprida.

Há que se dizer que a pactuação de vagas para o Pronatec Trabalhador é feita no âmbito de uma modalidade em que as vagas são denominadas “compartilhadas”, na qual a oferta resultante de todas as demandas fica disponível para pré-matrícula por todos os demandantes.

Dessa forma, ainda que o MTPS tenha identificado, por meio da articulação com os conselhos de trabalho dos entes federados parceiros, uma demanda para o Pronatec Trabalhador, as vagas daí resultantes serão – como as dos demais demandantes, uma vez que tenha sido feita a pactuação – compartilhadas entre todos eles e, no Pronatec Trabalhador, por isso mesmo, pode haver outros canais de pré-matrículas além da rede do Sine.

Em relação à meta “Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador”, em 2014, do total de vagas compartilhadas ofertadas no Pronatec, 57 mil foram oriundas das demandas que o MTPS apresentou para atendimento ao Pronatec Trabalhador.

Nessas vagas, 44,8 mil pré-matrículas foram efetuadas, tanto no âmbito da rede do Sine, como, eventualmente, por outros canais de atendimento aos quais as vagas compartilhadas do Pronatec são acessíveis. Verifica-se aí a taxa de cumprimento anual da meta no patamar de 78,6%.

A pactuação de vagas para o ano de 2015, por sua vez, não discriminou em seu resultado o montante de demandas para o Pronatec Trabalhador efetivamente aprovado em meio ao número global de vagas compartilhadas; em vez disso, trouxe um total de 226,8 mil vagas, sem discriminação de demandantes, nas quais foram feitas, para o Pronatec Trabalhador, 14,3 mil pré-matrículas, segundo dados disponibilizados pela equipe técnica do MEC.

Isso equivale a 6,3% de cumprimento da meta, considerando-se que a disponibilização somente do global do resultado da pactuação impacta no cálculo, puxando o desempenho da meta para baixo.

Assim, desde que vagas vêm sendo pactuadas na modalidade Pronatec

Trabalhador, isto é, a partir de 2014, 283,9 mil vagas compartilhadas foram disponibilizadas para essa finalidade; nestas, 58,8 mil pré-matrículas foram efetivadas, o que corresponde a uma taxa acumulada de cumprimento da meta de 20,7%.

#### 4.2.8. Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 considerou a saúde como um direito social da população e estabeleceu competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar, concorrentemente, sobre a proteção e defesa do setor.

Para operacionalizar essas determinações, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde.

A responsabilidade de financiamento ficou compartilhada entre as três esferas administrativas e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada, com vetor municipal e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação do dispositivo constitucional, por meio das Leis no. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças.

Para operacionalizar as linhas de atuação, essa lei adotou princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema.

Dentre os princípios organizacionais destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

As linhas de atuação visam dar concretude à execução das ações e serviços públicos de saúde, privilegiando o acesso à integralidade da atenção, por meio da oferta de serviços em todos os níveis de atenção, da básica à especializada.

Conta ainda com a vigilância em saúde e sanitária, a regulação dos serviços e produtos, além da participação privada em caráter complementar e suplementar.

Nesse contexto, a seleção dos objetivos que dão sustentabilidade ao Programa Temático 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) levou em consideração a operacionalização das linhas de atuação, por meio de uma estrutura de serviços que favoreça os seus propósitos e cumpra os preceitos constitucionais.

Os objetivos selecionados, que integram um rol setorial mais abrangente, compreendem linhas de atuação que se inter-relacionam para dar factibilidade ao Programa Temático 2015. Excluindo-se os objetivos selecionados, estão presentes outras linhas de atuação estruturantes que contribuíram para a sustentabilidade do Programa Temático.

Destacam-se a Vigilância em Saúde; a Alimentação e Nutrição; a Vigilância Sanitária; o Aperfeiçoamento do pessoal envolvido no SUS e a Gestão do SUS.

No âmbito da Vigilância em Saúde, as ações constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, subsidiando o planejamento e a implementação de medidas para a prevenção, promoção e proteção da saúde.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, em 2015 foram desenvolvidas uma série de ações preparatórias, tais como:

- repasse de R\$ 143,7 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue;
- distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue;
- atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue;
- curso de Atualização do Manejo clínico da Dengue e Chikungunya em

formato EaD (Educação a Distância) em parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS);

- realização de reuniões macrorregionais com os dirigentes dos programas de controle da dengue das 27 unidades da Federação; e
- acompanhamento e financiamento de pesquisas para aprimoramento da vigilância e controle de dengue.

Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014.

Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,08% para 0,05%.

O surgimento de pacientes com manifestação neurológica e história prévia de infecção viral tem sido registrado em Estados com circulação do vírus Zika e circulação concomitante de dengue e/ou chikungunya, principalmente nos Estados da região nordeste.

As manifestações neurológicas dos pacientes incluem encefalites, meningoencefalite, mielite, Síndrome de Guillain-Barré, entre outras.

A alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil, considerada situação de emergência em saúde pública, provocou ações imediatas, a exemplo da instalação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES (Portaria nº 1813, de 11 de novembro de 2015).

Dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen's), atualmente dezoito estão treinados para a técnica de biologia molecular (RT-PCR) para dengue, dezesseis para Chikungunya e onze para Zika vírus.

Essa técnica permite a obtenção de uma resposta em tempo oportuno e eficaz. No período de 26 a 29 de janeiro de 2016, foram capacitados mais onze Lacen's em metodologia de RT-PCR para Vírus Zika.

Ainda em 2015, no campo de prevenção, foi realizada a 36ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, bem como a Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização de Caderneta de Vacinação.

O grupo alvo na campanha contra a poliomielite foram crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, aproximadamente 12,7 milhões de crianças, tendo sido alcançado 94,40% de cobertura vacinal.

No combate à gripe, em 2015, também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 52,5 milhões de doses, resultando no alcance de 87,1% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis (crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, gestantes, pessoas com sessenta anos de idade e mais, população privada de liberdade, povos indígenas, profissionais de saúde das unidades que fazem atendimento para a influenza e puérperas).

Nessas campanhas foram produzidas e divulgadas mídias audiovisuais nos meios de comunicação e desenvolvidas ações informativas junto às redes sociais.

A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013, substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre quinze meses e dois anos de idade. Em 2015, alcançou um percentual de cobertura vacinal de 67,47%, havendo a expectativa de aquisição de 3,6 milhões de doses nesse ano.

Como resposta eficaz à epidemia de HIV/Aids, o Brasil recomenda o início imediato da terapia antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV e Aids, independentemente da contagem de CD4 (tratamento para todos). Atualmente, cerca de 455 mil pessoas estão em terapia antirretroviral no Brasil.

Nessa especificidade, o Brasil não só elevou a cobertura terapêutica de pessoas vivendo com HIV/Aids, como também manterá as altas taxas de supressão viral, reduzindo, assim, a possibilidade de transmissão do vírus.

Além dessas, outras atuações prioritárias em Vigilância em Saúde foram centrais para a redução da incidência da malária, hanseníase e outras doenças endêmicas.

O campo da promoção da saúde tem por finalidade prevenir doenças e agravos cuja incidência possa vir a se tornar um problema para a saúde pública.

Nesse sentido, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações específicas de promoção da saúde, além de estimular a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população.

De 2011 a dezembro de 2015 foram habilitados, para construção, 3,8 mil polos de academia da saúde em todas as regiões do País e concluídas 1,5 mil obras. Em relação ao custeio, até dezembro de 2015, 567 polos foram custeados pelo Governo Federal.

Com relação à Alimentação e Nutrição, requisito essencial para dar suporte às ações de atenção à saúde, foi lançada nacionalmente, em 2015, a estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, para prevenir e controlar carências nutricionais na infância.

Consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de seis meses a três anos e onze meses, em creches do Programa Saúde na Escola (PSE). Em 2014/2015, houve a adesão de 1,7 mil Municípios e 6,9 mil creches, com 330,4 mil crianças matriculadas.

Complementando a atuação pública em saúde, a Vigilância Sanitária atua no registro de produtos de interesse da saúde pública e na autorização do funcionamento de empresas que produzam ou comercializem esses produtos, assim como dos ambientes com desenvolvimento de atividades que tenham implicância sanitária.

Em 2015, foram aprovados os registros de dezoito medicamentos genéricos inéditos no País. Com esses registros, o ganho social será substancial, uma vez que o valor máximo de um medicamento genérico deve ser de pelo menos 35% menor do que o de referência.

O tempo médio de trâmite dos pedidos administrativos relacionado à Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial (AE), tanto para farmácias e drogarias quanto para as demais empresas, foi reduzido para o prazo máximo de 45 dias.

A gestão dos recursos envolvidos nos processos e iniciativas sanitárias públicas desenvolve-se por meio da racionalização e qualificação do emprego dos recursos humanos, físicos e financeiros.

No âmbito dos recursos humanos, as edições do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab) foram concluídas com o aperfeiçoamento de 9,4 mil médicos até 2015. O Provab Médicos foi incorporado ao Programa Mais Médicos.

Com a incorporação, o Município poderá dar à população e ao gestor municipal a segurança da continuidade do cuidado, pois será possível manter o profissional que era do Provab por mais três anos atuando na Atenção Básica junto à comunidade, prorrogável por ainda outros três, após a conclusão do 1º ano previsto no Provab.

Em 2015, a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) tem o registro de 63 Mesas de Negociação instaladas, sendo que quatro delas foram instaladas neste ano.

Outra importante iniciativa desenvolvida em 2015 foi o lançamento do “Plano de Valorização dos Agentes de Saúde e Endemias”, que busca subsidiar Estados e Municípios com informações necessárias para a efetivação do processo de regularização dos vínculos desses profissionais, em cumprimento ao disposto na Lei nº. 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Foi também buscada a eficiência no emprego dos recursos financeiros, por meio do incentivo à gestão participativa, combate ao desperdício, busca da transparência, aperfeiçoamento do e-saúde e da qualidade da informação.

Com essa finalidade, ocorreu intensa mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, por meio de 4,7 mil conferências municipais, 27 estaduais e distrital, e da mobilização de 985 mil pessoas, culminando com a etapa nacional, que teve a participação de 5,5 mil gestores, trabalhadores, representantes de movimentos sociais e usuários do SUS.

A fim de detectar disfunções em serviços e processos, foram estimuladas ações de ouvidoria e comunicação direta com os usuários, por intermédio, entre outros, de ouvidorias e de cartas aos cidadãos que passaram por internações hospitalares ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

Foram implantadas 66 ouvidorias, somando um total acumulado de 1,2 mil unidades desde 2012, e enviadas 12,3 milhões de cartas com obtenção de 2,82 milhões de respostas que incorreram em registro de 9,3 mil manifestações, das quais 6,6 mil denúncias, dentre outras iniciativas.

O Programa possui um painel de indicadores estabelecido no PPA 2012/2015, com uma composição de 28 indicadores representativos das linhas de atenção em saúde e da sua gestão.

Para efeito de análise do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS), foi selecionado um subconjunto de indicadores que refletem a evolução do acesso da população aos serviços e produtos de saúde e são mais representativos da sustentabilidade do SUS, além de configurarem-se em elementos de avaliação das principais linhas de atuação em saúde estruturantes do Programa 2015. Foram destacados:

### 1 - Cobertura das equipes de saúde da família

O indicador avalia variações populacionais, geográficas e temporais na cobertura das equipes de saúde da família, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.

Contribui na análise das condições de acesso e qualidade da atenção básica, em associação com outros indicadores, tais como, número de consultas médicas por habitante, cobertura vacinal e taxa de mortalidade infantil. Evidencia também a situação da linha de atenção, com finalidade de subsidiar formulações em planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas.

O indicador confere visibilidade à notável evolução da Estratégia Saúde da Família ao partir de um marco referencial de cobertura 52,75% da população nacional, em 2010, para atingir, em 2015, a marca dos 60,95% de cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família.

### 2 - Cobertura das equipes de agentes comunitários

Propõe-se a analisar variações populacionais, geográficas e temporais na cobertura das equipes de agentes comunitários, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Contribui na análise das condições de acesso e qualidade da atenção básica, em associação com outros indicadores, tais como cobertura de atenção básica e taxa de mortalidade infantil.

Tem importante utilidade ao subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas e ações de saúde voltadas para a assistência e promoção da saúde.

O indicador evoluiu a partir de um marco referencial de 63,17% da população nacional, em 2010, atingindo 63,73% em 2015.

### 3 - Cobertura das equipes de saúde bucal

Informa a cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal, elemento integrante da Estratégia Saúde da Família. Partiu-se de um índice de referência de 34,3% em 2010, alcançando-se 38% em dezembro de 2015.

### 4 - Cobertura de Municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular

Possibilita avaliar a evolução do programa por meio do cadastro das farmácias e drogarias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular, identificando e mensurando os Municípios que estão cobertos pelo programa, e oferecendo possibilidade de dimensionamento da população coberta pela oferta gratuita de medicamentos ou com preços subsidiados.

A linha de base para este indicador, fixada em 2010, apontou 2.467 Municípios cobertos. Percebe-se excelente desempenho do programa ao registrar 4.446 Municípios em 2015, significando uma expansão superior a 80%.

### 5 - Cobertura vacinal contra gripe

O indicador propõe-se a medir a proporção da população-alvo imunizada anualmente com a vacina influenza, bem como o impacto da vacinação medido pela frequência relativa da morbidade ou mortalidade por influenza e/ou complicações dela decorrentes.

Pode contribuir para o dimensionamento da redução das hospitalizações e mortes ocasionadas pelas complicações da influenza. Permite também acompanhar e avaliar a situação vacinal da população, fornecendo dados para o planejamento e gestão de políticas de saúde.

Levando em consideração a extensão territorial do País, além da sua diversidade sociocultural, a apuração do indicador aponta uma boa expansão da cobertura, uma vez que atingiu 88,99% do público-alvo em 2015, partindo de uma linha de base de 82,77% em 2010.

## 6 - Taxa de incidência de Aids

Esse indicador é importante para a avaliação dos objetivos do Programa 2015, dadas as dimensões sanitárias que a epidemia da Aids alcançou e a sua involução graças a intervenções de prevenção e promoção da saúde. Permite analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de Aids como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica específica.

A sua apuração contribui para a orientação e avaliação das ações de controle da Aids, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas para o controle da transmissão do HIV/Aids em áreas e populações específicas.

Ao avaliar o recuo da incidência da Aids no período, constata-se a taxa de 21,1 por 100.000 habitantes em 2011, tendo sido reduzida para 19,7 em 2015, guardando a mesma proporção populacional. Nesse contexto, pode-se afirmar que o indicador aponta evolução positiva no acesso aos serviços específicos ofertados.

A apuração do indicador exige, em geral, que a confirmação de casos se realize através de testes laboratoriais específicos (sorologia para detectar anticorpos e antígenos, e isolamento do HIV). Logo, está sujeita às condições técnico-operacionais do sistema de saúde em cada área geográfica para a detecção, notificação, investigação e confirmação laboratorial de casos de Aids.

## 7 - Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)

Por meio da apuração desse indicador, torna-se possível a avaliação sistemática de um conjunto de atributos esperados no desempenho de áreas, organizações e serviços relacionados à saúde suplementar, permitindo a elevação da transparência, explicitando o grau de desempenho em relação aos aspectos de atenção à saúde, rede assistencial, econômico-financeiro e de satisfação dos beneficiários de cada operadora.

A análise da apuração desse indicador permite também a comparação entre operadoras semelhantes, estimulando a concorrência no setor, com ganhos de qualidade para os usuários.

A apuração desse indicador aponta para um desempenho significativo, uma vez que se encontrava em um patamar de 60% de operadoras qualificadas em 2010, evoluindo para 73,02% ao final de 2015.

**Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.**

Esse objetivo contempla a ampliação do acesso e qualificação da oferta dos serviços inerentes às linhas de atuação responsáveis pelo atendimento direto à população: a Atenção Básica (AB) e de Média e Alta Complexidade (MAC), em todos os seus segmentos.

A atenção básica em saúde vem ocupando cada vez mais centralidade no SUS como ordenadora dos sistemas municipais, atuando como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal.

O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a AB justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo prioritário de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Ao longo do tempo, acumulam-se evidências de que sistemas orientados pelos princípios da Atenção Primária em Saúde (APS) alcançam melhores resultados, maior satisfação dos usuários, maior equidade e menores custos (Starfield, 1994; Berman, 2000). No desenvolvimento do SUS, a experiência brasileira tem ratificado essas conclusões.

A ESF está presente em mais de 95% dos Municípios, com uma cobertura estimada de 63,45% da população, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores.

Superado o desafio da aceitação e sustentabilidade dessa política, a ampliação

da sua abrangência voltou-se principalmente para a promoção da qualidade das práticas desenvolvidas pelas equipes de saúde vinculadas ao modelo.

Tal mudança explica, em alguma medida, a redução da velocidade de expansão e investimento maior em ações para qualificação da ESF.

Em 2008, para apoiar a inserção da ESF na rede de serviços, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que são constituídos por equipes de profissionais de diferentes áreas (assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, educadores físicos, dentre outros), para apoio e parceria com os integrantes da ESF.

Atualmente registram-se 4,3 mil equipes NASF em funcionamento, as quais contribuem para a integralidade e a resolubilidade da atenção básica em saúde.

No âmbito da saúde bucal observa-se o aumento significativo do acesso da população à atenção odontológica, assim como a melhoria das condições da saúde bucal da população.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 2003-2008, a expansão do acesso à atenção odontológica foi 3,5 vezes maior (17,5 milhões de pessoas a mais) do que a observada nos cinco anos anteriores (1998 - 2003, mais de cinco milhões).

Esse aumento foi mais significativo na faixa com renda familiar de até dois salários mínimos, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Por outro lado, a Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (2010) evidenciou queda de 26% na incidência de cárie aos 12 anos de idade no período 2003-2010.

Em sete anos (2003-2010), considerando a população entre 35 e 44 anos de idade, ampliou-se em 70% o número de dentes tratados, e reduziu-se em 45% o número de extrações dentárias por cárie.

A ampliação e qualificação da rede de atenção básica à saúde tem como finalidade assegurar resolubilidade e suficiência da oferta.

Os projetos e atividades a serem desenvolvidos buscarão fortalecer linhas de atuação já consolidadas como a ESF, assim como redefinir e aprimorar a Política Nacional de Atenção Básica.

O objetivo é estabelecer um padrão de qualidade em todo o Brasil, consolidando uma só política de AB mediante a integração da ESF com o modelo tradicional de atenção à saúde. Para tanto, foi realizado um programa de certificação da qualidade das unidades básicas de saúde, bem como um amplo programa de informatização, reforma, ampliação de unidades básicas de saúde, além de ter sido dada continuidade à construção de novas unidades básicas de saúde através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Segmentos específicos da população estão contemplados por ações para atenção à saúde em temas sensíveis e importantes para a sociedade brasileira.

Na atenção à saúde para pessoas em situação de privação de liberdade, investe-se na expansão do número de equipes de atenção à saúde prisional e na implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Também serão efetivadas ações para proporcionar cuidados específicos à saúde das populações negras, com a realização do teste de eletroforese em 100% das gestantes SUS e da qualificação de parteiras quilombolas.

A Assistência Especializada de Média e Alta Complexidade (MAC), estratégica para a integralidade da atenção à saúde, configura uma das faces mais visíveis e sintomáticas da atuação e desempenho do SUS.

As ações de Média Complexidade (MC) visam atender problemas de saúde que dependem da disponibilidade de profissionais especializados e do uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, por meio de procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

Já os serviços de Alta Complexidade (AC) compreendem um conjunto de procedimentos que empregam alta tecnologia, a um custo elevado, que se integram aos demais níveis de atenção, envolvendo procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

Conta-se ainda com uma série de procedimentos complementares e essenciais que auxiliam na prevenção, no diagnóstico e no acompanhamento dos pacientes, com relativa influência direta na inclusão desses usuários nos programas e políticas da atenção especializada, tais como as consultas médicas especializadas e os procedimentos com finalidade diagnóstica.

Na atuação em alta complexidade, assinala-se que o Brasil possui um dos

maiores programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, com realização de mais de 700 modalidades de transplantes.

Deve-se notar ainda que, para o monitoramento e avaliação das políticas de atenção à saúde, foram revistos os sistemas de informação com registros de procedimentos, melhorando a confiabilidade e expandindo as possibilidades de uso das informações em saúde para o aprimoramento das políticas.

#### **Objetivo: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.**

A assistência farmacêutica é um componente essencial do SUS, reunindo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso aos medicamentos e seu uso racional.

A amplitude da política de medicamentos abrange o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos:

- Eixo (i) - assistência farmacêutica básica;
- Eixo (ii) - assistência farmacêutica para programas estratégicos; e
- Eixo (iii) - assistência farmacêutica especializada.

O Eixo (i) corresponde ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite e destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde.

O Eixo (ii) diz respeito ao Componente Estratégico que, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição).

Já no âmbito do Componente Especializado - Eixo (iii) - é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

Essa se constitui em uma estratégia para a busca da integralidade do tratamento medicamentoso.

Com relação ao Eixo (i) destacam-se iniciativas que promovem o acesso e a integralidade das prescrições medicamentosas. Entre outras, o Programa Farmácia Popular do Brasil (FPB), criado em 2004, visa ampliar o acesso aos medicamentos considerados essenciais.

Por intermédio das unidades próprias e de parceria com Municípios e Estados, esses produtos são dispensados a preço de custo ao cidadão.

O FPB atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que não têm condições de custear o medicamento de que necessitam e que, por isso, muitas vezes interrompem o tratamento.

O programa "Aqui Tem Farmácia Popular" é a expansão do FPB, instituído em março de 2006, que o efetivou na rede privada de farmácias e drogarias. Inicialmente, contava com medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além dos contraceptivos, sendo posteriormente expandido.

O Brasil possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos, cuja finalidade é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção.

De acordo com a política nacional de medicamentos, a capacidade instalada desses laboratórios deve, preferencialmente, ser utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando o tratamento das doenças objeto de programas estratégicos.

Por fim, destaca-se a importância do aprimoramento da regulação da Assistência Farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, em consonância com as prioridades do SUS.

**Objetivo: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.**

A expansão do SUS, bem como a velocidade da evolução da tecnologia empregada em saúde, vem requerendo a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, por meio da ampliação significativa do financiamento destinado à pesquisa em saúde e ao incremento do número de pesquisadores nas áreas de ciências da saúde e biológicas, bem como o aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, incluindo a revisão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

O fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento é uma estratégia essencial para integrar a política de produção e inovação em saúde com as necessidades do SUS.

As informações e os conhecimentos produzidos e sistematizados servem como base para a atualização dos temas prioritários e estratégicos dessa política, traduzindo as necessidades em saúde para o fomento à produção e inovação, assim como para a criação do marco regulatório sanitário e econômico.

Nas atividades de fomento, são celebrados acordos regionais para o realinhamento das prioridades de pesquisa, em consonância com os planos estaduais de saúde, sendo contratados projetos de pesquisa nos Estados e apoiada a realização de, ao menos, uma pesquisa por tema prioritário definido na Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde.

O fomento tem como eixos norteadores a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde, alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pelo Ministério da Saúde e discutidos com os gestores das esferas subnacionais de governo.

Um exemplo exitoso é a crescente participação das secretarias estaduais de saúde na gestão e no financiamento do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), implantado em todos os Estados, com finalidade de reduzir as desigualdades regionais na produção de ciência, tecnologia e inovação em saúde.

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que derivam da contínua produção e consumo de bens e produtos.

O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças no perfil epidemiológico das populações, tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

Em 2010, foi lançada a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, com o objetivo de maximizar os benefícios de saúde a serem obtidos com os recursos disponíveis, assegurando o acesso da população a tecnologias efetivas e seguras, em condições de equidade.

A utilização de evidências científicas para subsidiar a gestão de tecnologias em saúde, por meio da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), constitui uma das diretrizes dessa política.

No âmbito da incorporação e manutenção de tecnologias em saúde, a aprovação da Lei no. 12.401, de 28 de abril de 2011, determinou a incorporação, a exclusão ou a alteração, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica.

O descompasso entre a assistência e a base produtiva e de inovação em saúde impulsionam a vulnerabilidade do SUS, tornando o País dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades de saúde, o que impacta no acesso da população a produtos e serviços.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde definiu como estratégia prioritária a integração de programas transversais entre os órgãos do Governo, instituições de ensino e pesquisa e agências de fomento.

Para regulamentar a iniciativa, foi editado o Decreto Presidencial de 12 de maio de 2008, que criou o Grupo Executivo do Complexo Industrial da

Saúde (Gecis), principal fórum de discussão integrada e articulada sobre as questões do Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

**Objetivo: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.**

O setor privado presta assistência suplementar a 60,1 milhões de beneficiários de planos privados de saúde (79% por planos coletivos e 21% por planos individuais).

Em 2010, a taxa de crescimento do setor alcançou níveis expressivos (8,7%). Atualmente, a maioria dos planos (85%) é posterior à implantação do marco regulatório, estabelecido em 1998.

A taxa de cobertura dos planos apresenta forte variação, decorrente da heterogênea disposição regional, econômica e geopolítica.

Quanto ao perfil demográfico, a proporção de idosos usuários de planos de saúde em relação à população coberta pelo mesmo serviço (12%) excede em 2,2 pontos percentuais a população de idosos sem cobertura de serviços privados, em relação à população total (9,8%).

O aperfeiçoamento da regulação do setor ampliou a participação pública na mediação ativa de conflitos entre beneficiários e operadoras. Alcançou também a priorização de postura captadora de tendências e indutora de práticas de mercado, por intermédio do programa "Olho Vivo", cujas diretrizes são:

- incremento do número de operadoras fiscalizadas;
- maior representatividade das operadoras fiscalizadas em relação ao conjunto de consumidores do setor; e
- roteiro de trabalho objetivo para a fiscalização técnico-assistencial, possibilitando pronta difusão nos núcleos da Agência.

Paralelamente a essas iniciativas, o setor saúde incentiva a mudança do modelo técnico-assistencial, com projetos focados no acompanhamento de ações voltadas à proteção da saúde e prevenção de doenças, bem como na elaboração de diretrizes clínicas e revisão/atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde.

Com o amadurecimento do atual estágio da regulação em saúde, pretende-se a construção de um modelo nacional de saúde que aperfeiçoe os recursos dos setores público e privado, harmonize e organize a sua atuação. Para tanto, é importante o desenvolvimento do planejamento integrado no setor, especialmente a rede de serviços compartilhada e o acesso às ações e serviços, com mecanismos de regulação adequados a sua racionalização.

Esse novo modelo de gestão mapeia o risco e aprimora a governança corporativa das operadoras. Igualmente relevante é a adequação do equilíbrio financeiro-atuarial dos planos de saúde às demandas assistenciais dos idosos e o desenvolvimento de metodologia de reajuste de planos individuais, baseada na valorização do desempenho assistencial das operadoras. Tais questões requerem reflexão e análise acerca do envelhecimento populacional e o estudo de alternativas de modelos de financiamento que garantam a continuidade do benefício.

De outra parte, são observadas limitações relevantes na divulgação de informação organizada para o cidadão, na oferta de planos de saúde e no acesso às ações e serviços essenciais à escolha e à entrega, com qualidade, do produto contratado. Os mecanismos de percepção das necessidades de saúde dos beneficiários devem ser aperfeiçoados, bem como a sua produção e organização, de forma a efetivamente ampliar o seu poder de escolha.

O modelo assistencial não é pautado pela estratégia da linha de cuidado na atenção. Há que se criar mais incentivos para estimular o cuidado continuado, privilegiando um modelo de remuneração comprometido com a qualidade assistencial.

Em síntese, para aprimorar a regulação da participação privada na saúde é necessário incentivar as operadoras à acreditação e melhoria de sua gestão; aperfeiçoar o Programa de Qualificação, em relação à satisfação dos beneficiários e à atenção à saúde do idoso; incentivar os prestadores à sua qualificação e desenvolver o programa de monitoramento da qualidade dos serviços.

Do ponto de vista assistencial, são fundamentais:

- a implementação e monitoramento do uso de diretrizes clínicas;
- o desenvolvimento de novas estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças;
- o estímulo ao parto normal; e
- a possibilidade de assistência farmacêutica ambulatorial aos portadores de doenças crônicas.

Com relação à melhoria do acesso aos serviços contratados, espera-se o monitoramento do cumprimento dos prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e sua realização, a definição de critérios de suficiência de rede (parâmetros e georreferenciamento) e o monitoramento da rede assistencial das operadoras.

O aprimoramento da articulação entre a saúde suplementar e o SUS dependerá da evolução de fatores essenciais, entre outros:

- a implantação da identificação unívoca do beneficiário;
- o desenvolvimento do registro eletrônico em saúde;
- o aprimoramento do ressarcimento ao SUS, com o aperfeiçoamento do processo eletrônico; e
- a possibilidade de planejamento integrado entre o público e o privado.

Porém, o ponto principal a ser delineado é a definição do papel suplementar do segmento privado na conformação do modelo desejado para o SUS.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0713	No Exercício <sup>1</sup>	58.224.442.917,36	63.415.849.052,37
	RPNP <sup>2</sup>	2.369.517.082,66	2.645.869.149,95
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>60.593.960.000,02</b>	<b>66.061.718.202,32</b>
0726	No Exercício <sup>1</sup>	9.007.774.329,48	10.871.537.856,11
	RPNP <sup>2</sup>	1.060.953.814,80	889.637.476,49
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>10.068.728.144,28</b>	<b>11.761.175.332,60</b>
0727	No Exercício <sup>1</sup>	191.933.827,25	190.062.873,66
	RPNP <sup>2</sup>	75.060.934,81	58.532.916,17
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>266.994.762,06</b>	<b>248.595.789,83</b>
0728	No Exercício <sup>1</sup>	53.855.365,77	48.063.739,96
	RPNP <sup>2</sup>	24.255.471,27	15.389.612,16
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>78.110.837,04</b>	<b>63.453.352,12</b>

Fonte: SPO/SE/MS (www.sioop.planejamento.gov.br) / Data: 07/03/2016

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

**0713 - GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS DE QUALIDADE, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO  
AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE, APRIMORANDO A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA E A ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	Unidade	13.200	-	6.658	14.462	18.240	138,18%	SGTES/MS
Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.	Unidade	23.000	5.458	16.855	15.464	16.801	73,05%	SAS/MS
Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	Unidade	33.600	6.658	257.936	265.698	266.217	46,48%	SAS/MS
Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	Unidade	3.500	788	23.150	24.279	24.467	87,63%	SAS/MS
Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	Unidade	8.100	1.109	34.715	39.228	40.162	97,06%	SAS/MS
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800	Unidade	30.800	23.999	22.991	23.217	23.693	76,92%	SAS/MS
Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	Unidade	7.970	1.225	2.434	4.153	4.382	54,98%	SAS/MS
Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer	Unidade	100%	0	0	0	0	0%	INCa/SAS/MS
Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	Unidade	1.400	233	445	803	911	65,07%	SAS/MS
Implantar 187 Centrais de Regulação.	Unidade	187	46	98	142	189	101,07%	SAS/MS
Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	Unidade	27	-	9	16	22	81,48%	SAS/MS
Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	Unidade	3.358	437	1.493	2.096	3.618	107,8%	SAS/MS
Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	Unidade	416	944	988	1.030	1.034	36,54%	DAB/SAS/MS
Implantar, em todas as 27 unidades da federação do País, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	Unidade	27	27	27	27	27	100,00%	SAS/MS
Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas 100% dos Municípios que aderirem ao programa.	%	100	-	100	85,6	98	98,00%	SAS/MS
Promover a adesão de 78% dos Municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	%	78	2.495	87,3	85,9	85,9	110,13%	SAS/MS
Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	Unidade	35	-	0	91	114	325,71%	SAS/MS
Qualificar 4 Estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	Unidade	4	3	4	4	4	100,00%	SAS/MS
Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	Unidade	235	-	0	22	30	12,77%	SAS/MS

**Meta: Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.**

Em 2015, foram alocados mais 3.778 médicos, atingindo um total de 18.240 médicos em atividade em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. Para a reposição de vagas, foram realizados editais em janeiro, julho e outubro de 2015. Todas as vagas foram preenchidas por médicos com registro no Brasil ou brasileiros formados fora do Brasil.

O Governo Federal superou, portanto, a meta inicial estipulada de garantir a cobertura de Atenção Básica a 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar a cobertura de 63 milhões de beneficiados.

**Meta: Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.**

Em 2015 foram habilitadas propostas para 341 ampliações e 195 reformas de Unidades Básicas de Saúde (UBS), totalizando mais de 16,8 mil no período de 2012-2015.

O não alcance da meta deveu-se à reduzida adesão dos Municípios. Destaca-se que, apesar do Departamento de Atenção Básica ter realizado inúmeras ações para divulgar o programa e incentivar a adesão dos Municípios, 57% da meta prevista para 2013 não foi realizada, o que impactou no atingimento de 73,05% previsto para o período 2012-2015.

**Meta: Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.**

Em 2015 atingiu-se 266.250 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) contratados, representando uma cobertura de 63,73% da população brasileira. O não atingimento da meta prevista para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ocorreu, entre outros fatores, pela dotação orçamentária insuficiente nos anos de 2014 e 2015, fato que determinou o replanejamento das ações previstas pelo Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS),

bem como a redução das metas físicas e recursos financeiros para estratégias, políticas e programas alocados na ação orçamentária 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável).

**Meta: Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.**

No ano de 2015, até novembro, houve um incremento de 86 Equipes de Saúde Bucal, totalizando um incremento de aproximadamente 3.000 equipes no período 2012-2015, atingindo o total de 24.467 Equipes de Saúde Bucal no País.

**Meta: Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.**

No ano de 2015 houve um incremento de 715 Equipes da Estratégia Saúde da Família, totalizando um incremento de aproximadamente 7.700 equipes, atingindo o total de 39.943 Equipes da Estratégia Saúde da Família.

**Meta: Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.**

O quantitativo total de transplantes realizados até dezembro de 2015 foi de 23.693. No mesmo período foram realizados 7.664 transplantes de órgãos sólidos e contabilizados 2.820 doadores efetivos.

A Meta do PPA 2012 - 2015 foi desenvolvida com a finalidade de aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800. Em 2015 foram realizados 23.693 transplantes.

Vale ressaltar que no momento da elaboração da meta física em questão, não foi levada em consideração a diminuição do número de transplantes de



córnea nas Unidades Federativas, visto que, com a evolução do sistema de transplantes, a lista de espera foi liquidada em alguns Estados, de modo que a média de transplantes realizados em determinado período foi superior ao número de pacientes ativos em lista de espera.

Conseqüentemente o número total de transplantes de córnea tendeu a diminuir, influenciando a projeção de crescimento em relação ao número total de transplantes.

**Meta: Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.**

No período de janeiro a dezembro de 2015 foram capacitados 229 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde, sendo que 198 destes participaram de capacitação para operacionalizar e administrar o Sistema Nacional de Regulação - SISREG e os 31 restantes participaram da validação do Curso Básico de Regulação no SUS.

Somados aos 4.153 do período de 2012-2014, o total de profissionais capacitados na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde é de 4.382.

A meta não foi atingida na sua totalidade, pois um dos cursos ofertados, o Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS entrou em processo de revisão e atualização, interrompendo, em parte do período, o ciclo de aplicação do curso e formação de turmas, não completando o quantitativo previsto de profissionais a serem capacitados.

**Meta: Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer.**

Em 2015 houve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em abril/15 a contratada Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

**Meta: Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.**

Em 2015, houve ampliação de 70 novas Emad e 38 novas Emap, totalizando 911 equipes, sendo 592 Emad e 319 Emap.

Por ser um programa ainda recente, o Melhor em Casa vem passando por uma série de modificações normativas, no sentido de se adequar às necessidades e diversidades locais. Em 2011, abrangia somente os Municípios com população maior que 100 mil habitantes.

Como forma de efetivar o programa nos Estados e Municípios, ainda nesse ano, possibilitou-se a inclusão dos Municípios com população superior a 40 mil habitantes, desde que estivessem em regiões metropolitanas. Em 2012, o programa passou a beneficiar todos os Municípios com população superior a 40 mil habitantes.

Em maio de 2013, foi aberta a possibilidade de todos os Municípios brasileiros solicitarem adesão ao programa, desde que contemplem os critérios técnicos, seja por intermédio de agrupamentos com outros Municípios quando menores de 20 mil habitantes, ou isoladamente, em caso de população superior a 20 mil habitantes.

Em 2013, além da ampliação no escopo dos Municípios que podem aderir ao programa, outras mudanças foram propostas: flexibilização do formato das equipes constituindo uma nova tipologia de equipe - equipe multiprofissional de atenção domiciliar tipo II, para Municípios com população inferior a 40 mil habitantes; aumento no valor de custeio da EMAD, que passou de R\$ 34.560,00 por equipe mensalmente para R\$ 50.000,00, um aumento de 44,6%.

Desde o princípio do funcionamento do Programa, um indiscutível desafio é o financiamento, não somente quanto aos valores repassados serem ou não adequados e pertinentes à proposta de atuação dos Serviços, mas também quanto à garantia do repasse regular aos Municípios e Estados implantados.

No ano de 2015, o valor final do orçamento destinado ao Melhor em Casa foi de cerca de R\$ 324 milhões, sendo que apenas para manutenção das equipes existentes seriam necessários R\$ 343 milhões (considerando a inclusão da competência de novembro de 2014). Assim, tal valor restringe a expansão do programa, apesar de sua inegável efetividade e alto grau de satisfação da população e dos gestores.

Além disso, seguem como desafios importantes na expansão, qualificação

e consolidação da atenção domiciliar no SUS, a qualificação do sistema de informação, o apoio ao gestor na implementação dos serviços e na sistematização dos processos de educação permanente, e, centralmente, na integração dos SAD às Redes de Atenção à Saúde em todos os níveis de governo.

**Meta: Implantar 187 Centrais de Regulação.**

Em 2015 foram implantadas 47 Centrais de Regulação. No período 2012-2015, o total de Centrais de Regulação implantadas foi de 189.

**Meta: Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.**

No ano de 2015 foram habilitados 10 laboratórios como Tipo II, que são laboratórios públicos responsáveis por realizar os exames citopatológicos do colo do útero no âmbito do Monitoramento Externo da Qualidade (MEQ), segundo estabelecido na Portaria GM/MS nº 3.388/2013.

Ao todo, existem 30 laboratórios habilitados como Tipo II, segundo os critérios da mesma portaria.

Os Estados que contam com laboratório Tipo II são AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO. Os Estados que não possuem laboratórios habilitados como Tipo II são AC, AP, DF, PI e RN.

Nenhum desses Estados enviaram solicitação de habilitação para laboratórios Tipo II por motivos diversos:

- contrato de prestação de serviços com laboratórios privados, que não podem participar do programa;
- fragilidade técnico-administrativa nas gestões municipais; e
- retardo na submissão de propostas de habilitação.

A equipe técnica do Ministério da Saúde está avaliando junto aos gestores as razões para o limitado sucesso desta iniciativa. Através da Portaria GM/MS 94/2016, foi prorrogado em seis meses o prazo para admissão de propostas de habilitação, quando se fará uma revisão do programa QualiCito, visando dar efetividade em todo o território nacional às ações para assegurar a qualidade dos exames citopatológicos.

**Meta: Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015.**

Em 2015 foram concluídas 1.524 obras de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS). De 2011 a 2015 foram construídas 3.618 UBS.

**Meta: Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.**

Em 2015 foram implantados quatro Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). No período 2012-2015 houve um incremento de 152 CEOs no País, passando de 882 para 1.034.

A implantação de um número de CEO abaixo da meta prevista pode ser atribuída ao fato da implantação do serviço ser condicionada pela adesão dos Municípios à política. No último ano, pode-se atribuir a queda no número de implantações às dificuldades financeiras que geraram um baixo número de novas habilitações para os CEO.

**Meta: Implantar, em todas as 27 unidades da Federação do País, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Meta superada em 2012, uma vez que as 27 UF atualmente já contam com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada.

**Meta: Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos Municípios que aderirem ao programa.**

A meta do Programa Saúde na Escola (PSE) para creches e pré-escolas ocorreu a partir do ciclo 2013-2014. Nesse ciclo, 98% dos Municípios que aderiram ao programa pactuaram creche ou pré-escola. No ciclo 2014-2015,

pactuaram 4.787 municípios e 19.999 creches, 2.251 creches a menos que no ciclo anterior. Porém, cada Município pactuou uma creche ou pré-escola.

**Meta: Promover a adesão de 78% dos Municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.**

Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4.787 Municípios (85,9%), alcançando-se uma cobertura de 18,3 milhões de educandos.

**Meta: Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.**

Atualmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp) já conta com a adesão de 23 Estados e 232 Municípios.

Em 2015, qualificou-se mais 23 serviços por meio de publicação de Portaria que aprova a Adesão à Pnaisp, totalizando 114 serviços qualificados no período 2012-2015. Desses serviços qualificados por portaria, em 2015, o Ministério da Saúde incentivou financeiramente 77 novos serviços de saúde prisional.

**Meta: Qualificar 4 Estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.**

Entre 2012 e 2013, os quatro Estados previstos na meta (SC, MA, PI e RN) foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). A meta foi realizada, uma vez que os últimos quatro Estados, que não haviam se qualificado no plano, se qualificaram no ano de 2014. Atualmente, essa ação tornou-se sem efeito, uma vez que a Portaria 1.777/2003 foi revogada.

**Meta: Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.**

Em 2015 foram requalificados 8 serviços de saúde no sistema prisional, totalizando, assim, 30 serviços requalificados no período 2012-2015. A meta não foi alcançada, uma vez que os gestores estaduais e municipais optaram, no processo de adesão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, pela implantação de serviços novos, e não pela requalificação dos já existentes.

#### **Análise das metas qualitativas**

**Meta: Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.**

Os dados consolidados de produção entre janeiro e novembro ano de 2015 mostram que foram realizadas 258.435 cirurgias de câncer e 2.643.077 de procedimentos de quimioterapia no SUS. Em bases anuais, haveria na comparação com 2012 um incremento de 7,6% e 15,1% na realização de

cirurgias e quimioterapias, respectivamente. No que concerne às cirurgias, 120.396 foram realizadas em hospitais habilitados em oncologia, tendo ocorrido um incremento de 37,8% frente à situação observada em 2012.

Esta variação mais significativa a maior nos procedimentos terapêuticos (cirurgia oncológica e quimioterapia) realizados em hospitais especializados no tratamento do câncer reflete ampliação do acesso aos Unacons e Cacons, com migração de casos que seriam atendidos em hospitais gerais para serviços capacitados para fornecer cuidado à saúde de forma mais integrada.

**Meta: Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Em 2012, foi realizado o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS” que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. Foi produzido, pelo Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), um módulo para atender à Política de Promoção de Equidades e políticas para população em situação de vulnerabilidade.

Em 2014, o módulo foi ofertado para profissionais da saúde e já conta com 4.473 matriculados, com mais de 150 concluintes. Também foi elaborado pelo UNA-SUS o módulo educacional “Saúde da População Negra”, tendo sido matriculados 13.241 alunos no período de outubro/2014 a dezembro/2015.

**Meta: Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.**

No ano de 2015 foram disponibilizados um total de 3,21 UI's Fator VIII e 0,65 UI's de Fator IX.

**Meta: Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.**

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca-se que, das 80 soluções de radioterapia (“casa mata ou bunker” construído e aceleradores lineares em operação) com previsão de operação até junho de 2018, 10 já tiveram as obras iniciadas.

No ano de 2015 foram realizadas 15 licitações para projetos executivos de arquitetura e execução de ampliação. Também no ano de 2015 foram iniciadas as obras nos hospitais:

- Hospital da Fundação Hospitalar Assistencial da Paraíba/ FAP;
- Hospital Dom Pedro de Alcântara - Feira de Santana/BA;
- Hospital da Fundação Hospitalar Estadual do Acre – Rio Branco/AC;
- Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL;
- Hospital Erasto Gaertner - Curitiba/PR; e
- Hospital Governador João Alves Filho - Sergipe/SE.

0726 - GARANTIR ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SUS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos Municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 Municípios em 2011 para 2.365 Municípios até 2015.	Unidade	1.403	962	1.464	1.590	1.644	48,61%
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	Unidade	16	12	12	12	12	50,00%
Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS	Unidade	20	12	23	66	66	330,00%

Fonte: SCTIE/MS

**Meta: Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos Municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 Municípios em 2011 para 2.365 Municípios até 2015.**

De janeiro a novembro de 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 Municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 Municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

No ano de 2015 (até dezembro), registrou-se o credenciamento de 1.361 farmácias, passando-se de 33.264 farmácias, em 4.345 Municípios, para 34.625 farmácias em 4.446 Municípios, portanto, ampliou-se a capilaridade do programa em 101 Municípios brasileiros. Desses 101 Municípios, 54 são de extrema pobreza. Isso significa que, em 2015, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos Municípios do mapa de extrema pobreza, passando de 1.590 para 1.644 Municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

**Meta: Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.**

Até dezembro de 2015, constam doze medicamentos fitoterápicos incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e, conseqüentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. A meta prevista de dezesseis unidades inclui as oito unidades já existentes em 2011. O realizado até 2015 também acumulou as oito unidades já existentes. Portanto, o percentual refere-se ao residual realizado de 2012-2015.

O processo de atualização da Rename já foi iniciado para a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos no elenco do SUS.

**Meta: Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.**

No total, desde 2012 estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2015, foram selecionadas doze secretarias de saúde para o desenvolvimento de projetos de apoio à assistência farmacêutica e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, e ao desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos. No entanto, os projetos não foram aprovados e os recursos financeiros ainda não foram repassados aos Municípios e Estados. Espera-se que as transferências ocorram até final de fevereiro de 2016.

**Análise das metas qualitativas**

**Meta: Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.**

Com relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza medicamentos para tratar 79 doenças em nível ambulatorial na forma de linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), o Governo Federal transferiu, em 2015, recursos aos Estados e Distrito Federal na ordem de R\$ 691 milhões, além de R\$ 4,1 bilhões executados em processos de aquisição centralizada, o que corresponde a cerca de 455,9 milhões de medicamentos adquiridos.

0727 - FORTALECER O COMPLEXO INDUSTRIAL E DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE COMO VETOR ESTRUTURANTE DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL, REDUZINDO A VULNERABILIDADE DO ACESSO À SAÚDE.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015	Percentual	100		100	100	100	100,00%
Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual	Unidade	3		7	9	9	300,00%
Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde	Unidade	15		25	25	25	166,67%
Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa	Unidade	200		457	647	746	373,00%
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015	Unidade	100	167	220	391	402	402,00%

Fonte: SCTIE/MS

**Meta: Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.**

A meta foi cumprida em 2012 com a implementação da Plataforma Brasil - base nacional informatizada e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep fornecendo recursos financeiros à Conep para gerir o Sistema. O site da Plataforma Brasil é atualizado constantemente e traz várias cartilhas explicativas (ícone ajuda) sobre o sistema e um chat eletrônico (ícone ajuda on-line), onde o pesquisador poderá sanar suas dúvidas sobre a operacionalidade do sistema, a partir de 2014 conta também com o atendimento telefônico aos usuários (*call center*). Atualmente estão Cadastrados na Plataforma Brasil (PB) 739 Comitês de Ética / CEP.

SÉRIE HISTÓRICA  
NÚMERO DE COMITÊS DE ÉTICA CADASTRADOS POR ANO

ANO	Nº DE CEP
2012	659
2013	702
2014	713
2015	739

Fonte: Plataforma Brasil – Março 2016

**Meta: Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3 (três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.**

No período de 2012 a 2015, foram apresentadas e aprovadas nove propostas ao Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis).

Em 2015, ocorreram três reuniões do Gecis. A primeira Reunião, realizada somente com os membros de Governo, teve enfoque na proposta de trabalho do Gecis em 2015 e constituição da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e Conselho Deliberativo (CD) das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo. Foram ainda elencados Grupos de Trabalho para proposição de medidas direcionadas ao Complexo Industrial da Saúde em 2015.

Em julho, foi realizada a 9ª Reunião Plenária do Gecis, onde foi realizada apresentação dos avanços do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS. Também nesta reunião foram formalizados os Grupos de Trabalho do Gecis com seus respectivos temas e objetivos (constituídos cinco GTs para construção de propostas relacionadas a:

- Acompanhamento do Plano de Expansão da Radioterapia;
- Novo Marco Legal das PDP de P,D&I;
- Acompanhamento da Indústria Biotecnológica;
- Inovação Incremental; e
- Exame Prioritário de Patentes.

Em setembro foi realizada uma Reunião Extraordinária do Gecis, pautada no anúncio das Propostas de Projeto de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) submetidas em 2015. A meta foi alcançada em 2014.

**Meta: Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde.**

Esta meta foi cumprida em 2012, quando foram firmados convênios da edição do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) para o biênio 2012-2013 em 25 Estados (exceto DF e PA).

**Meta: Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa.**

Na modalidade de fomento descentralizado (Programa Pesquisa para o SUS - PPSUS), em 2015 foram contemplados 99 projetos de pesquisa. No período de 2012 a 2015, foram contratadas 746 pesquisas.

**Meta: Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.**

Até 2015, para o cumprimento desta meta foram fomentados 579 estudos nacionais. A contratação das pesquisas resultou do lançamento de 28 Chamadas Públicas, no período de 2012 a 2014, contemplando diferentes temas estratégicos para o sistema de saúde.

Além disso, em 2015, foram repassados recursos para garantir a continuidade das seguintes pesquisas: Estudo Longitudinal das Condições de Saúde e Bem Estar da População Idosa Brasileira – Elsi; Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto – Elsa, Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes – Erica e os projetos selecionados na chamada em parceria com a Fundação Bill & Melinda Gates Foundation.

Nesse período também foi apoiado o Projeto de utilização da bactéria *Wolbachia* para o bloqueio de dengue em mosquitos *Aedes aegypti*. O Programa Eliminate Dengue – Brasil tem como objetivo controlar a dengue por meio da introdução da bactéria *Wolbachia* em mosquitos *Aedes aegypti*, visto que a mesma bloqueia o desenvolvimento do vírus dengue no mosquito.

Após o estabelecimento de populações brasileiras do mosquito *Aedes aegypti* infectadas com a *Wolbachia*, o estudo de campo foi iniciado em setembro de 2014 com a liberação semanal destes mosquitos. Em 2015 foi realizado o acompanhamento dos mosquitos liberados, visando obter dados importantes sobre o tempo de sobrevivência em campo e as distâncias de voo percorridas.

#### Análise das metas qualitativas

**Meta: Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.**

Meta atingida em 2013. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz.

**0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.**

**Meta: Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**

Diversas iniciativas estão em curso para aperfeiçoar o processo de ressarcimento ao SUS e permitir maior integração entre os setores.

Em 2015, foram envidados esforços na melhoria dos processos, fluxos e filtros de pré-processamento (rol; carência) e no início da cobrança de Autorização de Procedimento Ambulatorial – Apacs (em maio), no lançamento da notificação eletrônica do Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS – Persus e na realização de concurso público para suprir a necessidade de novos servidores temporários para redução do passivo, além das atividades relativas à gestão da informação e da integração com o SUS, bem como da parceria com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Datusus) para a análise de grande volume de dados.

Um total de 94.418 Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) tiveram seus processos concluídos em 2015, alcançando-se o montante de 696.383 AIHs, de 2012 a 2015.

**Meta: Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**

Alcance de 73,02% do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar em 2015 a partir da construção de novas dimensões e indicadores de qualidade, mais próximos aos resultados do setor e provenientes da base de dados TISS (Troca de Informação de Saúde Suplementar).

**Meta: Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que determina a garantia de atendimento

do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

No âmbito da discussão acerca da melhor forma de disponibilizar a rede georreferenciada dos planos para os beneficiários, o novo sistema teve sua fase de concepção concluída em 2014.

Não há previsão de implementação de funcionalidades de georreferenciamento dos prestadores, estando apenas prevista a obrigatoriedade do endereço.

Avalia-se a possibilidade de se fazer o georreferenciamento através desse endereço, informado para o prestador no novo cadastro do Sistema de Registro de Planos de Saúde – RPS.

Há, ainda, a questão da utilização do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) como cadastro único de prestadores da ANS, com os ajustes necessários para atender às suas necessidades, e esse já possui as informações necessárias para o georreferenciamento.

Com relação à disponibilização da rede georreferenciada, o sistema RPS atual encontra-se em produção desde julho/2013, com as funcionalidades de manutenção da rede de Prestadores, das Operadoras, sem possibilitar desvinculação de Prestador não hospitalar.

A fase de Elaboração do Projeto do módulo RPS Redimensionamento e Substituição de Rede Hospitalar está sendo finalizada. Iniciativas em andamento: eliminação do passivo de rede e o estudo para a criação de processo de importação e atualização de endereços de prestadores pelas operadoras.

#### **Meta: Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**

Foram mapeadas 57 parcerias entre os núcleos da Agência Nacional de Saúde – ANS/Núcleos.

Com relação aos eventos de capacitação, a média dos Núcleos ficou em 27%, ou seja, entre o planejamento e a implantação. É importante citar que os Núcleos da região Sul, já estão muito próximos da implantação total nessa categoria.

Os Núcleos de Minas Gerais e do Pará estão em processo de implantação. Com relação à troca de informações, a média nacional alcançou 52%, ou seja, já na fase de implantação.

Os Núcleos da Bahia e do Rio Grande do Sul alcançaram resultados médios acima dessa fase, denotando implantação total com a maioria de seus parceiros.

Os núcleos de Minas Gerais, Pará, Paraná e Ceará estão com valores médios bem próximos da fase de implantação total. Com relação ao compartilhamento de fluxos, a média foi de 35%, com destaque para os Núcleos do Pará e do Rio Grande do Sul que já efetuaram sua implantação, na maioria das vezes.

O Núcleo de Minas Gerais apresentou resultados superiores aos da fase inicial de implantação. A média de parceiros, por núcleo, foi de cinco, sendo que há onze parceiros com termos de cooperação vigente, de um total de 57 parceiros em todos os Núcleos. Com relação à operacionalização das parcerias, o resultado foi de 89,5% (51 parcerias ativas).

#### **Outras considerações relevantes relacionadas aos objetivos selecionados**

Por determinação da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, as metas propostas para o alcance dos objetivos selecionados também são avaliadas no contexto dos seguintes relatórios:

Relatório Anual de Gestão (RAG) – instrumento de gestão, com elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Nacional de Saúde (CNS).

O RAG, por determinação legal, é objeto de apreciação e deliberação do Conselho Nacional de Saúde, cuja aprovação ocorre em reunião plenária, com voto de quórum que valide a deliberação de aprovação.

O RAG 2014 foi aprovado com ressalvas na 275ª. Reunião Ordinária do CNS, realizada em 12 de novembro de 2015, por meio da Resolução/CNS No. 505. O RAG 2015 está em fase de elaboração para encaminhamento ao CNS até 30 de março de 2016.

Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC) – é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro de cada exercício, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

O Relatório de Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres de 2015 foram entregues ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 31 de maio e 30 de setembro de 2015, respectivamente. O Relatório do 3º trimestre foi entregue ao CNS até 28 de fevereiro de 2016.

#### **4.2.9. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania**

O programa Segurança Pública com Cidadania engloba a política do Governo Federal na referida temática, reunindo em grande parte a atuação em objetivos, metas e iniciativas sob a responsabilidade do Ministério da Justiça - MJ, que visa atender ao disposto no art. 144, Constituição Federal de 1988, que atribui à União “a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Sua concepção é orientada pela garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Para tanto, o programa abrange políticas que buscam aperfeiçoar as ações de segurança pública, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico-científicas.

Além disso, o MJ tem envidado esforços para fortalecer a presença do Estado em regiões deflagradas pela violência, reforçando a integração de ações de prevenção à violência e combate de suas causas, de repressão e ordenamento social.

Além disso, em decorrência da realização de grandes eventos esportivos no País, tais como a Copa do Mundo Fifa 2014 (FWC 2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016, entre outros, um dos maiores desafios consiste na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para Grandes Eventos, formulado com o objetivo de garantir um ambiente pacífico durante a realização de tais eventos.

#### **Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e a execução dos projetos.**

O Brasil, 5º maior país do mundo em dimensão territorial, é reconhecido mundialmente pelo seu potencial turístico, por sua diversidade cultural e suas riquezas e, recentemente, pela sequência de grandes eventos internacionais realizados com sucesso (Jogos Pan Americanos e ParaPan Americanos 2007, Copa das Confederações Fifa 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013 e Copa do Mundo Fifa 2014).

Além dos eventos citados, o desafio de sediar os Jogos Rio 2016 impôs aos Governos Federal, Estadual e Municipal a preocupação com o planejamento necessário à estruturação do modelo de segurança dos Jogos e à preparação e integração dos órgãos de segurança, visando realizá-los de modo pacífico e seguro.

O Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos tem como finalidade dotar as diversas instituições de segurança pública da União, Estados-Sede e Municípios-Sede – Força Nacional de Segurança Pública, Departamento da Polícia Federal, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares, Corpos de Bombeiro e Guarda Municipal do Rio de Janeiro – de melhores condições operacionais.

Para a implementação do referido Plano, o Governo Federal investiu o montante acumulado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, no período de 2012 a 2015:

- na adequação dos serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos;
- na capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase na segurança com cidadania para os grandes eventos; e
- na implantação e expansão do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC).

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0832 DO PROGRAMA

#### 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

CÓD. OBJETIVO	EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO	VALORES LÍQUIDOS	
		2014	2015
0832	No exercício <sup>1</sup>	212.278.870,44	9.908.470,72
	RPNP <sup>2</sup>	383.519.084,82	126.489.591,27
	Gastos Tributários	-	-

Fonte: Siop, em 08/01/2016.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012 – 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ:				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	Vagas	34.000	-	10.077	21.796	42.273	124,3%
Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.	Policias Rodoviários Federais	5.000	1.866	2.549	6.446	* 7.556	151%
Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.	Centro Integrado Implantado	100	-	70%	97%	97%	97%

Fonte: Ministério da Justiça

\* Cabe esclarecer que houve um equívoco no número de capacitações específicas para Grandes Eventos apresentadas em 2014, pois foram levados em consideração os números da capacitação convencional. Por isso, os dados totais foram corrigidos.

Durante a vigência do PPA 2012-2015, a meta de “34.000 vagas para capacitação e treinamento” foi superada em 24,3%, registrando um total de 42.273 vagas distribuídas em áreas temáticas específicas para o contexto dos grandes eventos.

As ações de capacitação e treinamento foram destinadas a policiais federais, militares e civis estaduais e guardas municipais do Rio de Janeiro, nas mais diversas áreas temáticas de conhecimento para atender aos eventos relacionados, principalmente à Copa do Mundo 2014. Em 2015, o foco concentrou-se nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Para a meta “Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais”, entre os anos de 2012 e 2015 foram capacitados 7.556 Policiais Rodoviários Federais, com foco específico para Grandes Eventos, superando a meta proposta em 51%. Especificamente em 2015, podem ser destacados alguns dos cursos realizados com foco estratégico nos Jogos Rio 2016, sendo eles:

- I CFGIOP – Curso de Formação de Gestores da Informação Operacional;
- XI e XII COCD – Curso de Operações de Controle de Distúrbios;
- CBIP – Curso Básico de Inteligência Policial (02 turmas);
- CPC – Curso de Produção de Conhecimento (Inteligência);
- CFMT – Curso de Formação de Motociclista PRF (02 turmas); e
- CAFIT – Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito.

Cabe ressaltar que os demais cursos realizados nos anos anteriores de vigência do PPA possuem grande relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Motociclista batedor, Operações de Inteligência, Operadores de Voo, Piloto Operacional de Helicóptero, Atendimento Pré-Hospitalar, Corregedoria, Curso de Adaptação Socorro Aeromédico, Habilitação Armalite 5,56mm e Parafal 7,62mm.

A implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle envolveu a estruturação tecnológica de suporte às atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e integração das forças de segurança pública, sendo:

- 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR);
- um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN),

em Brasília;

- um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional Alternativo (CICCNA), no Rio de Janeiro;
- um Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), em Brasília; 27 Centros Móveis (CICCM);
- 13 Imageadores Aéreos; e
- 22 Plataformas de Observação Elevada (POE).

O percentual de 97% alcançado em 2014, o qual se manteve em 2015, refere-se à execução orçamentária de investimentos empenhados em 2014 e destinados à Copa do Mundo 2014, bem como a melhorias do SICC para os Jogos Rio 2016. Exemplo disso consiste nas aquisições de aerostatos para monitoramento persistente de grandes áreas, os quais serão utilizados em quatro grandes áreas do Município do Rio de Janeiro, onde ocorrerão as concentrações dos eventos olímpicos, e da expansão do sistema de imageamento aéreo.

Em 2015, por sua vez, foram executados os projetos iniciados em 2014, mas destinados às Olimpíadas, além de realizado todo o planejamento para a expansão e melhoria do SICC para os Jogos Rio 2016. O investimento desses novos projetos ocorrerá durante o exercício de 2016.

Análise das metas qualitativas referentes ao objetivo selecionado, evidenciando os resultados alcançados em 2015

Em 2015, as ações do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), foram concentradas no planejamento da Operação de Segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e no aprimoramento do Sistema Integrado de Comando e Controle, a fim de promover uma operação coordenada e integrada de segurança para os Jogos Rio 2016, a exemplo da atuação realizada na Copa do Mundo FIFA 2014.

Para melhor coordenação e integração das atividades de planejamento e execução da Operação de Segurança dos Jogos Rio 2016, diversas ações foram empreendidas, tais como:

- criação da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil no Estado do Rio de Janeiro (Coesrio 2016);
- fórum deliberativo coordenado pela Sesge no qual são definidos

parâmetros da atuação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais de segurança, bem como de outras instituições relacionadas aos Jogos;

- criação das Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 nas cidades-sede do futebol olímpico;
- elaboração do Plano Estratégico de Segurança Integrado (Pesi);
- elaboração do Plano Tático Integrado de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (PTI); e
- finalização da primeira versão e revisão dos Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano das instalações olímpicas.

Como parte das atividades de coordenação e articulação das ações de segurança para os Jogos Rio 2016, e com o objetivo de avaliar e adequar a capacidade operativa das instituições de segurança pública envolvidas no evento esportivo, o SICC, juntamente com os respectivos Centros Integrados de Comando e Controle Regionais, foi ativado para os eventos-teste de triatlo, paratriatlo, remo, hipismo, ciclismo de estrada, hóquei de

grama, canoagem, slalom, badminton e tênis.

Na preparação das forças de segurança pública, o Ministério da Justiça, por meio da Sesge, capacitou mais de 34 mil servidores, entre os anos de 2012 e 2015, em áreas temáticas específicas para o contexto dos grandes eventos, sempre levando em consideração as particularidades dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Civil em termos das respectivas competências institucionais.

Cabe ressaltar que foram investidos, no ano de 2015, mais de R\$ 89 milhões em aquisições de novas soluções tecnológicas, reaparelhamento e modernização dos órgãos e entidades envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos e em ações de treinamento e capacitação dos servidores envolvidos na operação de segurança dos Jogos Rio 2016.

Soma-se a essas ações preparatórias a realização do *Briefing* Internacional de Segurança e do exercício integrado de resposta a desastres naturais e antropogênicos, em escala real – realizado em conjunto com o Ministério da Defesa.

### 4.3. POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

#### 4.3.1. Programa 2049 - Moradia Digna

O Ministério das Cidades - MCidades é responsável por propor, acompanhar e avaliar os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH), com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano.

Essa universalização tem como desafio não só a construção de novas casas, mas também medidas voltadas à urbanização e regularização de assentamentos precários, melhorando suas condições de habitabilidade, mediante a provisão dos serviços básicos essenciais.

Ademais, como a moradia é considerada um bem essencial e que está sujeito às regras de mercado, a intervenção do Estado nesse mercado deve passar por ações de regulação e financiamento, além da produção de moradias.

Dessa forma, a Política Nacional de Habitação estabelece o planejamento para todo o setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, e especialmente para as famílias de baixa renda.

Objetivando a implementação da PNH, são propostas ações orçamentárias contidas no Programa Temático Moradia Digna integrante do PPA 2012-2015. Este Programa possui dois principais eixos de ação: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Esses programas foram desenvolvidos a partir dos fundamentos contidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

**Objetivo 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Os principais desafios para cumprir o objetivo de promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população são: a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto custo do bem habitação, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e investimento presentes no País e a necessidade de enfrentamento de um déficit habitacional e uma demanda futura de grande escala.

Assim, a produção de moradias dotadas de infraestrutura para as populações de baixa renda pertencentes aos grupos 1 e 2, definidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), é uma das ações principais da PNH, apresentando dificuldades ainda com relação à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo, aos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, e a um passivo financeiro elevado.

No grupo 1 encontram-se as famílias sem renda ou com renda média inferior à mínima necessária a lhes permitir assumir compromissos financeiros de

longo prazo. No grupo 2 estão as famílias com renda que já lhes permite assumir algum compromisso de pagamento mensal estruturado no longo prazo, e, portanto, são capazes de acessar financiamento imobiliário desde que a reduzidas taxas de juros e com subsídio para complementar a diferença entre o custo da moradia e sua capacidade de pagamento.

Assim, as ações promovidas pelo MCidades buscam facilitar o acesso dessa população de baixa renda à moradia digna, aquela regular e dotada de serviços públicos essenciais, atuando nas seguintes frentes:

- financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção em terreno próprio, reforma de unidade habitacional, construção na forma associativa;
- financiamento a pessoas jurídicas para construção de moradias; e
- apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para produção de lotes urbanizados, construção e melhoria habitacional (com soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e eliminação dos fatores de risco).

Para financiar essas ações são utilizados recursos de diferentes fontes, como o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, apoiando o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, o Fundo de Desenvolvimento Social, voltado exclusivamente para essas entidades, o Fundo de Arrendamento Residencial, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ambos fomentando a produção privada de habitações.

Neste objetivo merece destaque o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem como finalidade incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos e a produção e a reforma de habitações rurais para famílias com baixa renda.

Tendo como foco o estímulo à produção de habitação social pelo mercado privado, o PMCMV apresenta-se como uma estratégia inovadora para recuperar o passivo social relacionado ao déficit habitacional acumulado, ao mesmo tempo em que gera emprego e renda, por meio do aumento do investimento no setor da construção civil. Desta forma, o programa insere uma parcela maior da população no mercado formal da habitação e promove distribuição de renda e inclusão social.

O programa adota estratégias diferenciadas de atendimento para as diversas faixas de renda. Para as famílias de baixa renda, classificadas nas faixas 1 e 2 o governo incentiva a produção e aquisição de unidades habitacionais por meio da concessão de subsídios aos beneficiários. Para as famílias com renda média, classificadas na faixa 2, o incentivo é uma combinação de redução de juros, disponibilização de fundo garantidor e concessão de subsídio, em valor inversamente proporcional à renda.

Para as famílias com renda mensal que permite assumir compromisso de pagamento mensal, mediante acesso a financiamento imobiliário, mas nem sempre suficiente para obter uma moradia adequada, e com moderado risco de crédito (grupo 3 do PlanHab), o incentivo é a redução dos custos de seguro e o acesso ao Fundo Garantidor da Habitação Popular.

A forte demanda habitacional, aliada a uma necessidade de grandes aportes de subsídios nas faixas de renda mais baixa, torna imperativa a adoção de critérios de elegibilidade e de seleção de beneficiários, de forma a priorizar as famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Sendo assim, o Programa Minha Casa Minha Vida integra totalmente o modelo de desenvolvimento econômico do País em conjunto com distribuição de renda e inclusão social, e se constituiu em um importante impulso à implementação do PlanHab, alinhando os conceitos e ações do plano, na medida em que:

- aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional;
- prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda;
- propõe a diferenciação de tratamento dos grupos de famílias conforme a renda;
- estabelece um marco para a consolidação de uma política de subsídios integrados a financiamento;
- institui um marco regulatório para regularização fundiária de áreas ocupadas;
- reduz as taxas de juros para financiamento habitacional;
- articula investimentos de fontes de recursos e esferas de governo; e
- cria estímulos à expansão do mercado privado para a população de baixa renda.

É importante destacar ainda, que o PMCMV busca como princípio a implementação dos instrumentos de reforma urbana que possibilitem melhor ordenamento territorial e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa da terra e ampliar o acesso à terra urbanizada, fazendo com que a propriedade urbana cumpra sua função social.

Para tanto, o programa pressupõe articulação com Estados e Municípios, aspecto fundamental para garantir a adequada implantação dos empreendimentos de interesse social, em termos de integração urbana, conexão com a malha viária existente, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana.

A inserção urbana adequada inclui ligação física e contiguidade com a malha viária existente, além de viabilizar abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, boas condições de acessibilidade e mobilidade por meio de diferentes tipos de transporte público. Envolve, também, a proximidade com equipamentos básicos de educação, saúde, segurança pública e de lazer.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0383 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2049 - MORADIA DIGNA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ REAIS)	
		2014	2015
No exercício <sup>1</sup>	0383	11.168.407.624,36	15.398.732.265,48
RPNP <sup>2</sup>		6.077.396.646,90	5.299.591.304,19
Gastos tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>17.245.804.271,26</b>	<b>20.698.323.569,67</b>

Analisando os valores liquidados e pagos nos exercícios financeiros de 2014 e 2015 observa-se um incremento de aproximadamente 20% nos valores de 2014.

Verifica-se também que no exercício de 2014 ocorreu uma maior proporção na liquidação e nos pagamentos dos valores relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Essa discrepância ocorreu principalmente devido ao andamento das obras contratadas entre 2009 a 2011. É importante esclarecer que a reserva da dotação para assunção do compromisso (empenho) vem ocorrendo dentro do planejado.

Os altos valores apresentados na liquidação dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores decorre de questões ligadas ao modelo de operacionalização dos produtos disponibilizados no Programa Temático Moradia Digna, que têm características de implementação plurianual. Ou seja, a obra que se contrata em um exercício usualmente não se conclui dentro do próprio exercício, o que faz com que o empenho não guarde necessariamente relação direta com a liquidação e pagamento da obra.

#### Nível de Realização das Metas Quantitativas

A segunda fase do programa foi iniciada em 2011, originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Em 2012 essa meta foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões.

Assim como em sua primeira etapa – 2009/2010 - o programa Minha Casa, Minha Vida superou a meta estabelecida para o período 2011-2014. Os resultados alcançados evidenciam o esforço realizado por parte dos diversos intervenientes – Governo Federal, governos locais, instituições financeiras, construtoras e entidades organizadoras.

Em 2015, o ritmo de contratação foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o PMCMV no ano, alinhada com a gestão de recursos conduzida pela Secretaria do Tesouro Nacional e consoante com a desaceleração econômica experimentada no País.

Desse modo, após seis anos de elevadas contratações, optou-se por alinhar o ritmo de contratação à necessidade de se honrar os compromissos assumidos, enfatizando-se a conclusão e entrega de obras já contratadas. Assim, em 2015, pela primeira vez desde que o programa foi criado, a quantidade de unidades entregues no ano atingiu os mesmos patamares das unidades contratadas.

Ao todo, já são mais de 2,5 milhões de unidades entregues até 31/12/2015. Isso significa que aproximadamente 10 milhões de pessoas já residem em uma moradia proveniente do programa.

A amplitude do programa também impressiona. Em 2015, foi superada a marca de 4 milhões de unidades contratadas. Ao todo, o programa já está presente em 5.346 Municípios. Como consequência serão aproximadamente 16 milhões de pessoas beneficiadas em mais de 95% dos Municípios brasileiros.

Em 2015 também foram anunciadas mudanças importantes para a terceira etapa do programa. Primeiramente, o programa ampliou subsídios para famílias com renda de até R\$ 2.350. Com a introdução de uma nova faixa de renda, denominada Faixa 1,5, o subsídio por família poderá ser de até R\$ 45 mil, de acordo com a localidade e a renda, além de avanços sociais e financeiros em relação às etapas anteriores do programa.

O valor limite da renda da Faixa 1 vai aumentar, passando dos atuais R\$ 1.600 para R\$ 1.800 por família, o que permitirá que mais pessoas sejam beneficiadas, nesse perfil que concentra os maiores subsídios do programa. O financiamento da Faixa 1,5, para aqueles com renda até R\$ 2.350 terá, além do subsídio no momento da aquisição do imóvel, juros de 5% a.a. O financiamento, assim como nas faixas 2 e 3, poderá ser feito pelas modalidades SAC (Sistema de Amortização Crescente) ou Tabela Price, com prazo de até 360 meses.

Além da ampliação do rol de famílias beneficiárias e dos subsídios concedidos, serão introduzidas melhorias nas unidades habitacionais. Os imóveis da Faixa 1 terão novas especificações, adequadas à Norma de Desempenho da ABNT, gerando maior conforto térmico e acústico, com uso de esquadrias com sombreamento, maior espessura das paredes, lajes e acréscimo de 2m<sup>2</sup> na área útil das unidades habitacionais.

Quanto ao quesito sustentabilidade, novos itens serão incorporados, como aerador de torneira, válvula de descarga com duplo acionamento, sensor de presença nas áreas comuns, bomba de água com selo Procel e sistemas alternativos ao de aquecimento solar - não obrigatório para as regiões Norte e Nordeste – com o objetivo de redução do consumo de energia.

Os empreendimentos da Faixa 1 do programa deverão atender regras complementares aos Códigos de Obras municipais para elevar a qualidade urbanística. Entre as exigências, dimensão máxima de quadra e estímulo a parcelamentos com vias públicas, largura mínima de ruas e ampliação das calçadas, redução da quantidade máxima de unidades habitacionais por empreendimento, quantidade mínima de árvores em áreas de uso comum e espaçamento máximo entre árvores nas vias e rotas acessíveis em todas as áreas de uso comum, como previsto na NBR 9050. Outras considerações

Termos de Cooperação: Por fim, no ano de 2015, com vistas à correção de inadequações e melhoria qualitativa da efetividade da produção habitacional e da urbanização de assentamentos precários, bem como ampliar a sustentabilidade dos referidos empreendimentos, o Governo Federal, para a implantação nas fases seguintes dos programas, promoveu através de alguns Termos de Cooperação com Instituições de pesquisa federais, alguns estudos e pesquisas no sentido de efetuar avaliações com diferentes



abordagens, para a reavaliação e busca de alternativas para a melhoria efetiva dos referidos Programas.

Tais medidas foram fundamentais para subsidiar, com informações para o lançamento da terceira fase do MCMV. Entre esses Termos de Cooperação, tem-se:

- TC SNH-MCidades/UFABC, visando apoiar os governos locais na integração da política habitacional à política urbana, bem como a adequação da localização residencial no sistema urbano;
- TC SNH-MCidades/UFSCAR, visando desenvolver princípios de projeto mais sustentáveis e apropriados para a melhoria dos projetos e das habitações resultantes; e ainda
- TC SNH-MCidades/UFSC, visando capacitar entidades para melhorar a execução nas modalidades PMCMV-Entidades e PMCMV-Rural.

#### 4.3.2. Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

A política pública de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, regulamentada pela Lei nº 12.608/2012, abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em situações de ameaça e de ocorrência de desastres naturais em todo o território nacional.

Visando à implementação da Lei nº 12.608/2012, que busca voltar o foco das ações governamentais para as ações de prevenção, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que, no Plano Plurianual 2012-2015, esteve contemplado principalmente no Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

A estratégia de implementação do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres pautou-se na focalização dos esforços públicos federais em localidades historicamente mais impactadas pelos eventos de inundações, enxurradas e deslizamentos, os quais, no País, recorrentemente provocam graves danos humanos, como óbitos, desalojamentos e desabrigamentos.

O Programa buscou, além de aprimorar as ações de resposta aos desastres, reduzir o risco nos Municípios mais críticos, por meio:

- da identificação de áreas de risco – objetivo concretizado nos mapeamentos de suscetibilidade geológica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas e de setorização de riscos nas áreas ocupadas;
- da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura e do monitoramento da ocupação urbana;
- da estruturação de um sistema de monitoramento e alerta de desastres, bem como por meio de investimentos em intervenções estruturais de caráter preventivo, envolvendo a implantação de sistemas de drenagem urbana e de medidas que promovam o manejo adequado das águas pluviais; a implantação de parques, bosques e áreas de lazer em áreas de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas; e
- da execução de obras de estabilização e contenção de encostas, além da execução de intervenções emergenciais voltadas à proteção de infraestrutura e setores críticos sob risco de colapso iminente.

As intervenções estruturais contemplam também a remoção criteriosa de moradias em áreas de risco, associada ao reassentamento em áreas próximas, de forma a permitir a manutenção das condições de emprego e renda e do acesso aos equipamentos públicos.

**Objetivo 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em Municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.**

O Objetivo 0169 concretiza as ações governamentais do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, relativas aos eixos de prevenção e mapeamento, buscando promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas.

Nesse contexto é contemplada a execução de intervenções estruturais que abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas majoritariamente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob gestão do Ministério das Cidades (MCidades) e do Ministério da Integração Nacional (MI), voltadas à prevenção de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções destinadas à mitigação dos efeitos da seca, apesar de mencionadas nesse Programa, estiveram orçamentariamente vinculadas ao Programa 2051 – Oferta de Água.

As intervenções estruturais de drenagem urbana, que reúnem grande parte do montante de recursos destinados ao Programa, consistem em obras de implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana, com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações e privilegiam, preferencialmente, a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, cujas soluções devem estar embasadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais, sob responsabilidade compartilhada entre o MI, que foca seus investimentos em intervenções de caráter regional; e o MCidades, que busca atuar, principalmente, nas áreas urbanas das cidades.

Ainda, para atingir o Objetivo, o MCidades apoia a elaboração de estudos, planos e projetos de engenharia de drenagem urbana, realiza ações de apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos, além de apoiar ao planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Complementarmente, o MI persegue tal Objetivo por meio do apoio à elaboração de planos e projetos e execução de obras para implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca; e da promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente. O quadro seguinte apresenta os dados relativos à evolução da execução orçamentária do Objetivo 0169 do Programa 2040, para os exercícios de 2014 e 2015.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0169 DO PROGRAMA 2040 – GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0169	No Exercício (2)	339.740.177,21	142.892.347,37
	RPNP (3)	500.194.464,85	327.699.094,50
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		839.934.642,06	470.591.441,87

Fonte: Siafi Gerencial / Data: 12/01/2016

1 Consolidada os valores da execução orçamentária realizada pelos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

2 Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

3 Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Comparados os valores liquidados entre os exercícios de 2014 e 2015, houve uma redução de aproximadamente 44% na execução do Objetivo 0169 do Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

Tal redução reflete, em grande medida, as dificuldades impostas pela atual conjuntura econômica, que tem provocado diminuição do ritmo de execução dos empreendimentos apoiados por este Programa Temático. Assim, está sendo priorizada a utilização dos recursos disponíveis para obras já em andamento. Outro ponto que merece destaque é o fato de o volume de valores liquidados inscritos em exercícios anteriores (restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores – RPNP) ainda superar os valores liquidados do exercício. Isto ocorre devido a maior parte das obras apoiadas no âmbito do Objetivo 0169 ser de natureza plurianual, dada a complexidade e o grande porte dos empreendimentos, exigindo prolongado processo de maturação, que inclui a adoção de significativo número de medidas preparatórias à execução física e que se desenvolve por meio de procedimento de desembolso paulatino, em conformidade com a evolução física do empreendimento.

Ao detalhar a execução orçamentária de 2015 por ações, verificou-se que as ações de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais (Ação 10SG) e Contenção de Encostas (Ação 8865), representam 91,5% dos valores liquidados.

No caso dos empreendimentos contratados sob a ação 10SG, foram liquidados, em 2015, R\$ 326,5 milhões. Esta ação, implementada pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do MCidades, contempla a implantação, complementação ou adequação de sistemas de

macro drenagem urbana com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações.

As intervenções estruturais de drenagem urbana devem privilegiar preferencialmente as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Ainda no âmbito do MCidades, foram liquidados na ação 8865, em 2015, R\$

77,0 milhões. Esta ação, a cargo da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU), trata da execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, associada à remoção de moradias quando necessário para implantação das obras.

A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas para as áreas de risco prioritárias - e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos Municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas	R\$	R\$ 9 bilhões*	8,60	9,49	9,88	9,27	103,0%	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos Municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	Quantidade alcançada	106	0	4	15	20	36,7%	Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Acessibilidade/Ministério das Cidades

Fonte: Ministério das Cidades

\* Para a definição desta meta, foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos - SPI, as contratações previstas, desde 2011, para ações de Prevenção de Áreas de Risco, no âmbito do Eixo Cidade Melhor do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

A meta relativa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável, que era a de contratar R\$ 9 bilhões foi atingida ainda em 2013 e, atualmente, totaliza R\$ 9,27 bilhões em valores de repasse da União (orçamentários e extraorçamentários), relativos a 124 empreendimentos, beneficiando diretamente 77 Municípios. Assim, houve uma superação da meta estipulada em 3,0%.

Desse valor contratado, R\$ 7,47 bilhões correspondem a empreendimentos contratados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), e R\$ 1,80 bilhão aqueles contratados com recursos de financiamentos (empréstimos públicos). Em 2015, foram contratados 4 novos empreendimentos de Drenagem Urbana, representando R\$ 182,5 milhões em investimentos da União.

Considerando o total de empreendimentos contratados no período, até dezembro de 2015, tinha-se o seguinte cenário: 97 empreendimentos encontram-se em andamento, sendo que 23 foram iniciadas em 2015; 21 estão em licitação ou em outras ações preparatórias; e 6 já foram concluídas, sendo 2 em 2015.

Finalmente, deve-se registrar que em 2015 foram cancelados cinco contratos de drenagem urbana, o que corresponde a um valor de repasse de R\$ 796,0 milhões.

As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de obra, desistência do proponente, mudança de concepção de projeto, entre outros.

Já em relação à meta de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano e ambiental que define, segundo características do meio físico do Município, setores seguros para ocupação urbana, até 2015 houve uma ampliação e consolidação da metodologia de sua elaboração.

Além disso, em 2015 foi iniciada a elaboração de mais cartas geotécnicas relativas a 10 novos Municípios, totalizando 66 Municípios críticos apoiados em oito Estados. Desde 2012, já foram concluídas Cartas Geotécnicas de Aptidão Urbana de 20 Municípios.

Cabe ressaltar, também, que em 2015 foram descentralizados recursos para revisão qualitativa, atualização e adequação metodológica dos produtos relativos aos Municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Ouro Preto/MG.

#### Análise das Metas Qualitativas

Em relação às metas qualitativas do Programa, o MCidades é responsável pela apuração das duas metas relacionadas ao monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos: a estruturação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (Simou), e o monitoramento em si.

Para dar cumprimento às duas metas encontra-se em estruturação, no Ministério das Cidades, em Brasília-DF, o Laboratório de Análises Urbanas Aplicadas (Lacau), que possibilitará o apoio, com base em informações, à questão de processos de crescimento urbano seguro.

Além das duas metas qualitativas referentes ao monitoramento da ocupação urbana, o MCidades também é responsável pela meta "Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos Municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano", que contempla o apoio à execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, o apoio à elaboração de projetos de estabilização de taludes e de Planos Municipais de Redução de Riscos - PMRRs, que são ações estruturais de prevenção previstas no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

No âmbito desta meta, foram alcançados resultados expressivos com 136 operações contratadas através do PAC 2, representando investimentos de R\$ 2,27 bilhões, beneficiando 82 Municípios em 9 Estados. Destas, 130 operações encontram-se iniciadas, o que corresponde a 96% da quantidade de operações e 85% dos recursos financeiros contratados.

Cabe destacar que no período de 2012 a 2015 foram concluídas 37 operações. Neste mesmo período foram desembolsados R\$ 402,9 milhões e foram pagos, em 2014, R\$ 110,4 milhões e, em 2015, R\$ 77,3 milhões.

Ainda no que se refere às ações estruturais de prevenção, o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), é responsável por outras duas metas qualitativas, a saber:

- "executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em Municípios suscetíveis a inundações e enxurradas"; e
- "investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca".

Em relação à primeira meta, a SIH/MI gere uma carteira de 59 empreendimentos que contemplam ações de contenção de encostas, macro drenagem, dragagem e desassoreamento, e que estão incluídas no PAC. Destes, 10 já foram concluídos, beneficiando, até o momento, cerca de 600 mil pessoas nos Estados do Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Tocantins.

Em 2015, a Sedec celebrou 5 convênios com os seguintes Municípios da Bahia: Barra do Choça, Tapiramutá, Sátiro Dias, Jucuruçu e Ibirataia. Estes convênios foram firmados para construção de sistema de contenção, obras de pavimentação, drenagem de águas pluviais, perfuração e instalação de poços.

## Outras considerações

Em relação às intervenções de drenagem urbana sustentável, cabe destacar que o MCidades também apoia a elaboração de diversos projetos de engenharia, planos municipais de drenagem e estudos de concepção de bacias, através da Ação IP95, integrante do Programa 2068 – Saneamento Básico.

Atualmente, estão sendo beneficiados, diretamente, 62 Municípios sob risco de enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos recorrentes. São 81 empreendimentos perfazendo R\$ 156,2 milhões em investimentos da União. Dessa maneira, busca-se estreitar a relação entre as ações não estruturais de planejamento com as ações estruturais de drenagem.

Cabe registrar, também, que além do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais foi aprovado, em dezembro de 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que, seguindo as orientações da Lei nº 11.445/2007, aborda os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Plansab possui, como uma de suas metas, a redução do percentual de Municípios afetados por inundações e/ou alagamentos ocorridos na área urbana, além de projetar a inclusão de outros indicadores durante a sua implementação.

Durante a implantação, avaliação, monitoramento e revisão do Plansab está prevista a incorporação progressiva de elementos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. O Plansab apresenta, inclusive, estratégias no sentido de fortalecer a articulação intersetorial e o aprimoramento das ações previstas.

Em 2015, o Plansab foi utilizado como um dos principais documentos norteadores da elaboração do Plano Plurianual 2016-2019.

Finalmente, cabe registrar que, durante a vigência do atual PPA, verificou-se a necessidade de aprimorar os instrumentos legais para transferir recursos federais para obras emergenciais que visam reduzir risco iminente de desastres. Isso decorre do fato de o atual instrumento, o convênio, não se adequar à urgência dessas intervenções.

Nessa perspectiva, foi publicada a Lei nº 12.983/2014, inserindo as ações de prevenção em áreas de risco de desastres no rol de transferências realizadas por meio da Lei nº 12.340/10, bem como no Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.

Espera-se que com a regulamentação da Lei e a instituição do Fundo, o repasse de recursos para obras de prevenção de desastres de áreas de risco iminente sejam agilizadas.

### 4.3.3. Programa 2033 - Energia Elétrica

O Programa Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir os empreendimentos (estudos de inventário

e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

O Programa Temático Energia Elétrica é constituído pelos objetivos específicos abaixo, os quais são monitorados sistematicamente pelo Ministério de Minas e Energia e entidades vinculadas:

- 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária;
- 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica;
- 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis;
- 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional;
- 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor;
- 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras;
- 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema;
- 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica;
- 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade;
- 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica;
- 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados;
- 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema;
- 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Foram destacados a seguir dois objetivos no período 2014-2015:

- Objetivo 0025, que trata da expansão da oferta de produção de energia elétrica por fontes alternativas e renováveis; e
- Objetivo 0036, que trata da expansão do Sistema Interligado Nacional, em termos de linhas de transmissão (km) e capacidade de transformação (MVA), considerando o alcance das metas no período do PPA 2012-2015.

### PROGRAMA ENERGIA ELÉTRICA VALORES EM R\$ 1,00

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.	258.237.638	43.340.826
Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.	1.266.312.934	876.987.117
<b>TOTAL</b>	<b>1.524.550.572</b>	<b>983.219.935</b>

Fonte: Siop – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais

Data: 02/03/2016

### Objetivo 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

A geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento de energia, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica.

A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW

de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, merecendo destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semiárido.

No período do PPA 2012-2015 já se observa o grande avanço da utilização das fontes térmica e biomassa e eólicas, consideradas como fontes alternativas e renováveis.

Essas fontes foram incluídas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com o intuito de promover a diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0025 APROVEITAR O POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE FONTES ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa	MW	1.395	916,8	2.317,1	3.339,5	4.167,5	298,7
Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	MW	3.680	456,2	771,6	3.565,0	6.294,5	171,0

Fonte: Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE/MME (em 26/02/2016)

No período deste PPA foram contratados montantes significativos de blocos de energia nos leilões realizados pela Aneel e essas contratações já aparecem como expansão realizada de capacidade de geração de energia elétrica.

No caso da fonte térmica a biomassa foi prevista uma expansão de 1.395 MW na capacidade instalada existente no período de 2012 a 2015, e a expansão efetivamente observada foi de 4.167,5 MW, quase três vezes a mais do que a meta inicialmente prevista.

No caso da fonte eólica, o desempenho foi um pouco menor, mas também com realização bem superior à meta inicial. Foi adicionada uma capacidade de geração de 6.294,5 MW nessa fonte, valor equivalente a quase o dobro da meta estabelecida para o período.

A evolução da capacidade de geração dessas fontes faz com que a matriz energética nacional tenha participação cada vez maior das fontes renováveis.

No caso da biomassa, a participação na matriz já é a maior de todas as fontes térmicas, segundo o Boletim Mensal de Monitoramento de dezembro de 2015. Já a fonte eólica representa, segundo o Boletim, 5,4% da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2011, essa participação era somente de 1,2%.

### Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas as capitais brasileiras.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade. Observa-se que, no caso de reforços e ampliações, o índice de realização de obras para subestações também é bem mais elevado que para o caso de linhas de transmissão, que geralmente necessitam atravessar extensas faixas ocupadas e com grande interação com outras instalações.

No quadro a seguir é apresentada a expansão das linhas de transmissão e da capacidade instalada de transformação no Sistema Elétrico Brasileiro no âmbito de PPA 2012-2015.

e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os Estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, na qual participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso do sistema de transmissão, estava prevista a entrada em operação de 17.650 km de novas linhas de transmissão para o período do PPA 2012-2015. Entraram em operação no período 23.467,8 km de novas linhas no SIN, superando em 33,0% o valor estabelecido para essa meta, conforme apresentado no quadro a seguir.

A média anual de expansão de linhas de transmissão nesse PPA foi de 5.800 km, enquanto que no PPA 2008-2011 foi de 3.600 km.

No caso de novas subestações foi adicionada uma capacidade de transformação de cerca de 37.313,3 MVA no PPA 2012-2015, o que representa uma superação de 69,6% em relação à meta inicialmente estabelecida.

No caso das subestações, como são empreendimentos com exigências de licenciamento ambiental menores quando comparadas com as linhas de transmissão, os atrasos observados também são menores, e por isso o seu índice de realização normalmente é mais elevado.

No caso das subestações, como são empreendimentos com exigências de licenciamento ambiental menores quando comparadas com as linhas de transmissão, os atrasos observados também são menores, e por isso o seu índice de realização normalmente é mais elevado.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0036  
EXPANDIR O SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN)**

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	META PREVISTA 2012-2015	REALIZAÇÃO DA META				% DA META TOTAL 2012- 2015 REALIZADA ACUMULADA
			2012	2013	2014	2015	
Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão	km	17.650	2.744	12.672	20.594	23.468	133,0
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação	MVA	22.000	10.034	21.700	29.319	37.313	169,6

Fonte: Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE/MME (em 26/02/2016)

No caso das linhas de transmissão, contribuíram com destaque para essa alta realização do PPA 2012-2015 a conclusão e entrada em operação do sistema de transmissão para integração dos Estados do Amazonas e Amapá (LT Tucuruí – Macapá – Manaus), com cerca de 3.400 km, e principalmente dos dois bipolos de integração das usinas do Rio Madeira (Santo Antonio e Jirau), com cerca de 9.300 km de extensão.

Os principais empreendimentos de subestações transformadoras de energia foram as do sistema de transmissão do Madeira (7.500 MVA), do Complexo Termelétrico Pecém (3.600 MVA) e do sistema Tucuruí – Manaus (2.600 MVA).

#### 4.3.4. Programa 2053 - Petróleo e Gás

A indústria de Petróleo e Gás é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazo e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento do setor.

Eventos recentes, como (i) o arrefecimento mundial da demanda por petróleo, em especial devido ao declínio da demanda na China e União Europeia, (ii) a decisão dos países da OPEP em manter a produção dos países do bloco e (iii) o aumento da eficiência energética e crescimento da produção interna de petróleo nos EUA e Canadá, impulsionada pela exploração de recursos não convencionais, contribuíram para a queda substancial nos preços internacionais do barril de petróleo, saindo de um patamar de US\$ 100,00, em 2013, para cerca de US\$ 37,00, no final de 2015.

Essa redução de preço, configurando-se por um longo período, passa a demandar ajustes internos na programação de investimentos das empresas do setor.

Além da extração do óleo de folhelho nos Estados Unidos, a descoberta de reservas de recursos não convencionais em outros países (como Argentina e Austrália) e a abertura do setor de exploração e produção de petróleo mexicano ampliarão as possibilidades de investimento, reduzindo a atratividade para exploração em áreas de mais difícil acesso. São estes fatores que fazem com que as empresas petrolíferas busquem a redução de custos e a eficiência nos seus processos, o que traz desafios adicionais ao País.

A política nacional para o setor de Petróleo e Gás Natural está direcionada para a expansão da produção desses recursos de forma a alçar o Brasil ao rol dos países exportadores. Para se atingir tal meta é necessária a intensificação da atividade exploratória para, em caso de sucesso, incrementar as reservas nacionais.

Os investimentos realizados em pesquisa e exploração vêm permitindo ao País manter a relação Reserva/Produção em patamares superiores a vinte anos, ou seja, as reservas nacionais são suficientes para cerca de vinte anos de consumo aos níveis atuais, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual.

Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio prazo, ampliar a

exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do País. Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário a adoção de estratégias, planejamento e decisões de investimento em exploração, pesquisas geológicas e realização de rodadas de licitações, cujos resultados são geralmente alcançados no longo prazo.

O Programa Petróleo e Gás articula um conjunto de objetivos e iniciativas afins e compreende, além dos recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa, que envolve uma sequência também complexa de etapas e de processos decisórios e relacionam-se a projetos de longa maturação e com investimentos e riscos elevados.

O Programa é constituído pelos objetivos específicos abaixo, os quais são monitorados pelo Ministério de Minas e Energia:

- 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas;
- 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional;
- 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local;
- 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local;
- 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização;
- 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do País.

Desses objetivos, foi selecionado o Objetivo 0063, para compor este documento.

#### PROGRAMA PETRÓLEO E GÁS

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local	1.498.586.373	1.289.900.861
<b>TOTAL</b>	<b>1.498.586.373</b>	<b>1.289.900.861</b>

Fonte: Siop – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais / Data: 02/03/2016

**Objetivo 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.**

No conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), promoveu a qualificação em diversas especialidades tais como montador, soldador, caldeireiro, electricista, pintor, mecânico e instrumentista.

Também vem sendo conduzidos estudos para o aprimoramento da sistemática dos índices de conteúdo local e para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, cujos resultados são abaixo relatados.

**Meta: Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção.**

As recentes alterações ocorridas no cenário energético nacional, marcadas pelas descobertas de petróleo e gás natural nos reservatórios do Pré-sal nas bacias sedimentares marítimas localizadas no sudeste do País, bem como a variação do preço internacional do petróleo, impactam significativamente, no médio a longo prazo, a indústria petrolífera no País.

Nesse sentido, em 2015 foi publicada a Portaria MME nº 451, de 24 de setembro de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de propor ao CNPE diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Na 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, ocorrida em outubro de 2015, foram introduzidos aprimoramentos nas tabelas de exigências de Conteúdo Local para águas rasas, acima de 100 metros, e águas profundas, mormente em relação à estrutura dessas tabelas relacionadas às unidades estacionárias de produção (UEPs).

Outros aprimoramentos introduzidos, tendo por base o processo de regulação e fiscalização da Política de Conteúdo Local implementada pela ANP, buscaram estabelecer, ainda, mecanismos para evitar eventual caracterização de reserva de mercado para alguns segmentos da indústria, onde os valores mínimos exigidos para itens e subitens das tabelas ultrapassavam os 80%.

Foram mantidos, entretanto, os valores globais dos sistemas (fase exploratória e etapa de desenvolvimento da produção) das tabelas de compromisso.

No tocante à segunda etapa desta 13ª Rodada, ocorrida em dezembro de 2015 e na qual foram licitadas áreas com acumulações marginais de petróleo e gás, foi mantida a mesma sistemática de conteúdo local daquela dos blocos exploratórios.

Tendo em vista, porém, as características intrínsecas da atividade, que envolvem baixos volumes de recursos financeiros, comparativamente aos blocos exploratórios, entende-se que deverão ser estudadas exigências específicas para esses campos, como forma também de aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (da forma como preconizado no art. 65 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010).

Além disso, foi montado um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do MME e com a participação do MDIC, MCTI, ANP, BNDES, ABDI e IBP, que apresentou a proposta para aprimoramento da Política de Conteúdo Local, com vistas a valorar os ganhos advindos com o desenvolvimento de fornecedores, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e competitividade.

Assim, o Decreto nº 8.637, de 15 de janeiro de 2015, instituiu o “Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – Pedefor”. O Programa contém medidas de aprimoramento para a citada Política e será coordenado por um Comitê Diretivo e implementado por um Comitê Técnico-Operativo.

**Meta: Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço.**

Os estudos sobre o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural para as empresas de pequeno e médio porte – EPM foi realizado pelo

MME, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando o aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Nesse sentido, foi instituída, pela Portaria MME nº 37, de 29 de janeiro de 2014, a Comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Foram realizadas reuniões da Comissão, objetivando alinhar as questões críticas, e foi publicada a Resolução ANP nº 32, de 05 de junho de 2014, que dispôs sobre o enquadramento de medidas específicas para o aumento da participação das EPM.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada reunião no MME com os representantes das entidades, os quais apresentaram um estudo com demandas do setor.

Buscando atender parte dos pleitos (oferta de áreas com perfil econômico apropriado para esse segmento), foram realizados ajustes em procedimentos regulatórios visando à simplificação dos planos de desenvolvimento para campos de menor porte e a oferta de blocos exploratórios em bacias maduras e campos marginais na 13ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em duas etapas em 2015.

Foram ofertados 153 blocos em bacias maduras e 10 campos marginais, resultando no arremate de 37 blocos exploratórios e 9 campos marginais.

**Meta: Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos.**

Em 2015, a Petrobras investiu mais de R\$ 1,235 Bilhão em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Os principais resultados em P& D nesse ano foram:

- Implementação do PWDA (*Pressure While Drilling Analyzer*), software que recebe informações de perfuração de poços em tempo real, identifica situações de risco e alerta o usuário para a ocorrência de problemas operacionais. Sua utilização possibilitou uma redução de 32,3 dias de uso de sonda, gerando uma economia de US\$ 28,3 milhões no ano, mediante sua aplicação no acompanhamento de poços.
- Início da operação da primeira unidade industrial de coqueamento retardado de resíduo atmosférico com tecnologia pioneira no mundo, na Refinaria Abreu e Lima. Com a aplicação desta tecnologia dentro do esquema de refino da RNEST, pode-se obter rendimento em diesel de 70%, representando um ganho de 40% em relação às tecnologias convencionais.
- Disponibilizada nova versão da ferramenta computacional Octopus que permite otimizar a malha de drenagem de um campo, maximizando a eficiência de escoamento e o fator de recuperação a partir de múltiplos modelos representativos da incerteza nos principais aspectos da caracterização do reservatório.
- Utilização da tecnologia FMCD (*Floating Mud Cap Drilling*), que viabilizou a perfuração e a completação inferior de poço no Campo de Marlim Leste, gerando economia de US\$ 18 milhões neste poço. A técnica de FMCD consiste na perfuração sem retorno de fluidos e cascalhos para a superfície, sendo os mesmos bombeados para dentro de formações altamente permeáveis (ex.: zonas depletadas, fraturadas ou com grandes cavidades formadas pela dissolução das rochas).
- Realizadas operações de remoção e inibição química (via squeeze) de incrustações em poços da UO-RIO utilizando formulações inovadoras desenvolvidas pelo Cenpes em cooperação com fornecedores. Estima-se que ambas as operações tenham colaborado para a redução de perdas de produção, na UO-RIO, da ordem de 16,5 mil bopd, equivalente a cerca de US\$ 240 milhões por ano (1 bbl = US\$ 40).
- Partida do primeiro Módulo de Bombeio (Mobo) com uma bomba centrífuga submersa (BCS) contendo manuseador de gás Poseidon da Schlumberger, especialmente projetado e qualificado para lidar com

frações de gás de até 70% em volume. O equipamento foi instalado no poço JUB-04 da P-57 (Campo de Jubarte, UO-ES), com ganho adicional estimado em 1.000 bopd ou US\$ 16,5 milhões ao ano.

- Desenvolvidas técnicas de inspeção e reparo em tambores de coque, que, quando comparada com as técnicas convencionais, aumentam a vida útil de 2 para 12 anos, além da redução de 30% no tempo de reparo desses equipamentos.
- Definido o controle geológico da variabilidade dos petróleos descobertos em águas profundas da Bacia de Sergipe, o que permitiu uma melhor previsão da distribuição dos fluidos em subsuperfície e da conectividade entre os reservatórios. O projeto auxiliou, ainda, (i) na fase de avaliação de descobertas, (ii) na quantificação das jazidas, (iii) na estratégia de desenvolvimento e (iv) no correto dimensionamento e destinação de investimentos da ordem de centenas de milhões de reais.
- Concluídos os projetos de Caracterização Regional da Bacia do Espírito Santo e da Bacia Sergipe-Alagoas. Todas as ocorrências ambientalmente relevantes foram mapeadas. Com isto, será possível ganhar tempo nos processos de licenciamento. Estes estudos incluem: Oceanografia; Meteorologia; Geologia e Geomorfologia; Química Ambiental (Água e Sedimento); Macrofauna Bentônica e Plâncton; Corais de Profundidade e Rodólitos; Bancos de Laminárias; Peixes, Mamíferos, Quelônios e Aves; Mapas de Sensibilidade Ambiental; Unidades de Conservação da Natureza; Desembarque Pesqueiro e Socioeconomia. Os estudos abrangem 69 mil km<sup>2</sup> de área (equivalente ao tamanho da Irlanda) e envolveram mais de 100 professores e pesquisadores de 13 instituições entre 2010 e 2014.
- Aplicação de tecnologia inovadora no tratamento de efluente, de cunho essencialmente biológico (para tratamento de água de alta salinidade, inclusive de navio agueiro) na nova Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Terminal da Baía de Ilha Grande (Tebig). A tecnologia é uma alternativa ao tratamento convencional físico químico e permitiu a obtenção da licença definitiva para funcionamento da nova ETE no Tebig, tendo o órgão ambiental Inea reconhecido o enquadramento de efluentes tratados com a tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

A partida da nova ETE do Tebig contribui para minimizar o grande volume de água antes enviada para ser tratada somente na ETE do Terminal Aquaviário de São Sebastião (Tebar), em funcionamento desde fevereiro de 2012. Trabalhando juntas, as duas estações têm capacidade para tratar 150.000 m<sup>3</sup> por mês, gerando uma economia anual de R\$ 153 milhões.

#### 4.3.5. Programa 2022 - Combustíveis

O Programa Combustíveis reúne um conjunto de cinco objetivos nos quais são executados os projetos e atividades relacionadas a refino de petróleo, produção e transporte de combustíveis e outros derivados de petróleo, biocombustíveis, à fiscalização do setor e a medidas de eficiência energética.

- 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional;
- 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética;
- 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores;
- 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Dos objetivos relacionados ao Programa Combustíveis, foram selecionados os Objetivos 0054 e 0185 para compor este documento.

#### PROGRAMA COMBUSTÍVEIS

##### VALORES EM R\$ 1,00

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.	15.568.888.672	6.022.127.952
Objetivo 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.	23.573.657	27.038.055
<b>TOTAL</b>	<b>15.592.462.329</b>	<b>6.049.166.007</b>

Fonte: Siop / Data: 02/03/2016

**Nível de Realização das Metas Quantitativas do Objetivo 0054 – Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd	Barris por dia (bpd)	2.205.000,00	1.951.762,17	2.055.342,85	2.106.891,94	1.983.971,00	89,98%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de óleo diesel	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de óleo diesel	152,00	125,90	135,72	137,08	135,5	89,14%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Querosene de Aviação (QAV)	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Querosene de Aviação (QAV)	21,00	15,06	15,22	16,63	15,58	74,19%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	30,00	24,98	21,77	20,74	20,35	67,83%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de gasolina	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de gasolina	62,00	74,98	78,39	79,09	70,48	113,68%

Fonte: ANP / Dados de 01/03/2016

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd.**

A média nacional de processamento de petróleo anual em 2015 foi de 1.983.971 barris de petróleo por dia, 89,98% da meta estimada. Cabe ressaltar que a redução na produção de derivados de petróleo em 2015, e o consequente resultado inferior à meta, reflete a menor demanda do mercado interno.

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel.**

A média anual de produção de óleo diesel foi de 135,5 mil m<sup>3</sup>/dia, 89,14% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 137,08 mil m<sup>3</sup>/dia, momento em que atingiu 90,18% da meta.

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de Querosene de Aviação (QAV).**

A média anual de produção de QAV foi de 15,58 mil m<sup>3</sup>/dia, 74,19% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 24,98 mil m<sup>3</sup>/dia, tendo atingido 83,27% da meta.

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).**

A média de produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) produzido apenas nas refinarias nacionais, de janeiro a novembro de 2015, foi de 20,35 mil m<sup>3</sup>/dia, 67,83% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2012, 16,63 mil m<sup>3</sup>/dia, tendo atingido 79,19% da meta.

Cabe ressaltar que essa quantidade não inclui o volume produzido pelas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs).

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de gasolina.**

A média de produção de gasolina A foi de 70,48 mil m<sup>3</sup>/dia, 113,68% da meta estimada. Cabe ressaltar que, no período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 79,09 mil m<sup>3</sup>/dia, tendo atingido 127,56% da meta.

#### Metas Qualitativas

**Meta: Produzir em padrões adequados de qualidade: - 68x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S-10 - 18x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S-500 - 66x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de gasolina S-50**

As produções do diesel S-10, do diesel S-500 e da gasolina S-50 entre janeiro e novembro de 2015 foram:

- Óleo diesel S-10: 32,01 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia, 32% da meta;
- Óleo diesel S-500: 93,53 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia, 519,6% da meta; e
- Gasolina S-50: 76,02 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia, 115,2% da meta.

Em 2015, as metas para gasolina S-50 para o diesel S-500 foram atingidas. A meta para óleo diesel S-10 não foi atingida. Importa destacar, ainda, que o diesel S-50 foi totalmente substituído pelo diesel S-10, não sendo mais produzido pela Petrobras.

A meta de produção interna de diesel S-10, elaborada em 2011, contava com a contribuição das novas refinarias projetadas pela Petrobras à época, cujos perfis de refino eram voltados para a maximização da produção desse combustível. Contudo, a empresa alterou seu Plano de Negócios e, com isso, alguns projetos foram postergados ou retirados da sua carteira de investimentos, com destaque para as refinarias Premium I e II, isso contribuiu para que algumas metas ficassem abaixo do valor projetado.

#### Combustíveis Renováveis

Em 2015, o Brasil manteve posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos.



No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2015, aproximadamente 24,8% de toda a energia ofertada internamente é originária de biomassas, sendo 15,7% de cana e derivados, 8,1% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel.

No que se refere à matriz veicular, os biocombustíveis representaram em 2015 aproximadamente 22,6% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 19,8% etanol (anidro e hidratado) e 2,8% biodiesel.

A Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, determinou o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 5% para 6% a partir de julho de 2014 e para 7% a partir de novembro daquele ano e permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Ainda, no tange que às medidas governamentais no ano de 2015, destacam-se as seguintes ações: a reedição do Programa de Financiamento a Estocagem de Etanol (BNDES PASS) e do Programa de Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova).

**Objetivo 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.**

**Meta: Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente.**

Em relação ao etanol combustível, até novembro de 2015, a produção total foi de 28,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente (PDE 2024) foi de 29,8 bilhões de litros, para todo o ano de 2015. Nesse ano, espera-se que a produção nacional de etanol atinja 30 bilhões de litros (safra 2015/2016, iniciada em abril de 2015 e prevista para encerrar em março de 2016), acima da meta, portanto.

Para o biodiesel, até novembro de 2015, a produção foi de 3,6 bilhões de litros. Espera-se que a produção total de 2015 seja de 3,94 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 3,6 bilhões de litros, para todo o ano de 2015.

Mesmo com retração da demanda de diesel, cumpre observar que a maior produção de biodiesel foi induzida pelo aumento do percentual de adição obrigatória deste biocombustível ao óleo diesel.

#### **4.3.6. Programa 2075 – Transporte Rodoviário**

O Programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, operação (sinalização, pesagem, controle de velocidade), fiscalização e concessão da infraestrutura rodoviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Rodoviário nacional, com segurança e conforto para seus usuários.

**Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.**

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários.

Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Em 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinou com as concessionárias da Segunda Etapa, oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

Com isso, foi acordada a realização de 571 obras nas oito concessões da Segunda Etapa – Fases I e II.

Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km já concedidos e 1.964,6 km em fase de análise e estudo.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012 e, portanto, não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais.

Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

No ano de 2014, também no âmbito do PIL, empresas interessadas em elaborar estudos para concessões de quatro novos trechos puderam apresentar Propostas de Manifestação de Interesse (PMI).

As empresas habilitadas foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes (MT) para elaborar estudos que abrangem atividades de engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento. Em 2015, esses estudos se encontravam em fase final de ajuste, com previsão de realização dos leilões em 2016. Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritubá/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km); e
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Ainda em 2015, o Governo Federal lançou a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 Estados brasileiros.

Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade.

Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens de potenciais concessões nos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);

- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no Município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Cabe destacar que, em 2015, a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói foi renovada no âmbito do PIL pelo leilão realizado em março e teve o contrato assinado em maio.

O novo contrato permitiu a redução da tarifa, com deságio de 36,67% e a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha, a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação em 2015, nas rodovias federais concedidas, são importantes avanços percebidos pelo cidadão.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0130 DO PROGRAMA 2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

R\$ MILHÕES

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0130	No exercício	17,4	37,0
	RPNP	3,7	3,1
	Gastos Tributários*	-	-
TOTAL		21,1	40,1

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial, janeiro de 2016.

\* Não é possível vincular o gasto tributário a um objetivo específico

O objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R\$ 21,1 milhões liquidados correspondem a 73,3% dos recursos disponíveis no exercício de 2014. Já em 2015, foram liquidados R\$ 40,1 milhões, correspondente a 70,4% dos recursos disponíveis em 2015.

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria

ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria.

Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada.

Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Assim, a meta prevista para 2015 passou a ser de 672 vistorias. Dessas, foram realizadas 657 inspeções in loco, resultando em 98% da meta.

#### Meta: Conceder 8.044 km de rodovias

A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa Transporte Rodoviário contempla todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

- Fase I compreende as rodovias BR-040/MG/GO/DF, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 956,0 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.
- Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES a Mucuri/BA, com extensão de 461,0 km.
- Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP, com extensão total de 1.423,3 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO, com extensão de 814,0 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre Entroncamento da BR-163/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre Feira de Santana/BA a Mucuri/BA, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original acima descrito evoluiu com as seguintes considerações:

- No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
- Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;
- Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) a Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) e TO-080, entre Paraíso do Tocantins a Palmas (189,2 km);
- Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia; e
- No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada, conforme quadro a seguir:

### CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - TERCEIRA ETAPA

RODOVIA BR	ESTADO	KM	FASE	SITUAÇÃO ATUAL	EMPRESA VENCEDORA	DESÁGIO	TARIFA A PREÇO INICIAL R\$/100 KM
040	MG/GO/DF	936,8	I	Contrato assinado em março de 2014	Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - Invepar	61,13%	3,787
116	MG	816,7	I	Em análise	-	-	-
101	ES/BA	475,9	II	Contrato assinado em abril de 2013	Consórcio Rodovia Capixaba	45,63%	3,391
163	MS	847,2	III	Contrato assinado em março de 2014	Companhia de Participações em Concessões - CPC	52,74%	4,381
163	MT	850,9	III	Contrato assinado em março de 2014	Odebrecht Transport S/A	52,03%	2,638
153	TO/GO	624,8	III	Contrato assinado em setembro de 2014	Galvão Engenharia S.A.	45,99%	4,979
060/153/262	DF/GO/MG	1.176,5	III	Contrato assinado em janeiro de 2014	Triunfo Participações e Investimentos	52,00%	2,851
101	BA	772,3	III	Em estudo	-	-	-
050	GO/MG	436,6	III	Contrato assinado em dezembro de 2013	Consórcio Planalto	42,38%	4,534
262	ES/MG	375,6	III	Em estudo	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>7.313,3</b>					

Fonte: ANTT, janeiro de 2016.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0130 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA* 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ **				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA **	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Conceder 7.313,3 km das rodovias	Km	7.313,3	0	912,5	5.348,7	5.348,7	73,14%	Siop, janeiro de 2016.

\*Considera-se meta prevista a meta readequada

\*\*Considera-se meta realizada o contrato de concessão assinado

Vale mais uma vez ressaltar que o desenvolvimento dos projetos de concessão resultou na redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicialmente prevista no PPA, sem diminuição dos esperados benefícios à sociedade.

Contribuíram para o avanço de 5.348,7 km verificado até 2015, os 912,5 km referentes à assinatura de contratos de leilões realizados em 2013 e os 4.436,2 km referentes à assinatura de contratos realizados em 2014.

Em 2015, foi autorizada a cobrança de pedágio nas rodovias a seguir relacionadas, que cumpriram as condições estabelecidas no programa de concessão, cujo principal quesito é a realização de no mínimo 10% das obras de duplicação.

- BR-040/DF/GO/MG – Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG;
- BR-050/GO/MG – Entroncamento BR-040 (Cristalina/GO) – Divisa MG/SP;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG – Trecho de 1.176,50 km das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262;
- BR-163/MS – Divisa MT – Divisa PR; e
- BR-163/MT – BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220.

Quanto à BR-101/BA e à BR-262/ES/MG, salienta-se que estes lotes rodoviários, após adequação de escopo, foram objeto de Editais de Chamamento Público em 2015, para que empresas interessadas apresentassem estudos de viabilidade técnica, visando subsidiar a concessão desses trechos.

Com relação à BR-116/MG, o Ministério dos Transportes está adequando seu escopo a fim de obter um melhor projeto que viabilize a concessão do trecho.

O avanço em direção ao cumprimento da meta agrega benefícios sociais como a eliminação de gargalos, a ampliação da capacidade de transporte, a redução dos custos operacionais dos veículos, a integração da malha viária estratégica, o aumento da competitividade nacional, o crescimento sustentável, a geração de empregos e a arrecadação de tributos.

#### 4.3.7. Programa 2072 – Transporte Ferroviário

O Programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, fiscalização e concessão da infraestrutura ferroviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Ferroviário nacional.

**Objetivo 0149: Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.**

A implantação de pátios intermodais e a recente opção pelo desenvolvimento do estudo de localização dos Centros de Integração Logística (CIL) são uma contribuição ao incentivo para a entrada de novos operadores de transporte multimodal, já que buscam facilitar a integração entre os vários modais de transporte, na expectativa de obter a redução de custos de fretes.

Entende-se por CIL os pontos de conexão modal obtidos por meio da construção dos seguintes tipos de estrutura de integração: plataforma logística, terminal intermodal, centro de distribuição e porto seco.

Em 2015, o Ministério publicou o documento intitulado “Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento de Metodologia para a Implementação de Centros de Integração Logística com vistas a subsidiar Políticas Públicas voltadas à Promoção da Intermodalidade no Transporte de Cargas”.

A estratégia do projeto CIL foca no desenvolvimento de modelo matemático para a identificação de potenciais locais prioritários para sua instalação.

O transporte intermodal e multimodal é uma atividade básica que trata da movimentação de mercadorias, caracterizada pela utilização de mais de uma modalidade de transporte, da origem até o destino final.

A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela divisão de responsabilidade entre os transportadores.

Na multimodalidade existe a emissão de apenas um documento de transporte (conhecimento de transporte) cobrindo o trajeto total da carga. Este documento é emitido pelo Operador de Transporte Multimodal (OTM), que é a pessoa jurídica responsável pela realização do transporte de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

O OTM assume a responsabilidade pelos prejuízos resultantes de perda, por danos ou avaria nas cargas sob sua custódia, assim como por aqueles

decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo acordado.

Seus serviços incluem, além do transporte, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.

Dessa forma, um único operador multimodal e um único conhecimento de transporte podem ser considerados como elementos facilitadores da operação de transporte, ao eliminar os entraves burocráticos das transferências intermodais, possibilitando, assim, uma maior dinamização na contratação dos serviços por parte do cliente, propiciando menor custo e maior eficiência.

A atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) de cargas depende de prévia habilitação e registro. Em 2015, foram habilitados 73 OTM, dentre os quais 14 foram amparados pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995, integrando um total de 465 habilitados.

#### Meta: Construção de nove integrações intermodal e intramodal

Uma das medidas adotadas para fortalecer a competitividade no sistema ferroviário é a implementação de estruturas intermodais para facilitar a integração, reduzir custos de transportes e agilizar a circulação de mercadorias. No Plano Plurianual foi prevista a construção das seguintes estruturas:

ESTRUTURAS DE INTEGRAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Pátio de Palmas/Porto Nacional/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Gurupi/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Anápolis/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2014
Pátio de Uruaçu/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2015
Pátio de São Simão/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	60% de execução
Pátio de Estrela D'Oeste/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	50% de execução
Terminal de Campo Grande/MS*	Campo Grande/MS	91% de execução
Polo de Serrana/SP	Serrana/SP	Obra não iniciada
Pátio de Tutóia/SP	Araraquara/SP	Obra concluída em 2014
Pátio de Três Lagoas/MS	Três Lagoas/MS	Obra concluída em 2014

Fonte: Valec e DNIT, janeiro de 2016.

\*Obra conveniada com a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Os pátios, anteriormente previstos, de Santa Izabel e Jaraguá, ambos concluídos em 2014 e Porangatú, concluído em 2015, são integrantes do Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás. Esses pátios foram adequados para Desvios de Cruzamento devido a estudos de demanda e não podem ser considerados como estruturas de integração. A meta prevista e realizada para o Objetivo 0149 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2104	2015	
Construção de nove integrações intermodal e multimodal	Unidade	9	0	2	5	6	66,67%

Fonte: Siop / janeiro de 2016.

Pode-se constatar que além das seis estruturas de integração concluídas até 2015, observa-se que o Terminal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e o Pátio de São Simão, em São Paulo, estão com as obras em estágio avançado.

Quanto ao Pátio de Campo Grande, empreendimento conveniado com a Prefeitura Municipal, a obra foi paralisada em 2013, por necessidade de revisão de projeto em fase de obra. Posteriormente, a Prefeitura de Campo Grande realizou a rescisão com a empresa executora e contratou nova empresa para realizar o levantamento dos serviços remanescentes, aproximadamente 9,0% do empreendimento, com previsão de serem licitados no primeiro semestre de 2016.

Com relação ao Pátio de São Simão, o empreendimento está em fase avançada de execução, com 60,0% da obra realizada.

A respeito do Pátio de Estrela D'Oeste, toda a infraestrutura e linha principal estão concluídas, com previsão de licitação para os acessos e linhas secundárias.

O Polo de Serrana não teve suas obras iniciadas visto que sua implantação está em discussão técnico-jurídica.

Com relação ao Objetivo 0149, não houve execução orçamentária e financeira em 2014 e 2015. Os recursos destinados às estruturas de integração localizadas na Ferrovia Norte-Sul foram contemplados nas ações orçamentárias referentes aos trechos do Tramo Sul e Extensão Sul da Ferrovia.

Com relação ao Terminal Intermodal de Campo Grande/MS, os valores foram repassados integralmente, por meio de convênio, à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, em data anterior a 2012.

Quanto ao Pátio de Tutóia/SP e ao Pátio de Três Lagoas, os recursos foram contemplados nas ações orçamentárias referentes à construção dos respectivos contornos e pátios ferroviários e se encontram vinculadas ao Objetivo 0147.

Dada a sua importante função logística, a implantação de estruturas de integração intermodal e multimodal agrega benefícios econômicos e sociais para as regiões alcançadas por sua área de influência. Além dos empregos e da renda gerados diretamente por sua construção e operação, as estruturas se constituem em importantes indutores do desenvolvimento regional, com estímulo a investimentos.

## 4.4. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

### 4.4.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar

A agricultura familiar, elemento fundamental da base produtiva, econômica e social do Brasil, desenvolve-se em pequenas propriedades, com utilização direta da mão de obra familiar, voltada principalmente para a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno.

Atualmente, estão habilitados a acessar o Programa de Agricultura Familiar 5,14 milhões de agricultores familiares identificados e qualificados conforme os critérios postos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o documento que identifica a unidade familiar de produção rural desses agricultores, bem como suas formas de organização, habilitando-os para acessar diversas políticas públicas específicas, como o crédito, mercados institucionais e serviços de assistência técnica e extensão rural.

O Programa foi concebido com o objetivo de fortalecer e dinamizar a agricultura familiar, oferecendo condições para que os agricultores e agricultoras familiares desenvolvam suas atividades rurais e ampliem a sua renda, reduzindo as desigualdades socioeconômicas tanto no meio rural quanto no interior das unidades de produção familiar.

Historicamente, as políticas públicas para o setor agropecuário priorizaram a modernização tecnológica. Essa estratégia transformou o Brasil em uma potência agropecuária, no entanto, não contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e renda de grande parte da população rural brasileira, em especial dos agricultores e agricultoras familiares, produzindo o esvaziamento e a masculinização do campo.

Tendo em vista o interesse dos agricultores e agricultoras familiares em permanecer no campo produzindo sustentavelmente, bem como a importância da interiorização do desenvolvimento e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda no campo, tanto para a economia como para a segurança alimentar e nutricional, o Programa de Agricultura Familiar oferece políticas públicas que se organizam em seis objetivos estratégicos, quais sejam:

- Objetivo 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.
- Objetivo 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

- Objetivo 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.
- Objetivo 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.
- Objetivo 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.
- Objetivo 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o País.

Dos cinco indicadores da agricultura familiar, formulados para acompanhamento no âmbito do PPA 2012-2015, três se baseiam em informações do censo agropecuário, que foi realizado em 2006. Portanto analisaremos os dois indicadores do Programa que independem da realização de novo Censo Agropecuário para aferição.

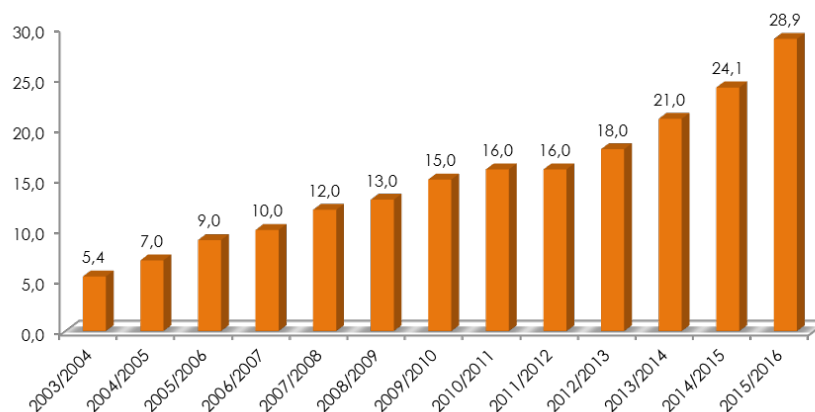
O primeiro indicador analisado refere-se aos recursos disponibilizados para o crédito amparado pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no âmbito dos Planos Safra da Agricultura Familiar. Ao longo do período de vigência do PPA, que envolve cinco safras, esses recursos evoluíram de R\$16,0 bilhões (safra 2011-2012) para R\$ 28,9 bilhões (safra 2015-2016), ou seja, um crescimento nominal de 80,6%.

O outro indicador em análise é a renda domiciliar per capita da agricultura familiar, cuja metodologia de cálculo foi definida pela SPI/MP em 2011, a partir de informações da Pnad/IBGE.

Como na Pnad não existe o atributo “agricultor familiar”, esse cálculo é feito a partir da variável “Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência” para a qual foram selecionados os dados referentes aos itens “06 – conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos”, “11 – trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “13 – trabalhador na produção para o próprio consumo”.

Os valores apurados para 2013 e 2014 foram, respectivamente, R\$ 512,19 e R\$ 566,63. Cabe ressaltar que os resultados da Pnad 2015 serão publicados possivelmente em setembro de 2016.

EVOLUÇÃO DO PRONAF - VOLUME DISPONIBILIZADO POR SAFRA (R\$ BILHÕES)



Fonte: SAF/MDA

**Objetivo 041 I - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

O principal instrumento de financiamento da produção da agricultura familiar é o crédito rural do Pronaf, que está disponível para as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas, geradoras de renda.

As condições de acesso e financiamento do Pronaf não são estanques e há a busca constante de adequação às particularidades da agricultura familiar, e de contemplar as especificidades de públicos prioritários, como, por exemplo, as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo, assentados e assentadas da reforma agrária.

As linhas de financiamento têm prazos de carência e de amortização diferenciados que atendem as atividades de curto, médio e longo prazo. As taxas de juros são negativas em todas as linhas de custeio e investimento e, para as unidades familiares de menor renda ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vão de 25% até 46%.

Para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, a Resolução BCB nº 4.344/2014 aprovou nova linha de financiamento, o Pronaf Produtivo Orientado, que permite, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio do crédito, e contempla a concessão do bônus de adimplência.

Outros instrumentos vinculados a esse objetivo são:

- Seguro da Agricultura Familiar – Seaf: instrumento de proteção de renda, proporcionando ao agricultor garantia contra perdas na lavoura causadas por eventos climáticos adversos.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, atualmente cobre 51 culturas ao todo, mantendo o foco no fortalecimento do cultivo das culturas com maior importância regional.

O Programa Garantia Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, residente, prioritariamente, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Os critérios que definem os participantes do Garantia-Safra são:

- ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo;
- desenvolver culturas como: arroz, feijão, mandioca, milho ou algodão; e
- plantar uma área mínima entre 0,6 e máxima de cinco hectares.

A Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar - PGPM-AF que permite a utilização de instrumentos de comercialização com destinação para os estoques governamentais com o objetivo de garantir que o produtor receba o preço mínimo do produto (pré-fixado no início da safra).

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 041 I DO PROGRAMA 2012 - AGRICULTURA FAMILIAR**

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS (R\$)	
		2014	2015
0411	No Exercício <sup>1</sup>	859.000.000,00	380.604.550,89
	RPNP <sup>2</sup>	-	12.207.485,80
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>859.000.000,00</b>	<b>392.812.036,69</b>

Fonte: Siafi – SPOA/MDA

Data: 14/01/2016

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os valores apresentados acima tratam da execução orçamentária da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420 de 2002). Os recursos utilizados para a realização das metas do Pronaf e outros

programas não são do orçamento direto do MDA, são recursos de Agentes Financeiros, controlados e supervisionados pela Secretaria do Tesouro Nacional vinculados ao Ministério da Fazenda. A totalidade da execução desses recursos está demonstrada no próximo quadro.

Em 2014, o valor executado com Garantia-Safra foi de R\$ 859.000.000, devido aos pagamentos realizados pelas perdas ocorridas na Safra 2013/2014. Houve pagamentos de cinco parcelas extras concedidas às 882.722 famílias, dentre as 977.552 famílias cadastradas, que tiveram perdas na Safra 2012/2013. Não houve restos a pagar não processados de exercícios anteriores, liquidados em 2014.

Já em 2015, o valor executado foi de R\$ 380.604.550,89 vinculados aos pagamentos das perdas ocorridas na Safra 2014/2015. Ainda houve a execução de R\$ 12.207.485,80 referente aos restos a pagar não processados em exercícios anteriores, mas liquidados em 2015, o que elevou o valor executado ao montante de R\$ 392.812.036,69.

Observa-se uma significativa variação orçamentária entre 2014 e 2015. Devido à grande intensidade da seca, o ano de 2014 demandou maior execução orçamentária. Já o ano de 2015 foi considerado um ano positivo, porque não houve grandes perdas de safra e, conseqüentemente, reduziu a necessidade de pagamento do benefício aos agricultores.

Ao analisar a execução orçamentária do Objetivo 0411 na totalidade, observou-se o seguinte:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOTAL 2012 – AGRICULTURA FAMILIAR / OBJETIVO 041 I VALORES EM R\$ 1,00**

PROGRAMA: 2012	VALORES LIQUIDADOS	
	2014	2015
No Exercício <sup>1</sup>		
Orçamento Fiscal da Seguridade Social	1.074.651.134,52	4.452.717.174,97
RPNP <sup>2</sup>	400.796.979,08	5.886.721.543,06
Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>	<b>1.475.448.113,60</b>	<b>10.339.438.718,03</b>

Fonte: Siop - Spoa/MDA

Data: 18/01/2016

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os resultados decorrem da consulta realizada no SIOP/2015, no qual o montante de todas as ações relacionadas ao Objetivo 0411 foram da ordem de R\$ 1.475.448.113,60 em 2014 e R\$ 10.339.438.718,03 em 2015.

Entre as ações executadas (liquidadas) têm-se:

- Ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) = gerenciada administrativamente e financeiramente por este Ministério, já mencionada anteriormente;
- Ação 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992) = Recurso sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional /Ministério da Fazenda;
- Ação 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) = recurso também supervisionado pela STN/MF;
- Ação 00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPAF (Lei nº 8.427, de 1992) = recurso também supervisionado pela STN/MF;
- Ação 00GZ – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992);
- Ação 20GI – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF = executado pela unidade orçamentária Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Conforme já informado, com exceção do Garantia-Safra, os demais programas são gerenciados orçamentariamente e financeiramente pela STN/MF ou pela Conab.

Dos valores gerenciados pela Conab, ação correspondente a PAA – Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar;

foram executados em 2014 o valor de R\$ 31.800.872,00. Já em 2015 o valor reduziu para R\$ 20.799.215,91, diferença de R\$ 11.001.656,09.

Quando comparados os exercícios financeiros de 2014 e 2015, observaram-se significativas variações na execução orçamentária do Pronaf.

Essas variações tem origem na atuação da STN/MF com o intuito de adequar o fluxo de pagamentos à demanda crescente nos últimos anos, decorrente do crescimento da carteira do Pronaf, fruto dos avanços promovidos no Programa e da elevação da diferença entre a taxa de juros paga pelos agricultores familiares e o custo dos recursos. Isso resultou em incrementos significativos na execução das ações orçamentárias relativas ao Objetivo 041 I, inclusive na execução orçamentária do Exercício com Restos a Pagar,

contribuindo para a redução dos valores inscritos em 2015. Relativamente a tais incrementos ocorridos em 2015, destaque-se especialmente a ação 0281 (subvenção econômica para a agricultura familiar), com aumento muito expressivo nos valores liquidados tanto do exercício quanto do RPNP da ordem de R\$ 10.026.122.830,20.

Também houve aumento da ação 00GW (subvenção econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar), da ordem de R\$ 4.897.382,10.

De outro lado, houve um desembolso relativamente menor na Ação 0A81 (Financiamento para a Agricultura Familiar), quando comparados os exercícios de 2014 e 2015.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)	Toneladas	2.700.000	78.000	104.000	104.000	104.000	3,9%	Conab
Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo	Contratos <sup>2</sup>	3.000.000	1.512.510	3.517.387	5.341.660	7.060.515	235,4%	Banco Central do Brasil
Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.	Contratos <sup>2</sup>	750.000	438.016	844.966	1.251.374	1.700.026	226,7%	Banco Central do Brasil
Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar	Contratos <sup>2</sup>	750.000	468.394	908.370	1.336.336	1.912.885	255,1%	Banco Central do Brasil
Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos	Equipamentos	110.000	178.546	379.011	488.513	582.392	529,4%	Banco Central do Brasil
Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar	PJs da AF com DAP ativa	5.000	1.817	-	-	5.278	105,6%	SAF/MDA
Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas	Mulher rural/ Organização <sup>3</sup>	48.000/ 3.200	-	-	-	-	-	-
Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar	Contratos <sup>2</sup>	650.000	455.286	902.687	1.335.940	1.741.455	267,9%	Banco Central do Brasil
Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	Famílias aderidas	1.000.000	771.343	977.552	1.177.452	1.162.086	116,2%	SAF/MDA

Obs.:

1. A PGPM-AF possibilita o uso de instrumentos de comercialização para garantia de renda de preço mínimo ao agricultor familiar. Devido à manutenção dos preços de mercado da maioria dos produtos acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal, foram demandadas apenas algumas poucas operações.
2. Essas metas dizem respeito a famílias. No entanto, para apurar o número de famílias, o MDA precisaria ter acesso aos microdados do BCB incluindo os CPFs de cada contrato, para poder cruzar com a base de dados da DAP. Ocorre que, devido ao sigilo bancário, o MDA não tem acesso aos CPFs, e enquanto não tiver, não conseguirá calcular o número de famílias fazendo operações de crédito. E embora nos anos anteriores os dados tenham sido apresentados mantendo-se a unidade de medida "famílias", eles sempre se referiram ao número de contratos ou operações realizadas. Desse modo, agricultores e famílias que realizaram mais de um contrato no mesmo ano contaram mais de uma vez.
3. Os sistemas de gestão da informação dos agentes financeiros que operam o crédito Pronaf não permitem a agregação dos contratos pelo público definido na meta. No entanto, os dados do BCB mostram que 35% dos contratos de crédito Pronaf foram formalizados com mulheres.

Emanada das diretrizes do Plano Safra 2011/2012, a PGPM-AF passou a ser implementada pelo MDA em 2012. Esta ação possibilita o uso de instrumentos de comercialização para garantia de renda do agricultor familiar (garantindo-lhe o preço mínimo do seu produto de acordo com normas definidas em conjunto pelo MDA e Conab).

Levando em conta o histórico dos preços de mercado da maioria dos produtos da agricultura familiar e sua manutenção acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal, foram demandadas poucas operações em 2012, 2013 e 2014. Em 2015, não foi necessária a utilização deste instrumento para nenhuma cultura.

O diálogo entre os diversos atores no processo de financiamento das atividades da agricultura familiar intermediado pelo órgão responsável por este segmento da agricultura no País tem contribuído para a qualificação e aperfeiçoamento das políticas de crédito rural destinadas aos agricultores familiares.

No período 2012 a 2015, o segmento da Agricultura Familiar foi responsável por mais de 7 milhões de operações de crédito rural, sendo que, em 2015, a quantidade correspondeu a 1,7 milhão.

Nos últimos quatro anos encerrados em 2015, do total de operações de crédito rural realizados pela agricultura familiar destacam-se aquelas relacionadas ao microcrédito orientado, que busca ampliar a qualificação da atuação dos agricultores de menor porte, ao crédito de custeio, diretamente relacionados à produção de alimentos e que quando vinculadas ao custeio agrícola garantem em sua maioria a cobertura do seguro da agricultura familiar; bem como ao crédito de investimento, destinado à aquisição de equipamentos e máquinas que promovem a introdução de inovação tecnológica e, por consequência, o aumento da produtividade e da produção.

Os agricultores familiares realizaram 1,7 milhão de operações de microcrédito produtivo rural orientado entre 2012 e 2015, em conformidade com a metodologia do Plano Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Essa política ampliou a qualificação do crédito, bem como promoveu o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares menos estruturados, ao realizar financiamentos de crédito rural com agentes que orientam e acompanham a aplicação e pagamento dos recursos contratados.

Em 2015, o microcrédito produtivo orientado no âmbito da agricultura familiar respondeu por 448,7 mil operações de crédito rural. Essas

operações concentraram-se, em sua maioria, na região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, característica observada também nos três anos anteriores.

As operações de custeio efetivadas pelos agricultores familiares corresponderam a 1,9 milhão de contratos de 2012 a 2015.

Na média, a quantidade de operações de custeio para o período foi de 478,2 mil operações, sendo que em 2015 o número foi maior, alcançando 576,5 mil.

Na aquisição de equipamentos e máquinas, entre 2012 e 2015, os agricultores familiares realizaram 582,4 mil operações de crédito rural. No último ano deste período foram contratadas 93,9 mil operações.

Esses resultados refletem também a maior qualificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf que abrange o crédito rural destinado aos agricultores familiares, presente em mais de 5.400 Municípios.

Atualmente, a carteira ativa do Pronaf é de R\$ 60 bilhões, acumulando 3,45 milhões de contratos "em ser" (vigentes).

A apuração do acesso ao crédito para pessoas jurídicas da agricultura familiar foi feita mediante o número de empreendimentos da agricultura familiar habilitados para o crédito Pronaf, por meio da emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP jurídica.

O número de DAPs jurídicas evoluiu de 1.039 em 2012 para 5.278 ao final de 2015, superando a meta em 6%.

Somente em 2015, houve um incremento de 2.111 DAPs jurídicas ativas. A DAP jurídica identifica um empreendimento como sendo da agricultura familiar, habilitando-o a acessar não só o crédito Pronaf, mas também outras políticas públicas, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.

Um grande motivador para o sucesso na ampliação da emissão de DAPs jurídicas foi o interesse de cooperativas da agricultura familiar em participar dos programas de comercialização em mercados institucionais.

Nesse processo, destaca-se a exigência de que pelo menos 30% dos alimentos no âmbito do Pnae sejam adquiridos da agricultura familiar.

Já a meta de expansão da concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, não foi possível realizar sua aferição, haja vista que os sistemas de gestão da informação dos agentes financeiros que operam o crédito Pronaf não permitem a agregação dos contratos pelo público definido na meta.

No entanto, os dados do BCB mostram que 35% dos contratos de crédito Pronaf foram formalizados com mulheres.

No âmbito específico da linha de microcrédito produtivo rural, 49% dos contratos foram formalizados com mulheres.

O Seguro da Agricultura Familiar - Seaf oferece proteção contra perdas causadas por eventos climáticos adversos. É um seguro multi risco que cobre seca, chuva excessiva, geada, granizo, variação excessiva de temperatura, ventos fortes e pragas e doenças sem método de controle.

Podem ser seguradas as culturas incluídas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, que atualmente totaliza 50 culturas. O Seaf opera em todo o País juntamente com as operações de custeio agrícola do Pronaf.

Na safra 2014-2015, o Seaf amparou mais de 405 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado da ordem de R\$ 8,4 bilhões.

As principais culturas atingidas nessa safra foram o milho safrinha e o trigo, havendo a previsão de pagamentos do seguro para 30 mil agricultores, com valor total superior a R\$ 450 milhões.

Em julho de 2015, entrou em vigor um novo modelo de seguro, que tem como referência a renda auferida com a lavoura – o valor segurado é definido como 80% da receita bruta esperada, tendo alguns limites para a receita líquida segurável.

Diferentemente do modelo anterior, focado em custo de produção e valor financiado, o novo modelo oferecerá melhor cobertura para os agricultores familiares, em condições mais ajustadas à realidade das lavouras.

A meta de número de agricultores familiares aderidos ao Garantia-Safra refere-se ao ano agrícola e seu valor não é cumulativo.

O percentual da meta total realizada considerou a meta prevista e o número de adesões em 2015. Quanto ao atendimento obrigatório mínimo de 35% de mulheres rurais, as adesões ao Garantia Safra em nome de mulheres representaram 49% em 2012 e 2013, 51% em 2014 e 52% em 2015.

### Análise das Metas Qualitativas

**Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades (prazo, juros, limites de crédito e bônus) da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.**

O crédito rural do Pronaf, em constante evolução e desenvolvimento, está adequado às necessidades de prazo, juros, limites de crédito e bônus da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária. Todas as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas geradoras de renda que comprovam ter capacidade de pagamento podem solicitar o apoio creditício de uma ou mais linhas do Pronaf.

O crédito do Pronaf tem prazos de carência e de amortização que atendem diversas realidades. As taxas de juros são negativas em todas as linhas e, para as unidades familiares de menor renda e/ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que variam de 25% até 46%.

Além disso, o Seguro da Agricultura Familiar cobre o valor financiado e uma parte de renda líquida esperada. Em caso de flutuações negativas dos preços, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF cobre atualmente 50 produtos.

**Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.**

A emissão de DAP é pré condição para ampliar o acesso desses públicos referidos às políticas de apoio à agricultura familiar. O total de DAPs válidas vem aumentando progressivamente.

Os números mostrados na tabela a seguir referem-se à emissão de novas DAPs e reemissão de DAPs vencidas, para indígenas e quilombolas, em cada ano. Ao final de 2015, estavam registradas no banco de dados 48.539 DAPs ativas emitidas para indígenas e 41.238 DAPs ativas para quilombolas.

NÚMERO DE DAPS EMITIDAS POR ANO

ANO	INDÍGENA	QUILOMBOLA
2010	5.057	3.420
2011	6.377	6.340
2012	9.223	9.621
2013	13.497	13.941
2014	16.921	11.291
2015	7.736	6.377

Fonte: SAF/MDA

De igual maneira, o número total de DAPs válidas para os assentados da reforma agrária também vem aumentando.



Os números mostrados na tabela a seguir referem-se à emissão de novas DAPs e reemissão de DAPs vencidas de agricultores familiares dos grupos A e A/C, que incluem assentados da reforma agrária. Ressalta-se que ao final de 2015 havia registrado no banco de dados da SAF/MDA 198.700 DAPs ativas para assentados da reforma agrária.

#### NÚMERO DE DAPS EMITIDAS POR ANO

ANO	QUANTIDADE
2010	90.324
2011	69.947
2012	71.878
2013	86.445
2014	50.583
2015	48.433

Fonte: SAF/MDA

#### 4.4.2. Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

O Brasil é um significativo produtor e exportador de produtos agropecuários. Os aumentos na produção, além de atenderem ao abastecimento interno, cumprem importante papel na geração de emprego e de renda. Os excedentes gerados pelo setor influenciam positivamente a balança comercial brasileira.

O agronegócio continua tendo posição destacada na economia nacional, com uma participação entre 22% e 23% do PIB, conforme estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, (CEPEA/ESALQ/USP). O PIB do agronegócio em 2015 é da ordem de R\$ 1,23 trilhão.

Possui também papel de destaque nas contas externas do País. A balança comercial do agronegócio registrou, em 2015, superávit de US\$ 74,7 bilhões (exportações de US\$ 88,1 bilhões, contra importações de US\$ 13,4 bilhões).

A safra 2014/15 foi de 207,7 milhões de toneladas de grãos, indicando um crescimento de 7,3% em relação à safra de 2013/14. A produção foi recorde. Pode-se destacar o incremento da produção de arroz em 327 mil toneladas (2,7%), milho em 4,7 milhões de toneladas (5,8%) e soja em 10 milhões de toneladas (11,8%). A área plantada foi de 57,9 milhões de hectares, um crescimento em relação à safra anterior de aproximadamente 1%, destacando-se a soja com aumento de 1,9 milhão de hectares e de 376,4 mil hectares para o milho de 2ª safra.

O programa temático “Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização” tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade agropecuária por meio da implementação de instrumentos destinados a apoiar a produção, a comercialização e o abastecimento, mediante a preservação do meio ambiente e evolução dos atores que compõem o setor.

Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes aos objetivos 0618 e 0661 e aos resultados alcançados no ano de 2015.

**Objetivo 0618: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.**

O objetivo tem sido alcançado por meio de medidas de política agrícola adotadas nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária.

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 ocorreu num momento de menor crescimento econômico de ajustamento da política macroeconômica brasileira.

Esse cenário confere ao setor agropecuário o desafio de continuar contribuindo de forma relevante para a sustentabilidade econômica, social

e ambiental, com ênfase para a retomada do crescimento do País. Nesse sentido, tem-se a evidência histórica do desempenho da agricultura brasileira, inclusive no período de maior impacto da crise econômica e financeira internacional, mantendo taxas de crescimento elevadas, relativamente aos demais setores da economia.

As perspectivas para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, são favoráveis no que se refere ao crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes, sendo que as projeções para a próxima década, realizadas pelo MAPA e pela OCDE/FAO, não obstante assinalem crescimento menos acelerado que na década anterior, confirmam a pujança e dinamismo do setor agrícola. Diante dessas perspectivas, especialmente da posição de destaque da agricultura na economia, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 preserva o apoio ao setor agropecuário.

Trata-se de não comprometer a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno e geração de divisas, além da contribuição para o controle inflacionário e para a geração de energia.

Para o financiamento da agricultura empresarial na Safra 2015/16, foram disponibilizados R\$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R\$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimentos.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0618 DO PROGRAMA 2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0618	No Exercício <sup>1</sup>	273.157.203,50	3.762.139.986,51
	RPNP <sup>2</sup>	812.116.180,32	4.318.609.185,83
	Gastos Tributários		
TOTAL DO OBJETIVO		1.085.273.383,82	8.080.749.172,34

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Quando comparados os exercícios financeiros de 2014 e 2015, observam-se significativas variações nos valores liquidados, no âmbito do Objetivo 0618: “Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial”.

Com o intuito de adequar o fluxo de pagamentos à demanda crescente nos últimos anos, decorrente da ampliação do número de operações de crédito rural efetivadas e da elevação da diferença entre a taxa de juros paga pelos produtores e o custo dos recursos, a STN/MF procurou reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar em 2015.

Assim, os valores liquidados e consequentemente os pagamentos das ações orçamentárias de responsabilidade da STN/MF relativos ao Objetivo 0618 sofreram incrementos significativos, tanto na execução orçamentária do exercício como em Restos a Pagar.

Destaque especial foi dado às ações 0294: “Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário” e 0301: “Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial”, com expressivo aumento nos valores liquidados.

O mesmo ocorreu com a ação 0298: Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários”.

Já na ação 0611: “Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural” houve um desembolso relativamente menor, quando comparados os exercícios de 2014 e 2015.

Cumprir destacar que nos exercícios de 2014 e 2015 não ocorreram pagamentos relativos às ações 0297 - Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, 00PF - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias e 0373 - Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural.

## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Aumentar 107,2 p/ 140,5 o volume de crédito rural disponibilizado ao setor agropecuário	R\$ bilhão /ano	107,2 p/ 140,5 bilhões	95,4	122,6	141,7	132,4	94,2%
Aumentar de 750 mil para 830 mil, o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Contratos de crédito rural oficial /ano	750 p/ 830 mil	805.549	869.757	784.470	635.846	76,6%

Fonte: Sicor / Banco Central do Brasil

A meta de aplicação do crédito rural foi alcançada em 2013, entretanto houve um desempenho menor em 2014 e 2015. Desde a Safra 2014/2015, as taxas básicas de juros do crédito rural aumentaram em um ponto percentual para as operações de custeio, investimento e de comercialização, passando de 5,5% a.a. para 6,5% a.a., o que representa um acréscimo menor quando comparado ao da taxa básica de juros da economia, a Selic, no período de um ano.

Somando-se o aumento das taxas de juros e o fraco desempenho da economia brasileira, formou-se o cenário que levou ao desempenho da aplicação do crédito rural abaixo do esperado.

A necessária elevação das taxas de juros do crédito rural procurou preservar sua margem de preferência relativamente à taxa Selic, e ocorreu de forma seletiva, mantendo tratamento mais favorável para os programas prioritários de investimento, com destaque para os financiamentos em irrigação, construção de armazéns, inovação tecnológica e aos médios produtores rurais.

A política de crédito rural para a safra 2015/16 mantém o compromisso histórico de disponibilizar recursos em montantes e condições de financiamento que proporcionem níveis adequados de apoio ao produtor rural, contribuindo para o crescimento da produção e da renda, e para maior presença do Brasil no mercado agrícola internacional.

O número de contratos refletiu também o desempenho financeiro do crédito rural, com um desempenho abaixo do esperado. A região que apresentou o melhor desempenho foi a Região Sul, com um montante de 47,9 bilhões aplicados no crédito rural, com 279.074 contratos. O segundo melhor desempenho foi da Região Sudeste, com 36,8 bilhões aplicados e total de 182.502 contratos.

**Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.**

Responsável por 30% de toda a produção mundial, o Brasil é o maior produtor e exportador de café, o segundo maior consumidor do produto, e emprega direta e indiretamente mais de 8 milhões de trabalhadores. Com base no Censo Agropecuário 2006, do IBGE, o País possui cerca de 287 mil estabelecimentos rurais de café, em aproximadamente 1.900 Municípios, sendo que a maioria das propriedades cafeeiras é formada por pequenos produtores.

O País desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café, com geração de tecnologias que promovem sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura brasileira.

Avanços significativos estão relacionados a expressivos investimentos em pesquisas de áreas estratégicas como:

- melhoramento genético, para a geração de cultivares com alto potencial de produtividade e qualidade;
- biotecnologia e manejo de pragas; e
- técnicas e equipamentos de pós-colheita;

entre muitos outros, desenvolvidos por entidades integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), além de ações de difusão e transferência de tecnologia e de capacitação de técnicos e produtores.

A produção de café tem mantido um crescimento constante nos últimos anos, demonstrando que tratos culturais e investimentos em pesquisa,

tecnologia e inovação, maior utilização da mecanização e da irrigação, renovação constante dos cafezais, com plantio mais adensado de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a cada região, e boa gestão da atividade estão resultando em safras mais homogêneas e de melhor qualidade.

Em 2015, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção total de café (espécies arábica e conilon) foi de 43,24 milhões de sacas de 60kg, sendo 32,05 milhões da espécie arábica e 11,19 milhões de café conilon, com uma área plantada de 2,25 milhões de hectares e uma produtividade estimada de 22,49 sacas por hectare.

O cultivo majoritariamente está presente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná e Goiás, que correspondem a cerca de 98,65% da produção nacional. Outros Estados produtores responderam por 1,35% da safra: Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Em cada um desses Estados, a distribuição reflete o fato de que o desempenho da cafeicultura brasileira é influenciado pela diversidade de clima, solo, relevo, altitude, latitude e índices pluviométricos de cada região produtora, ou seja, apresenta características bastante distintas em termos quantitativos e qualitativos.

Ainda no ano de 2015, o café representou 7% das exportações do agronegócio brasileiro, ocupando a 5ª posição no ranking, com receita de US\$ 6,16 bilhões, o equivalente a 37,1 milhões de sacas de 60 kg. Os principais destinos foram os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0661 DO PROGRAMA 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0661	No Exercício <sup>1</sup>	3.088.068.434,60	3.116.838.048,04
	RPNP <sup>2</sup>	260.347.005,29	255.023.981,85
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		3.348.415.439,89	3.371.862.029,89

Vale destacar o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), gerido pelo MAPA, que dispõe de recursos próprios para serem aplicados em benefício da cafeicultura brasileira.

A operacionalização dos recursos do Funcafé quanto às linhas de crédito para financiamento da cafeicultura depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposição do Mapa, mediante Resoluções específicas que estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais com as instituições financeiras (Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, art. 6º).

Em média, o Funcafé financia, a cada safra/ano, um terço do volume de recursos aportado no crédito agrícola do setor.

Quanto à destinação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento da cafeicultura, para 2014 foi aprovado o montante de até 3,825 bilhões e em 2015 o montante de até R\$ 4,136 bilhões. Ressalta-se que Fundo dispõe de duas Unidades Orçamentárias (UO's): a UO 74901, que corresponde a 99% do orçamento total (financiamentos e equalização) e a UO 22906, que equivale a 1% (pesquisa, capacitação, promoção, outras despesas, reserva de contingência).

## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA, 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	R\$ Bilhões / ano	1,6	2,07	3,16	3,0	3,01	188,0%	SIOP
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	Beneficiários	17.000	16.478	12.638	11.662	12.870	75,7%	Instituições financeiras contratadas

### Meta: Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

No período de 2012 a 2015, a cada exercício houve aumento na aplicação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento do setor cafeeiro, sendo os valores apurados com base nas estimativas anuais de receita desse Fundo decorrentes de remuneração de depósitos bancários, venda de estoques do Funcafé, retorno de operações, juros e encargos financeiros, amortização de empréstimos/financiamentos.

Dessa forma, no período, foi liberado às instituições financeiras o montante total de R\$ 11,24 bilhões para financiamento de custeio, estocagem, financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, nas condições estabelecidas no Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural (MCR).

### Meta: Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé.

Os recursos do Funcafé destinados a linhas de crédito para financiamento do setor são aprovados por Lei Orçamentária Anual (LOA) e a contratação de agentes financeiros, que promovem as operações de crédito junto aos beneficiários, são efetivadas após publicação de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) com a alocação dos recursos entre as respectivas linhas, observando o disposto no Capítulo 9 do MCR.

Assim, no período de 2012 a 2015, por meio das linhas de crédito do Fundo, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores, atingindo 75,7% da meta estabelecida (beneficiários).

Em relação ao exercício de 2015, houve queda no número de beneficiários, pois os recursos do Funcafé, disponibilizados com base na LOA 2015, foram liberados após a publicação da Resolução nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que destinou o montante de até R\$ 4,136 bilhões em linhas de crédito.

A publicação tardia dessa Resolução incidiu na liberação dos recursos a partir da primeira quinzena de agosto, em função dos trâmites necessários para formalização dos contratos com os agentes financeiros e, na sequência, liberação de recursos aos beneficiários.

Destaca-se, ainda, que o período de contratação de algumas linhas de crédito do Fundo ultrapassa o exercício, como custeio/colheita, estocagem e capital de giro para cooperativas de produção, e a Resolução CMN nº 4.451, de 17 de dezembro de 2015, também prorrogou o período de contratação do financiamento de capital de giro para indústrias de torrefação e de café solúvel.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) realizou no ano de 2015 ações previstas no Objetivo 0661, levando em conta a disponibilidade orçamentária e financeira do Funcafé no exercício, entre as quais se destacam:

#### Financiamentos ao setor cafeeiro

No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito ao setor cafeeiro de até R\$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414/2015, para financiamento de custeio, estocagem, FAC, contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de R\$ 3.961.759.597,76, dos quais R\$

3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros.

Ressalta-se que o período de contratação de algumas linhas de crédito do Funcafé ultrapassa o exercício (31/12) como custeio/colheita, estocagem e capital de giro para cooperativas de produção.

A Resolução CMN nº 4.451, de 17 de dezembro de 2015, também prorrogou o período de contratação do financiamento de capital de giro para indústrias de torrefação e de café solúvel, conforme disposto no Capítulo 9 do MCR.

#### Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café

Em 2015, no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) foram investidos R\$ 5,5 milhões do Funcafé para execução de 92 projetos de pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por instituições integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café).

Os projetos, contratados em 2014 e com execução até 2017, incluem ações relacionadas à pesquisa cafeeira e à transferência de tecnologia em cinco focos temáticos: sustentabilidade da cafeicultura de montanha; mão de obra escassa e de alto custo; estresses bióticos e abióticos; qualidade e marketing para rentabilidade; e deficiência dos processos de transferência de tecnologia.

#### Capacitação de Técnicos

No ano de 2015, foram investidos R\$ 2 milhões do Funcafé para concessão de bolsas do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). O Programa de Bolsas, vinculado aos projetos de pesquisa e de transferência de tecnologia e respectivos planos de ação em curso do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), visa promover a formação e a capacitação de técnicos e produtores em benefício do desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, e tem como objetivos:

- possibilitar a retenção de profissionais qualificados para atuarem com café;
- apoiar o treinamento de estudantes de graduação e pós-graduação, nas universidades e instituições consorciadas; e
- ampliar a capacidade dos produtores, técnicos e pesquisadores no desenvolvimento e adoção das novas tecnologias e conhecimentos gerados.

Atende anualmente cerca de 186 bolsistas, os quais são necessários para que aproximadamente 800 técnicos do Consórcio, entre pesquisadores, professores e extensionistas, em sua grande maioria mestres e doutores, possam desenvolver seus projetos de pesquisa e planos de ação nos diversos focos temáticos do PNP&D/Café.

#### Outras ações

Em 2015, destinou-se cerca de R\$ 500 mil para a realização do 2º, 3º e 4º levantamento público da safra de café de 2015 e 1º levantamento público da safra de café de 2016, promovidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas principais regiões produtoras - Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia -, mediante pesquisas de campo, utilizando amostras representativas pré-estabelecidas de propriedades rurais com lavouras de café cadastradas, através de contato direto com produtores, para verificação junto às respectivas lavouras das estimativas de área, produção e produtividade, entre outras informações, com base na metodologia utilizada pela Companhia.

Promoveu-se, também, a venda dos estoques governamentais sob a gestão do Funcafé, por meio de repasse de R\$ 130 mil à Conab. As sacas de café estavam depositadas nas Unidades Armazenadoras localizadas nos Estados de Minas Gerais (16.488 sacas), Paraná (6.181 sacas) e São Paulo (10.750 sacas), perfazendo um total de 33.419 sacas de 60 kg, e a venda foi realizada por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) da Companhia.

Outro destaque é o Sistema Funcafé, desenvolvido em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/Mapa) para automatização da gestão dos contratos das linhas de crédito do Funcafé firmados com instituições financeiras, que se encontra em fase de testes e ajustes.

Em 2015, foi iniciado um projeto piloto do Sistema, em que nove agentes financeiros (quatro bancos e cinco cooperativas) foram selecionados para testar as seguintes funcionalidades: informações do fluxo dos recursos desde a contratação até o pagamento da remuneração do agente financeiro, incluindo os cálculos das correções monetárias pela Selic e dos juros devidos ao Fundo.

Esse Sistema também permitirá a coleta automatizada de informações das instituições financeiras, que serão utilizadas no apoio à definição de critérios de distribuição dos recursos do Funcafé.

#### 4.4.3. Programa 2018 - Biodiversidade

No Brasil, os recursos provenientes da biodiversidade constituem importante fonte de renda e geração de emprego, contribuindo para as atividades dos setores agropecuário, pesqueiro, florestal e farmacêutico. Diante dessa realidade e visando à melhoria do meio ambiente, o País vem formulando políticas públicas que consideram o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como o uso sustentável e a repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos.

Assim, ao longo das duas últimas décadas, foram propostos princípios e diretrizes para uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável, por meio de marcos legais importantes tais como:

- a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- a instituição do Programa Nacional de Biodiversidade;
- a instituição de princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade;
- a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e
- a publicação da nova lei da biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que trata do acesso ao patrimônio genético, da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios.

A nova lei representa um marco nas ações de conservação e proteção da biodiversidade brasileira e do seu potencial econômico para o desenvolvimento sustentável, em especial dos povos e comunidades tradicionais.

É oportuno salientar que o Programa Biodiversidade propõe gerar mudanças, ainda que graduais, na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção alinhadas com a conservação ambiental. O principal desafio para o programa será associar benefícios diretos da conservação da biodiversidade às populações envolvidas em ações de conservação e uso sustentável, bem como centrar esforços na maximização e garantia desses benefícios.

#### Objetivos do Programa

Os objetivos do Programa Biodiversidade buscam a manutenção da diversidade biológica, de forma a estruturar uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

**Objetivo 0506 – Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.**

O uso sustentável da biodiversidade é um dos três pilares de sustentação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No que tange ao uso sustentável da biodiversidade pelos Povos e Comunidades Tradicionais e

Agricultores Familiares, foi elaborada e publicada pelo Governo Federal a Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, que institui o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Buscando maior reconhecimento e valorização pelos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais, foi instituído em 2011 o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde). O programa Bolsa Verde concede R\$ 300 reais a cada trimestre às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias e desenvolvem atividades de conservação ambiental. Até o final de 2015, 71 mil famílias haviam recebido o benefício.

Paralelamente ao recebimento de benefícios do Programa Bolsa Verde (PBV), ações estruturantes estão em execução, tais como:

- análise dos impactos socioambientais do programa nos territórios, por meio de monitoramento amostral (fase inicial);
- implementação da Assistência Técnica Rural (Ater) voltada ao extrativismo, com incremento de 12.636 famílias nas áreas do PBV em 2015;
- investimento de R\$ 1,6 milhão para capacitação de 870 extrativistas por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), modalidade exclusiva Bolsa Verde Extrativista; e
- fortalecimento das estruturas de governança com vistas à inclusão produtiva e geração de emprego e renda em contexto de desenvolvimento sustentável.

#### Objetivo 0508 – Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Desde a publicação, em 2014, das Listas de Espécies da Flora e da Fauna Brasileiras Ameaçadas de Extinção, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem implementando mecanismos que buscam conciliar a atividade econômica com a conservação e recuperação dessas populações.

Até o ano de 2015, foram elaborados 59 Planos de Ação Nacional para recuperação e conservação das espécies ameaçadas de extinção (PANs), coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), contemplando 901 espécies das 3.286 ameaçadas.

Destaca-se que, das 3.286 espécies ameaçadas de extinção, 2.260 ocorrem em unidades de conservação (UCs), sendo que dessas, 702 estão contempladas em PANs, além de estarem inseridas em UCs.

Além das estratégias explicitadas, 66 espécies de peixes e invertebrados aquáticos contam com medidas de ordenamento pesqueiro, incluindo a moratória, que lhes confere proteção.

#### Objetivo 0509 – Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Este objetivo é desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), duas instituições vinculadas ao MMA. São desenvolvidas, por meio do referido objetivo, atividades voltadas a aprimorar instrumentos de gestão e melhorar as condições do uso da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas, por meio da prevenção e controle de espécies invasoras.

Para o controle de espécies invasoras, o MMA delineou uma proposta de Programa Nacional de Controle de Espécies Exóticas Invasoras. O programa tem como objetivo adotar ações de prevenção, detecção precoce, resposta rápida, monitoramento, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, além de prevê atividades como: a instituição de uma Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras e a elaboração de Planos de Ação Nacionais para Prevenção, Controle, Monitoramento e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras, entre outras.

No que tange à biodiversidade aquática (pesca), em 2015, foram debatidos e normatizados pelo MMA e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) critérios, padrões, normas e procedimentos para o ordenamento da atividade pesqueira, dando seguimento às diversas normatizações regulamentadas desde 2012, na área marinha e continental.

Ademais, o MMA promoveu desde 2012 até 2015, juntamente com o MPA, a criação de comitês de gestão compartilhada da pesca e foros participativos

compostos por governo e sociedade. Destaca-se, ainda, a publicação de normas que protegem espécies de maior vulnerabilidade à pesca, a exemplo, em 2015, das portarias que prorrogam as moratórias de pesca do mero (*Epinephelus itajara*) e do cherne-poveiro (*Polyprion americanus*).

Paralelamente, foi preparada a proposta de inclusão de espécies de peixes continentais no apêndice III da Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora Ameaçado de Extinção (Cites), com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.

Além disso, o Ibama definiu em 2015 os procedimentos para certificação do comércio de três espécies de tubarão, incluídas no apêndice II da Cites em 2013.

Durante o ano de 2015, foram realizadas revisões e publicações de normas legais sobre o uso sustentável da biodiversidade, tratando de temas como:

- lista de animais que podem ser criados e comercializados com a finalidade de estimação;
- proposta de padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - ex situ;
- proposta de definição das categorias de criadouros, com critérios para a autorização de empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro; e
- proposta sobre a inspeção de indústrias madeireiras (madeira nativa), sendo também publicados normativos sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e de procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.

**Objetivo 0510 – Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.**

O MMA vem trabalhando com um conjunto de programas e projetos especiais que aportam recursos para induzir seus órgãos vinculados, Ibama e ICMBio, bem como parceiros de outras esferas públicas e privadas a buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação (UCs).

Dos projetos em execução destaca-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Atualmente, o Arpa apoia a consolidação e manutenção de 114 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 59,2 milhões de hectares. As unidades recebem recursos para elaboração e implantação de seus planos de manejo, ações de proteção e capacitação, entre outros. Em 2015, foram incluídas 18 novas UCs no Programa, o que corresponde a aproximadamente sete milhões de hectares.

Destaca-se, ainda, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), que apoiou, em 2015, a capacitação dos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a publicação de manuais de gestão de unidades

de conservação. Adicionalmente, trabalha-se com a captação de recursos para fomentar as atividades de conservação. Atualmente, há duas propostas do *Global Environment Facility* – (GEF Terrestre e GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia), contemplando, prioritariamente, os biomas Caatinga, Pampa, Pantanal e a Amazônia, respectivamente.

Além disso, o MMA mantém o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), onde são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as unidades de conservação. Visando melhorar esse sistema, o ministério vem trabalhando em uma nova plataforma para apoiar também as ações de planejamento, gestão e coordenação do SNUC.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA 2018 - BIODIVERSIDADE

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0506	No Exercício <sup>1</sup>	86.851.814,78	95.269.778,78
	RPNP <sup>2</sup>	30.48.872,77	2.247.591,12
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		89.900.687,55	97.517.369,90
0508	No Exercício <sup>1</sup>	2.939.088,54	2.921.419,55
	RPNP <sup>2</sup>	610.627,66	766.864,28
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		3.549.716,20	3.688.283,83
0509	No Exercício <sup>1</sup>	5.140.878,77	1.988.772,16
	RPNP <sup>2</sup>	109.036,53	850.294,98
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		5.249.915,30	2.839.067,14
0510	No Exercício <sup>1</sup>	130.354.209,75	124.565.783,74
	RPNP <sup>2</sup>	18.538.858,57	16.518.584,56
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		148.893.068,32	141.084.368,30

Fonte: Siasi gerencial (2014) e Tesouro gerencial (2015).

Data: 08/01/2016.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Observa-se no quadro acima que somente houve uma variação significativa de execução (cerca de 54%), entre 2014 e 2015, no objetivo 0509, enquanto que para os demais objetivos a execução foi mantida no mesmo patamar.

A seguir, apresenta-se análise dos resultados alcançados nos Objetivos do Programa Biodiversidade:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0506

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas prioritizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro	espécies nativas	40 espécies nativas	0,00	0,00	34,00	49,00	122,5%	MMA/ SBF/ DCBio
Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano	filhotes de quelônios ao ano	10 milhões filhotes quelônios ano	2.369.280	4.878.441	7.008.210	8.935.702	89,35%	Ibama/ Dbflor
Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade	redes comunitárias	06 redes comunitárias	0,00	0,00	10,00	10,00	166,67%	MMA/ SBF/ DCBio
Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica	sub-bacias da região amazônica	03 sub-bacias da região amazônica	0,00	2,00	2,00	2,00	66,67%	MMA/ SBF/ Desp
Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas	Espécie de fauna silvestre nativa	05 espécies da fauna silvestre nativa	1,00	1,00	2,00	4,00	80%	Ibama/ Dbflor
Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Planos de Desenvolvimento Sustentável	06 Planos de Desenvolvimento Sustentável	-	1,00	6,00	6,00	100%	MMA/ SEDR/ DEX
Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade	projetos	200 projetos	20,00	42,00	49,00	51,00	25,5%	MMA/ SECEX/ FNMA
Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade	arranjos produtivos locais	30 arranjos produtivos locais	12,00	12,00	12,00	12,00	40%	MMA/ SEDR/ DEX
Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa	espécies subutilizadas da flora nativa	12 espécies subutilizadas da flora nativa	0,00	4,00	21,00	28,00	233,33%	MMA/ SBF/ DCBio
Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas	espécies de plantas	04 espécies de plantas cultivadas	0,00	0,00	1,00	1,00	25%	MMA/ SBF/ Dcbio
Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	cadeias de produtos da sociobiodiversidade	17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade	14,00	14,00	14,00	14,00	82,35%	MMA/ SEDR/ DEX
Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado	famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores	100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores	10.106,00	32.064,00	64.760,00	51.300,00	51,3%	MMA/ SEDR/ DEX
Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação	Unidades de conservação	44 unidades de conservação	19,00	45,00	77,00	77,00	175%	ICMBio
Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)	famílias em situação de extrema pobreza	70 mil famílias em situação de extrema pobreza	34.400,00	51.072,00	71.759,00	74.522,00	106,46%	MMA/ SEDR/ DEX

## Comentários sobre os Resultados Alcançados

**Meta: Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa “Plantas para o Futuro”, com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

Até Junho de 2015, foram compilados dados de 49 espécies, selecionadas a partir da iniciativa “Plantas para o Futuro”. Os dados serão complementados com análises laboratoriais a serem realizadas em parceria com universidades federais e institutos de pesquisa. Foi também estabelecido acordo com a Embrapa para a inclusão de hortaliças tradicionais, incluindo dados nutricionais de 20 espécies.

**Meta: Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

A temporada de postura e eclosão dos ovos de quelônios se inicia em julho e termina em fevereiro do ano seguinte, variando de acordo com o regime de chuvas. Os dados apresentados em 2012, no total de 10 milhões de filhotes, estão incorretos e são referentes a meta total.

Em 2013 ocorreu o mesmo erro. Os dados apresentados em 2014 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), no valor de 17 mil, referem-se somente aos meses de janeiro e fevereiro. Após a consolidação dos dados no final de 2014 chegou-se ao total de 2.129.769. Os dados relativos ao ano de 2015 só serão consolidados e disponibilizados após março de 2016.

Até o momento os dados obtidos apontam para 1.927.492, mas estima-se que ficarão entre dois e 2,5 milhões de filhotes. Os dados consolidados e apurados até janeiro de 2016 são de, aproximadamente, 8.935.702.

**Meta: Criar e assistir seis redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Até 2014 foram realizados cinco *Workshops* regionais intitulados “Agrobiodiversidade e Agroecologia”, para articular a elaboração/ alinhamento de projetos visando o mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm.

Também foi estabelecido um Grupo de Trabalho, no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, incluindo membros do MDA, MMA, MDS, Conab, Funai, Serviço Florestal Brasileiro, MCTI, MPA, Embrapa, CNS, Rede Cerrado, MIQCB, Rede Juçara, para rever as metas relacionadas à sociobiodiversidade e à agrobiodiversidade no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e reforçar o fortalecimento dos territórios na conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade. Foi sugerido que essa meta fosse compatibilizada com o que está previsto no Planapo.

**Meta: Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Foram concluídos os estudos em duas bacias hidrográficas (Tapajós e Juruena) e finalizada a meta. Tendo em vista divergências em relação à metodologia aplicada aos exercícios de identificação de áreas críticas nas bacias avaliadas, foi inviabilizada a escolha de uma nova bacia para estudos conjuntos entre MMA e empresa de pesquisa energética.

**Meta: Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para cinco espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Foram elaborados os seguintes planos de manejo:

- javali, normatizado pela IN nº 03/2013, e Minhocaçu, encaminhado para análise jurídica;
- realizados estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman Yacaré, Jacaré do Pantanal e Podocnemis sp. e Tartaruga da Amazônia.

Publicada a Portaria Ibama nº 15/2013 institucionalizando o Programa Quelônios da Amazônia (PQA) em substituição à Portaria nº 259/2011. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, descentraliza para os Estados a competência de regramento do uso da fauna.

Totalizando assim 4 espécies da fauna silvestre nativa com modelos de uso sustentável desenvolvidos e certificados pelo Ibama no período de cumprimento de 2012 a 2015.

**Meta: Elaborar seis planos de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais**

Contribuição na elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Coordenação da elaboração do Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe). Participação, no âmbito do Comitê Gestor (CG) da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), na elaboração da proposta de Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI).

A versão consolidada do Plano de Implementação da PNGATI está em fase de finalização e suas ações já estão previstas no PPA 2016-2019. Processo de construção de metodologia visando à elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas (PNGAT Quilombola). Construção de proposta para o Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016/2019), a ser incorporado no II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Meta: Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Os dados informados sobre projetos apoiados para o cumprimento da meta são do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fundo Nacional de Mudança do Clima (FNMC), instrumentos de fomento a projetos socioambientais do MMA. Na temática biodiversidade, foram apoiados 50 projetos, sendo 20 pelo FNMA, 20 pelo FNMC e 10 aditivados no âmbito do Programa de Projetos Demonstrativos (PDA).

Os projetos apoiados foram:

- Em 2012 - FNMA cinco projetos, três direcionados às iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral; e dois voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. O FNMC apoiou 15 projetos envolvendo a temática, gerando um total de 20 projetos em 2012;
- Em 2013, o FNMA aprovou sete projetos de conservação e manejo da biodiversidade (quatro de instituições públicas e três de Organização Não Governamentais). Já o FNMC apoiou cinco projetos. Somam-se a esses números 10 projetos de redes, aditivados no âmbito do PDA (Projetos Demonstrativos) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, em 2013 o total de projetos foi de 42.;
- Em 2014, o FNMA aprovou mais sete projetos para o apoio a Educação Ambiental na Agricultura Familiar, voltados à capacitação para a inserção de práticas de conservação, agroecologia e produção sustentável nas suas atividades; e
- Em 2015, o FNMA celebrou dois projetos relacionados à produção de sementes e mudas florestais nativas, um com o Município de Garanhuns, e outro com a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, totalizando 51 projetos apoiados.

**Meta: Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**

Essa meta tinha como objetivo contribuir para a implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Foram apoiadas 12 instituições locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativas e Associações), na busca de fortalecer Arranjos Produtivos Locais (APLs) de espécies da sociobiodiversidade. Os APLs apoiados foram os seguintes:

- pequi (Norte de Minas Gerais);
- pinhão (Paraná);
- umbu e licuri (região de Paulo Afonso - Bahia);
- piaçava (baixo Sul da Bahia);
- pequi e babaçu (região da Serra do Araripe - Ceará);
- babaçu (região do médio Mearim - Maranhão);
- buriti (Piauí);

- carnaúba (Piauí);
- castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR 163 - Pará);
- açaí e óleo de copaíba (região do baixo amazonas – Oriximiná -Pará);
- açaí (região da Ilha do Marajó - Pará); e
- piaçaba (Alto e médio Rio Negro - Amazonas).

**Meta: Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa**

Por meio dessa meta realizaram-se as seguintes ações:

- publicação do livro Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul;
- revisão dos portfólios dos diferentes grupos de plantas relacionadas à biodiversidade do Centro-Oeste;
- definição das espécies priorizadas para compor os diferentes grupos de plantas do livro da Região Norte;
- conclusão dos portfólios relativos às espécies que integram os grupos de uso priorizados para a Região Centro-Oeste (aromáticas e forrageiras);
- finalização do livro Nordeste; e
- atualização de lista de espécies priorizadas e definição dos autores de cada portfólio; e definição da estrutura do livro e competências no que tange a capítulos e portfólios.

O livro da Região Nordeste incluirá portfólios relacionados a oito grupos de espécies: alimentícias, aromáticas, fibrosas, forrageiras, madeiras, medicinais oleaginosas e ornamentais.

Foram realizadas ações de conscientização em diferentes eventos referentes as seguintes espécies: ananás, araquá, araticum, araucária, babaçu, baru, buriti, butiá, cagaita, cajá, caju do cerrado, caruru, coquinho azedo, gabioba, jabuticaba, jatobá, jenipapo, jussara, maracujá do cerrado, mangaba, murici, pequi, ora-pro-nóbis, pêra do cerrado, pitanga, taioba, umbu e uvaia.

**Meta: Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de quatro espécies de plantas cultivadas**

Realizados estudos populacionais de 10 espécies prioritárias de Manihot (M. nogueirae, M. nana, M. gabrielensis, M. kalungae, M. pusilla, M. purpureo-costata, M. oligantha, M. tomentosa, M. stricta, M. attenuata), contemplando toda a amplitude da distribuição geográfica das espécies, especificamente dentro das unidades de conservação priorizadas (Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra da Canastra e Parque Nacional da Serra do Cipó), o que indicou quais espécies silvestres do gênero Manihot estão presentes nas diferentes UCs analisadas.

**Meta: Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional**

Destaca-se o apoio à articulação e ao fortalecimento das cadeias de 14 espécies, dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, buriti,

carnaúba, pequi, piaçava, pinhão, piaçaba, castanha do brasil, andiroba, copaíba, açaí, umbu, licuri e juçara. Ressalta-se que foram contemplados 17 territórios, tendo em vista, que três cadeias foram apoiadas em dois territórios diferentes: babaçu (regiões do Mearim/MA e Araripe/CE); pequi (regiões do Norte de MG e Araripe/CE); castanha do brasil (regiões da BR 163 e Baixo Amazonas/PA).

**Meta: Promover o acesso de 100 mil famílias de povos comunidades tradicionais e agricultores ao mercado**

Os instrumentos para aferição dessa meta foram: a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio); e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em relação ao primeiro instrumento, no período de janeiro de 2012 a outubro de 2015, foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do brasil, amêndoa de babaçu, borracha, Macaúba, mangaba, pinhão e cacau nativo – 22,6 milhões de reais, viabilizando 35,7 mil acessos de famílias extrativistas.

Já em relação ao segundo instrumento, entre 2012 e 2014 foi investido 50,6 milhões de reais em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, recursos acessados por mais de 15,6 mil famílias extrativistas.

Portanto, como resultados da utilização desses instrumentos em 2015, os dois programas totalizaram o acesso por cerca de 51,3 mil famílias, com recursos investidos de mais de R\$ 73,2 milhões.

**Meta: Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Já foram realizados os levantamentos socioeconômicos e o diagnóstico produtivo das famílias das comunidades extrativistas nas 77 unidades de conservação de uso sustentável.

**Meta: Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (PBV) já foi investido cerca de R\$ 260 milhões, desde 2011, beneficiando 74.522 famílias até dezembro de 2015.

São abrangidos pelo programa, aproximadamente, 4,08% da cobertura vegetal do território nacional em 951 áreas localizadas em 69 UCs federais (26.431 famílias – 34,68%) e em 882 projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (43.761 famílias – 57,41%), além de 6.028 famílias ribeirinhas que vivem nas áreas sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (7,91%).

A concentração dos beneficiários ocorre na região norte, com 78% dos beneficiários, sendo a maior concentração nos Estados do Pará (59,09%), Amazonas (11,07%), Acre (3,2%) e Tocantins (0,069%).

A segunda região com maior número de beneficiários é a nordeste, com 16% dos beneficiários, concentrados especialmente nos Estados da Bahia (9,09%) e Maranhão (2,75%).



## NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0508

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação	%	80,00	58,80	58,80	58,80	60,00	75,00%	ICMBio
Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional Cites - <i>Convention on International Trade in Endanger Species of Wild Fauna and Flora</i>	Espécies ameaçadas de extinção	20,00	10,00	11,00	19,00	22,00	110,00%	Ibama
Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção	%	40,00	12,10	39,00	39,00	39,00	97,50%	CNCFLORA/JBRJ
Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados	%	100,00	51,00	76,57	100,00	100,00	100,00%	ICMBio
Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)	Espécies da flora (plantas vasculares)	4.722	4.616	4.617	5.233	6.113	129,46%	CNCFLORA/JBRJ
Elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção	%	100,00	44,00	48,00	66,00	51,00	51,00%	ICMBio
Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção	Espécies da flora ameaçadas de extinção	500,00	11,00	49,00	488,00	487,00	97,4%	CNCFLORA/JBRJ

### Comentários sobre os Resultados Alcançados

#### Meta: 80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação.

Com base nas informações da avaliação do estado de conservação da fauna concluída em 2014, 44% das espécies atualmente consideradas ameaçadas de extinção ocorrem em unidades de conservação (UCs) federais, subindo para 60% ao se considerar também UCs estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Vale ressaltar que novas listas foram publicadas em 2014, aumentando o número de espécies ameaçadas de extinção para 1.173, com um universo final maior do que o existente à época da definição da meta.

#### Meta: Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional Cites - *Convention on International Trade in Endanger Species of Wild Fauna and Flora*

Entre 2013 e 2015, as seguintes espécies foram avaliadas quanto a sua permanência ou mudança dos anexos da Cites:

- *Cacajao melanocephalus*;
- *Pionopsitta pileata*;
- *Saguinus martininsi*;
- *Leopardus geoffroyi*;
- *L. braccatus*; *L. pardalis*;
- *L. wiedii*;
- *Puma yagouaroundi*;
- *Cedrela odorata*;
- *Cedrela fissilis*; e
- *Cedrela lilloi*.

Os resultados desses estudos deverão ser apresentados na próxima 17ª Conferência das Partes da Cites, que deverá acontecer em 2016.

#### Meta: Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção.

Em 2015 não houve avanços, o índice da meta realizada continuou em 39%. Com relação às atividades conservação ex situ desenvolvidas no escopo do objetivo 0508, em 2014, foram identificados 26 jardins botânicos com a presença de 102 (21%) espécies da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (IN 06/2008), ou seja, esse número está desatualizado, pois a nova lista oficial é a portaria 443/2014.

A atualização deste número dependeria de uma ampla consulta aos JBs

nacionais (como feita anteriormente em relação a IN 6/2008), por isto é inviável atualizar os dados neste momento. O estudo apontou a presença de 36 (8%) espécies ameaçadas em 10 reservas de jardins botânicos, ou seja, em áreas de vegetação natural administradas por estas instituições.

Não é possível calcular de forma precisa o valor da meta, pois as variáveis podem ser consideradas de diferentes formas, e não há um sistema de informação que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condição ex situ.

#### Meta: Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados

A meta de avaliação foi concluída em novembro de 2014, atingindo-se o total de 12.254 espécies avaliadas, em 73 oficinas de trabalho, com participação de mais de 1.200 especialistas da comunidade científica. Nesse universo estão todos os vertebrados brasileiros descritos até aquela data (8.923).

Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente e subsidiaram a atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada através das Portarias MMA 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014.

Em 2015, o ICMBio se dedicou a coordenar Grupo de Trabalho e Painel independente de especialistas, estabelecidos pelas portarias do Ministério do Meio Ambiente números 445/2014 e 162/2015, que, em conjunto com o MPA, elaborou pareceres para subsidiar possíveis atualizações na lista nacional de espécies ameaçadas de peixes e invertebrados aquáticos, considerando estado de conservação das populações e informações de biologia pesqueira. Foram realizadas sete reuniões com especialistas, representantes do setor de pesca artesanal e Ministério da Pesca e Aquicultura. Todos os resultados foram encaminhados ao MMA, para tomada de decisões.

#### Meta: Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares).

Até o final de 2015 foram avaliadas 6.113 espécies da flora quanto ao risco de extinção (estado de conservação), representando um avanço de cerca de 17% em relação ao número alcançado em 2014 que já superava a meta estabelecida para o período.

#### Meta: Elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção.

Atualmente, são consideradas ameaçadas de extinção 1.173 espécies da fauna brasileira. Destaca-se que foram aprovados e publicados, por meio de portaria, três novos Planos de Ação Nacional - PANs (Manguezais, Fauna Aquática do São Francisco e Herpetofauna do Sudeste). Com isso, soma-se um total de 50 PANs, contemplando 454 espécies da fauna ameaçadas.

Outros dois PANs (Ambientes Coralíneos e Aves da Mata Atlântica) estão aprovados e aguardando publicação, além de uma revisão (Herpetofauna da Mata Atlântica Nordeste), o que elevará o número de espécies da fauna ameaçadas de extinção contempladas para 601, atingindo 51% do total atual.

Também foi elaborado um plano de ação nacional voltado para espécies impactadas por empreendimentos de infraestrutura viária – PAN Estradas, contemplando centenas de espécies de vertebrados terrestres, incluindo ameaçadas de extinção.

**Meta: Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção.**

Em 2014 foi publicado o PAN para o Faveiro de Wilson (*Dimorphandra wilsonii*) - espécie criticamente em perigo de extinção e endêmica do Cerrado de Minas Gerais. As ações do plano beneficiaram não só a espécie foco, mas também mais 28 espécies ameaçadas e 13 quase ameaçadas de extinção. Anteriormente a 2014, foram publicados pelo ICMBio os PANs

Cactaceae e Sempre-vivas, que envolvem 50 espécies ameaçadas e 41 com dados insuficientes.

Em 2014 foram considerados tanto os PANs já elaborados (com 79 espécies) e os que estavam em fase de elaboração (PAN Grão Mongol, Espinhaço Meridional e Alto Tocantins) com 409 espécies, totalizando 488 espécies. Em 2015 os planos em fase de elaboração foram finalizados e não se iniciaram novos planos. O número de espécies ameaçadas atendidas pelos PANs, portanto, permaneceu o mesmo, 488. Contudo, por uma questão de rearranjo taxonômico, uma espécie deixou de existir no PAN Grão Mongol, ficando o número final de 2015 em 487.

Os planos de ação publicados em 2015 foram: PAN Grão Mogol, contemplando 74 espécies ameaçadas de extinção; e PAN Espinhaço Meridional, contemplando 256 espécies ameaçadas de extinção.

Encontra-se em fase avançada de elaboração o PAN da Bacia do Alto Tocantins, que abriga 488 espécies ameaçadas de extinção. Esse plano será publicado em 2016.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0509**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras	Unidades de Conservação Federais	30,00	25,00	33,00	38,00	38,00	126,67%	ICMBio
Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco	Espécies sinantrópicas	10,00	0	0	0	0	0,0%	Ibama

**Comentários sobre os Resultados Alcançados**

**Meta: Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras.**

A meta foi ultrapassada em função da variedade de ações realizadas pelas unidades de conservação e pelos centros de pesquisa, em articulação com redes de parceiros com financiamentos variados.

Há registro de 38 unidades com ações planejadas ou em curso de controle de espécies exóticas. Observam-se desde unidades com planos prontos para execução até unidades com programas de manejo bem estabelecidos. Como referência, foram levantadas 125 UCs federais com espécies exóticas invasoras, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Espécies

Exóticas Invasoras em UCs Federais do Brasil, de Alexandre Sampaio e Isabel Schmidt, publicado na revista Biobrasil vol.3, nº2 em 2013).

Segue a listagem das unidades com ações desenvolvidas: Apa Fernando de Noronha, Parna Marinho de Fernando de Noronha, Apa Petrópolis, Apa Ibirapuitã, Esec Seridó, Esec Tupinambás, Flona de Bom Futuro, Flona de Canela, Flona de Capão Bonito, Flona de Chapecó, Flona de Ibirama, Flona de Irati, Flona de Jamari, Flona de Passo Fundo, Flona de Pirai do Sul, Flona do Açungui, Flona de Carajás, Parna Brasília, Parna Chapada Diamantina, Parna Chapada dos Veadeiros, Parna da Tijuca, Parna das Araucárias, Parna de Emas, Parna Itatiaia, Apa Serra da Mantiqueira, Parna Lagoa do Peixe, Parna Serra da Bodoquena, Parna Serra do Cipó, Parna Serra do Itajaí, Parna Serra dos Órgãos, Parna Serra Geral/ Aparados da Serra, Rebio Arvoredo, Rebio Contagem, Rebio Guaporé, Rebio Guaribas, Rebio Lago Piratuba, Rebio Saltinho e Resex do Rio Cajari.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0510

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	11,00	0,00	2,00	3,00	3,00	27,27%	ICMBio
Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40,00	6,00	11,00	24,00	34,00	85,00%	ICMBio
Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais	Contratos	20,00	3,00	4,00	7,00	9,00	45,00%	ICMBio/ SPU/MP/ Inbra
Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar	Sítios de zonas úmidas	5,00	1,00	1,00	1,00	2,00	40,00%	GBA/SBF/ MMA
Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público	Unidades de Conservação Federais	30,00	17,00	22,00	24,00	27,00	90,00%	ICMBio
Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais	Projetos de pesquisa de manejo	90,00	49,00	119,00	149,00	149,00	165,56%	ICMBio
Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	20,00	0,00	5,00	5,00	5,00	25,00%	ICMBio
Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação	Unidades de Conservação Federais	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	DCBio/SBF/MMA
Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais	Unidades de Conservação Federais	40,00	4,00	4,00	6,00	6,00	15,00%	ICMBio
Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Hectares	10.000.000	139.574	1.432.715	3.700.000	3.766.800	37,67%	DAP/SBF/ MMA
Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	131,00	64,00	72,00	83,00	90,00	68,70%	ICMBio
Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica	Planos de Manejo	58,00	11,00	38,00	65,00	82,00	141,38%	ICMBio
Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas	Unidades de Conservação Federais regularizadas	10,00	5,00	7,00	18,00	23,00	230,00%	ICMBio
Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio	Hectares	200.000	16.400	27.133	31.090,77	35.634,65	17,82%	ICMBio
Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40,00	3,00	22,00	22,00	35,00	87,5%	ICMBio

## Comentários sobre os Resultados Alcançados

### Meta: Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade passou a contar com 14 centros de pesquisa após a publicação da Portaria nº16 de 2/3/2015. Destes, três foram adequados: Cepam (construção de nova sede); CMA (construção de um tanque); e CPB (reforma da sede). Com recursos do projeto Áreas Protegidas Marinhas (Gef-Mar) prevê-se a reforma de algumas das estruturas em 2016, especialmente partes do Cepnor, Cepsul, Cepene e Tamar.

### Meta: Avaliar o estado de conservação em 40 unidades de conservação federais.

Essa meta trata do monitoramento *in situ* da biodiversidade por meio de um conjunto mínimo de variáveis que permitam a análise da efetividade das unidades de conservação, ao qual são agregadas outras variáveis. O monitoramento da gestão e o monitoramento remoto são feitos para o conjunto das 320 UCs federais.

Em relação ao monitoramento *in situ* tem-se, atualmente, além das iniciativas pontuais nas unidades, o monitoramento coordenado em cinco UCs marinhas com o protocolo Reef Check (Reserva Extrativista Corumbau; Parques Nacionais Fernando de Noronha e Abrolhos; Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais; e Reserva Biológica Atol das Rocas). O segundo ano do monitoramento ocorreu em três UCs da Caatinga (Estação Ecológica Raso da Catarina; Parque Nacional Serra da Capivara; e Floresta Nacional Contendas do Sincorá).

Foram avaliadas 34 unidades de conservação: Reserva Extrativista Corumbau; Parque Nacional Fernando de Noronha; Parque Nacional Abrolhos; Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais; Reserva Biológica Atol das Rocas; Estação Ecológica Raso da Catarina; Parque Nacional Serra da Capivara; Floresta Nacional Contendas do Sincorá; Parque Nacional de Brasília; Parque Nacional Chapada dos Veadeiros; Parque Nacional Chapada dos Guimarães; Parque Nacional Serra do Cipó; Parque Nacional Serra do Bodoquena; Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins; Parque Nacional Serra dos Órgãos; Parque Nacional Superagui; Parque Nacional Iguaçu; Parque Nacional Serra da Bocaina; Reserva Biológica de Una; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Parque Nacional Jaú; Parque Nacional Cabo Orange; Parque Nacional Juruena; Parque Nacional Serra do Pardo; Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema; Reserva Extrativista Tapajós-Arapixins; Reserva Extrativista Unini; Reserva Extrativista Arapixi; Floresta Nacional Jamari; Reserva Biológica Uatumã; Reserva Biológica Gurupi; Reserva Biológica Jarú; Reserva Biológica Tapirapé; e Estação Ecológica da Terra do Meio.

### Meta: Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.

Foram celebrados nove Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as associações das seguintes unidades de conservação: Resex Auati-Paraná; Resex Baixo Juruá; Resex Rio Jutai; Resex Médio Purus; Resex Médio Juruá; Resex Rio Unini; Resex Corumbau; Resex Canavieiras; e Floresta Nacional do Pau Rosa.

### Meta: Designar cinco sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar.

Em abril de 2015, foi finalizada a documentação para quatro novas candidaturas a Sítios Ramsar e, em maio de 2015, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) as aprovou. Elas correspondem às seguintes unidades de conservação: APA de Cananéia-Iguape e Peruíbe; Esec de Guaraqueçaba; APA Carste de Lagoa Santa; e Parna de Anavilhanas. Em dezembro de 2015, a convenção designou o novo Sítio Ramsar Rebio Atol das Rocas.

### Meta: Estruturar 30 unidades de conservação federais para visitação e uso público.

No período de 2012-2013 foram estruturadas 22 UCs, em 2014 acrescentaram-se duas e em 2015 foram incluídas três, totalizando 27 unidades de conservação estruturadas. Houve também aprimoramento na infraestrutura e nos serviços oferecidos pelas unidades de conservação consideradas já estruturadas.

No âmbito do ICMBio, a execução das ações necessárias à estruturação das UCs poderá ser aprimorada por meio da definição de fluxos administrativos, aporte de pessoal especializado nas áreas de arquitetura e engenharia e capacitação de servidores em geral, no sentido de proporcionar maior fluidez e agilidade, especialmente na preparação de editais e elaboração e aprovação de projetos construtivos, refletindo no aprimoramento e efetividade da execução das obras.

### Meta: Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em unidades de conservação federais.

O fomento a projetos de pesquisa para o manejo de unidades de conservação e da biodiversidade tem se dado, principalmente, por meio da seguinte forma:

- Chamadas Internas de Projetos, lançadas todos os anos. Os projetos, propostos por servidores do ICMBio, são submetidos a um processo seletivo. Desde 2012, foram financiados 133 projetos no âmbito das Chamadas Internas.
- Termos de cooperação por meio dos quais o ICMBio transfere recursos de compensação ambiental a uma instituição federal de fomento à pesquisa. Até o momento, essa modalidade de fomento ocorreu uma única vez, entre 2012 e 2013, em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Essa parceria permitiu a execução de 16 projetos.

Considerando as duas formas de apoio, temos o total de 149 projetos de pesquisa apoiados pelo ICMBio.

### Meta: Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 unidades de conservação federais.

Em 2013, quatro unidades de conservação federais (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Itatiaia, Viruá e Floresta Nacional de Açungui) tiveram suas estruturas de pesquisa aprimoradas ou reformadas com recursos orçamentários ou recursos provenientes da compensação ambiental. Para melhorar a estrutura de pesquisa na Amazônia estão sendo propostas bases compartilhadas de pesquisa e proteção, com recursos do Fundo Amazônia. São quatro melhorias ao todo no biênio, além de uma nova base flutuante no Parque Nacional Juruena, inaugurada em 2013, totalizando, assim, cinco unidades de conservação implementadas.

### Meta: Implantar reservas genéticas para a conservação *in situ* de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em quatro unidades de conservação.

Em 2014, iniciou-se um levantamento populacional em campo de 10 espécies prioritizadas de Manihot (*M. nogueirae*, *M. nana*, *M. gabrielensis*, *M. kalungae*, *M. pusilla*, *M. purpureo-costata*, *M. oligantha*, *M. tomentosa*, *M. stricta*, *M. attenuata*) em quatro Unidades de Conservação do Cerrado, quais sejam: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra.

Em 2015, os resultados desse levantamento populacional foram apresentados e discutidos. Foram feitas recomendações técnicas de ações voltadas para a conservação das espécies de parentes silvestres do gênero Manihot em UCs do Cerrado, visando identificar os melhores instrumentos para a conservação desse patrimônio genético.

### Meta: Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 unidades de conservação federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais.

Em 2012, foram implementados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 unidades de conservação federais: ESEC Serra Geral do Tocantins, PN Cabo Orange, Rebio Serra Negra e PN Monte Pascoal.

Ainda em 2012 foi renovado o instrumento de gestão para o PN Araguaia e editada da IN 26/12, que estabelece orientação sobre a elaboração dos termos de compromisso e a realização de curso de capacitação dos gestores sobre a implementação da Instrução Normativa.

Em 2014, foram atendidas 2 UC com termos de compromissos celebrados: PN do Jaú e de Juruena.

Em 2015, não foi realizada a assinatura de novos termos de compromissos

com comunidades tradicionais ou estabelecidos outros instrumentos formais de gestão de conflitos territoriais. No entanto, dois termos de compromisso tiveram os procedimentos técnicos concluídos (Esec Terra do Meio e PN Serra do Pardo), com perspectiva de formalização no início de 2016.

**Meta: Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.**

Essa meta vem sendo alcançada com operação em duas frentes: a criação de unidades de conservação e o reconhecimento e cadastramento de novas UCs pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). A primeira atividade recebe apoio financeiro do MMA via projetos de cooperação.

Quanto ao cadastro, atualmente, o CNUC encontra-se em revisão. Sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de UCs estaduais e municipais.

Em 2011 havia 151,4 milhões de hectares de UC reconhecidos.

Em 2012 foram incorporados mais 1,4 milhões de hectares.

Em 2013 mais 0,2 milhão e em 2014 mais de 2,1 milhões, atingindo área superior a 155 milhões de hectares, totalizando 1.953 UCs em novembro de 2015, com área abrangida de aproximadamente 1.551.322 km<sup>2</sup> do território brasileiro, ou seja, 17,7% do território continental, e 1,5% do território marinho, tendo incremento em 2015 de 66.000ha aproximadamente.

**Meta: Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.**

Foram instituídos 28 conselhos em 2012, oito em 2013, 11 em 2014 e sete em 2015, totalizando 54 conselhos gestores instituídos no período 2012-2015. Somados aos 36 de 2011, chega-se ao total de 90 unidades de conservação com conselhos gestores instituídos nesse período.

O cenário atual é de 84,4% das unidades de conservação com conselhos gestores criados, o que representa numericamente 270 conselhos no universo das 320 unidades de conservação federais.

**Meta: Publicar 58 planos de manejo para unidades de conservação federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica.**

Os resultados acumulados de 2012, 2013, 2014 e 2015 (total de 82 planos publicados) indicam que a meta foi alcançada ainda em 2014. No entanto, quando se trata da meta por bioma, ainda há que ser alcançada a meta de elaboração de mais 17 planos de manejo no bioma Amazônia.

**Meta: Regularizar 10 unidades de conservação federais com concessão de direito real de uso de terras públicas.**

O procedimento de transferência destas áreas da União para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº 436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente - MMA, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União - SPU seu repasse ao MMA mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas ao ICMBio, possibilitando desta feita a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Entre 2012 e 2015, 21 unidades de conservação receberam direito real de uso (CDRU) no bioma Amazônia e duas no bioma Mata Atlântica, totalizando 23 UCs atendidas por CDRU.

Além disso, foram repassadas da União para o ICMBio cinco UCs, totalizando 627 mil hectares regularizados em 2015.

**Meta: Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de unidades de conservação federais ao patrimônio do ICMBio.**

Para superar a baixa capacidade operacional, foi formalizada em 2015 a contratação de serviços especializados para a produção das peças técnicas necessárias à instrução dos processos de desapropriação e doação por compensação de reserva legal de imóveis, localizados em unidades de

conservação federais. Foram adquiridos ou recebidos em doação por compensação de reserva legal 4.543,89 hectares de terra em 14 UCs.

Entre 2012 e 2015 foram regularizados 35.634,65 hectares por indenização ou doação por compensação de reserva legal.

**Meta: Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 unidades de conservação federais.**

Houve um avanço considerável nesta ação nos 2 primeiros anos de execução. Em 2012, foram demarcadas 3 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia, financiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud.

Em 2013 foram demarcadas 12 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia e uma no Cerrado com recursos de doação do Governo da Noruega/Pnud. Em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram demarcadas 4 Unidades de Conservação na Amazônia; com recursos do Governo do Piauí foi atendida 1 Unidade de Conservação no Cerrado; e com recursos de compensação ambiental foi demarcada 1 Unidade de Conservação no Bioma Mata Atlântica.

Os recursos para essa atividade foram basicamente oriundos de doações ou recursos de compensações ambientais vinculados a unidades específicas, por isso não foi possível ampliar o atendimento em 2014, mas em 2015 iniciou-se a demarcação de 13 unidades: 10 com recursos de doação do KFW (banco de desenvolvimento do governo alemão), 1 com recurso de compensação ambiental, 1 com recurso de precatório e 1 com recurso do ARPA, sendo esta última demarcação parcial.

**Análise das Metas Qualitativas**

**Objetivo 0506 - Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de povos e comunidades tradicionais.**

O portal Ypadé é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. O portal será apresentado, incluindo os conteúdos e ferramentas existentes, além de casos de sucesso no uso e gestão de portais de internet pela sociedade civil organizada. Atualmente o Portal está em fase de finalização e já pode ser acessado no endereço: <http://portalyfade.mma.gov.br/>.

**Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ.**

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, a exemplo dos acordos logrados pelos países: 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura; e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Apesar desses avanços, deve-se reconhecer que a conservação dos recursos genéticos no Brasil, um dos principais países de megadiversidade, ainda está longe da situação ideal. Faltam, por exemplo, inventários das instituições envolvidas na conservação in situ, on farm e ex situ de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos); representatividade das coleções (local, regional ou nacional); infraestrutura existente em cada coleção; nível de uso e intercâmbio de recursos genéticos, bem como informações sobre as necessidades e as medidas necessárias para a melhor manutenção de cada coleção, tanto a curto quanto a médio e longo prazos.

O MMA desenvolve esforços para que o País consiga avançar com um inventário dessa natureza, com ênfase para as espécies da agrobiodiversidade, de modo a permitir comparações entre as coleções e as regiões. Nesse sentido, está sendo avaliado um termo de cooperação entre o MMA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

**Objetivo 0509 - Regularizar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas.**

Desde 2012 até 2015 foram avaliadas e publicadas diversas normas de ordenamento e uso sustentável de recursos pesqueiros, editadas conjuntamente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além dessas normas, regras de uso de recursos

pesqueiros em unidades de conservação federais foram editadas pelo ICMBio, e regras de controle e fiscalização foram editadas pelo Ibama.

Ademais, um conjunto significativo de normas necessárias à estruturação do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros foi editado nesse período, principalmente em 2015 quando foram criados sete novos comitês de gestão permanentes de recursos pesqueiros (CPG). A criação desses comitês permite a discussão das regras de ordenamento entre governo e sociedade.

Também se destacam, nesse período, normas que conferem maior controle sobre espécies sobre-explotadas e normas para a proteção de espécies ameaçadas de extinção ou de maior vulnerabilidade, tais como a proibição ou moratória da pesca e da comercialização dessas espécies ou, ainda, a regulamentação de medidas que diminuam a captura incidental ou direcionada.

#### Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre.

No ano de 2014 foram elaboradas seis normas de gestão ex situ:

- Proposta de atualização da lista das espécies que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação prevista na Resolução Conama nº 394/2007 (estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação);
- Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada;
- Proposta de Resolução Conama sobre os empreendimentos de fauna;
- Proposta de Resolução Conama relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro;
- Proposta de revisão da Instrução Normativa nº 169/2008; e
- Portaria Plano de Ação Nacional/Programa Quelônios da Amazônia (PAN/PQA).

Destaca-se a publicação da Instrução Normativa nº 07/2015, que institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro e define, no âmbito do Ibama, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.

Essa IN apresentou procedimentos de análise dos processos que ficaram a cargo do Ibama no contexto da Lei Complementar nº 140/2011.

Também foram submetidas ao Conama três propostas de resolução relacionadas ao uso da fauna (marcação e transporte, critérios para autorização de empreendimentos e proposta de lista relacionada à Resolução Conama 394/2007), além de ter sido publicada a Portaria Conjunta nº 1/2015, instituindo o Plano de Ação Nacional de Conservação dos Quelônios Amazônicos. Revogada a IN nº 169/2008.

#### Objetivo 0510 - Atualizar o mapa de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha.

Em 2015 foi elaborada uma proposta de atualização da norma para o estabelecimento das áreas prioritárias, de modo que as atualizações ocorram em um período inferior a 10 anos, bem como outras adequações.

O resultado do processo de revisão das áreas e ações prioritárias deverá ser objeto de apresentação à Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) em 2016. Após a apreciação desse colegiado, será publicada portaria oficializando as novas áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica brasileira.

Houve a continuidade das negociações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para a criação de uma ferramenta digital que possibilite aos tomadores de decisão o acesso mais ágil e amigável aos resultados dos processos das áreas e ações prioritárias, que serão abrigados em bancos de dados para uso permanente.

#### Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem implementando o Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do

Brasil (Reef Check Brasil) nas UCs federais, além de ter iniciado a elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN Corais) em 2014. Esse plano de ação ainda não foi publicado em função da suspensão da Portaria MMA nº 445/2014, relativa às espécies marinhas ameaçadas. Ambas as ações são subsídios para a elaboração do Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral.

#### Realizar um inventário do patrimônio espeleológico nacional com revisões anuais

Para atender o proposto no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem-se dando continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, que inclui expedições para inventariar cavidades naturais subterrâneas.

Esses dados são sistematizados por meio do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE), lançado em 2013. Foram inventariadas 389 cavidades em 2012, 287 em 2013, 243 em 2014 e 567 em 2015. Dessa forma, tem-se o total de 1.486 cavernas inventariadas no período.

#### 4.4.4. Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

A instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e, principalmente, a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) deram novo impulso à gestão descentralizada das águas, que deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Nesse sentido, destaca-se a abrangência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e seu cunho eminentemente estratégico, pois, além de subsidiar ações voltadas à implementação do SINGREH, também subsidia linhas temáticas e diretivas que se articulam com o Plano Plurianual (PPA), buscando a coordenação e a convergência de ações de governo em temas relevantes para a gestão dos recursos hídricos.

Entre essas ações de governo, ressalta-se a criação do Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, com o objetivo de auxiliar iniciativas voltadas à implementação do SINGREH, recuperar, conservar e preservar os recursos naturais das bacias hidrográficas, visando à revitalização e ao desenvolvimento sustentáveis das regiões hidrográficas brasileiras.

O Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos possui cinco objetivos em seu escopo sob a responsabilidade do MMA. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes apenas ao Objetivo 0650, tais como a descrição e os principais resultados alcançados em 2015.

#### Objetivo: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

No período de 2012-2015 foram observados relevantes avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos no País, merecendo destaque o incremento na regularização de usuários outorgados, os ganhos de eficiência obtidos nas atividades de fiscalização, a consolidação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em quatro comitês de bacias interestaduais, o desenvolvimento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, a instalação de salas de situação estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB) e a modernização da rede hidrometeorológica.

Visando tornar mais fácil e ágil a regularização dos usos de recursos hídricos de domínio da União, a área de regulação aprimora constantemente o processo de análise e emissão de outorgas, o que possibilitou atender o aumento da demanda que ocorreu nos últimos anos. Paralelamente, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos (Regla), uma nova ferramenta para tornar mais ágil a solicitação e a emissão de outorgas.

A fiscalização de uso dos recursos hídricos atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização.

Em 2015 foram realizadas 57 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos.

Em virtude da crise hídrica que a região semiárida vem sofrendo desde

2013, fato que se agravou consideravelmente em 2015, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu (RN/PB), a ANA intensificou ainda mais as ações conjuntas de fiscalização com os órgãos estaduais de recursos hídricos do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

No período 2012-2015 também ocorreu intensa escassez hídrica no Seminário e na Região Sudeste.

O principal desafio enfrentado foi conciliar a disparidade entre as duas principais regiões afetadas, tendo em vista que cada uma apresenta conflitos peculiares pelo uso da água.

Dessa forma, buscou-se compatibilizar os diversos usos em situação de escassez, priorizando o abastecimento público e a dessedentação animal. Para proporcionar maior eficiência às atividades de fiscalização foram utilizados recursos técnicos-científicos, tais como: aquisição de imagens de satélite, cadastramento georreferenciado, mapeamento de áreas agrícolas, além da utilização de sobrevoos para identificação mais eficaz de usuários irregulares.

Em 2015, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 60 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia

O Atlas de Vulnerabilidade, já concluído, reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos).

As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais, instaladas e em operação, integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.

O SNISB, que é outra relevante ferramenta tanto para a gestão, quanto para a regulação dos recursos hídricos, foi criado pela Lei nº 12.334/2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A Lei estabelece que o SNISB deve conter um registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional e deve incluir um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, contemplando barragens em construção, em operação e desativadas para diferentes usos e sem qualquer restrição em termos de altura ou capacidade total do reservatório. O sistema deverá abranger todas as barragens, independentemente de estarem enquadradas na Lei.

A ANA, como entidade outorgante do direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, inclusive para a finalidade de acumulação de água (exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico), fica responsável por fiscalizar a segurança das barragens existentes em cursos d'água sob sua jurisdição e por manter o cadastro atualizado dessas barragens, com identificação dos empreendedores, para fins de incorporação ao SNISB.

Por fim, destaca-se a modernização de 1.096 estações hidrometeorológicas no período, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), que é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0650 DO PROGRAMA 2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0650	No Exercício <sup>1</sup>	153.142.676,90	173.868.028,49
	RPNP <sup>2</sup>	70.413.835,81	83.524.316,73
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		223.556.512,71	257.392.345,22

Fonte: Siafi gerencial (2014) e Tesouro gerencial (2015).

Data: 25/01/2016.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0650

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados	Usuários regularizados	10.700	10.341	12.082	14.287	16.097	150,4%
Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)	Bacias hidrográficas	3	2	3	3	3	100%
Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros	Atlas elaborado	1	0	0	1	1	100%
Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens	Sistema estruturado	1	0	0	0	1	100%
Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico	Sistema implantado	27	-	23	25	27	100%
Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional	Estações modernizadas	990	373	706	997	1096	110,7%

Fonte: ANA

A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável pela coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN com cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações hidrometeorológicas, investindo na sua modernização tecnológica da estrutura operacional.

Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

#### Comentários sobre os Resultados Alcançados

**Meta: Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados.**

Em 2015 foi feita correção da linha de base da meta, pois em 2011 o número de usuários regularizados era de 9.338, e não de 7.643. Entre 2012 e 2015

foram regularizados 6.759 usuários (1.003 em 2012, 1.741 em 2013, 2.205 em 2014 e 1.810 em 2015) o que perfaz o universo de 16.097 usuários regularizados pela Agência Nacional de Águas entre 2001 e 2015. Os pedidos de regularização cresceram espontaneamente no último período. A média anual de pedidos atuados entre 2008 e 2011 foi de 572, enquanto no período de 2012-2015 foi de 977.

**Meta: Dotar três bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de sete bacias).**

A meta foi inicialmente proposta para as bacias dos rios Paranaíba, Verde Grande e Grande. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi aprovado pelo comitê em 2013 e os termos de referência para a contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Grande foram concluídos em 2015, com a participação do respectivo comitê. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande já havia sido aprovado pelo comitê em 2011.

Em 2014 foi instituído grupo de trabalho para elaborar proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e em 2015, o referido grupo de trabalho finalizou as discussões sobre a cobrança.

Em 2012 foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de Bacia do Verde Grande na implementação da cobrança. O referido Comitê decidiu pela implementação do instrumento em 2014 e em 2015 encaminhou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH-BA) e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) proposta de mecanismos e valores de cobrança para a bacia.

Embora ainda esteja em andamento o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, houve avanço nos demais instrumentos. Cabe lembrar que outras quatro bacias hidrográficas interestaduais, Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundiá, São Francisco e Doce implementaram a cobrança pelo uso de recursos hídricos em períodos anteriores a 2012 e já tem instituídos todos os instrumentos.

**Meta: Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros.**

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada em 2014 e foram disponibilizados os mapas de todos os Estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download na página da ANA na internet ([www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)).

**Meta: Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens.**

A estrutura do SNISB foi definida em 2014/2015 no âmbito do contrato entre o Banco Mundial e a ANA e será composta pelos seguintes módulos: Cadastro; Classificação; Plano de Segurança da Barragem (PSB); Relatório de Segurança de Barragem (RSB); Eventos Adversos; Entidades Fiscalizadoras; Registros Pendentes; Documentação; Consultas; e Administração. Em 2015 foi iniciado seu desenvolvimento pelos módulos de Administração, Entidades Fiscalizadoras, Cadastro e Registros Pendentes. Ao finalizar a primeira etapa de implementação do SNISB, a ANA irá fazer a carga inicial do sistema com as informações fornecidas pelas Entidades Fiscalizadoras das barragens.

**Meta: Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico.**

Foram instaladas, por meio de acordos de cooperação técnica entre a ANA e os órgãos gestores estaduais, e se encontram em operação 27 Salas de Situação Estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos. As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação foram implantadas nos Estados por meio de acordos de cooperação técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Essa meta foi criada em 2013.

**Meta: Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional.**

A ANA é responsável pela coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) com cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações hidrometeorológicas, investindo na modernização tecnológica da estrutura operacional. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

#### 4.4.5. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

##### Promoção da Inovação

O desafio de internalizar, incrementar e desenvolver ambientes propícios à inovação continua a exigir esforços do governo, e o Ministério Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vem atuando neste sentido com a continuidade de políticas, programas e ações específicas para este fim. Inovação é um processo permanente e dinâmico que exige cada vez mais C&T.

O ano de 2015 marcou o início da operação efetiva da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii com o credenciamento de 13 Unidades, nas quais apoia diretamente a inovação tecnológica por meio da formação de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e empresas. As unidades credenciadas já apresentam resultados positivos em algumas áreas específicas de sua competência, focadas em estratégias para o desenvolvimento da inovação na indústria.

Neste primeiro ano de operação foram contratados 32 projetos, todos na fase pré-competitiva, desenvolvendo protótipos de produtos e solucionando lacunas tecnológicas para o lançamento de novos produtos ou processos.

Outra atividade de grande relevância foi o credenciamento de cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, como Polos de Inovação (Polos Embrapii IF). Destes, quatro foram enquadrados no modelo Polos Embrapii IF em estruturação (IFES, IFBA, IFMG, IFFluminense) e uma instituição foi enquadrada como Polo Embrapii IF consolidado (IFCE).

As áreas de atuação das unidades da Embrapii são:

- software e automação;
- sistemas inteligentes;
- processamento de biomassa; engenharia submarina;
- comunicações ópticas;
- tecnologia química industrial; materiais de alto desempenho;
- manufatura aeronáutica;
- eletrônica embarcada;
- tecnologia de dutos e tecnologia em refrigeração; e
- manufaturas integradas e polímeros.

A Unidade de Biomassa foi instalada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Organização Social ligada ao MCTI, onde está sendo desenvolvido o Projeto Sirius.

Entre as diversas iniciativas do MCTI para promoção da inovação, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) constitui um dos principais instrumentos de integração das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

No âmbito do Sibratec, composto atualmente por 29 redes operacionais de inovação, de serviços e de extensão tecnológica, foram contratados, desde a sua criação, mais de 33 projetos cooperativos de empresas com ICT, com valor aproximado de R\$ 63,7 milhões, projetos de serviços na ordem de mais de R\$ 2,2 milhões, de ensaios e calibração de produtos para mais de 460 mil empresas e projetos das Redes de Extensão que atenderam mais de 2,2 mil MPME.

Em 2015, o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano) foi incluído em duas Redes de Centros de Inovação em parceria com o Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNano), com temas relacionados a nanodispositivos e nanosensores; nanomateriais e nanocompósitos. Cada rede conta com R\$ 12 milhões em recursos para o fomento de projetos de P&D.

Um exemplo relevante do modelo do Sibratec é a colaboração com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI Renato Archer, que atua nos três componentes do Sibratec: Extensão Tecnológica, Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação.

O CTI Renato Archer coordena a Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (Rede PDE), participa da Rede Paulista de Extensão Tecnológica e da Rede de Tecnologia da Informação de Serviços Tecnológicos e opera na adequação de processos de manufatura de produtos eletrônicos às diretivas RoHS<sup>7</sup> para viabilizar a comercialização dos produtos brasileiros na Comunidade Europeia.

Os vultosos investimentos globais em nanotecnologias demonstram o quão promissoras essas novas tecnologias deverão ser para o desenvolvimento da economia mundial, inclusive contribuindo para a recuperação e crescimento da economia do País.

Em 2015, foram criadas duas novas Redes de Inovação em Nanotecnologia no âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), uma relacionada a nanopartículas e nanocompósitos e outra a nanodispositivos e nanosensores,

<sup>7</sup> RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances, Restrição de Certas Substâncias Perigosas) é uma diretiva europeia que proíbe que certas substâncias perigosas sejam usadas em processos de fabricação de produtos, tais como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).



tendo como protagonistas 24 dos 26 laboratórios integrantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO).

O MCTI atua, também, a nível mundial influenciando e contribuindo para a regulação da nanotecnologia, por meio do projeto NANoREG.

O Plano Inova Empresa, lançado em 2013 com a participação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 12 ministérios e de agências reguladoras, objetiva estimular a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento econômico do Brasil. Até o momento, foram contratados aproximadamente R\$ 16 bilhões, por meio da Finep.

Cerca de R\$ 1,7 bilhão encontra-se em processo de análise ou de contratação e mais de R\$ 7 bilhões já foram desembolsados nas modalidades de apoio ao crédito, subvenção e apoio não reembolsável para ICT.

Destacam-se ainda como resultado em 2015, o lançamento do edital de seleção pública conjunta BNDES/Finep e o Plano conjunto BNDES/Finep para apoio ao desenvolvimento e inovação da indústria química – PADIQ. O edital compreenderá a destinação de R\$ 2,2 bilhões de recursos, sendo R\$ 1,1 bilhão aportado pela Finep.

O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) contribui para o fomento à indústria de software e serviços de tecnologia da informação no Brasil.

Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior no ano de 2015, destaca-se o Programa Start-Up Brasil que objetiva selecionar as melhores e mais inovadoras startups do Brasil e do mundo, que utilizam como base uma solução de software, hardware e/ou serviços de Tecnologia da Informação e criar cases de sucesso, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade do Brasil.

Durante os quase três anos de realização, o programa recebeu 2,8 mil inscrições para quatro turmas, sendo que 183 empresas provenientes de 17 Estados da federação e de 13 países foram apoiadas com até R\$ 200 mil em bolsas do CNPq. Os resultados provenientes das duas primeiras turmas de Startups selecionadas receberam investimentos externos relativos a R\$ 45,5 milhões, o que equivale a 2,6 vezes o valor investido pelo governo.

Outra iniciativa no âmbito do TI Maior foi o Programa Brasil Mais TI, que fornece formação gratuita de mão de obra especializada por meio de plataforma tecnológica e disponibiliza 1,5 mil horas distribuídas em 30 cursos de capacitação. Há nessa plataforma 188 mil estudantes e 200 empresas cadastrados. Ao todo, 230 mil cursos foram concluídos até 2015.

Cabe também destacar o programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento, que investiu R\$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no País e o programa Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços Correlatos (Certics), que concede benefícios a empresas brasileiras nas compras governamentais e já conta com 27 softwares certificados.

Em 2015, foi aprovado o primeiro projeto PADIS para fabricação de células e módulos fotovoltaicos e foi estabelecido um novo prazo para apresentação de projetos PADIS até 31 de julho de 2020. Adicionalmente, foram realizadas ações nas áreas de manufatura avançada, defesa cibernética, internet das coisas (IoT), smart cities/smart grid e TV Digital.

Na área de circuitos integrados, o Programa CI-Brasil, complementado pelo Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB) promove a competitividade na área de projeto de circuitos integrados (CI) em apoio à indústria microeletrônica nacional.

O PMUB garante o acesso das universidades e empresas nacionais às ferramentas de prototipagem de CI visando à redução no déficit comercial na importação de produtos eletroeletrônicos.

Em 2015, duas rodadas de prototipagem, com mais de 10 blocos de circuitos integrados, foram produzidas. Para 2016, pretende-se expandir a oferta de tecnologias em projeto e encapsulamento, visando o mercado da Internet das Coisas.

Em 2015, a empresa pública Ceitec S.A., vinculada ao MCTI, produziu e entregou ao mercado eletrônico cerca de 15 milhões de chips por ela produzidos. Lançou dois novos chips para logística e controle de temperatura e também o projeto multiusuário brasileiro, que promove o uso da microeletrônica pelas empresas startup de hardware e instituições de ensino e pesquisa, o que contribui para um ambiente propício ao fomento e à aceleração do desenvolvimento de novos projetos de engenharia no País.

## Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

A continuidade do Programa INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) impacta positivamente o ambiente de inovação e de capacitação para a inovação no País.

A constatação de que as bases para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil necessitavam de uma forma diferente de estruturação, capaz de propiciar mais rapidez na solução de antigos problemas e de enfrentar a complexidade dos desafios impostos pelo século XXI, influenciou, em 2014, o lançamento de um novo edital do programa INCT, que foi integralmente implementado em 2015.

As metas continuam ambiciosas e abrangentes, pois visam reunir cientistas de distintas áreas do conhecimento, de todo o País, no desenvolvimento de pesquisa básica e fundamental e de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadoras e competitivas internacionalmente.

O Programa, que culminou em 125 INCT atualmente, evidencia não apenas o envolvimento de universidades e centros de pesquisa das cinco regiões nacionais (com a integração de cerca de duas mil instituições), mas em boa medida o cumprimento dos demais objetivos do programa, como a transferência de conhecimento para o setor público e a criação de novas empresas de bases tecnológicas.

O trabalho produzido nos institutos contribui para a efetiva inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre a obesidade e sobre doenças como dengue, tuberculose e diabetes, ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose, ao instituir curso de graduação em segurança pública e ao aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

Por espelhar a grandeza e diversidade do País, os INCT também evidenciam o potencial do Brasil no debate científico em torno de questões importantes, como a produção de alimentos, a economia de baixo-carbono ou o desenvolvimento sustentável.

Em 2015, o CNPq dedicou-se à análise de mérito das 345 propostas ao terceiro edital do programa. Por envolver cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório, todo o processo de peer review (revisão por pares) foi desenvolvido por assessores ad hoc estrangeiros.

Cerca de cinco mil especialistas, de praticamente todas as áreas do conhecimento e de todos os continentes, foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas - cada proposta foi analisada por pelo menos três desses especialistas. Os institutos vencedores deverão ser conhecidos no primeiro semestre de 2016.

## Programa Ciência sem Fronteiras e Formação para a Pesquisa

O Programa Ciência sem Fronteiras concedeu em 2015, no âmbito do CNPq, 5,5 mil bolsas de graduação sanduíche implementadas com financiamento de empresas tanto estatais como privadas, resultando no lançamento de chamadas públicas para diferentes países como Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia e Reino Unido. Entre 2011 e 2015, foram concedidas 26,8 mil bolsas de graduação pelo CNPq, que atingiu a meta prevista de participação.

A primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concedeu, no período 2011-2015, 101,4 mil bolsas, sendo 78,9 mil na modalidade graduação-sanduíche. Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, o CNPq inclusive superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1,3 mil e 674 bolsas. Em 2015, o CNPq concedeu 760 bolsas de pós-graduação nas modalidades doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no País.

Em 2016, o CNPq propõe revisar e adaptar o esforço de internacionalização às recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e da ENCTI 2016-2019, ainda em discussão, às possibilidades e à missão do órgão, dando ênfase às propostas que melhor justifiquem sua intervenção e que estejam em consonância com os demais órgãos do governo envolvidos na temática.

## Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento

O principal destaque na área de infraestrutura para CT&I é a nova fonte brasileira de Luz Síncrotron de quarta geração – Projeto Sirius – que terá um desempenho equiparado às melhores instalações desse tipo existentes no mundo. A nova fonte substituirá a fonte atual, operada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Em 2015, a construção das instalações prediais do Projeto Sirius foi iniciada, sendo que 12% da obra já foi concluída.

Neste período, a Finep e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) aportaram recursos para a primeira Chamada Pública de propostas de empresas para o desenvolvimento de componentes para o Sirius, sendo que 13 propostas foram selecionadas. Para 2016, espera-se o recebimento de todos os ímãs do sistema de pré-aceleração (booster), sendo que o acelerador linear (Linac) passará pelos últimos testes.

Serão também divulgados os resultados da segunda Chamada Pública, de propostas Fapesp-Finep de Subvenção Econômica à Pesquisa para Inovação para o Desenvolvimento do Novo Anel Acelerador Sirius do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

A chamada tem como objetivo estimular micro, pequenas e médias empresas paulistas a desenvolver produtos, processos e serviços inovadores para a construção do Sirius. Recursos da ordem de R\$ 20 milhões foram direcionados para este edital com participação de 50% de cada agência financiadora. Destes, cada empresa poderá solicitar até R\$ 1,5 milhão para a realização de sua proposta num prazo de até 24 meses após a outorga.

Além disso, haverá o início da produção de diversos subsistemas e a conclusão dos projetos conceituais e protótipos das estações experimentais (linha de luz) do Sirius.

Em relação às questões meteorológicas e climáticas, destaca-se a coordenação pelo MCTI das atividades de implantação de três estações meteorológicas em locais estratégicos na cidade do Rio de Janeiro – RJ, e de duas boias meteorológicas na Baía da Guanabara para monitoramento das condições climáticas, com o objetivo de apoiar a realização dos jogos Olímpicos de 2016. Tais equipamentos serão fundamentais no suporte à realização das competições de golfe, velas, remo, maratona aquática e outros eventos realizados em ambiente externo.

Em julho de 2015, chegou ao Brasil, trazido pela Marinha do Brasil o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico NPqHo “Vital de Oliveira” (H-39), adquirido por cerca de R\$ 162 milhões através de um acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Defesa (MD), o MCTI, a Petrobrás e a Vale S/A.

Na ocasião, foi realizado o Cruzeiro Científico Inaugural do NPqHo “Vital de Oliveira”, Comissão Forsa (*Following Ocean Rings in the South Atlantic*), com a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que realizaram medições meteorológicas numa região caracterizada pela formação de vórtices de água mais quente e salina que “vaza” do Oceano Índico para o Atlântico Sul, por meio da Corrente das Agulhas.

No âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), foi assinado contrato entre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e a empresa “China Electronics Import and Export Corporation” (CEIEC), vencedora da Licitação para Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), a qual vem fazendo ajustes no plano de trabalho para o início da construção, previsto para o verão de 2016/2017.

A área de pesquisa científica da nova EACF será provida por 14 laboratórios, além de área destinada para armazenamento de amostras congeladas e geladas, ultrafreezers, área para autoclaves e destiladores e paiol de pesquisa, destinado ao armazenamento de material. O espaço destinado às atividades de pesquisa na nova EACF foi definido com auxílio da comunidade científica e será estruturada conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico.

O MCTI é responsável pela elaboração da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), documento que atende ao compromisso do País, como integrante da Convenção, de elaborar, atualizar e prover a Conferência das Partes com inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa (GEE) não controlados pelo Protocolo de Montreal.

Além disso, apresenta os avanços científicos sobre a modelagem regional da mudança do clima e o atual estágio das políticas públicas voltadas para a mitigação das emissões de GEE e de adaptação às mudanças climáticas.

A maioria dos indicadores expressa resultados muito positivos na redução da emissão de gases de efeito estufa, especialmente de dióxido de carbono, entre 2005 e 2010. Trata-se de relevante registro internacional do esforço que o Brasil vem empreendendo, ainda que não tenha obrigação formal de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, para dar sua contribuição ao atendimento dos objetivos da Convenção, esforço sem paralelo entre as nações em desenvolvimento.

Nesse sentido, foi desenvolvido pelo MCTI o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), sistema computacional que disponibilizará os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa e o inventário do Relatório de Atualização Bial.

Tem por missão não só conferir segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, mas também ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas, no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação.

Lançado em novembro de 2014, e já em funcionamento em 2015, o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), é uma ação do Governo Federal por meio do MCTI e algumas das suas Unidades de Pesquisa, como o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Inpa), além do Jardim Botânico, da Escola Politécnica da USP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Tem como objetivo integrar informações sobre a biodiversidade e ecossistemas brasileiros produzidas por instituições governamentais e não governamentais do País. O sistema vem sendo utilizado e tem apresentado resultados rapidamente, como ilustra o caso do próprio MPEG, que é uma das três maiores instituições detentoras de coleções científicas do País, com aproximadamente 4,5 milhões de itens tombados, e detentora de um dos três maiores acervos biológicos do Brasil, sendo sua área de especialidade o bioma amazônico.

Desde que integrou o SIBBr, o Museu Goeldi vem informatizando rapidamente os dados de acervos da instituição para disponibilização pública, alcançando mais de 425 mil registros e com meta prevista de mais de 650 mil para serem disponibilizados à plataforma.

Trabalho realizado também no âmbito do MPEG embasa o projeto de lei desmatamento zero (<http://desmatamentozero.org.br/pdf/pl-desmatamentozero.pdf>) do Greenpeace entregue ao Congresso Nacional em outubro 2015.

Considerando a importância da Amazônia para o País e para o mundo, foi inaugurada, no mês de agosto de 2015, a torre do projeto ATTO-Observatório da Torre Alta da Amazônia, com 352 metros de altura, instalada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, no Município de São Sebastião de Uatumã (AM), que permitirá o monitoramento dos efeitos das mudanças climáticas na floresta amazônica.

A Torre Alta é resultado da parceria científica entre o Brasil e a Alemanha, implementada por meio do Inpa, Universidade Estadual da Amazonas e dos Institutos alemães Max Planck de Química e Biogeoquímica.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que tem como missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura em informação, ciência e tecnologia para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico, executou em 2015 diversas ações de destaque como o Programa Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica e o Portal Brasileiro de Publicações Científicas de Acesso Aberto (Oasisbr) que dissemina mais de 1,1 milhão pesquisas científicas brasileiras (artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, entre outros), cujo conteúdo é também disponibilizado em outros sistemas internacionais de informação.

Em 2013, o IBICT passou a integrar a Aliança Internacional LOCKSS da *Stanford University*, criando uma rede nacional de serviços de preservação digital (Cariniana) em parceria com nove universidades brasileiras,

preservando em território nacional 1,5 mil periódicos científicos de 155 instituições de ensino e pesquisa.

Em 2015, por conta da contribuição científica e cultural significativa dos conteúdos preservados, assim como das atividades de pesquisa colaborativa, a Rede Cariniana foi reconhecida pelo ISSN *Internacional e pela University of Edinburgh* como a primeira agência internacional de arquivamento de publicações eletrônicas da América Latina registrada no *The Keepers Registry*, mantido por esses órgãos.

Por sua vez, a RNP conectou em 2015 mais sete unidades da Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), sendo dois hospitais no Rio Grande do Sul, um hospital em Pernambuco, e quatro da Rede Sarah de Hospitais (Belém, Fortaleza, Macapá, Rio de Janeiro).

Incluiu também mais 11 novos cursos na Escola Superior de Redes.

Coordenada pela RNP, a Redecomep objetiva a implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e ensino superior e na formação de consórcios entre instituições, buscando a auto sustentação. Atualmente, opera em 37 cidades, com mais de 2 mil km de rede óptica própria, atendendo a mais de 400 instituições.

A proposta reduz custo de comunicação de dados à Internet, representa uma iniciativa estruturante, permite o surgimento de aplicações avançadas, fomenta o desenvolvimento em TIC, amplia a capacidade de conexão para 10Gb/s de algumas redes, o que implica na melhoria da estrutura de comunicação e contribui para o avanço da CT&I e para a diminuição da dependência das instituições em relação às operadoras e aos provedores, além de prover infraestrutura para suporte a política pública de inclusão digital e e-gov.

Merece ainda destaque a instalação do Supercomputador no LNCC do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad).

O equipamento francês, com capacidade de realizar 1,1 quatrilhão de operações de soma e subtração por segundo, passa a ser o maior da América Latina e constitui um marco na computação de alto desempenho.

### Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

O Governo aumentou a integração e a capilaridade no que se refere à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais por meio de ações na área de CT&I.

As ações são efetivadas mediante programas e apoio a projetos destinados à difusão, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos e à melhoria da educação científica, além dos destinados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, assistivas, de conteúdos e plataforma digitais, de segurança alimentar e nutricional e de soluções tecnológicas para arranjos produtivos locais e regionais e cidades sustentáveis, sob o enfoque da inclusão social.

Um projeto do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), em parceria com a rede de organizações sociais Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), há dois anos mapeia as estratégias empreendidas pelos agricultores de Municípios dos nove Estados que integram o semiárido brasileiro para minimizar os efeitos das prolongadas estiagens.

O projeto acompanha 100 famílias do semiárido que enfrentam a estiagem e os desafios da agricultura familiar por meio da criação e adequação de tecnologias sociais que captam e armazenam água da chuva e da adoção de boas práticas sustentáveis, partindo do princípio de captação, estocagem, manejo e reuso dos recursos naturais a que têm acesso.

O projeto recebeu a premiação internacional oferecida pelo programa Dryland Champions, da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD).

O certificado do Programa da UNCCD reconhece o trabalho solidário e participativo de inúmeras pessoas preocupadas com o tema da convivência com o semiárido, em um contexto de conservação dos solos, da água e dos demais recursos naturais, baseados nos princípios da agroecologia.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que a implementação de tecnologias sociais nas propriedades rurais tem sido um dos fatores que promovem a resiliência social.

Relacionado ao tema Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se a participação do MCTI como Coordenador do Programa de Segurança

Alimentar e Nutricional no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (SSAN-UNASUL) e a organização de dois seminários internacionais, sendo um relacionado à Agroecologia e outro à Segurança Alimentar e Nutricional, durante a Expo Milão 2015.

Houve aporte de recursos no valor de R\$ 155 mil para os eventos. Nesta mesma exposição, também foi realizado evento sobre Programa de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, com foco na área de cultivo de microalgas para produção de superalimento e biopolímeros.

Em 2015, no âmbito do desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (TA), foi promovido o Encontro Nacional de Pesquisadores em Tecnologia Assistiva, envolvendo as Universidades e os Institutos Federais que receberam recursos financeiros para a realização de pesquisas, por meio do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA).

O CNRTA está vinculado ao CTI Renato Archer e articula a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, constituída atualmente por 52 instituições do País e 84 projetos de pesquisa do País contemplados pelos últimos editais de Tecnologia Assistiva.

O CNRTA lançou o livro “Reflexões sobre Tecnologia Assistiva”, resultado do I Simpósio Internacional de Tecnologia Assistiva do CNRTA, realizado em 2014.

No âmbito do Plano “Viver sem Limites”, foi lançado em outubro de 2015 um edital no valor de R\$ 25 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para seleção pública de projetos para inclusão social de pessoas com deficiência, idosos e com mobilidade reduzida.

Outra iniciativa foi o Edital Tecnologia Assistiva no Brasil e Estudos sobre deficiência (PGPTA), de apoio a Pós-Graduação e a Pesquisa Científica e Tecnológica, que contou com recursos da Capes, da Secretaria dos Direitos Humanos e do MCTI, somando cerca de R\$ 20 milhões a serem concedidos aos projetos.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) continuam sendo apoiados e apresentando avanços para o processo de inclusão social produtiva, por meio da capacitação de recursos humanos, principalmente.

Em 2015, destacam-se a recuperação do Parque Industrial da Cooperativa de Produção de Leite, no Estado de Alagoas e a implementação de três CVT no Estado da Bahia, nos Municípios de Monte Santo, Canudos e Riachão do Jacuípe. Também foi inaugurado o Projeto “CVT - Centro Vocacional Tecnológico Territorial do Pescado - Bahia”, onde foram investidos R\$ 5,6 milhões.

Em 2015, houve a 12ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o tema “Luz, Ciência e Vida”. Dados parciais indicam a participação de mais de 2,3 mil instituições em 700 cidades, com a realização de mais de 36 mil atividades em cerca de 850 eventos em todo o Brasil.

O Tema da 13ª Edição da Semana versará sobre as relações entre alimento, ciência e tecnologia e tem o slogan “Ciência Alimentando o Brasil”. O evento será realizado de 17 a 23 de outubro de 2016.

Durante o ano também foram lançados três editais para apoio a projetos na área de difusão e educação científica (olimpíadas, feiras e mostras) que somados alcançam o valor de R\$ 8,7 milhões. Deste valor, R\$ 2,5 milhões foram destinados a apoiar projetos que contemplem iniciativas de divulgação científica em torno da temática do Ano Internacional da Luz, proclamado pelas Organizações das Nações Unidas para 2015.

De grande repercussão também é a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais.

Em 2015, a 11ª edição da Obmep contou com mais de 18 milhões de participantes, proporcionando aos medalhistas capacitação e tutoria a distância em matemática, bem como uma bolsa de iniciação científica júnior, o que tem significado importante incentivo aos alunos na escolha de carreiras em ciências exatas, computação e em engenharias.

Na área de tecnologias para Cidades Sustentáveis, o ano de 2015 foi promissor com a criação do Centro Multiusuário de Capacitação em Energia Solar Fotovoltaica em Florianópolis, o mais importante centro do gênero no País. Também em Santa Catarina foi apoiado o desenvolvimento de um protótipo de ônibus elétrico.

Já a comunidade de Furo Nazário em Belém do Pará, recebeu o primeiro barco solar do País para ser utilizado como transporte escolar e apoio às atividades produtivas.

No Amapá, foi dado apoio ao projeto piloto de uso de tecnologias atuais de transformação das matérias-primas da agrobiodiversidade, com forte componente de formação de recursos humanos e utilização de energias de fonte renovável para processos fabris.

O MCTI conseguiu aprovar junto à Comissão Europeia o projeto de cooperação na área de “Renaturação de Cidades e Soluções Baseadas na Natureza” e com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) foram captados recursos no valor de R\$ 100 milhões para o apoio a projetos de tecnologias inovadoras para cidades sustentáveis, formação de recursos humanos e implementação de ferramentas para apoio à gestão municipal integrada até 2020.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0400 E 0497 DO PROGRAMA 2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0400	No Exercício	352.763.475,24	260.166.289,32
	RPNP	195.607.658,63	183.991.098,68
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>548.371.133,87</b>	<b>444.157.388,00</b>
0497	No Exercício	2.826.390.563,06	1.712.055.981,25
	RPNP	298.607.350,35	661.506.577,24
	Gastos Tributários	-	-
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>		<b>3.124.997.913,41</b>	<b>2.373.562.558,49</b>

Fonte: Siafi, Consiafi

A variação de liquidação dos recursos observada em 2015, quando comparada a 2014, deve-se aos seguintes fatores:

- O CNPq sofreu retração na execução orçamentária da ordem de R\$ 447 milhões em 2015;
- O montante de R\$ 1.341.626.501,00 encontra-se inscrito em restos a pagar para serem executados em 2016 quando serão recebidas as faturas referentes às taxas escolares dos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras que iniciaram suas atividades acadêmicas em setembro de 2015;
- O CNPq deixou de implementar cerca de 4.000 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras em relação a 2014; e
- Há que se considerar a significativa variação cambial ocorrida entre os dois exercícios.

**Objetivo 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.**

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0400

DESCRIÇÃO DA META - 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	10.000	Projetos de pesquisa apoiados / ano	5.912	9.312	11.754	3.201	32,0*
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	42	Convênios de Cooperação	26	96	76	81	192,3

Font: CNPq

\* O percentual apresentado no quadro corresponde ao número de projetos apoiados apenas em 2015 tendo em vista que a meta de 10 mil projetos apoiados é anual. O baixo percentual executado no ano de 2015 deveu-se grandemente ao não lançamento do tradicional Edital Universal. Observe-se que no ano de 2014 a meta foi ultrapassada.

#### Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq.

A ampliação do número de projetos apoiados pelo CNPq vem contribuindo para o desenvolvimento do País de forma regionalmente equilibrada e com maior interação entre o sistema produtivo e a sociedade. A meta prevista no ano de 2015 não foi atingida frente às restrições orçamentárias atípicas ocorridas nesse exercício.

Associado a este fator, não foi possível o lançamento da ação consolidada (Edital Universal) que historicamente apoia cerca de quatro mil projetos todo ano. Frente a uma demanda de 15.731 projetos recebidos e processados pelo CNPq, só foi possível fomentar 3.201, demonstrando um grande portfólio de reserva, que poderão ser apoiados, tão logo as limitações financeiro-orçamentárias sejam superadas.

#### Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas e ações, tais como: Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR), Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas – Programa Pesquisadores nas Empresas em Parceria com as FAP (RHAE-FAP), Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr), em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio/Amparo à Pesquisa e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mediante a concessão de bolsas (GM e GD) com recursos de Emendas Parlamentares.

Assim, em 2015 foram firmados seis Convênios e cinco Acordos de Cooperação Técnica, além de 20 Termos Aditivos para prorrogação de vigência, supressão ou adição de recursos dos convênios que já estavam em execução, dando continuidade ao propósito iniciado ainda em 2013, que era envolver todas as unidades da federação no processo de ampliação dos recursos voltados à CT&I no País.

**Objetivo 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.**

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0497

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	2015	
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	26.000	Bolsas-ano de produtividade	15.503	17.417	18.261	18.327	70,5
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	30.000	Bolsas-ano de pós-graduação	27.663	26.942	26.729	28.363	94,5
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	35.000	Bolsas-ano de intercâmbio internacional	11.566	21.810	36.241	36.241	103,6
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	49.500	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	38.613	43.706	44.028	45.054	91,1

Fonte: CNPq

#### Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq.

Ao final do quadriênio 2012-2015 observou-se uma execução de 70,5% da meta prevista. Percebe-se, a partir de análise de evolução do número de bolsa/ano, um crescente aumento na concessão, resultado do esforço do CNPq para o alcance da meta. No entanto, por restrições orçamentárias que fugiram à governança da entidade, não foi possível a completa realização da meta.

#### Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq.

Verifica-se, ao final do exercício, que houve acréscimo na execução de 2015 em relação a 2014, apesar das restrições de recursos orçamentários e financeiros conjuntamente apresentados. Como resultado de um grande esforço gerencial do CNPq foi possível atingir 95% da meta inicialmente estabelecida. Apesar dos valores serem considerados satisfatórios, faz-se necessário a continuidade da ação política em favor da ampliação da concessão de bolsas de pós-graduação, frente o impacto nas questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento nacional que estas modalidades de bolsas geram.

#### Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq.

O alcance dessa meta foi priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, quanto a recursos humanos e orçamentários. A previsão de cumprimento integral da meta foi alcançada. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência sem Fronteiras). A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada em 2014, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência sem Fronteiras.

#### Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq.

O incremento do biênio 2014/2015 foi maior que o verificado no biênio anterior, mas não foi suficiente para atingir a meta proposta. Apesar disso, a alocação de mais de 6 mil novas bolsas voltadas à formação de jovens pesquisadores no quadriênio é de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa nacional de médio prazo e os esforços realizados por todo o sistema de C&T para atingir esses valores (91% da meta) não podem ser desprezados.

## 4.5. SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO

### 4.5.1. Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

Pacífico por tradição e convicção, o Brasil vive em paz com seus vizinhos e rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução negociada dos conflitos e da democracia.

O Brasil é um País de dimensões continentais, possuindo a maior costa atlântica do mundo e, com quase 191 milhões de habitantes, representa a quinta maior população do planeta.

É grande produtor de energia renovável e não renovável e possui extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais. Além disso, as recentes descobertas do Pré-sal levaram o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural. Esse patrimônio exige proteção, por isso, o Brasil não pode prescindir da capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra eventuais ameaças.

Nos últimos anos, o Brasil vem gradativamente alcançando um papel de destaque no cenário mundial, razão pela qual crescem, também, os desafios relacionados à defesa e à preservação de uma postura soberana e independente frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, cabe ao Estado propiciar e garantir condições para que o País não se submeta a risco de agressões externas, nem se exponha a pressões políticas ou imposições econômicas.

Há de se considerar que o fenômeno da globalização trouxe o agravamento de ameaças de naturezas distintas, tais como: o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, que testam a capacidade do Estado.

Por sua vez, as crises econômico-financeiras internacionais provocam deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos na manutenção da paz e segurança mundial.

Por todas essas razões, a Defesa está cada vez mais presente na agenda nacional e possui um papel indispensável agora e no futuro, por isso, a inclusão do Tema “Defesa Nacional” no rol das Políticas de Estado do País.

O Brasil, para defesa de seu território, conta com instrumento militar, representado pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País.

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem marcos legais, que orientam a organização e a modernização do instrumento militar brasileiro, bem como o seu preparo e emprego, de forma condizente com a dimensão político-estratégica do Brasil.

Esses documentos definem a postura estratégica dissuasória adotada pelo País, que prima por uma política ativa de diplomacia voltada à paz e ao desenvolvimento; à manutenção da relação de amizade e à cooperação com os países vizinhos e com a comunidade internacional, baseada na confiança e no respeito mútuo.

O Plano Plurianual 2012-2015 instituiu programas temáticos, os quais passaram a expressar as áreas de atuação do governo. Nesse contexto, o Tema “Defesa Nacional” deu origem ao Programa 2058 - Política Nacional de Defesa, composto de 20 objetivos, relacionados às áreas de Defesa Terrestre, Aérea e Naval; Proteção da Amazônia; Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas; Logística e Mobilização; Cooperação internacional na Área de Defesa e Atuação Subsidiária das Forças Armadas.

#### Defesas Terrestre, Aérea e Naval

Como forma de potencializar a capacidade de defesa terrestre do País, faz-se necessário aperfeiçoar as estruturas operacionais do Exército Brasileiro. Nesse sentido, são prioridades do Governo:

- o adestramento e o preparo dos efetivos das Forças Armadas;
- a adequação de organizações militares e a execução de projetos estratégicos, a exemplo do Sistema Integrado de Monitoramento de

Fronteiras (Sisfron), Projeto Proteger, Defesa Cibernética, Guarani, Astros 2020; e

- o Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea.

Constituem-se objetivos da área de defesa terrestre:

- a adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército;
- o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicações;
- a adequação e ampliação dos meios operativos do Exército;
- a elevação da capacidade operacional; e
- a promoção do desenvolvimento e da capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército.

No intuito de manter a soberania do espaço aéreo nacional, o governo vem promovendo, sistematicamente, a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo, com foco no preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) e investindo na qualificação da mão-de-obra e na estrutura de apoio.

Contribuem para o aperfeiçoamento da capacidade de defesa aérea os seguintes objetivos:

- promoção da circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil;
- elevação da capacidade operativa da Força Aérea Brasileira;
- promoção do desenvolvimento e da capacitação tecnológica aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional; e
- adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira, para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial e adequação da infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

No âmbito da defesa aérea, merecem destaque os projetos de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), das aeronaves de caça e sistemas afins (FX-2), do veículo não tripulado (Vant), bem como os de modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados.

Assegurar a capacidade de defesa naval e de segurança marítima constitui-se em um dos objetivos do Governo Federal, no âmbito do Programa Política Nacional de Defesa. Dessa forma, são de grande relevância para o País os programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz).

São objetivos relacionados à defesa marítima:

- a adequação dos meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima;
- a elevação da capacidade operativa da Marinha e a adequação da infraestrutura das instalações terrestres;
- a promoção da segurança da navegação aquaviária nas águas jurisdicionais brasileiras; e
- a promoção, desenvolvimento e capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

#### Proteção da Amazônia

A presença brasileira ao longo da faixa de fronteira reflete a prioridade do governo brasileiro com o desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais.

Assim sendo, a proteção da Amazônia é mais uma área de atuação do Programa Política Nacional de Defesa, em razão da importância estratégica daquela região. Destacam-se, nesse tema, os objetivos de fortalecimento do Programa Calha Norte e o do Sistema de Proteção da Amazônia.

O Programa Calha Norte atua em duas frentes: Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três Forças nas áreas de abrangência do Programa, e Desenvolvimento

Regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos Municípios da região abrangida pelo Programa.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) é o responsável pela geração, integração, disponibilização e utilização do conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Esse sistema é formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região.

### Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas

A prática de exercícios e operações conjuntas visa ao adestramento das Forças, a fim de que essas estejam preparadas para promover a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, a qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias. A atuação combinada e conjunta das Forças Armadas proporciona ganho de produtividade e efetividade às atividades militares.

O objetivo correspondente às atividades combinadas e conjuntas das Forças Armadas e as de comunicação, comando e controle, no Programa de Política Nacional de Defesa, é o de ampliar a capacidade das Forças Armadas para operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias de comunicações, comando e controle.

O Sistema de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis) e o Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) são as principais ferramentas de suporte às comunicações militares e ao comando ao controle.

O Siscomis foi concebido com o propósito de prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança. O Sisted tem por finalidade a padronização e a parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas.

### Logística e Mobilização

Também são de grande importância para a defesa de um País a manutenção do nível adequado de adestramento das tropas e a disponibilidade de meios materiais, assim como a prontidão logística e o poder de mobilização, que são condições essenciais para a elevação da capacidade operativa das Forças Armadas.

No Programa Política Nacional de Defesa, a interoperabilidade das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização está prevista no objetivo de elevação do nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização.

A Logística trata da previsão de necessidades e da provisão dos recursos para emprego das forças militares, sendo o seu maior propósito o de manter a máxima eficiência em situações de combate. O aspecto logístico é fundamental em todas as fases de conflito e de paz, sendo que nenhum plano estratégico pode ser considerado válido enquanto não se comprove sua capacidade de suporte logístico.

A mobilização militar é parte integrante do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), prevista na Constituição Federal (art. 22, inciso XXVIII e art. 84, inciso XIX). O ato de mobilizar significa reunir todos os recursos humanos, financeiros e materiais do País e canalizá-los para atender rapidamente aos esforços militares contra a agressão estrangeira.

### Cooperação internacional na área de defesa

Outro objetivo do Programa Política Nacional de Defesa é o de promover a multilateralidade, que se dá por meio da cooperação e do intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais. Essa cooperação ocorre por meio de parcerias estratégicas entre as Forças Armadas Brasileiras e de países amigos.

### Atuação subsidiária das Forças Armadas

Do Programa Política Nacional de Defesa constam, também, as atividades desenvolvidas de forma subsidiária pelas Forças Armadas, a exemplo daquelas realizadas no âmbito do Projeto Rondon, Soldado Cidadão e Forças no Esporte (Profesp), com a finalidade de contribuir para a inclusão

social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

O Projeto Rondon busca o estímulo da participação de universitários em ações de assistência social, desenvolvidas em comunidades carentes, como forma de propiciar a melhoria de vida social da população local e ao mesmo tempo despertar a consciência cidadã nos estudantes que participam do Projeto.

Por sua vez, o Projeto Soldado Cidadão, de grande relevância social, oferece oportunidades de formação profissional complementar aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, a fim de facilitar-lhes o ingresso no mercado de trabalho, após concluírem a prestação do serviço militar.

Por fim, o Programa Forças no Esporte (Profesp) objetiva melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade. O Profesp oferece ao seu público-alvo atividades esportivas, de reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho.

Ainda no conjunto das atividades subsidiárias, as Forças Armadas desenvolvem ações de assistência a comunidades carentes; apoio à defesa civil; combate a crimes ambientais; apoio à realização de grandes eventos; garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária, em âmbito nacional e internacional, e realizam obras em benefício do desenvolvimento nacional.

No tocante à cooperação com a construção e à recuperação da infraestrutura nacional, cabe ressaltar a contribuição das Forças Armadas na realização de obras de engenharia, em função de diversos projetos abrangidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### Desempenho do Programa

Os indicadores de desempenho do Programa de Política Nacional de Defesa são: Adequação da Força Naval, Adequação da Força Aérea, Adequação da Força Terrestre, Monitoramento do Espaço Aéreo, Índice de Acidentes Aeronáuticos e Taxa de Acidentes Náuticos.

Quanto ao desempenho do Programa, de forma geral, os resultados dos indicadores apurados apontam para tendência de melhoria na adequação dos meios das Forças Armadas, embora os patamares alcançados não tenham sido os esperados para o final do plano.

Os indicadores de acidentes aéreos e navais e a taxa de vigilância do espaço aéreo apresentaram resultados positivos, haja vista a diminuição tanto dos acidentes aeronáuticos como dos navais e a ampliação da cobertura de monitoramento do espaço aéreo, na altitude de 20.000 pés.

O indicador Adequação da Força Naval, apurado em 2015, foi de 40,35%, percentual significativamente superior ao índice de referência de 20%. Apesar da evolução dos índices ao longo do ciclo, os novos meios navais (navios e submarinos), incorporados ao inventário, não foram suficientes para repor as baixas de equipamentos ocorridas no período.

O Índice de Adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), que no ano de 2012 foi de 44,88%, retrocedeu nos últimos dois anos, atingindo em 2014 e 2015 40,11% e 42,61% respectivamente, motivado, principalmente, pela redução do aporte de recursos aos projetos de aquisição e modernização de meios operativos da FAB, o que influenciou a disponibilidade de aeronaves.

O indicador Adequação da Força Terrestre, ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015, apresentou tendência de decréscimo. Em 2012 o índice apurado foi de 27,7%, tendo sido reduzido para 23,5% em 2013 e 17,64% em 2014.

Em 2015 ocorreu uma pequena melhora do percentual, que ficou em 20,06%, contudo, bastante inferior aos 32% esperados para o final do plano, patamar considerado necessário para a manutenção da capacidade operacional da Força Terrestre em nível adequado.

Quanto ao indicador de Monitoramento do Espaço Aéreo, que tem por referência a altitude de 20.000 pés, ao longo do PPA 2012-2015, observou-se um avanço significativo no índice, em relação ao percentual de referência de 89%, apurado em 2012, ressaltando-se que o auge do crescimento aconteceu no exercício de 2014, quando foi atingido o patamar de 93,13%, mantido em 2015.

O Índice de Acidentes Aeronáuticos (IAA) apresentou resultados positivos, ao longo do PPA 2012-2015, com números decrescentes no período. Em

2015, o IAA de 0,74% foi o menor de todo o quadriênio. Esse patamar, considerado normal, de acordo com os parâmetros do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), demonstrou que todos os segmentos da aviação apresentaram redução no número de acidentes, em especial a aviação regular, na qual não houve acidente no último ano do PPA.

No que se refere à Taxa de Acidentes Náuticos, houve redução na quantidade de acidentes no período. O índice apurado em 2015 foi de 1,08, o que representa uma redução de 3,57%, em relação à taxa de 1,12, obtida em 2012.

A melhora do indicador, observada ao longo do período, ocorreu em virtude da intensificação das atividades de controle e fiscalização de embarcações; do preparo e instrução de aquaviários e portuários e da realização de ações educativas, destinadas a navegantes, condutores e passageiros de embarcações.

Quanto aos recursos destinados ao Programa Política Nacional de Defesa, o montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em 2015, foi de R\$ 16,5 bilhões e, ao longo do plano, de R\$ 46,6 bilhões.

Os valores empenhados em 2015 foram de R\$ 11,9 bilhões, aproximadamente, enquanto o valor empenhado no período do plano atingiu o montante de R\$ 46,6 bilhões.

Os objetivos 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre, constituem-se nos mais expressivos, em termos de materialidade e relevância, visto que contemplam os grandes projetos de reaparelhamento das Forças Armadas, tais como os de aquisição e modernização de aeronaves, o desenvolvimento de submarinos, a aquisição de viaturas blindadas e a implantação de sistemas de defesas estratégicas.

O volume de recursos destinados a esses objetivos, considerando-se os referenciais da Lei Orçamentária Anual, foi de aproximadamente, R\$ 7,1 bilhões, em 2015 e R\$ 26,7 bilhões, no decorrer dos exercícios de 2012 a 2015; ou seja, 43% do total da LOA de 2015 e 58% do total da LOA do período de vigência do plano.

#### **Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.**

O Objetivo é composto de metas e iniciativas relacionadas à adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Essa adequação vem sendo realizada, principalmente, por intermédio da execução dos projetos de aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e do desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas, que vêm permitindo, desde o exercício de 2012, a renovação da frota, de modo a ampliar a capacidade operacional da FAB e possibilitar o atendimento às demandas de defesa e segurança de tráfego aéreo no território nacional.

Nesse objetivo estão inseridos os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

O objeto contratado do Projeto H-X BR é a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender as demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O KC-390 é uma aeronave de transporte militar, preparada para realizar operação de evacuação, busca, resgate, combate a incêndio florestal, cargueiro que, também, pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira (FAB), que vai produzir caças de última geração.

Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, propiciará boas perspectivas quanto à propiciar oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. A modernização desse avião permite à FAB ampliar a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

#### **Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.**

A necessidade de dotar o Poder Naval com meios modernos é uma questão essencial para a proteção da nossa plataforma continental, que dispõe de abundantes recursos naturais, destacando-se o petróleo.

Para que o Brasil possa continuar fazendo uso do mar e explorando suas riquezas, é necessário dotar a Marinha do Brasil de meios modernos, de forma a garantir sua capacidade de dissuasão a eventuais ameaças a esse patrimônio, bem como preservar a soberania nacional sobre o mar territorial e águas interiores.

As principais metas e iniciativas desse objetivo são relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), projetos empreendidos pela Marinha do Brasil.

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

O SisGAAz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do País, para operações de socorro e salvamento.

#### **Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.**

O objetivo de adequação e ampliação dos meios operacionais do Exército Brasileiro consiste no aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a evolução da Força Terrestre e com a necessidade do País de se fazer presente, com prontidão, em qualquer área de interesse estratégico.

No âmbito do objetivo, estão inseridos os projetos considerados estratégicos para o Exército Brasileiro, a exemplo do Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani e Astros 2020.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de proteger as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência; na proteção da sociedade; no apoio à defesa civil; e na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

O principal objetivo do Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea é dotar a Força Terrestre da capacidade de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País, resguardando-as de possíveis ameaças provenientes do espaço aéreo.

Sua principal finalidade é reequipar as atuais organizações militares de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro, mediante a aquisição de novos meios, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado, para oferecer suporte aos produtos de defesa durante todos os seus ciclos de vida.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada, com o desenvolvimento das novas famílias de viaturas blindadas de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios eficientes de dissuasão e defesa do território nacional.



**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO  
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**

OBJETIVO: 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA AEROESPACIAL.	VALORES LIQUIDADOS (R\$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	684.854.863,73	652.271.279,83
RPNP (2)	892.396.569,93	714.320.612,51
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>	<b>1.577.251.433,66</b>	<b>1.366.591.892,34</b>

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Em 2015, cerca de 75% das despesas liquidadas decorreram dos projetos de aquisição de aeronaves (F-X2) e do cargueiro tático militar e da modernização e revitalização de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Dos restos a pagar liquidados em 2015, aproximadamente, 77% (R\$ 555.291.068,31) resultaram do Projeto de aquisição de helicópteros (H-X BR).

No exercício de 2014, as despesas mais relevantes decorreram do Projeto H-X BR, destinado à aquisição de helicópteros de médio porte, aquisição de aeronaves e do Projeto de Modernização e revitalização de aeronaves. Ao todo, essas despesas representaram 93% do total liquidado do exercício.

OBJETIVO: 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMA.	VALORES LIQUIDADOS (R\$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.866.899.530,74	1.119.312.495,41
RPNP (2)	1.074.237.715,86	952.821.679,96
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>	<b>2.941.137.246,60</b>	<b>2.072.134.175,37</b>

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

O Objetivo 0519 engloba os principais projetos da Marinha, relacionados à

**ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS**

**OBJETIVO 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA  
PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA AEROESPACIAL.**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adquirir 45 aeronaves	Unidade	45	6	9	18	20	44,44%	Comando da Aeronáutica
Modernizar 20 aeronaves	Unidade	20	5	21	37	47	235%	Comando da Aeronáutica
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015	Percentual	70,00	0	1,47	17,37	37,50	53,57%	Comando da Aeronáutica

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 16 de janeiro de 2016.

**Meta: Adquirir 45 aeronaves.**

No que diz respeito à aquisição de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram incorporados à frota da FAB um total de 20 unidades, sendo: quatro caças de ataque leve, modelo AL-X Super Tucano, um helicóptero CH-60 - Black Hawk; duas aeronaves de transporte leve, modelo C-98 Caravan; três veículos não tripulados (Vant); três helicópteros AH-2 Sabre (MI-35); e sete helicópteros EC-725. Deve-se ressaltar que a meta prevista não foi alcançada devido às restrições orçamentárias ocorridas no período, que culminaram em renegociações contratuais e reprogramação de cronogramas dos projetos em andamento e, também, devido ao fato de o processo de escolha da empresa fornecedora das 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2), ter sido concluído somente em 2015.

recuperação da sua capacidade operacional, incluindo-se nesses, o Programa de Construção de Submarinos (Prosub) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), bem como a obtenção de novos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais ou a modernização do inventário existente.

Em 2015, o valor liquidado do exercício foi 40% inferior ao de 2014, o que pode ser justificado pelas restrições de ordem orçamentária ocorridas no exercício. Do valor liquidado do exercício de 2015, 46% referem-se ao Projeto de Implantação do Estaleiro e da Base Naval, para construção de submarinos convencionais e nucleares.

Em decorrência das restrições orçamentárias, as obras de construção do estaleiro e da base naval do Prosub tiveram o seu ritmo reduzido.

OBJETIVO: 0532 - ADEQUAR E AMPLIAR OS MEIOS DO EXÉRCITO PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE OPERACIONAL TERRESTRE VISANDO CONTRIBUIR COM A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E DO ESTADO.	VALORES LIQUIDADOS (R\$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	301.179.118,45	301.659.823,02
RPNP (2)	869.895.609,85	281.281.646,80
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL DO OBJETIVO</b>	<b>1.171.074.728,30</b>	<b>582.941.469,82</b>

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

As despesas realizadas no âmbito do Objetivo 0532 são oriundas dos projetos de aquisição de sistemas de artilharia antiaérea; modernização dos batalhões de engenharia do Exército; obtenção de meios; implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 e do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) e aquisição de blindados Guarani.

O valor liquidado no exercício 2015 foi muito próximo ao de 2014, com apenas um pequeno crescimento de 0,16%. Em contrapartida, em 2015, houve redução de cerca 68% dos valores liquidados na rubrica de restos a pagar não processados, devido ao grande volume de entregas, em 2014, de bens e serviços oriundos de contratos de modernização de meios do Exército e de aquisição dos Blindados Guarani.

Deve ser destacado que, em 2015, o maior volume de despesas liquidadas do exercício decorreu da aquisição dos Blindados Guarani (R\$ 130.042.866) e da obtenção de meios do Exército (R\$ 130.222.080), representando 47% do total.

**Meta: Modernizar 20 aeronaves.**

No tocante à modernização de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram modernizadas 47 unidades, sendo 31 do modelo C-95; três do P-95; três de combate, do tipo A-1M (Projeto AM-X); uma de combate, modelo F-5FM biposto e nove aeronaves-patrolha P-3. Em 2015, foram recebidas mais dez aeronaves, sendo oito do modelo C-95M Bandeirante e duas de patrulha marítima P-95 Bandeirilha. A meta prevista para o período atingiu o percentual de 235% devido à inclusão posterior, no rol das unidades modernizadas, das aeronaves C-95 e P-95. Entretanto, foram necessárias sucessivas repriorizações e renegociações de projetos contratados, tais como aqueles referentes à modernização das aeronaves modelo F-5M, E-99 e A-1M e ao Link BR2, que tiveram sua cadência de execução significativamente reduzida.

### Meta: Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

Inicialmente, estava prevista a adequação de oito sistemas bélicos, ao longo do PPA 2012-2015, contudo, só foi possível a continuidade da implantação de três Sistemas: Armamento do P-3AM; Bomba Guiada a Laser e Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening.

No exercício de 2015, foi dado o prosseguimento das etapas contratuais dos três projetos, destacando-se, a aquisição de 70 kits de guagem a

laser para bombas de fins gerais e a assinatura dos contratos de suporte logístico e de fornecimento de peças para os Pod Reccelite e Litening, equipamentos destinados ao levantamento de imagens e designação de alvos a laser, respectivamente. Ao final do plano, a meta ficou no patamar de 53,57%, desempenho, em parte, justificado por restrições orçamentárias e dificuldades técnicas, decorrentes do desenvolvimento e domínio de novas tecnologias, a exemplo daquelas ocorridas com a aquisição do conjunto de guagem GPS para bombas de fins gerais e do Míssil MAR-I e; a integração do Míssil A-Darter.

### OBJETIVO 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMA.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	Unidade	1	0,15	0,15 (*)	0,49	0,55	55,00%
Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR)	Percentual	100	3	18 (**)	28	33	33,00%
Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t	Unidade	27	2	2	2	2	7,41%
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3)	Percentual	20	0	0	00,2	1,39	6,95%
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2)	Percentual	50	0	2,5	2,8	11,17	22,34%
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)	Percentual	80	4	30,66	43,76	43,81	54,76%
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	Percentual	100	10	28	35	35	35,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 16 de janeiro de 2016 / Marinha do Brasil

(\*) A quantidade realiza em 2013 permaneceu em 0,15, apesar de não ter sido informada no SIOP.

(\*\*) O percentual realizado em 2013 foi de 18%, apesar de não ter sido informada no SIOP.

Deve-se ressaltar, inicialmente, que a maioria dos projetos relativos às metas do Objetivo 0519 tiveram seus cronogramas físico-financeiros ajustados, sendo, na maioria dos casos, em virtude de dificuldades de ordem orçamentária.

Ressalta-se, ainda, que, em função do cenário fiscal restritivo, foram apresentadas propostas de ajustes nos percentuais das metas de execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3); execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2) e execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR10), quando dos processos de Revisão do PPA 2012-2015, as quais não foram acatadas.

#### Meta: Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub.

O Estaleiro e a Base Naval compreendem a infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, além de outras organizações de suporte logístico.

Em 2014, teve continuidade a primeira fase de implantação do Programa, com as obras de construção da base e do estaleiro naval, iniciadas em 2012, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais das atividades inerentes à construção dos submarinos.

Em 2015, tiveram prosseguimento às obras do estaleiro de construção, com a montagem eletromecânica dos equipamentos do prédio principal, bem assim foram concluídas as obras de construção do pátio de manobra de submarinos e iniciada a montagem dos elementos da estrutura metálica do estaleiro de manutenção.

A descontinuidade dos investimentos esperados para os anos de 2012 a 2015 ensejou a reprogramação das atividades do projeto de conclusão do estaleiro e da base naval do Prosub, o que, conseqüentemente, influenciou o não atingimento da meta prevista.

#### Meta: Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1).

Em 2015, prosseguiu-se na implantação fase B do projeto preliminar do 1º Submarino de Propulsão Nuclear, iniciado em 2012, que compreende: a transferência de tecnologia; a assistência técnica; a transferência de know

how; o fornecimento de documentos e informações técnicas; o treinamento, suporte e a expertise. Devido às dificuldades técnicas e gerenciais ocorridas, a fase B da conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear deverá ter seu prazo estendido por um ano, passando de janeiro de 2016 para o mesmo mês em 2017. Esse fato justifica o percentual da meta de 33%, ao final de 2015.

#### Meta: Construção de 27 Navios-Patrolha (NPa) de 500 toneladas.

Quanto à construção dos 27 navios-patrolha de 500 toneladas, foram recebidos os navios NPa “Macaé” e “Macau”, construídos pelo Estaleiro Inace, que eram as unidades provenientes do primeiro lote de fabricação.

O segundo lote, composto de cinco navios, seria construído pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro/RJ, e tinha previsão inicial de entrega no período de 2014 a 2016. Entretanto, a empresa descumpriu cláusula contratual, relativa ao objeto contratado e, apesar de sucessivas tentativas de renegociação, não foi possível um acordo entre as partes. Dessa forma, em setembro de 2015 foi instaurado o processo de rescisão contratual.

Em virtude das dificuldades contratuais, já mencionadas e da insuficiência de recursos orçamentários, desde o início de vigência do PPA 2012-2015, a meta de construção de 27 navios-patrolha, até 2015, foi inviabilizada.

#### Meta: Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3).

Somente em 2015 foi iniciada a construção do terceiro submarino de propulsão convencional, tendo sido realizado o corte da primeira chapa de seu casco no mês de janeiro.

Concomitantemente, foram recebidos materiais como chapas de aço, anéis de conexão, consumíveis de soldagem, além de outros, necessários à construção do submarino. No período de 2012 a 2015, não foram aportados os recursos esperados para o projeto, fato que comprometeu a evolução da meta, que atingiu apenas de 6,95% de execução.

**Meta: Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2).**

No exercício de 2013 deu-se início a construção do segundo submarino convencional (S-BR2), com o começo da fabricação das cavernas e do casco resistente, etapas que tiveram continuidade em 2014.

Em 2015, o S-BR2 teve continuada a fabricação de suas cavernas e do seu casco resistente, cujas subseções encontram-se em fase avançada de montagem.

Nesse propósito, deu-se continuidade às etapas de recebimento de materiais, sendo que as referentes às chapas para o casco resistente, chapas de aço estrutural, consumíveis de soldagem e tubos e acessórios foram concluídas.

A escassez de recursos orçamentários no período de 2012 a 2015 comprometeu os investimentos no projeto, fato este que culminou na execução de 22,34% da meta.

**Meta: Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)**

Em 2014, o primeiro submarino convencional (S-BR1) teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde sua construção teve andamento.

Em 2015, a construção do S-BR1 cumpriu o cronograma estabelecido em contratos firmados com as empresas DCNS do Brasil Serviços Navais Ltda. e Itaguaí Construções Navais (ICN), com a finalização das obras do casco resistente e o início da instalação das estruturas leves nas seções já prontificadas.

**Meta: Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha, no período de 2012 a 2015.**

A quantidade de meios operativos a serem obtidos pela Marinha do Brasil totalizou 108 unidades, previstas no planejamento para o período 2012-2015, incluindo-se nesses os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Ao longo do período de 2012 a 2015, novos meios vêm sendo incorporados aos setores operativos da Marinha, conforme a disponibilidade de recursos e as condições técnicas por parte das empresas contratadas.

No exercício de 2015, relativamente aos meios navais, houve o acréscimo do navio de pesquisa hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira que, apesar da significativa relevância para a área de ciência e tecnologia, não se trata de um meio operativo.

Quanto aos meios aeronavais, a Marinha recebeu, em 2015, dois helicópteros SH-16 "Seahawk"; três helicópteros H225M "Super Cougar", do Programa H-XBR e a primeira unidade modernizada da aeronave de interceptação e ataque AF-11A.

Relativamente aos meios de fuzileiros navais, foi entregue à Marinha a última unidade da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal sobre Rodas Piranha III C, bem assim prontificadas doze viaturas de transporte de pessoal sobre lagarta (VtrBldEsp) M-113A1.

A evolução da meta do período do PPA 2012-2015 foi de 35%, em razão de restrições orçamentárias e problemas contratuais, a exemplo do ocorrido com o Estaleiro Eisa, que deixou de entregar os navios-patrolha de 500 toneladas, referentes ao segundo lote contratado.

**OBJETIVO 0532 - ADEQUAR E AMPLIAR OS MEIOS DO EXÉRCITO PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE OPERACIONAL TERRESTRE VISANDO CONTRIBUIR COM A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E DO ESTADO.**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual	10	-	1	2,5	3	30%
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual	40	-	5	8	9,45	23,62%
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual	16	4	6	8	13,54	84,62%

Fonte: Comando do Exército / Siop, em 16 de janeiro de 2016.

**Meta: Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger).**

Essa meta, no período de 2012 a 2014, alcançou um percentual de 2,5%, sendo que as principais realizações do período foram: a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos e de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando e controle; a elaboração dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências e a contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações.

Em 2015, a despeito das restrições orçamentárias, foi dada continuidade à aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, a ser implantado na área do Comando Militar do Leste, no decorrer das Olimpíadas 2016, e ajustados os requisitos para o desenvolvimento do Sistema Protetor; software integrador e de apoio à decisão.

Havia, inicialmente, uma previsão de se implantar 20% do Sistema, entretanto, foi solicitada a redução desse percentual para 10%, na revisão do PPA 2012-2015, ocorrida no exercício de 2015, tendo em vista as limitações orçamentárias do período. Mesmo com a reprogramação da meta, o percentual de realização ficou no patamar de 30%, pelas razões já mencionadas.

**Meta: Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.**

No período de 2012 a 2014, foram adquiridos oito centros de operações de artilharia antiaérea; cinco radares de busca Saber M60; 19 Viaturas de transporte 3/4 toneladas; sete conjuntos de material de comunicações; 68 equipamentos de rádio das viaturas de combate do Sistema de Artilharia

Antiaérea. Além disso, foram estruturadas as salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70 e adequadas às instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Em 2015, destaca-se o recebimento de lote do Sistema RBS 70, composto de equipamentos de dois postos de tiro, seis aparelhos de pontaria noturna e dois simuladores, 33 viaturas VBC Gepard, cinco radares Saber M60, e, ainda, o desenvolvimento do Radar Saber M200 Vigilante, dentre outros. O percentual previsto para o período do PPA 2012-2015 era de 40% de implantação do Projeto de Defesa Antiaérea, contudo, diante das dificuldades orçamentárias, se fez necessária a revisão do projeto, portanto a execução da meta, no quadriênio, alcançou 9,45%.

**Meta: Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados.**

A meta de obtenção da nova família de Blindados Guarani contempla também a adequação da infraestrutura de organizações militares. Assim, de 2012 a 2014, foi dada a continuidade da execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR e no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS. No mesmo período, foram recebidas 128 viaturas do tipo VBTP-MR Guarani, distribuídas para doze organizações militares.

Em 2015, o Projeto Estratégico Guarani teve prosseguimento com a aquisição de 52 viaturas, com entrega prevista para 2016, e com a conclusão das obras no Centro de Instrução de Blindados e no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Não foi possível avançar nas demais obras de infraestruturas previstas para o ano. Os cronogramas de aquisição dos Blindados Guarani, bem como de realização de algumas obras de infraestrutura, tiveram de ser reformulados, devido às restrições orçamentárias ocorridas.